

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA  
ORIENTADOR: PROF. DR. ARY CESAR MINELLA

***PANORAMA DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES  
DO EMPRESARIADO, NA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS:  
ENFOQUE DA ORGANIZAÇÃO E DAS DEMANDAS (1985-1995)***

**NORBERTO DE JESUS PROCHNOV**

**Florianópolis, outubro de 1996**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

***PANORAMA DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DE  
INTERESSES DO EMPRESARIADO, NA MICRORREGIÃO  
DE FLORIANÓPOLIS: ENFOQUE DA ORGANIZAÇÃO E  
DAS DEMANDAS (1985-1995)***

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de mestre, sob orientação do **Prof. Dr. Ary Cesar Minella**

**NORBERTO DE JESUS PROCHNOV**

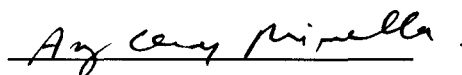
**Florianópolis, outubro de 1996**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

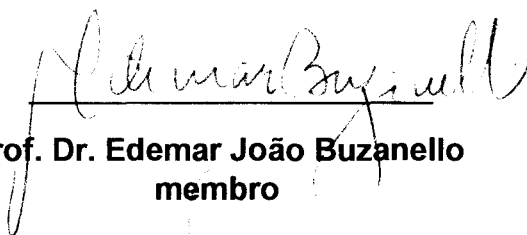
**PANORAMA DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO  
EMPRESARIADO, NA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: ENFOQUE DA  
ORGANIZAÇÃO E DAS DEMANDAS (1985-1995)**

*NORBERTO DE JESUS PROCHNOV*

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma  
final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora,  
composta pelos Professores Doutores:



**Prof. Dr. Ary Cesar Minella**  
**Presidente**



**Prof. Dr. Edemar João Buzanello**  
**membro**



**Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer**  
**membro**

Florianópolis, 19 de novembro de 1996

## RESUMO

Este estudo analisa fatos históricos, sociais e jurídico/políticos, considerando a organização empresarial (OE) na Microrregião de Florianópolis: o processo de tramitação das demandas no período compreendido entre 1985-1995. Enfoca-se as demandas das seguintes entidades: a) Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), b) Associação Comercial e Industrial de Biguaçu (ACIBIG), c) Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO), d) Clube dos Diretores Lojistas de Florianópolis (CDL-FPOLIS), e) Clube dos Diretores Lojistas de Palhoça (CDL-PALHOÇA) e f) Sindicato do Comércio Varejista de Florianópolis (SINDILOJAS). Estas compõem um Conselho que formaliza um sistema cooperativo organizado. Seleccionamos três dimensões do conceito OE: 1)-estrutural: regras e recursos; 2)-comportamental: dimensão apreendida a partir das atividades das OEs, nas suas relações nas Federações e em atividades inter-setoriais e regionais, que proporcionou a classificação dos comportamentos em a) doutrinária, b) corporativo, c) extra-corporativo e d) cooperativo; e 3)-sistêmica, dimensão que visualiza a inserção social do sistema cooperativo no emprego de recursos de comunicação de massa e divulgação ideológica, nas feiras e concursos, nas Idéias da liderança empresarial e nas Interrelações e planos estratégicos de desenvolvimento para a Microrregião. Do complexo de interrelações identificamos as ações conjuntas com órgãos públicos verificando setores e instâncias de poder da sociedade, para os quais as demandas são encaminhadas e verificamos os resultados alcançados, confirmando que as demandas empresariais encaminhadas de forma coletiva tem maior grau de atendimento. Finalmente refletimos sobre o empresariado e a representação política dos seus interesses.

## ABSTRACT

This study analyses historical, social and juridical/political facts, considering the entrepreneur's organization (OE) located in Florianópolis-SC. Microregion: the course process demands in the period between 1985 and 1995. We tackle the demands of the followings entities: a) Florianópolis Industrial and Commercial Association (ACIF), b) Biguaçu Industrial and Commercial Association (ACIBIG), c) Florianópolis Metropolitan Region Entrepreneur's Association (AEMFLO), d) Florianópolis Chamber of Shops Directores (CDL-FPOLIS), e) Palhoça Chamber of Shops Directores (CDL-PALHOÇA) e f) Florianópolis Union for retail trade (SINDILOJAS). These are compose of a Counsel which formalizes an organized co-operative system. We have selected three dimensions of the definition OE: 1) structural: rules and resources; 2) behaviour: dimension with apprehension on the activity in the OEs, in its relationship with Federations and in activities extra sectoriai and regionais as well which permitted a classification by behaviours at a) doctinary, b) corporative, c) extra-corporative and d) co-operative; and 3) systematic, dimension that visualizes look the social insertion of the co-operative system in the employment of resources by mass communication and ideological divulgation, in fairs and contests, in conception by the entrepreneur leadership in interrelations and strategic plans of development four the Microregion. From the inter-relative complex we identify the group actions with public utilities verifying sectors and examples of power of the society, to wich the demands are directed and we verify the results, corfirming that the entrepreneur's demands are directed in a collective manner, have a greater degree of service. Finaly we reflect on the entrepreneur and the political representation of his interests.

## LISTAS DE ABREVIATURAS

|          |   |
|----------|---|
| AABB     | - Associação Atlética Banco do Brasil                             |
| Abav     | - Associações Brasileira de Agências de Viagens - SC              |
| Acate    | - Associação Catarinense de Telemática e Eletrônica               |
| Acemi    | - Associação Catarinense Empreend. Mercado Imobiliário            |
| Acesa    | - Associação Catarinense de Emp. de Obras e Saneamento            |
| ACF      | - Associação Comercial de Florianópolis                           |
| ACI's    | - Associações comerciais e industriais                            |
| ACIB     | - Associação Comercial de Blumenau                                |
| ACIBIG   | - Associação Comercial e Industrial de Biguaçu                    |
| ACIF     | - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis              |
| ACIJ     | - Associação Comercial e Industrial de Joinville                  |
| ACIX     | - Associação Comercial Xanxerê                                    |
| Acopeça  | - Associações do Com. Varej. de Peças                             |
| ADCE     | - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas                  |
| ADESG/SC | - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra          |
| Adjori   | - Associação dos Jornais do interior de SC                        |
| Advb/SC  | - Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil SC                |
| AE       | - Associação Engenho  |
| AEDIS    | - Associação Empresarial do Distrito Industrial de São José       |
| AEMFLO   | - Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis |
| AL       | - Assembléia Legislativa  |
| AMNB     | - Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de São José |
| AMS      | - Associação dos moradores do Santinho                            |
| Amures   | - Associação dos municípios da Região Serrana                     |
| Anefac   | - Associação Nacional dos Executivos de Finanças                  |

|             |  |
|-------------|--|
| APAE        | - Associação dos pais e amigos dos excepcionais              |
| AREMAC      | - Associação dos Revendedores de Materiais de Construção     |
| BADESC      | - Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina                 |
| BID         | - Banco Interamericano de Desenvolvimento                    |
| BNH         | - Banco Nacional de Habitação                                |
| BRDE        | - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul           |
| CACB        | - Confederação das Associações Comerciais do Brasil          |
| CACEX       | - Carteira do Comércio Esterroar                             |
| Caprom      | - Centro de Proteção e Apoio ao Migrante                     |
| Casam       | - Companhia Água e Saneamento                                |
| CDL         | - Câmara dos Diretores Lojistas                              |
| CDL's       | - Câmaras dos Diretores Lojistas                             |
| CDL-FPOLIS  | - Câmara dos Diretores Lojistas de Florianópolis             |
| CDL-PALHOÇA | - Câmara dos Diretores Lojistas de palhoça                   |
| CEAG/SC     | - Centro de Assistência Gerência de Santa Catarina           |
| CEEGF       | - Conselho de Entidades Empresariais da Grande Florianópolis |
| CELESC      | - Centrais elétricas de Santa Catarina                       |
| Certi       | - Fundação Centro Regional de Tecnologia e Informática       |
| CIC         | - Centro Integrado de Cultura                                |
| CMF         | - Contribuição sobre Movimentação financeira                 |
| CNACI       | - Conselho Nacional de Associações Comerciais e Industriais  |
| CNC         | - Confederação Nacional do Comércio                          |
| CNDL        | - Confederação Nacional dos Diretores Lojistas               |
| CNPq        | - Conselho Nacional de Pesquisa                              |
| CPF         | - Cadastro Pessoa Física                                     |
| CPI         | - Comissão Parlamentar de Inquérito                          |
| CTAI        | - Centro Tecnológico em Automação e Informática              |

|           |  |
|-----------|--|
| CUT       | - Central Única dos Trabalhadores                          |
| D. C.     | - Diário Catarinense                                       |
| DER       | - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem             |
| DETRAN    | - Departamento de Trânsito                                 |
| DNER      | - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem              |
| DP        | - Delegacia de Polícia                                     |
| DRF       | - Distrito Rodoviário Federal                              |
| EEE       | - Encontro Estadual de Economistas                         |
| EMBRATUR  | - Empresa Brasileira de Turismo                            |
| ESG       | - Escola superior de Guerra                                |
| FACISC    | - Federação das Associações Comerciais e Industriais de SC |
| FGV       | - Fundação Getúlio Vargas                                  |
| FIESC     | - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina     |
| Fiesp     | -Federação das Indústrias de do Estado de São Paulo        |
| FINSOCIAL | - Fundo de Integração Social                               |
| FLORAM    | - Fundação Florianópolis do Meio Ambiente                  |
| IBAMA     | - Instituto Brasileiro Amparo ao Meio Ambiente             |
| IBGE      | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística          |
| ICMS      | - Imposto Sobre Circulação de Mercadoria                   |
| IET       | - Incubadora Empresarial Tecnológica                       |
| IMPLAC    | - Indústria de Plásticos Catarinense                       |
| INSS      | - Instituto Nacional de Serviço Social                     |
| IPI       | - Imposto Sobre produtos Industrializados                  |
| IPMF      | - Imposto Sobre Movimentação Financeira                    |
| IPTU      | - Imposto Territorial Urbano                               |
| IUT       | - imposto único, sobre transações                          |
| IWC       | - Internacional Wildlife Coalittion                        |



|           |   |
|-----------|---|
| JUCESC    | - Junta Comercial de Santa Catarina             |
| Mercosul  | - Mercado Comum do Cone Sul                     |
| NPOR      | - Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva    |
| OEA       | - Organização dos Estados Americanos            |
| OE's      | - Organizações Empresariais                     |
| PC's      | - Personal Computers                            |
| PCB       | - Partido Comunista Brasileiro                  |
| PCR       | - Paulo da Costa Ramos                          |
| PDS       | - Partido Democrático Social                    |
| PFL       | - Partido da Frente Liberal                     |
| PL        | - Partido Liberal                               |
| PM        | - Polícia Militar                               |
| PMDB      | - Partido do Movimento Democrático Brasileiro   |
| PMF       | - Prefeitura Municipal de Florianópolis         |
| PMSC      | - Polícia Militar de Santa Catarina             |
| PPR       | - Partido Progressista Renovador                |
| PPS       | - Partido Popular Socialista                    |
| PROTUR    | - Fundação Pró Turismo de Florianópolis         |
| PSDB      | - Partido Social Democrático Brasileiro         |
| RBS       | - Rede Brasil Sul de Comunicações               |
| RCE       | - Rede de Comunicação Eldorado                  |
| RIMA      | - Relatório de Impacto Ambiental                |
| SANTUR -  | - Santa Catarina Turismo                        |
| SC        | - Santa Catarina                                |
| SCC       | - Sistema Catarinense de comunicação            |
| SCI       | - Serviço de Segurança ao Crédito e Informações |
| SEBRAE/SC | - Serviço de Apoio a Micro e Pequena empresa SC |

|            |  |
|------------|--|
| Sema       | - Secretária Especial de Meio Ambiente,        |
| SENAC      | -Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial    |
| SENAI      | - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. |
| SESC       | -Serviço Social do Comércio                    |
| SESI       | - Serviço Social da Indústria                  |
| SIDERSUL   | - Siderúrgica Catarinense                      |
| SINDILOJAS | - Sindicato Lojista de Florianópolis           |
| Sine       | - Sistema Nacional de Empregos                 |
| SINTEX     | - Sindicato das Indústrias Têxteis             |
| SPC        | - Serviço de Proteção ao crédito               |
| SPC's      | - Serviços de Proteção ao crédito              |
| SRS        | - Steigenberger Reservation Service            |
| STF        | - Supremo Tribunal Federal                     |
| SUNAB      | - Superintendência Nacional Abastecimento      |
| Susp       | - Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos  |
| Tecnópolis | - Pólo Tecnológico da Grande Florianópolis     |
| TELESC     | - Telecomunicações de Santa Catarina           |
| TRTs       | - Tribunais Regionais do Trabalho              |
| TST        | - Tribunal Superior do Trabalho                |
| TVPNU      | - Taxa Alvará de Licença                       |
| Udesc      | - Universidade do Estado de Santa Catarina     |
| UFSC       | - Universidade Federal de Santa Catarina       |
| UNAM       | - Universidade Autônoma do México              |
| Univali    | - Universidade do Vale do Itajai               |
| Upis       | - Universidade Pioneira de Integração Social   |
| URV        | - Unidade Real de Valor                        |

### **LISTA DE TABELAS.**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 2.1. Distribuição dos estabelecimentos industriais por município - 1907.....   | 28 |
| Tabela 2.2. Evolução da população no município de São José.....   | 33 |
| Tabela 2.3. Crescimento dos empregos e dos estabelecimentos empresariais em São José.....   | 36 |
| Tabela 2.4. Resumo por gênero do ano de 1993 da microregião da grande Florianópolis.....  | 40 |
| Tabela 4.1. Classificação dos estabelecimentos empresariais associados a AEMFLO, por localização e gênero de atividade.....                       | 87 |
| Tabela 4.2. Distribuição por município: área, população, no eleitores, principal atividade econômica, arrecadação de ICMS e data de fundação..... | 89 |

### **LISTA DE QUADROS**

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 4.1. Relação de ações judiciais da AEMFLO e suas associadas.....                      | 79  |
| Quadro 4.2. ano da fundação, sede, formato e abrangência das OEs estudadas.....              | 91  |
| Quadro 5.1.: Demandas da ACIF, data da indentificação, resutado e data.....                  | 98  |
| Quadro 5.2.: Demandas do SINDILOJAS, data da indentificação, resutado e data.....            | 101 |
| Quadro 5.3.: Demandas do CDL/FPOLIS, data da indentificação, resutado e data.....            | 103 |
| Quadro 5.4.: Demandas da AEMFLO, data da indentificação, resutado e data.....                | 113 |
| Quadro 6.1.: Demandas da FACISC, data da indentificação, resutado e data.....                | 139 |
| Quadro 6.2.: Demandas da FCDL/SC, data da indentificação, resutado e data.....               | 139 |
| Quadro 6.3.: Demandas do FECOMÉRCIO, data da indentificação, resutado e data.....            | 139 |
| Quadro 6.4.: Demandas do conjunto de OEs, data da indentificação, resutado e data.....       | 140 |
| Quadro 7.1.: Demandas do Conselho de Entidades, data da indentificação, resutado e data..... | 159 |
| Quadro 8.1.: Demandas da OE.....   | 178 |

**LISTA DE FIGURAS**

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1.1. Ligação que a hipótese sugere entre as variáveis anunciadas.....  | 12  |
| Figura 1.2. Centro de controle realimentativo da busca social de metas.....   | 24  |
| Figura 4.1. Mapa da Macrorregião de Florianópolis.....  | 88  |
| Figura 4.2. Organograma da organização de interesses do empresariado.....   | 92  |
| Figura 9.1. Sistema cooperativo de representação de interesses do empresariado na Microrregião<br>de Florianópolis..... | 199 |

**PANORAMA DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO  
EMPRESARIADO, NA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: ENFOQUE DA  
ORGANIZAÇÃO E DAS DEMANDAS**

**ÍNDICE**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO:</b> .....   | <b>01</b> |
| <b>CAPÍTULO I - ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....  | <b>08</b> |
| <b>1. Construção da Problemática de Investigação</b> .....   | <b>08</b> |
| <b>2. Embasamento-Teórico</b> .....  | <b>13</b> |
| 2.1 - Sociedade, Estado, Classes e Grupos Sociais.....   | 13        |
| 2.2 - Empresariado, Organização e Sistema social.....  | 19        |
| 2.3 - Empresariado e Representação Política no Brasil.....   | 21        |
| <b>3. METODOLOGIA</b> .....  | <b>23</b> |
| 3.1. Técnicas de pesquisa.....   | 25        |
| <b>CAPÍTULO II - BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO</b> .....  | <b>26</b> |
| <b>1. Caracterização da evolução histórico-econômica da<br/>        Microrregião de Florianópolis e surgimento das OEs</b> ..... | <b>26</b> |
| <b>2. Efeitos sobre o sistema social e o meio-ambiente</b> .....   | <b>41</b> |
| 2.1. Descaracterização Cultural e Paisagística.....  | 42        |
| 2.2. Ocupação e Efeitos no Meio-Ambiente .....   | 43        |
| 2.3. Planejamento Urbano.....  | 46        |
| 2.4. Migração e Favelização.....   | 46        |
| 2.5. Trânsito.....   | 47        |
| 2.6. Saneamento.....   | 47        |
| 2.7 Distribuição de Água.....  | 48        |
| 2.8. Desemprego e Marginalidade.....   | 48        |
| 2.9. Segurança Pública, Criminalidade.....   | 49        |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL<br/>A PARTIR DA EVOLUÇÃO DA ACF.....</b> | <b>50</b> |
| 1. <i>Síntese das atividades da ACF na primeira metade do século XX.....</i>                          | <b>50</b> |
| 2. <i>As atividades da ACF de 1951-1984 e o surgimento de outras OEs em Florianópolis.....</i>        | <b>54</b> |
| <b>CAPÍTULO IV - ESTRUTURA DAS OES: RECURSO E REGRAS.....</b>   | <b>70</b> |
| 1. <i>Recursos de Poder disponíveis. ....</i>   | <b>71</b> |
| 1.1. <i>ACIF.....</i>   | <b>72</b> |
| 1.2. <i>SINDILOJAS.....</i>   | <b>73</b> |
| 1.3. <i>FECOMÉRCIO.....</i>   | <b>74</b> |
| 1.4. <i>CDL/FPOLIS.....</i>   | <b>75</b> |
| 1.5. <i>FACISC.....</i>   | <b>76</b> |
| 1.6. <i>FCDL/SC.....</i>  | <b>77</b> |
| 1.7. <i>AEMFLO.....</i>   | <b>78</b> |
| 1.8. <i>ACIBIG.....</i>   | <b>80</b> |
| 1.9. <i>CDL/PALHOÇA.....</i>  | <b>80</b> |
| 2. <i>Situação legal e administrativa.....</i>  | <b>81</b> |
| 3. <i>Distribuição das OEs na microrregião de Florianópolis.....</i>                                  | <b>88</b> |
| <b>CAPÍTULO V - AÇÕES E CONTATOS DAS OES.....</b>   | <b>93</b> |
| 1. <i>Atividades das OEs Ilhoas.....</i>  | <b>94</b> |
| 1.1. <i>ACIF.....</i>   | <b>94</b> |
| a) <i>Contatos Municipais.....</i>  | <b>94</b> |
| b) <i>Contatos Estaduais.....</i>   | <b>96</b> |
| c) <i>Contatos Nacionais.....</i>   | <b>97</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>1.2. SINDILOJAS.....</b>                    | <b>99</b>  |
| a) <i>Contatos Municipais.....</i>             | <i>99</i>  |
| c) <i>Contatos Nacionais.....</i>              | <i>100</i> |
| <b>1.3. CDL/FPOLIS.....</b>                    | <b>102</b> |
| a) <i>CONTATOS MUNICIPAIS .....</i>            | <i>102</i> |
| b) <i>CONTATOS Estaduais.....</i>              | <i>103</i> |
| <b>2. Atividades das OEs Continentais.....</b> | <b>104</b> |
| <b>2.1. AEMFLO.....</b>                        | <b>105</b> |
| a) <i>Contatos Municipais .....</i>            | <i>105</i> |
| b) <i>Contatos Estaduais.....</i>              | <i>108</i> |
| c) <i>Contatos Nacionais.....</i>              | <i>112</i> |
| <b>2.2. ACIBIG.....</b>                        | <b>114</b> |
| <b>2.3. CDL/PALHOÇA.....</b>                   | <b>114</b> |

## **CAPÍTULO VI - RELAÇÕES DAS OES DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS NAS FEDERAÇÕES, EM ATIVIDADES INTER-SETORIAIS E REGIONAIS.....116**

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. Atividades das Federações.....</b>        | <b>115</b> |
| <b>1.1. FACISC.....</b>                         | <b>117</b> |
| <b>1.2. FCDL/SC.....</b>                        | <b>126</b> |
| <b>1.3. FECOMÉRCIO.....</b>                     | <b>133</b> |
| <b>2. Relações Inter-setoriais das OEs.....</b> | <b>135</b> |
| <b>3. Considerações Finais .....</b>            | <b>139</b> |

## **CAPÍTULO VII - COMPORTAMENTO.....141**

|  |            |
|--|------------|
| <b>1. Intercâmbio: alianças e ações de colaboração entre as OEs.....</b> | <b>141</b> |
| <b>1.1. - Doutrinárias.....</b>  | <b>143</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>1.2. - Corporativas.....</b>  | <b>145</b> |
| a) <i>FECOMÉRCIO e sindicatos estaduais.....</i>                       | <i>146</i> |
| b) <i>sindicatos nacionais.....</i>                                    | <i>146</i> |
| c) <i>convenções .....</i>   | <i>146</i> |
| d) <i>outras instâncias contatadas.....</i>                            | <i>147</i> |
| <b>1.3. - Extra-Corporativa.....</b>                                   | <b>149</b> |
| <b>1.4. - Cooperativa: Interrelações e Planos estratégicos .....</b>   | <b>154</b> |
| 1.4.1. - <i>Conselho de Entidades.....</i>                             | <i>154</i> |
| 1.4.2. - <i>Fórum Internacional de Turismo.....</i>                    | <i>156</i> |
| <b>CAPÍTULO VIII - VISIBILIDADE DO SISTEMA COOPERATIVO DA OE.....</b>  | <b>160</b> |
| <b>1. - Inserção Social do Sistema Cooperativo.....</b>                | <b>160</b> |
| 1.1. <i>Recursos de Comunicação de Massa e Divulgação</i>              |            |
| <i>Ideológica.....</i>   | <i>161</i> |
| 1.2 - <i>Feiras e Concursos.....</i>                                   | <i>171</i> |
| 1.3 - <i>Síntese das idéias do Presidente Executivo da AEMFLO.....</i> | <i>173</i> |
| <b>CAPÍTULO IX - AÇÕES CONJUNTAS E DE APOIO COM ÓRGÃOS</b>             |            |
| <b>PÚBLICOS.....</b>   | <b>180</b> |
| <i>Empresariado, Representação Política e Poder.....</i>               | <i>193</i> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                       | <b>200</b> |
| <b>BIBLIOGRAFA.....</b>  | <b>208</b> |



## INTRODUÇÃO

Este trabalho integra os estudos sobre a organização de entidades empresariais em Santa Catarina, que vem se desenvolvendo desde a criação da linha de pesquisa *Empresariado Estado e Sociedade*, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta conta com diversos trabalhos de conclusão de bacharelado e dissertações de mestrado, defendidos e em elaboração, que enfocam diversos temas e regiões<sup>1</sup>.

Este estudo analisa e compara demandas empresariais e os meios institucionais utilizados no processo de participação das Organizações Empresariais (OEs). No Capítulo I a análise da realidade local, que faz parte de uma realidade global, aponta especificidades e integra alguns elementos teóricos relevantes sobre os quais fundamentamos a interpretação do significado dos dados levantados, analisando as diferenças entre as situações estudadas por outros pensadores e a nossa situação específica.

---

1 Sobre a organização de entidades empresariais (OEs) em Santa Catarina temos, entre os trabalhos concluídos, a Organização e ação política do empresariado industrial catarinense: a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) nos anos 80, do professor Edegar Buzanello; o Empresariado e processo político: as eleições de 1986 em SC., do professor Eriberto Meurer; A emergência de Novos órgãos de representação em Santa Catarina: o caso da AEMFLO, do bacharel Norberto de Jesus Prochnov; Consensos e dissensos da indústria da construção civil: os rumos da representação política empresarial na "Ilha da magia", da mestra Edilane Bertelli; O Sesi: ação sócio-política do empresariado industrial junto aos trabalhadores, da mestra Ana Paula Balthazar; Os donos da cidade: poder e imaginário das elites de Criciúma, do professor José Paulo Teixeira; Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau - SC: atuação da ACIB e do SINTEX em espaço político institucional democrático (1985-94), do mestre Fabrício Limas Tomio e Organização dos micros e pequenos empresários em SC: A FAMPESC, da bacharel Eliane Weirich.

O Projeto Integrado: *Empresariado, Organização e Processo Sócio-Político II etapa* contém, entre outros, os seguintes Sub-projetos: O empresariado industrial catarinense nos anos 90: estruturação, representação e posicionamento político, de Edegar Buzanello e; Turismo, meio-ambiente e organização empresarial: a PROTUR, do mestrando Sérgio Saturnino Januário.

A situação concreta da OEs na Microrregião é determinada por suas especificidades históricas, não é deduzida por via conceptual, de modo abstrato, o processo é real e singular. A base objetiva da sociedade é a vontade coletiva, onde as OEs representam um papel signifiicante. Para Teoria marxiana o capitalismo é uma cadeia de elementos em contradição (trabalho - mercadoria - dinheiro). Para WEBER a dinâmica capitalista é racional e vital para economia. GRAMSCI introduz elementos de uma racionalidade diferente, salienta que a sociedade política corresponde à função de hegemonia exercida pelo grupo dominante, que se expressa no Estado e no governo jurídico. POULANTZAS explica que uma fração das forças busca obter a coesão e o consenso de forças opostas, através do Estado. A contribuição de LINDBLOM explica as atividades dos grupos e a influência dos empresários nas decisões políticas. OFFE, WIESENTHAL apresentam "Duas Lógicas da Ação Coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização" e afirmam que existe uma independência relativa do Estado, que organiza os interesses da classe pela classe capitalista fracionada.

Algumas perspectivas são aplicadas, para definir corretamente a relação entre organização empresarial e política, tanto as estratégias conceituais marxistas como as Liberais burguesas. Mas, no seu concreto funcionamento o conjunto é complexo e mutável de combinações, que engloba também fatores "não-capitalistas" (especialmente de natureza cultural). De modo a formar uma rede coerente de conceitos que sirvam de orientação para a explicação, num campo bastante vasto, das teorias mais aceitas, incorporamos a sistêmica, segundo a qual a vida política é considerada como um processo de *inputs* (perguntas) que chegam do ambiente externo (econômico, religioso, natural, etc.) e que se transformam em *outputs* (respostas), que seriam as decisões políticas em todos os níveis.

Partimos, no Capítulo II, de uma a) caracterização da evolução histórico-econômica da Microrregião de Florianópolis, ou seja, um breve histórico para localizar a evolução histórica-econômica, situando espacial e temporalmente o início dos empreendimentos empresariais, o contexto do surgimento das OEs e b) os efeitos da evolução urbana sobre o sistema social e o meio-ambiente.

Verificaremos, no Capítulo III, o desenvolvimento da Organização Empresarial a partir da Evolução da Associação Comercial de Florianópolis. No quarto Capítulo visualizamos: 1) os recursos de poder disponíveis, observando a infra-estrutura e a capacidade organizacional destes sujeitos coletivos, para em seguida observarmos 2) a situação legal e administrativa das OEs, visualizando a habilidade analítica e finalizarmos o Capítulo com 3) a distribuição das OEs na Microrregião. Esta perspectiva assinala a relação entre as entidades selecionadas, no encaminhamento das demandas, caracterizando-as como integrantes do sistema cooperativo de representação de interesses do empresariado na Microrregião.

A OE é um organismo vivo em contínuo desenvolvimento, e não algo mecanicamente concatenado que admiti uma espécie de combinações de elementos teóricos singulares. É a organicidade do conjunto social, fundado sobre as relações de produção e de troca, sobre a relação estrutura-superestrutura que necessita do conceito de estrutura, que permite uma análise científica do conjunto da sociedade. Utilizamos o conceito de estrutura econômica que permite chegar ao conceito de formação econômica-social, enquanto formação caracterizada por determinadas realções de propriedade.

A partir do conhecimento da eficiência e da organização da OE, visualizamos no Capítulo quinto, as ações das OEs. Resgatamos a dinâmica do encaminhamento das demandas, observando as atividades das OEs: num primeiro momento as atividades das OEs localizadas na Ilha, em seguida as atividades das OEs localizadas no continente. O sexto Capítulo, abarca as atividades das Federações e os relacionamentos inter-setoriais e regionais, onde enfatizamos as relações das OEs estudadas.

Partimos da categoria abstrata para apontar e isolar as relações das OEs dos demais aspectos da sociedade, afim de estudá-las e compreender parte da multiplicidade do concreto, por isso, enfocamos, no sétimo Capítulo, o Intercâmbio entre as OEs, analisando a eficiência, organização e dinâmica do conjunto destas no encaminhamento das demandas, observando o comportamento das entidades a partir das alianças e ações de colaboração entre as OEs: 1) Doutrinárias, 2) Corporativas, 3) Extra-Corporativas e 4) Cooperativas. Entre as últimas focalizamos o Conselho de Entidades e o Fórum Internacional de Turismo de Florianópolis.

A partir dos subsídios apresentados à disposição, visualizamos, no oitavo Capítulo, a dinâmica do sistema cooperativo das OEs, analisando a inserção social do sistema. Partimos dos a) recursos de comunicação de massa e a divulgação ideológica, para na sequência focar as b) feiras e concursos e finalizamos com a análise do c) conjunto das idéias de uma das lideranças empresariais, o presidente executivo da AEMFLO.

No Capítulo IX, observaremos as ações conjuntas e de apoio com órgãos públicos, para verificar o resultado do encaminhamento de demandas e tecer considerações a respeito da representação política dos interesses das OEs e o seu poder. A questão do Estado, a sua direção e a promulgação de leis, é entendida a partir das especificidades históricas e sobre a definição das tarefas políticas do empresariado, dentro da formação econômico social e das relações de produção, intermediada por um Estado. A formação econômico da sociedade, na fase em questão, caracteriza a vida social, explica os vínculos sociais e permite compreender alguns momentos da vida da sociedade (a estrutura e a superestrutura; a base econômica, as relações sociais, políticas e a vida cultural).

A OE se desenvolve como algo que conhece cortes precisos, determinados pelas relações de produção, por fases econômico-sociais diferentes, condicionada pela emergência de relações de produção e de troca. Marx fala da formação social capitalista e afirma: *“O capitalismo não é tanto uma estrutura quanto um processo.”* Consideramos a estrutura em seu desenvolvimento, através da diacronia, da diversidade dos tempos. O conceito de estrutura e superestrutura, a relação entre forças produtivas e relações de produção, são aplicados à formação econômico-social local para compreendê-la, não transferir, mecanicamente, para ela as leis descobertas em *O capital ou Economia e sociedade*.

Este estudo da organização empresarial na Microrregião de Florianópolis se constitui num procedimento de investigação sobre o sistema de representação de interesses empresariais. Ele permite ilustrar dentro de um marco geográfico o institucional determinado, os problemas sociais, econômicos e políticos mais importantes.

Se a solução dos problemas econômicos e sociais dependem da forma em que os mesmos são percebidos, por aqueles que participam nas decisões políticas, um conhecimento, maior e melhor, das características dos problemas, facilitará a chegada a um acordo, quanto a política a ser aplicada no caso. A consciência das pessoas nos níveis de decisão, assim como os grupos de representados, são dependentes das mudanças ocorridas nas instituições econômicas, sociais e políticas, por isso concedemos importância maior a este estudo, na possível contribuição que as considerações expostas possam oferecer, para o desenvolvimento social econômico e político desta Microrregião.

A análise das demandas da organização empresarial local, aponta fragmentos de uma realidade local, que faz parte de uma realidade global. O fenômeno central da análise exprime o essencial desta realidade determinada, decorrente de fatores estruturais que se manifestam, tais como: distribuição de renda; estrutura do mercado; estrutura de poder e a influência de certas entidades de representação de interesses --OE.

O estudo não pretende esgotar o tema, simplesmente desnudar e apontar um veio real onde brota a força intelectual e emocional do liberalismo, para trazer à luz a sua natureza. Volta-se contra as reduções simplistas ou mecanicistas do materialismo, contra a simples explicação através da estrutura, anulando as mediações dialéticas da iniciativa política e da vida cultural.

Levamos em conta as articulações, bem como o modo pelo qual operam sobre esses elementos da superestrutura não apenas a base econômica, mas também as lutas políticas e a tradição. As categorias econômicas são resultados de um processo e estão em processo, como os homens se modificam quanto à capacidade de vencer, subjugar e transformar as condições naturais. Os homens mudam de ânimo e de atitudes, de reação com seus instrumentos, se modificam em suas relações de convivência e dependem de diferentes maneiras uns dos outros.

Trata-se da narração, e não da abstração; expomos e esboçamos o conjunto, e não apenas o dissolvemos e o analisamos, contrariando o determinismo mecânico, concebendo a sociedade como um todo unitário e orgânico, da qual a OE faz parte, e precisa ser conhecida, para uma completa compreensão da organização social na Microrregião de Florianópolis.

# **CAPÍTULO I - ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

## **1. Construção da Problemática de Investigação**

Esta pesquisa objetiva avançar as análises sobre entidades de representação de interesses empresariais na Microrregião de Florianópolis, dando continuidade as pesquisas já realizadas<sup>1</sup>. Estes estudos, exploratórios, mostram, de modo limitado, fatos históricos da participação do empresariado local na dinâmica social, econômico e político em diversas instâncias e níveis de abrangência. Enfocamos basicamente, o surgimento de duas Associações<sup>2</sup>, a organização e o funcionamento, o pensamento da direção e as formas de divulgação de idéias, a ação e a influência das Associações nos centros de decisão e administração pública.

Verificamos alguns componentes dessas organizações, sem poder considerar as estabilidades ao longo do tempo, atingindo assim uma espécie de "todo" com um grau de continuidade e limites. O levantamento preliminar, identificou a organização empresarial (OE) e a representação política de seus interesses, localizando o alcance político de duas entidades. Reconhecemos que a) atingem setores e instâncias de poder da sociedade, que b) a liderança empresarial possui uma formação, concebida pelo senso de participação política e c) manifestam-se como agentes ativos da ação política, com seus próprios sistemas de valores e são capazes de fazer escolhas diferentes, enquanto sujeitos históricos e políticos.

---

<sup>1</sup> Agregação e Representação de Interesses Empresariais: estudo de caso enfocando a Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO), Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais UFSC-1992 ; A emergência de novas entidades de representação em Santa Catarina: AEMFLO nos anos 90. Relatório de Pesquisa enviado ao CNPq em 1994 ; Organização e representação de interesses empresariais na Grande Florianópolis: 1915 - 1965, Monografia de conclusão da cadeira de sociologia das Organizações -1994. (ACIF).

<sup>2</sup> (AEMFLO), (ACIF), Tratamos de descrever a organização e os comportamentos e, se confrontavam com as normas, se os líderes eram escolhidos segundo critérios de competência, se os programas eram respeitados. Interrogamo-nos sobre tudo o que condicionava a eficácia das organizações. Este enfoque da organização das entidades, buscou reconhecer as suas funções de representação dos interesses do empresariado com relação aos recursos e as metas da organização, limitando-se a um estudo das relações entre os recursos e as metas.



Até aquele momento, só havia ficado evidente que a realidade sócio-econômica local e as ações políticas que nela se acenavam, continham um conjunto de Organizações que planejavam e atuavam com o objetivo de representar os interesses do empresariado, de vários setores. Chamou a atenção, na análise das Associações, a ação política das lideranças, os processos que interrelacionam entidades de representação de interesses empresariais, os vínculos, articulações e o exercício político com o governo. Esse fato histórico, social e também, jurídico/político, nos levou a considerar a organização do empresariado como meio de exercer a função de reprodução ideológica, considerando que a participação política do empresariado representa função relativa a organização da sociedade, portanto da produção segundo seus interesses. A partir da proposição feita, entendemos ser necessário o entendimento do conjunto de Organizações localizadas na Microrregião de Florianópolis, e sua relação com o universo social, dando conta do aspecto da organização da classe empresarial, com relação a representação de seus interesses.

Diante da existência de uma interrelação diversificada e complexa; diversos níveis de abrangência e atuação, setores e instâncias de competências e poder, com diversas consequências, delimitamos o enfoque. Para nossa análise, selecionamos as entidades mais representativas do empresariado na Microrregião de Florianópolis e tratamos de comparar suas demandas. Selecionamos as seguintes entidades: a) Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), b) Associação Comercial e Industrial de Biguaçu (ACIBIG), c) Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO), d) Clube dos Diretores Lojistas de Florianópolis (CDL-FPOLIS), e) Clube dos Diretores Lojistas de Palhoça (CDL-PALHOÇA) e f) Sindicato do Comércio Varejista de Florianópolis (SINDILOJAS).

Selecionamos estas entidades porque no início dos anos 90 elas se reuniram em uma instância agregadora, o Conselho de Entidades Empresarias da Grande Florianópolis, referido no corpo do trabalho como Conselho de entidades. Em termos gerais, podemos considerar que este conjunto compõe um sistema cooperativo de organizações empresariais na Microrregião de Florianópolis, portanto, o conceito de organização empresarial (OE) a nível local identifica o fenômeno central da análise, por exprimir o essencial desta realidade. O conceito visa verificar as posições políticas das OEs na sociedade, localizando-as a partir do alcance do seu poder político, com relação aos seus pares e os demais segmentos sociais. A partir da comparação e análise das demandas, verificamos suas divergências e convergências e, até mesmo conhecemos fragmentos de uma realidade local, que por sua vez faz parte de uma realidade regional, que faz parte de uma realidade nacional e finalmente global.

Definimos três principais, dimensões do conceito de organização empresarial (OE): a primeira é a organização como estrutura hierárquica de poder; a segunda é a comportamental, a entidade em seu papel específico: a função e posição que ocupa; e finalmente como sistema elaborador de informações e comunicações.(BUCKLEY 1971:)<sup>3</sup>. Estas dimensões denominamos de 1)-estrutural, 2)-comportamental e 3)-sistêmica, precisando os seus indicadores.

---

<sup>3</sup> “O conceito generalizado de organização está estreitamente vinculado ao de informação e comunicação, porque, convém conceber o **sistema** sócio-cultural conjunto de elementos ligados entre si, de forma completa, mediante a intercomunicação da informação mais do que através da energia ou da substância como é o caso dos sistemas físicos ou organizacionais”.

Com relação a estrutura das entidades apresentamos os seguintes indicadores: a) surgimento das OEs na Microrregião de Florianópolis, b) desenvolvimento da organização, c) recursos de poder disponíveis, e) situação legal, administrativa e f) distribuição das entidades na Microrregião. Estes indicadores identificam as OEs e seus agentes enquanto possuidores de requisitos, para praticarem uma ação e ter uma função específica para participarem de decisões.

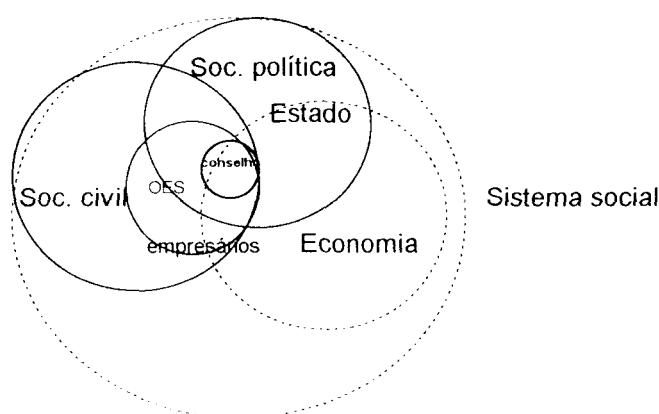
A dimensão comportamental foi apreendida a partir dos indicadores ações e relações, dos dirigentes e/ou lideranças, que dirigem seus dirigidos ou representam os interesses de seus representados. Os indicadores podem ser visualizados nas ações dos dirigentes e/ou lideranças, na prática das a) atividades das OEs ilhoas e continentais e nas b) relações das OEs nas Federações, em atividades inter-setoriais e regionais. Classificamos os comportamentos a partir dos intercâmbios --alianças e ações de colaboração-- entre as OEs, enquanto 1) doutrinárias, 2) corporativas, 3) extra-corporativa e 4) cooperativas.

Aplicamos ao conjunto das OEs, as duas dimensões, estrutural e comportamental juntas, proporcionando uma dimensão sistêmica. Esta dimensão, referente à visão orgânica, lógica de um sistema, apresenta os respectivos indicadores: a) ações conjuntas e de apoio com órgãos públicos, b) dinâmica externa do sistema cooperativo, c) emprego de recursos de comunicação de massa e divulgação ideológica, d) feiras e concursos, e) idéias da liderança empresarial e f) interrelações e planos estratégicos de desenvolvimento para a Microrregião.

Estas considerações definem o sistema cooperativo de representação de interesses do empresariado na região, como parte de um complexo de elementos, que estão direta ou indiretamente relacionados numa rede causal, onde cada componente se relaciona pelo menos uma vez com outros, de modo mais ou menos estável, dentro de um período de tempo. As interrelações existentes são mútuas e unidirecionais, lineares e intermitentes, variando em graus e eficácia.

Diante da complexidade exposta, partimos de uma questão norteadora relacionada com as demandas das OEs, buscando por um lado identificar os diversos setores e instâncias de poder da sociedade, para os quais as demandas são encaminhadas, e por outro lado verificar os respectivos resultados alcançados. Considerando a existência de demandas específicas de cada OE e demandas comuns, ou seja, uma articulação do conjunto delas, partimos da hipótese inicial, supondo que as demandas encaminhadas de forma coletiva teriam maior grau de atendimento. O atendimento das demandas, demonstraria a capacidade das OEs, em participarem do processo de representação de interesses e, o encaminhamento coletivo das demandas, demonstraria a convergência de interesses dentro da classe empresarial, fornecendo indicadores da dinâmica empresarial na região e sua relação com a burocracia do Estado.

Figura 1.1. Ligação que a hipótese sugere entre as variáveis anunciadas



A Figura 1.1. mostra, graficamente, como operacionalizamos o teste da hipótese. Enfocamos as OEs que compõem o Conselho de Entidades para explicar como funciona o sistema cooperativo da classe empresarial na Microrregião. As OEs compõem a sociedade civil que se relaciona com a sociedade política, com a função de manter o funcionamento de um determinado subsistema econômico.

## **2 - *Embasamento Teórico***

Para compreendermos a realidade em foco integramos elementos de contribuições inseridas na discussão teórico-empírica sobre a participação do empresariado/burguesia no processo político. O referencial conceptual teórico está dividido em três grupos temáticos: 1) Sociedade, Estado, Classes e Grupos Sociais, 2) Empresariado, Organização e Sistema social, 3) Empresariado e Representação Política no Brasil, expondo, de forma sintética, alguns elementos teóricos relevantes sobre os quais fundamentamos nossa interpretação do significado dos dados levantados.

### **2.1 - *Sociedade, Estado, Classes e Grupos Sociais***

Nossa orientação pessoal apresenta certas combinações das idéias básicas de MARX e WEBER e elementos de outras análises, como referência de outros tempos e espaços. Para a abordagem e entendimento da sociedade contemporânea, onde encontrasse inserida a Microrregião e, o sujeito coletivo objeto de nosso estudo, a classe empresarial, selecionamos alguns aspectos das perspectivas teóricas de GRAMSCI, POULANTZAS, LINDBLON e OFFE/WIESENTHAL, em termos de uma revisão de posicionamentos, para ver como aparece o empresário em cada uma delas. Em princípio, tratamos o conceito de sociedade como totalidade de indivíduos, entendendo que a sociedade é dividida em classes e grupos de classe e um Estado, conservando o enquadramento de tipo sociológico, “capitalistas” e “trabalhadores” e remetendo a atenção à

organização política ---ganha relevo o momento da realização dos interesses de um segmento específico os empresários. Acrescentamos que o poder político das OEs dentro da sociedade é racionalmente articulado a partir de valores e possibilidades de interesses comuns, definindo assim o elemento estratificador: a propriedade e a forma como esta é possuída.

A teoria Weberiana, quando define o conceito de classes explica que as motivações básicas da ação e da relação social dos indivíduos é orientada e animada por interesses de posse de bens e oportunidades de rendas no mercado, sendo este mercado tanto de produtos como de trabalhos e o interesse é de compensações no mercado. Desta perspectiva teórica, salientamos o conceito de classe social, que refere-se ao grupo de pessoas que se encontram na mesma situação no mercado, portanto a ordem econômica é a matriz geradora da situação de classe. Por isso mantemos a propriedade como determinante fundamental ou *infra-estrutural*, considerando que o poder, as formas de cultura, de vida e de família, assim como os processos educacionais, entre outros, fatores constituem a *superestrutura* --complexo das ideologias religiosas, filosóficas, jurídicas e políticas de determinada classe social dominante numa sociedade. Max Weber concordou com a significação crucial dos aspectos econômicos, acrescentando a dimensão econômica, duas outras dimensões, o *poder* e o *prestígio*. A propriedade define as *classes sociais*, na economia; o poder define as *classes políticas*, nos partidos e; o prestígio é um aspecto cultural de status.

Para proporcionar a sistematização do entendimento das articulações processadas no domínio político-jurídico-ideológico e seu nexos com a instância infra estrutural --o econômico, utilizamos o quadro explicativo de GRAMSCI. Este autor concebe os momentos da *estrutura* e da *superestrutura*, organicamente vinculados, num bloco

histórico. Os momentos mencionados mantêm limites e proximidades mútuas e é exatamente esta unidade, de contrários, que caracteriza o processo real. A integridade dialética das relações entre as ditas instâncias se une através de ligações orgânicas, garantidas por grupos sociais postos a serviço da *superestrutura*. Esta por sua vez abrange duas esferas: a *sociedade política* e a *sociedade civil*.

Sociedade civil e sociedade política são representadas como grandes instâncias reunificadas em um mesmo corpo o *Estado*. Um Estado que representa uma *hegemonia* revestida pela *coerção*, uma direção garantida pela dominação. GRAMSCI salienta que a sociedade política corresponde à função de hegemonia exercida pelo grupo dominante em toda a sociedade e a função de 'domínio direto' ou de comando que se expressa no Estado e no governo jurídico. Os dois componentes do Estado (*Sociedade política* e *sociedade civil*) se entreajudam e por vezes são complementários em tal grau que uma mesma organização pode estar inserida tanto na sociedade política como na sociedade na civil. Enquanto a sociedade política agrupa genericamente a *coesão* e à *violência* (Governos, tribunais, política, etc.) a sociedade civil indica o momento de persuasão e do consenso, da difusão da ideologia das classes fundamentais.<sup>4</sup>

As noções de *coerção* e *consenso* adquirem, no autor, uma situação histórica global, ou seja, num bloco histórico, a classe dominante procura ocultar a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, e exerce seu poder no seio das classes subordinadas, sob duas formas: 1) mediante o consenso ou hegemonia, primordialmente no seio da sociedade civil, utilizando a filosofia, a moral, os costumes, o "senso comum" etc. e 2) mediante o poder, exercido ao nível da sociedade política. Na perspectiva gramsciana, a

---

<sup>4</sup> Para o autor a igreja, a escola e a *imprensa* representam as organizações de maior significado dentro da sociedade civil --exercem função decisiva no bloco histórico, na qualidade de reprodutora da ideologia das classes dominantes. A ideologia significa "uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas". O autor confere a ideologia uma validade psicológica. Enquanto organizam a "*superestrutura necessária de uma determinada estrutura*", as massas humanas, forma o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência e sua posição.

supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como *domínio* e como *direção intelectual e moral*. Um grupo social é dominante em relação aos grupos adversários porque tende a *liquida-los* ou a submete-los, mesmo à força, e é *dirigente* do grupo aliado. Assim, o momento da dominação, da coerção, da ditadura sobre as classes adversárias não basta por si só ao exercício do poder: existe a necessidade de garantir a hegemonia, a coesão, a direção mediante o consenso dos grupos sociais que lhes são mais próximos.

A hegemonia é assegurada, graças ao vínculo orgânico existente entre estrutura e superestrutura, que por sua vez é intermediada pela interveniência de certos grupos sociais intermediários entre ditas instâncias: os *intelectuais*. O critério adotado para falar do intelectual é a função que desempenha um grupo na sociedade, no complexo geral das relações sociais. Para GRAMSCI “*todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais*.” GRAMSCI observa que os intelectuais podem exercer funções mais amplas, “*seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública*”. Pode ser um *empresário*, um administrador, um técnico, um especialista, um padre, um médico, tudo depende da *função de direção* que ele desempenha na sociedade.

Para identificar os agentes políticos empresariais, que ocupam uma posição de dirigentes nas OEs, propomos o conceito de elite, considerando-o como vinculado a uma classe (portanto, com sentido diverso da tradição da teoria das elites). Trata-se de indivíduos que ocupam uma posição de comando ou direção, na representação de interesses da classe social, portanto, na sociedade. Estando os indivíduos agrupados em diferentes graus de organização e consciência política coletiva, a relação das forças políticas pode ser avaliada considerando o grau de homogeneidade, de auto consciência e de organização alcançada pelos grupos, em diversos momentos da consciência política coletiva. Partimos das premissa proposta por GRAMSCI (1984:49), dos momentos das



relações de forças políticas, onde o primeiro momento é o econômico corporativo, em seguida o momento político-jurídico, ou seja, a unicidade entre os fins econômicos e políticos. GRAMSCI, percebe o papel e a força da intelectualidade e da moralidade, integrando um conhecimento adequado para avaliação da sociedade, portanto ao estudo do associativismo empresarial na Microrregião de Florianópolis.

Para entendermos como uma fração dessas forças busca obter a coesão e o consenso de forças opostas, POULANTZAS(1977) contribui com os conceitos de *fração de classe dominante*, *Estado de classe e organização hegemônica*, afirmando que as relações de produção, a estrutura de classe e o Estado são históricas específicas, admitindo que a fração dominante da classe capitalista, estabelece a hegemonia através do Estado. POULANTZAS argumenta que na produção capitalista, o capital (e o trabalho) se fragmenta, mas uma fração (ou frações) do capital pode (especificamente através do Estado de classe) organizar a sua hegemonia. A perspectiva teórica de POULANTZAS contribui propondo o deslocamento da luta de classe para o núcleo do Estado, explicando como a luta de classe molda a forma, a estrutura e o papel do Estado.

O enfoque da função das OEs se apoiou nas referências dos elementos sobre os grupos de interesse na decisão política, norte americana. Contribuição em que LINDBLOM (1981), apresenta elementos para entendermos as atividades das OEs, explicando como as atividades dos grupos, por ele estudados, são realizadas por indivíduos, que não tendo autoridade governamental procuram influenciar as políticas, juntamente com as interações de funcionários que influenciam o processo decisório. LINDBLOM afirma que o grupo de interesse utiliza artifícios para compelir políticos a agirem com outros funcionários e grupos de interesses, afirmando que este têm a capacidade de influenciar as políticas e é composto

por uma minoria de indivíduos. Esta perspectiva afirma a existência de uma fonte de desigualdade política que não se coaduna com as normas democráticas, considera que os instrumentos que os empresários tem acesso (recursos teóricos, recursos financeiros e prestígio) são distribuídos de maneira desigual. Como resultado LINDBLOM aponta para a posição privilegiada do empresariado no processo de decisão política.

Consideramos que o termo grupo de interesse não evidencia a desigualdade de classes e grupos, em termos de normas institucionalizadas em confronto com a realidade, por isso enfatizamos os argumentos de OFFE, WIESENTHAL (1984:), reafirmando que o Estado se compõe de aparelhos institucionais, de organizações burocráticas e das normas e códigos formais e informais que constituem e regulamentam as esferas públicas e privadas da sociedade.

Adotamos, então, a idéia de que existe uma independência relativa do Estado, no momento em que a administração da coisa pública intervém autonomamente na luta de classes, na medida que as contradições surgem dos vários papéis mediadores do próprio Estado, que fazem do Estado a principal arena da crise e o espaço onde ela se resolve e se agrava. Exatamente pelo fracionamento das classes, concordamos com OFFE, WIESENTHAL, que o Estado organiza os interesses da classe pela classe capitalista fracionada, ou pelo menos tenta, no contexto de uma economia de classe.

Os referenciais enfocam outras realidades, principalmente européia e norte-americana e analisam as funções das classes dominantes em outras sociedades. Os elementos teóricos explicam a dinâmica social a partir da organização social dirigida por um Estado, que por sua vez é composto e influenciado por uma classe através dos grupos formalmente organizados e dirigidos por uma liderança. Os fenômenos vinculados a produção de uma concepção de mundo, de uma hegemonia moral e intelectual dos meios de direção social, são partes constitutivas do poder. Daí a necessidade de apreendermos os

elementos constitutivos da OE local e seu funcionamento dentro do sistema social mais amplo, a partir do conjunto de elementos interligados, através das concepções de mundo, apresentada no seu discurso. O discurso é considerado como uma necessidade intelectual inata no homem, e deve ser aprendido, como força moral que move o indivíduo pelo interesse coletivo e individual. Dessa apreensão depende a adequada avaliação dos seu enraizamento nas instituições sociais.

## **2.2 - Empresariado, Organização e Sistema social**

Entendemos que o alcance do poder político se dá através da associação, da organização, das condições de planejamento estratégico, do meio ambiente das organizações e da organização de classe empresarial. Como na perspectiva de OFFE, WIESENTHAL, concordamos que existem diferenças substanciais nos funcionamentos e desempenhos das organizações de classe. Diferenças que são consequências e manifestações antagônicas de classe.

O sistema político é formado por grupos sociais distintos no âmbito da sociedade civil e articulado, mediado e garantido pelo Estado. Neste aspecto, concebemos o associativismo a partir de um ponto de vista classista, percebendo como é a capacidade de agir e impor-se, bem como o tratamento dispensado pelo Estado ao grupo da classe empresarial. No seu aspecto político, a palavra associação de classe é definida como relações privadas que se fundamentam na propriedade privada. Empregamos o termo associativismo para designar um tipo específico de relação social assumida pelo conflito de classes que tem como fundamento básico os princípios do liberalismo burguês. Lembramos aqui, que a sociedade civil moderna instituiu o contrato social pautado no liberalismo político. Com a ascensão do capitalismo na Europa o ideário político burguês se consolida

paulatinamente. No Século XVIII, Adam Smith (1983) lançava os fundamentos básicos do liberalismo, em sua obra *A Riqueza das Nações*. Para Smith, os indivíduos movidos pelos seus próprios interesses, procurando maximizar seus lucros, acabariam por promover o bem comum através do livre jogo do mercado (mão invisível) e a riqueza social iria se distribuir de forma automática de modo a beneficiar toda a sociedade.

Ainda, segundo este autor, a liberdade de mercado, o fluxo de mercadoria e dinheiro promoveriam um equilíbrio entre demanda e oferta (lei de Say), impedindo que surgissem problemas de abastecimento ou escassez.<sup>5</sup> De ordem política e econômica, este conjunto de idéias é utilizado pelos grupos políticos-empresariais ligados ao capital, para designar o antagonismo existente entre os grupos sociais que ocupam posições diferentes no processo social de produção e diferencia-se dos definidos por MARX e ENGELS.<sup>6</sup> No caso do modo de produção capitalista, MARX e ENGELS enfatizam a contradição fundamental que ocorre entre capitalistas (proprietários dos meios de produção) e trabalhadores (possuidores da força de trabalho). Assim, para a explicação do processo de unificação do pensamento e da ação da classe empresarial, adotamos o conceito de hegemonia, porque remete ao esclarecimento das relações entre infra-estrutura e superestrutura.

GRAMSCI (1984: 311) explica que em uma conjuntura específica, os grupos de elite sofrem oposição das forças emergentes, grupos subordinados, num processo de luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social. Portanto falar de hegemonia implica falar, também, de crise de hegemonia, que se caracteriza pelo enfraquecimento da direção política da classe no poder, ou pelo enfraquecimento do seu poder de decisão política e perda do consenso. Por isso, entendemos, concordando com GRUPPI (1978), que a luta pela

---

<sup>5</sup> Nestas condições de equilíbrio econômico, ao Estado cumpriria apenas zelar pela moeda nacional, proteger as fronteiras e se encarregar de obras públicas que, por desinteresse econômico, pudesse ser realizado por capitalistas privados.

<sup>6</sup> Em *A ideologia alemã*.

hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado não se trava só nas instâncias econômicas e políticas, mas também nas esferas da cultura. Daí a necessidade de evidenciar a apropriação elitista da cultura e do saber. Para dar conta da realidade social adotamos as explicações descritas sobre a sociedade, o Estado, as classes e os grupos sociais, entendendo que o empresariado têm papel preponderante na organização do sistema social, em escala mundial. Estes elementos teóricos foram comparados às contribuições sobre a OE no Brasil, as quais expomos, sinteticamente, no próximo item

### ***2.3 - Empresariado e Representação Política no Brasil***

Entendemos que a análise do sistema social não deve limitar-se a caracterização, estratificação ou hierarquização dos diferentes agentes, mas sim deve captar a ação política destes enquanto sujeitos históricos e políticos, ou seja, suas tendências, processos, posição social e estrutural (BUZANELLO: 1991). Por isso integramos à discussão teórico-empírica o referencial sobre a participação do empresariado/burguesia no processo político brasileiro.

A apreensão desta realidade é auxiliada por Eli DINIZ (1978), quando analisa o momento histórico (1930-1945) e o papel político do empresariado brasileiro. Este conhecimento fornece subsídios para interpretação do papel e do comportamento dos setores empresariais e a sua relação com o Estado. Aprendemos com DINIZ, BOSCHI (1979), que a forma da atuação e a ideologia do empresariado, também acontece por meio de OEs. Estes autores informam que as OEs apresentam um estilo de relação com o Estado –formulação e implementação de políticas. A apreensão da relação Estado sociedade e o processo de mudança mostram dois formatos distintos de organização empresarial: corporativo e extra-corporativo.

Esta referência informa que a proliferação de Associações empresariais se dá em função do processo de diferenciação econômica e social, e da articulação entre os dois formatos --corporativo e extra-corporativo, acontecendo devido ao comportamento da estrutura oficial, como forma de representação autônoma. E ainda que o maior grau de concentração regional e a expansão das entidades representativas se dá entre os segmentos líderes das fases do processo de industrialização.

DREIFUSS (:1981), contribui quando explica que o empresariado brasileiro é um sujeito coletivo atuante, mobilizado à prática política e componente da organização política da elite para influenciar as diretrizes políticas no Brasil. Estudando o momento histórico e o papel político das elites em tempos de abertura e modernidade (DREIFUSS: 1989) entendemos como, no Brasil da Nova República, os empresários chegaram ao centro do cenário político. Adotamos as sugestões de DREIFUSS (:1986), quando propõe uma radiografia da atuação político ideológica das classes dominantes, no planejamento estratégico e na implementação da ação política da classe, entendendo que as funções conectivas e organizacionais, no interior da classe dominante, têm o propósito de articular os processos de criação da hegemonia. Este autor explica que a atuação das “*elites orgânicas*” visa a produção da coesão interna da classe dominante, por isso analisa a formulação, divulgação e o desenvolvimento do discurso ideológico para o conjunto das classes dominantes, a partir desses agentes coletivos político-ideológicos.

Nossa proposta contém o entendimento, que é necessário captar um sentido mais amplo que as entidades tem, no que diz respeito ao estudo dos órgãos de representação de classe, concordando que “*é condição indispensável no estudo dos órgãos de representação e implica em situar (empresários) no conjunto do sistema capitalista*”. Assimilamos que um órgão formalmente corporativo pode atuar politicamente e que a articulação de elementos

empresariais e mais, a ação ou omissão dos órgãos de representação podem interferir, de forma direta ou indireta, nos processos políticos de articulação ou rearticulação de grupos interburgueses, com o objetivo de influenciar ou controlar o poder de Estado. (MINELLA: 1989).

### **3- Metodologia**

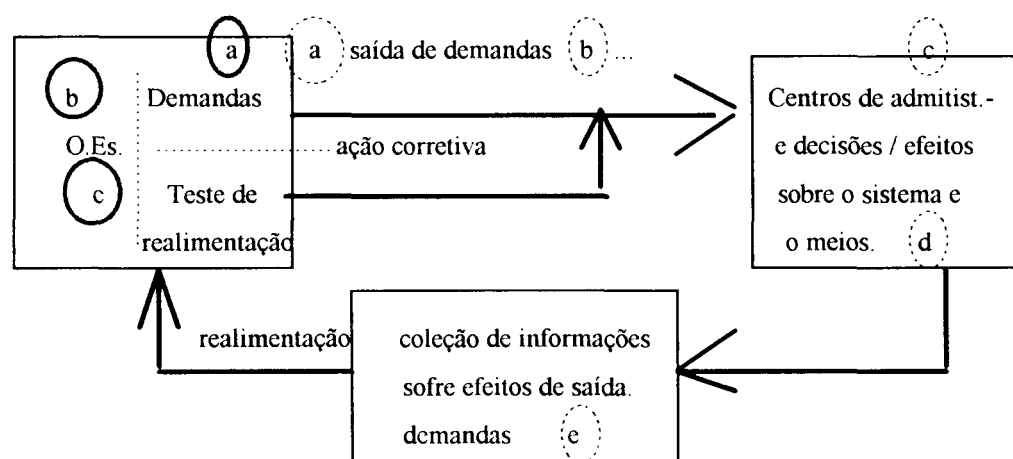
Nosso interesse, por um lado, se constitui nesta questão mais ampla e se divide em, saber quais são as demandas e a forma como são encaminhadas no universo local, onde este sujeito social (empresário) está inserido, por outro, saber da situação destes sujeitos no sistema social e a forma como reproduzem as idéias dominantes. Identificamos as principais demandas encaminhadas pelas entidades, reconhecendo a multiplicidade dos fatores que agem entre si.

Diante da quantidade de OEs na Microrregião e as funções atribuídas aos seus procedimentos, bem como aos seus respectivos resultados, se fez necessário algumas delimitações, tanto no aspecto quantitativo, como qualitativo das organizações. O modelo de análise construído nos auxiliou na coleta dos dados empíricos, tendo em vista o teste da hipótese. A abordagem do objeto foi sistemática e dialógica, privilegiando as práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço, como requer a dinâmica social, reconhecendo as teorias como projetos inacabados do conhecimento da realidade social. Os fenômenos da transição histórica foram utilizados como forma possível de conhecer a realidade social de modo científico.

Os problemas foram enfocados a partir das demandas empresariais, considerado-as como um processo de *inputs* que lhes chegam do ambiente externo (econômico, político,

administrativo, etc.) e se transformam em *outputs*, quando encaminhados aos centros de decisões e administração. Os efeitos destas decisões políticas no ambiente externo (no sistema social e no meio ambiente), retroagem ao ambiente das OEs provocando assim, sempre novas demandas. Consideramos as OEs como centros de controles realimentativos da busca social de metas, exemplificados no sistema abaixo.

Figura 1.2. Centro de controle realimentativo da busca social de metas



(\*) Os círculos em negrito representam o 1º grupo de itens do objetivo geral e os pontilhados o 2º

Consideramos três, principais, dimensões do conceito de organização empresarial (OE): 1) estrutural, 2) comportamental e 3) sistêmico. Esta última dimensão e seus respectivos indicadores oferecem um quadro das distintas variedades de cooperação entre organizações empresariais e as formas de ação coletiva do empresariado na sua interação com a ação coletiva dos seus pares. Ações que se referem não somente a eles, mas a outras pessoas, as quais foram envolvidas com os resultados da implementação das decisões tomadas pelos referidos sujeitos.



### **3.1. Técnicas de pesquisa**

Dado a complexidade e amplitude do estudo fizemos uso das seguintes técnicas de investigação:

a) analisamos a bibliografia para a atualização das literaturas recentes sobre o tema, as quais nos auxiliaram na descrição da região, da estrutura social e política, bem como, da História econômica e as características atuais do sistema de representação de interesses.

b) análise documental incluiu: atas de fundação, de assembléias, de reuniões de Diretoria; estatutos; correspondências recebidas e emitidas; cadastro de filiados e cadastro da DRT. Analisamos fontes hemerográficas, que incluíram órgãos internos de informação, publicações periódicas de circulação regional, estadual e nacional.

c) material dos censos e outras fontes de informação foram utilizados na pesquisa para a análise de dados estatísticos. Baseados nestas informações preparamos as taxas, índices, percentagens e outros indicadores, para finalmente apresentar as informações de forma a integrá-las aos dados.

d) um questionário que foi entregue pessoalmente as entidades selecionadas, através do qual identificamos o perfil das organizações empresariais selecionadas, tendo em conta os indicadores utilizados para esta pesquisa<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> 01 nome da entidade, 02 data de fundação, 03 setor que atua, 04 filiados e associados, 05 área de abrangência da representação, 06 principais atividades, 07 incentivos, patrocínios e promoções de eventos, 08 forma de filiação ou associação, 09 Formas de divulgação, 10 tipo de publicação própria, 11 procedência das receitas, 12 critérios definidores do valor das contribuições, 13 membros das diretorias, 14 órgãos superiores em que as entidades estão filiadas, 15 principais demandas.

## **CAPÍTULO II - BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO**

### **1. Caracterização da evolução histórico-econômica da Microrregião de Florianópolis e surgimento das OEs**

Apresentamos neste Item uma caracterização da evolução histórico-econômica da Microrregião de Florianópolis, que compreende os municípios de Florianópolis (região insular e continental), Biguaçu, Palhoça e São José (continental), situando temporalmente o início dos empreendimentos empresariais e o contexto do surgimento das OEs, a estrutura social e política, bem como, da história econômica. Este procedimento visa auxiliar a apreensão das características atuais da Economia e das Organizações Empresariais na Microrregião de Florianópolis, para em seguida, no próximo item, situarmos espacialmente os efeitos disto no sistema social e no meio ambiente.

Na Ilha de Santa Catarina e arredores habitavam os carijós, da nação Tupí-guaraní (dizimados)<sup>1</sup>. A atual Florianópolis, foi fundada com o nome de Nossa Senhora do Desterro em 1673, constituindo-se em uma base militar estratégica, devido a uma série de conflitos militares entre Portugal e Espanha. A princípio o excedente econômico destinou-se basicamente à manutenção da tropa e da burocracia administrativa. Com a criação da Capitania subalterna de SC (1738) houve significativa integração da região à economia colonial. A economia de simples subsistência adquiriu *feição* comercial.

---

<sup>1</sup> Segundo o Professor Silvio Coelho dos Santos, no final do século XVI já não existiam mais índios nesta Ilha, exterminado pelas doenças, escravidão e assassinados. A Ilha de Santa Catarina era uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, conforme relatado por Frézier, cientista francês, em 1712. (PALMA DE HARO, 1990:23) Hoje graças a criação dos parques do Rio Vermelho, da Lagoa do Peri, do maciço da Costeira e da Cidade das Abelhas, podemos ver o que sobrou. Com a criação do Parque Ecológico do Desterro<sup>1</sup>,

Os engenhos eram os supermercados de antigamente. Moradores antigos, como seu Manoel Ramos. 67 anos, lembra que comunidades como Canto da Lagoa chegavam a ter mais de 10 engenhos, que produziam em média 30 sacos de 70 quilos de farinha por ano. Atualmente em toda a cidade é difícil encontrar um só engenho trabalhando como antigamente: com forno a lenha e movido por bois. A maioria foi demolido para dar lugar a novos prédios, ou trocou a tradição por novas técnicas de manufatura da mandioca. (Jornal da Lagoa, 11/95:8)

Comerciantes e armadores mantinham relações com o resto do país e com o estrangeiro, vindo a constituir um dos segmentos da elite de Desterro, juntamente com os oficiais e burocratas. (CABRAL, 1960:57) Isto muito distante da época, quando a população era composta basicamente por imigrantes portugueses, na sua grande maioria açorianos, que começaram a colonização de Santa Catarina e do Sul do Brasil a partir de 1748, depois vieram outros povos de origem Européia. Na atividade comercial é destacada a presença dos imigrantes sírios, gregos e alemães, estes últimos representados em especial pela firma Hoepcke, a qual, no fim do séc. XIX importava mercadorias, especialmente da Alemanha<sup>2</sup>. (CEAG/SC, 1980:99)

Com relação a formação do Capital industrial catarinense é de consenso geral entre os autores catarinenses que a inovação empresarial está ligada a experiência e

---

<sup>2</sup> "A cidade de Desterro (atual Florianópolis), cidade eminentemente administrativa, em função de ser a sede do governo, teve em Carl Hoepcke, seu pioneiro, no que se refere a industrialização. Paralelamente a uma intensa atividade comercial (comércio importação e exportação) cuja firma Carl Hoepcke & Cia, foi criada em 1885, instalou a Empresa Nacional de Navegação Hoepecke. Prosseguiu com a instalação do estaleiro Arataca para atender as suas necessidades. Em 1896 criou a fábrica de pontas Rita Maria (fábrica de pregos) e ainda uma fábrica de gelo, em 1917, adquiriu a fábrica de rendas e bordados (criada por Ricardo Ebel) cuja produção é admirada internacionalmente, nos dias de atuais." Posteriormente, essa empresa montará fábricas de pregos e de bordados, "o que mostra, mais uma vez o trinômio comércio import-export, imigrante e indústria." (PIAZZA, Walter F., HUBENER, Laura M., 1986)

conhecimentos técnicos industriais, acrescidos ao nível cultural dos muitos emigrantes, especialmente alemães e italianos (BOSSLE 1988:35). A proposição anterior pode ser evidenciada na Tabela 2.1, onde aparecem Joinville com 27,8%, da produção do Estado, vindo em segundo Blumenau com 38 empresas, 25,8% da produção e Brusque com 11 empresas e 3,7%, perfazendo no total 53,2% das empresas e 57,3% da produção do estado, todos estes municípios colonizados principalmente por germânicos. Em Florianópolis registra-se 19 empresas que representam 12,2% do valor da produção total, mas a maioria dos estabelecimentos e a maior aplicação de capital e 50% do operariado se referem aos estabelecimentos de Carl Hoepcke e Horn, imigrantes germânicos.

**Tabela 2.1. Distribuição dos estabelecimentos industriais por municípios, no ano de 1907**

| MUNICÍPIOS        | NÚMERO ESTABELECIMENTOS | CAPITAL APLICADO CONTOS DE RÉIS | RELAÇÃO O TOTAL APLICADO % | NÚMERO DE OPERÁRIOS | %    | VALOR DA PRODUÇÃO EM CONTOS DE RÉIS | %    |
|-------------------|-------------------------|---------------------------------|----------------------------|---------------------|------|-------------------------------------|------|
| JOINVILLE         | 43                      | 3.349                           | 34,6                       | 479                 | 22,8 | 3.930                               | 27,8 |
| BLUMENAU          | 38                      | 2.401                           | 24,8                       | 642                 | 30,5 | 3.647                               | 25,8 |
| BRUSQUE           | 11                      | 795                             | 8,2                        | 177                 | 8,4  | 516                                 | 3,7  |
| FLORIANÓPOLIS (1) | 19                      | 1.056 (550) <sup>1</sup>        | 10,6                       | 211 (106)           | 10,0 | 1.758 (900)                         | 12,2 |
| ITAJAI            | 9                       | 345                             | 3,6                        | 125                 | 6,0  | 641                                 | 4,5  |
| LAGUNA            | 5                       | 180                             | 1,9                        | 58                  | 2,8  | 307                                 | 2,2  |
| OUTRAS            | 48                      | 1.548                           | 16,0                       | 41                  | 19,5 | 3.338                               | 23,8 |
| TOTAL             | 173                     | 9.674                           | 100                        | 2.102               | 100  | 14.137                              | 100  |

(1) - Os números entre parênteses referem-se aos estabelecimentos de Carl Hoepcke e Horn. BOSSLE: CNI/FIESC, 1988)

Fonte: Centro Industrial do Brasil, 1907. Vol. III - pp. 109-116. Cunha, José I., op. cit. p.96

Dentro deste contexto surgiram no comércio da capital casas de importação e exportação com dirigentes de origem teuta ou suíça, como foi o caso da firma já citada (a Carl Hoepcke e Cia. implantou um complexo com atividades comercial, industriais e bancárias) e Wellman & Bade, Moelmann e Cia., Wendhausen, Vahl, entre outras. O desenvolvimento do comércio da Capital dirigido principalmente por elementos da comunidade grega que aqui se fixaram a partir da década de 80<sup>3</sup>, é demonstrado pela

<sup>3</sup> Destacaram-se membros das famílias Savas, Kotzias, Atherino, Corfu, Spyrides.

organização política dos comerciantes. Um dos indicadores da estabilidade no comércio da Capital foi a fundação da Associação Comercial de Florianópolis --ACF. (13/05/15), quando uma comissão composta por comerciantes reuniu-se em 21/04/1915: André Wendhausen, Francisco Pereira Oliveira F<sup>o</sup>. e Lauro Linhares, este último representando a firma Carl Hoepcke, para organizarem a ACF. Neste mesmo ano em 13/05 na sede do Clube 12 de Agosto, os sócios fundadores reúnem-se para uma Assembléia Geral, afim de eleger a Diretoria provisória da Associação<sup>4</sup>. Entre os consultores jurídicos da ACF constam personagens histórico-politíticos relevantes<sup>5</sup>. Foram representantes da Associação, junto á Confederação das Associações Comerciais do Brasil, nos anos de 1918 até 1922, o Senador Vidal Ramos e os Deputados Federais Abdom Baptista e Pereira Oliveira. Com relação a situação política, daquela conjuntura, (CARREIRÃO, 1990:130) identifica um forte predomínio de partidos conservadores no plano eleitoral.

O que nos interessa nesta análise é sua referência a um segundo tipo de contexto propício à dominação oligarquia, a qual se caracteriza pela concentração do poder econômico não agrícola.<sup>6</sup> Florianópolis se caracterizou pela inexistência de uma atividade industrial que permitisse a geração de uma gama de empregos e o crescimento autônomo da cidade, da mesma forma não desenvolveu atividades agrícolas significativas.

<sup>4</sup> Que ficou assim constituída: Presidente: Cel. Emílio Blum; Vice-Pres.: Francisco Pereira Oliveira F<sup>o</sup>.; 1<sup>o</sup>. Secretário: Lauro M. Linhares; 1<sup>o</sup>. Tesoureiro: Antônio Linhares. Esta entidade foi considerada de utilidade pública pelo Decreto Federal no. 8.866 em 1917.

<sup>5</sup> Drs. Nereu Ramos, Aderbal Ramos da Silva, Afonso Wanderley, João José Cabral, Osvaldo Bulcão Vianna, Raul Caldas, José Felipe Boabaid, Emílio da Silva J<sup>o</sup>., Hélio da Nova, José Márcio Vieira, Germano Amorím, Jairo Lisboa, Juvêncio Virgílio e outros.

<sup>6</sup> "...Neste contexto, as maiores indústrias detêm um poder econômico e político muito grande --pela contribuição de impostos, pelos empregos que geram e dispõe, pelas relações que estabelecem com outros setores da atividade econômica, etc..." (CARREIRÃO, 1990:130-132)

CARREIRÃO (1990) afirma que o município cresceu como centro administrativo e cultural do Estado.<sup>7</sup>

Ressaltamos o aspecto que CARREIRÃO (1990:137-8) aponta como merecedor de maior estudo, a relação entre os grupos e o sistema financeiro público. Segundo ele, alguns indícios sugerem que essa relação pode ter sido uma flagrante estratégia de controle de recursos públicos pelos grupos dominantes: entre os exemplos citados, o primeiro é o da casa bancária Hoepcke. Esta teve seu volume de depósito do Tesouro Estadual aumentado durante a gestão, no governo do Estado, de Aderbal Ramos da Silva (genro e comandante dos negócios de Carl Hoepcke e consultor da ACF). Com relação a urbanização da cidade de Florianópolis, foi com a inauguração da ponte Hercílio Luz em 05/1926, que os 40 mil habitantes da cidade puderam trocar os serviços das balsas<sup>8</sup>, pela travessia segura pela ponte.

Neste contexto, o porto de Florianópolis, começa a não responder às exigências tecnológicas das embarcações deixando de ter a importância econômica de outrora, perdendo sua função quanto ao comércio de cabotagem e de passagem, limitando-se a função pesqueira. Nos anos seguintes não encontramos registros que indicassem fatos significantes para a economia local, *“ao atingir a déc de 1940 e 50, a capacidade produtora de Florianópolis foi tornando-se inexpressiva, mas continuou seu ritmo de expansão urbana.”* (HÜBENER, 1991:216).

---

<sup>7</sup> “Florianópolis apesar de ser o município mais urbanizado do Estado, apresentou um padrão de dominação eleitoral conservadora. A dependência de grande parte da população frente ao poder público (na ausência de industrialização) e a relativa capacidade deste em absorver essas demandas, parece ter influenciado consideravelmente na existência daquele padrão” (CARREIRÃO, 1990:134-135)

<sup>8</sup> Monopolizado, o serviço era tão ruim que se quer oferecia cobertura para proteger os passageiros do sol e da chuva. (folha da Cultura)

O comércio de Florianópolis acompanhou o ritmo desta expansão urbana, os comerciantes pagavam taxas sindicais, mesmo sem a existência de uma entidade que os representasse (INFORMATIVO SINDILOJAS 1991:04). O fato levou Manuel Donato da Luz a reunir um grupo de comerciantes, na sede social da então Associação Profissional do Comércio Varejista de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Tijucas (14/07/48) e fundar o Sindicato do Comércio Varejista de Florianópolis (SINDILOJAS). *"Manuel Donato da Luz abriu o encontro para explicar que por carta sindical expedida pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Morvan de Figueiredo, passou a Associação Profissional do Comércio Varejista de Florianópolis à categoria de Sindicato do Comércio Varejista de Florianópolis."* (INFORMATIVO SINDILOJAS 1991:04)

Donato da Luz, o primeiro presidente do SINDILOJAS,<sup>9</sup> representou papel preponderante na criação da Federação do Comércio de Santa Catarina (FECOMÉRCIO), no mesmo ano, no dia 10/08, na sede da Associação Comercial de Florianópolis. Reuniram-se na ocasião, os delegados dos sindicatos Varejista de Florianópolis, do Comércio atacadista, dos Representantes Comerciais de Florianópolis, dos Despachantes Aduaneiros, dos Representantes Comerciais de Joinville. Charles Edgar Moritz, o primeiro presidente do FECOMÉRCIO, provisoriamente até a obtenção da Carta de seu reconhecimento, teve como vice Donato da Luz. (INFORMATIVO SINDILOJAS 1991:04)<sup>10</sup>

<sup>9</sup> A Diretoria foi composta pelos seguintes membros e respectivos cargos: Reynaldo Filomeno Secretário, João Augusto de Sá Martinière Tesoureiro, João Jorge Moussi, Jacy Daussen e Fermino Lourenço Suplentes, Eugênio Spoganicz, Miguel Maltz e Arnaldo Luz Conselho Fiscal. (INFORMATIVO SINDILOJAS 1991:04)

<sup>10</sup> A Diretoria provisória foi composta: Presidente Charles Edgar Moritz, Vice Presidente Manuel Donato da Luz, Secretário Severo Simões, Tesoureiro Haroldo Soares Glavan.

Verificamos que o ritmo da expansão urbano manteve-se estável nos anos 40 e 50, e apenas nos anos 60 a expansão econômica na Região apresenta indícios de crescimento (HÜBENER, 1991). Com a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, da Eletrosul, a construção da BR-101, ligando a Região a outros centros e as obras de urbanização de Florianópolis e São José, inicia-se uma fase de maior dinamismo na economia local. Esta fase mostra também a mobilização classista dos comerciantes.

Constatamos o aparecimento de uma nova OE neste período, o Clube, hoje Câmara dos Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL/FPOLIS), fundado em 28 de Julho de 1960, na sede da FECOMÉRCIO, com o propósito de integrar os varejistas na luta pelos seus interesses.<sup>11</sup> Observamos na criação do CDL, um clima de competição entre lideranças empresariais locais. Roberto Bessa, que dirigiu o CDL/FPOLIS de 1963 a 1964, observou que *“Na época já havia a Associação Comercial que abrangia todo o comércio. E existia uma certa reserva aos projetos da CDL. Achavam que era concorrência.”* Observa-se porém, o rodízio que o empresário faz, na direção das duas OEs --ACF e CDL-FPOLIS, *“Dois anos depois de Deixar o cargo no Clube, Bessa assumiu o desafio de responder pela vice-presidência da ACF.”* Este empresário observa que uma das grandes dificuldades a serem vencidas era *“Conscientizar os lojistas da Importância do papel que o Clube passaria a exercer na vida de cada um,”* (D.C. 28/07/95:18).

Nos anos seguintes, a visível mudança da estrutura demográfica e econômica de Florianópolis mostra que a pacata cidade dos anos 60 e sua conjuntura, ficaram na história

---

<sup>11</sup> Entre as fundadoras encontra-se as empresas Pereira Oliveira & Cia. Ltda., A Modelar S/A., Machado & Cia., Irmãos Glavan, Carlos Hoepeke S/A., Irmãos Daux S/A., B. Caldeira de Andrade, Germano Stein S/A., Eletro Ramos S/A., Oscar Cardoso S/A., e Lehmkuhl & Silva.



para ceder espaço ao progresso. Com a instalação da Eletrosul e da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, o comércio ganha uma "legião" de consumidores (para o mercado local), os funcionários públicos bem pagos.

O setor da construção civil ganha clientes potenciais, que aliados a abundância de mão de obra barata e dos créditos liberados pelo instinto BNH (Banco Nacional de Habitação), criam condições para os empreendimentos do setor. (Expressão nº 8, 1990) Este novo impulso econômico da Microrregião causa o congestionamento urbano e a desenfreada especulação imobiliária de Florianópolis nos anos 70, obrigando o poder público a construir uma segunda ligação Ilha-Continente e o aterro da Baía Sul, para dar vazão ao fluxo de veículos, em 1975.

Nos anos 80, este processo acelera-se, com a descoberta do lugar pelos turistas, principalmente argentinos, que encontraram o câmbio favorável, para eles, obrigando o poder público a construir uma terceira ligação. Esses fatores permitiram que a região continental da cidade e os municípios vizinhos, principalmente São José, entrassem no circuito desenvolvimentista da Capital. Por exemplo, a população do município de São José (tabela 2.2) mostra uma inversão da população do rural para o urbano: em 1960 10% da população na zona urbana e 90% na rural, no início dos anos 80 ocorre uma inversão. No início dos anos 90 a população economicamente ativa do município contava com 47.744 habitantes.

**TABELA 2.2. Evolução da População no município de São José**

| ZONA \ ANO | 1960   | 1970   | 1980   | 1990    |
|------------|--------|--------|--------|---------|
| Urbana     | 2.537  | 28.916 | 79.200 | 164.700 |
| Rural      | 22.903 | 13.619 | 8.617  | 14.500  |
| Total      | 25.440 | 42.535 | 87.817 | 179.200 |

Fonte: IBGE (?)

Consolida-se a importância dada ao turismo, como mostra a notícia da Gazeta Mercantil, formando uma noção do turismo em Florianópolis. *"Florianópolis, definitivamente entrou no rol dos melhores centros turísticos do país e do Cone-Sul. O povo está vindo, em massa da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, do Rio Grande do Sul, do Acre e até mesmo de Estados onde as praias são famosas."* (G.M.Valério Fabris, 03/01/91:4).

Florianópolis deixou de ser uma cidade eminentemente administrativa e o setor público de ser dominante, e já pode ser chamada de pólo turístico. *"A estrela do verão brasileiro"*, título da primeira matéria do caderno especial Relatório Gazeta Mercantil de 30/11/93, comenta que apesar dos problemas na infra-estrutura de turismo da cidade, a partir do início dos anos 80, Florianópolis caminhou para uma posição de destaque no turismo Internacional. Com o crescimento do setor turístico (hotéis e restaurantes, principalmente), os setores comercial e imobiliário, a reboque, tiveram um considerável crescimento.

Tudo isto, é claro, com uma significativa mudança nas características, não só econômicas, mas também sócio-culturais e ambientais da Região. Sendo o turismo a principal atividade econômica da Ilha, a defesa e a preservação destas características depende o futuro. Mais de 60% da população economicamente ativa, dedica-se a prestação de serviços junto a órgãos públicos municipais, estaduais e federais (SEBRAE/FIESC, 1995:12)

Iniciativa de alguns empresários da indústria tecnológica, cujas empresas iniciaram suas atividades no início da década de 80, a criação da Associação Catarinense de Telemática e Eletrônica (Acate), colocou em pauta os projetos de criação de um

condomínio industrial de informática e da criação de distritos industriais de tecnologia. No ano de 1986 nasceu a idéia dos parques tecnológicos, propagando a noção que a área tecnológica é uma das soluções econômicas e não agride a vocação turística da cidade, e ainda que, a cidade oferecia condições ideais para o desenvolvimento da indústria tecnológica<sup>12</sup>. (SEBRAE/FIESC, 1995:12)

Na Capital o Complexo Industrial de Informática é composto pela Incubadora Empresarial Tecnológica (IET) e pelo Condomínio Industrial de Informática, estes por sua vez, contam com os centros de apoio empresarial como o Parque Industrial Alfa, a Fundação Centro Regional de Tecnologia e Informática (Certi) e o Centro Tecnológico em Automação e Informática (CTAI).<sup>13</sup>

Atualmente, Florianópolis abriga um relevante pólo: o da produção de moda e vestuário em geral, na sua maioria micro-empresas familiares. Algumas destas empresas obtiveram um bom resultado e comercializam a sua própria produção no varejo<sup>14</sup>.

O Surgimento do embrião da indústria da construção civil se deu no município de São José. (Expressão, n.º 8-1990) A edificação do bairro Kobrassol, em São José, feita em conjunto pelas empresas Cassol, do setor da construção civil, pela Brasil Pinho, do setor madeireiro e pela Koerich, do comércio deu um impulso à expansão da economia da

---

<sup>12</sup> Boas universidades e escolas, segurança, apoio dos governos, municipal e estadual e o apoio da Federação das Indústrias do Estado e os bancos de Desenvolvimento.

<sup>13</sup> Os primeiros passos já foram dados no sentido de instalar-se um pólo de Informática, o Têcnopolis. "Esse é o único processo de atração de empresas em que a capital do Estado está apostando, garantiu o assessor para o desenvolvimento econômico da Prefeitura Ricardo Hoffmann." (D.C. 21/07/91).

<sup>14</sup> A Associação das Indústrias do Vestuário de Florianópolis, implantou no Terminal Rodoviário Rita Maria, uma feira permanente do vestuário, reunindo micro-empresas da Região, os resultados, incentivaram o aluguel de outros espaços e a reunião de mais empresas, utilizando o mesmo sistema de comercialização. Por outro lado, a produção artesanal de rendas, atividade característica da Região, é uma atividade em extinção.

Microrregião (1974 e 1976). As obras do Kobrassol, um bairro inteiro construído em regime de subcontratação, ampliaram o quadro de construtoras e permitiram o surgimento de outras tantas. *"Não imaginávamos que a explosão demográfica e comercial seria tão grande"* Adroaldo Cassol (DC, 21/07/91).

A implantação do Distrito Industrial, em São José, contou com a iniciativa do executivo municipal e os empresários da região. Estes uniram-se em 1978 para obter recursos do Programa de Cidades de Médio Porte (Expressão, 1990 n.º 8). Este procedimento aliado a outros, conseguiu trazer para o município diversas indústrias. A Tabela 2.3 nos dá uma noção do acentuado crescimento econômico do Município de São José e do curto espaço de tempo que isto ocorreu.

**TABELA 2.3. Crescimento dos empregos e dos estabelecimentos empresariais em São José**

| Ano        | 1 9 7 0 | 1 9 8 0 | 1 9 9 0 |       |        |        |
|------------|---------|---------|---------|-------|--------|--------|
|            | Estab.  | Empr.   | Estab.  | Empr. | Estab. | Empr.  |
| Comércio   | 214     | 536     | 570     | 2.356 | 3.454  | 12.571 |
| Serviços   | 72      | 104     | 400     | 1.119 | 1.744  | 7.649  |
| Indústrias | 54      | 565     | 174     | 2.810 | 1.021  | 6.445  |
| Total      | 340     | 1.205   | 1.144   | 6.285 | 6.219  | 26.665 |

Fonte: IBGE, citar obra, ano

Em março de 1982 o Distrito Industrial de São José contava com 18 indústrias que empregavam 400 pessoas. Na época esperava-se a instalação de mais cinco empresas que empregariam 3.500 pessoas(DC, 21/07/91). Em 07/07/84, é formada a Associação Empresarial do Distrito (AEDIS) que transformou-se em Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis --AEMFLO, (14/08/86) (PROCHNOV:1982). Em 1992 o município contava com 1.093 indústrias, que gerariam 6.894 empregos(DC, 19/03/92), sendo

50 delas no Distrito Industrial, localizado à margem da BR-101, a 12 Km da Capital, numa área de 113 hectares. O município conseguiu abrigar o oitavo parque industrial do Estado, graças à doação de terrenos e a isenção de impostos por cinco anos (Expressão, 1990).

Os dados informam que em 1995 o parque industrial de São José conta mais de 1.200 empresas<sup>15</sup>. Há ainda cerca de seis mil estabelecimentos distribuídos entre prestação de serviços e comerciais, este com concessionárias autorizadas das principais marcas de automóveis e dezenas de lojas que comercializam usados. O setor primário no município vem perdendo espaço para o secundário e terciário. Apesar disso a agricultura é considerável e a produção de frangos é a maior da região.

Veremos agora alguns dados do município de Palhoça. No começo dos anos 70, 60% da população do município estava na zona rural, predominando, até o início dos anos 90, uma economia com atividades agropastoris. Neste período, porém, o comércio e o turismo ganham um dinamismo considerável, e aliados a criação do Distrito Industrial em 1990 modificam a economia local. No ano de 1989, iniciou-se a movimentação de setores fundamentais para a conclusão do projeto do Distrito. A infra-estrutura necessária para capacitar o local teve a participação, entre outros órgão, da UFSC, Casan, SEBRAE, Celesc e TELESC. (DC, S. Especial, 28/06/96:20) Parcialmente ocupado pouco tempo depois, a área de 353.142 m<sup>2</sup>, contava com 20 empresas.<sup>16</sup> Neste período, o poder executivo de Palhoça oferecia infra-estrutura no terreno, todavia não isentava de impostos. (DC, 21/07/91)

---

<sup>15</sup> Que atuam principalmente nos setores metalúrgico, moveleiro, cerâmico, da construção civil, plástico e de confecções de roupas e tecidos

<sup>16</sup> Entre elas Moto Panda, vinda de Florianópolis, Metal Reitz (Grupo Domínio) e a Indústria de Massas Massita, ambas de São José.

Atualmente, para instalar uma indústria na cidade, não é preciso pagar Alvará de funcionamento durante cinco anos, e ainda a Prefeitura isenta o empresário do Alvará de construção e do pagamento de IPTU por cinco anos.(SEBRAE/FIESC, 1995:18) O Parque Industrial, localizado às margens da BR-101, têm capacidade para 34 empresas, mas já possui mais de 20, em fase de instalação.<sup>17</sup> (DC, S. Especial, 28/06/96:20) Ainda neste período, o número de estabelecimentos comerciais da cidade passou de 250 para mais de 1.600, (SEBRAE/FIESC, 1995:18), o que explica, provisoriamente, o estabelecimento do CDL Municipal, fundado em 23/03/88.

Constatamos que a falta de transporte coletivo no perímetro do município é um dos problemas enfrentados pelo comércio local. A população local se dirige para comprar em Florianópolis e São José, pela existência de transporte, dos bairros de Palhoça para aqueles municípios(06/96). A população residente é predominantemente urbana e, ainda conta com uma migração intensa de diversas áreas do Estado e de Estados vizinhos.<sup>18</sup>

Biguaçu, outro município da Microrregião, até os anos 70, tinha mais da metade da sua população morando no campo e, as atividades comerciais e industriais no município eram inexpressivas. Esta situação transformou-se, a partir dos anos 80, a mão-de-obra do setor primário transferiu-se para o comércio e o setor industrial, que começa a se desenvolver. A ocupação no campo caiu pela metade nos últimos vinte anos, enquanto o

---

<sup>17</sup> A criação efetiva do parque, conta com empresas como a Havita, Câmara e Câmara, Arcoban, Quisimar e Kotom começou.

<sup>18</sup> "Para se ter uma idéia do crescimento desordenado, basta lembrar que a cidade registrou em 1994 um crescimento médio de 5,7% ao ano, uma dado astronômico se compararmos com dados de outras cidades catarinenses e do país."(D.C. Suplemento, 28/06/96:20).

emprego na área industrial aumentou quase cinco vezes e no comércio triplicou. Hoje tem uma agricultura<sup>19</sup> e uma agropecuária de manutenção, a pesca é artesanal.

No que se refere a industrialização, Biguaçu ensaia os mesmos passos iniciais, seguidos por São José e Palhoça<sup>20</sup>, com empresas nas áreas de plásticos, móveis, artefatos de cimento, torrefação e moagem de café.<sup>21</sup> O comércio local já abriga 700 empresas instaladas (SEBRAE / FIESC, 1995:10). Esta mesma fonte informa que encontrava-se em fase de implantação, o Poliduto da Petrobrás e o Distrito industrial situado em uma área de 392 mil m<sup>2</sup>, destinado a instalação de empresas de caráter não poluente. Estes fatos econômicos justificam a existência da ACIBIG fundada em 01/03/87 e apontam para as tendências de desenvolvimento empresarial, no município.

O Distrito Industrial municipal tem condições de instalar até 50 indústrias de pequeno, médio e grande porte. A prefeitura está incentivando a instalação das indústrias através da isenção total dos tributos municipais pelo prazo de cinco anos, e ainda se dispõe a executar os serviços de terraplanagem e infra-estrutura de terrenos, necessários à implantação das indústrias, como cabos telefônicos e instalações elétricas, de acordo com as informações do secretário de administração, Marion Traebert. (Gazeta Municipalista, 08/95)

Os municípios da Microrregião de Florianópolis, no seu conjunto, possuem uma economia diversificada, na qual se destacam as atividades na agricultura, pecuária, comércio, indústria e serviços em geral. Das várias organizações, escolhemos seis

---

<sup>19</sup> O município possui cerca de 20 mil pessoas ligadas a atividade rurais, como o gado leiteiro e de corte, produção de ovos, mudas ornamentais, gramas, alevinos e hortifrutigrangeiros.

<sup>20</sup> Segundo Anselmo Silva, presidente da ACIBIG, esta está em fase de implantação de uma série de cursos e palestras destinados a qualificar os empresários locais. A Secretária da Família, Conselhos Comunitários e professores especializados da Univalê apoiam a empreitada.

<sup>21</sup> "O município possui 1.800 micros-empresas, mas apenas 200 estão reunidas em torno da Acibig, o que já demonstra a falta de estratégias para combater a crise." (D.C. S. Especial, 28/06/96:11)

organizações empresariais, que agregam empresas dos vários setores de atividade, inclusive agroindústria, porém predominam o comércio e a indústria.

Apresentamos na Tabela 2.5, o resumo, por gênero, de atividade na indústria e no comércio, registrados em 1993, com respectivos números de empresas e empregados, na Microrregião de Florianópolis, com respectivo número de empregados, para em seguida verificarmos a localização dos municípios na região e por conseguinte apreendermos a distribuição das OEs.

TABELA 2.4. Resumo por gênero de atividade no ano de 1993 da Microrregião: GRANFPOLIS

| COD | GÊNERO DE ATIVIDADE                                | EMPRESAS | EMPREGOS |
|-----|--|----------|----------|
| 30  | INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS       | 394      | 2.478    |
| 32  | INDÚSTRIA METALÚRGICA                              | 288      | 345      |
| 34  | INDÚSTRIA MECÂNICA                                 | 38       | 69       |
| 35  | IND. DE MAT. ELÉTRICO, ELETRÔNICO E DE COMUNICAÇÃO | 98       | 464      |
| 36  | INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE                | 54       | 32       |
| 38  | INDÚSTRIA DE MADEIRA                               | 383      | 884      |
| 39  | INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO                            | 467      | 1.056    |
| 40  | INDÚSTRIA DE PAPEL E PAPELÃO                       | 20       | 122      |
| 41  | INDÚSTRIA DE BORRACHA                              | 7        | 19       |
| 42  | INDÚSTRIA DE COUROS, PELES E SIMILARES             | 28       | 86       |
| 43  | INDÚSTRIA QUÍMICA                                  | 55       | 88       |
| 45  | INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS | 12       | 63       |
| 46  | INDÚSTRIA DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS            | 34       | 20       |
| 47  | INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MATERIAIS PLÁSTICAS       | 39       | 871      |
| 48  | INDÚSTRIA TÊXTIL                                   | 44       | 648      |
| 50  | IND. DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS | 1.830    | 2.627    |
| 52  | INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES                  | 366      | 1.431    |
| 54  | INDÚSTRIA DE BEBIDAS                               | 30       | 516      |
| 56  | INDÚSTRIA DE FUMO                                  | 1        | 0        |
| 57  | INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA                      | 218      | 885      |
| 58  | INDÚSTRIA DIVERSAS                                 | 176      | 209      |
| 60  | INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO                            | 307      | 1.343    |
| -   | subtotal   | 4.889    | 14.256   |
| 70  | COMÉRCIO ATACADISTA                                | 1.327    | 2.529    |
| 80  | COMÉRCIO VAREJISTA                                 | 16.815   | 23.879   |
|     | subtotal   | 18.142   | 26.408   |
| I   | Total  | 23.031   | 40.664   |

fonte: Secretária de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente - SC 29/08/95 banco de dados



Estas considerações visam ressaltar algumas peculiaridades dos municípios, não aprofundar a análise das características sociais, políticas e econômicas. O enfoque do estudo privilegia OEs sediadas na microrregião de Florianópolis, por isso situamos, temporalmente, o contexto do surgimento das OEs, resgatando fragmentos da história-econômica e do desenvolvimento da estrutura social, para em seguida, situarmos espacialmente a distribuição da OEs.

O esforço realizado nos habilita a apreender algumas características gerais da microrregião de Florianópolis, uma vez que não existem estudos atualizados das características da microrregião, que ofereçam conhecimento preciso da realidade social e política. Lembramos porém que a recente publicação do CECCA/FNMA (1996) apresenta *“Uma cidade numa Ilha: Relatório sobre os problemas sócio ambientais da Ilha de Santa Catarina”*, como contribuição para a discussão e a participação no planejamento urbano no município de Florianópolis que empresta o nome a micro e a macrorregião metropolitana, e dela faz parte, por isso a garantia da qualidade de vida nos limitados espaços da Ilha, dependem da mesma garantia dos espaços ao seu redor.

## **2. Efeitos sobre o Sistema Social e o Meio-Ambiente**

Veremos neste espaço algumas transformações do meio ambiente e do sistema social, causados pelas atividades turísticas, urbanização e ocupação desordenada do solo. Os efeitos são vários, mas salientamos aqui a produção e o destino dos resíduos sólidos e líquidos, abastecimento de água potável, trânsito, desemprego, déficit habitacional e conseqüente favelização, violência e criminalidade, enfim urbanização, descaracterização cultural e paisagística da região.

## 2.1. Descaracterização Cultural e Paisagística

As fotos do final dos anos 70<sup>22</sup>, mostram e os relatos comprovam que apesar de ser a Capital, Florianópolis tinha ares de província. A parte continental e as cidades de São José, Palhoça e Biguaçu, apresentavam os traços das pequenas cidades interioranas. Os pescadores viviam nas praias reproduzindo movimentos e sentimentos ao tirar peixe do mar, antes do progresso chegar, com o governo investindo em melhorias nas estradas do interior. Os investimentos para o norte da Ilha, Ingleses, Canasvieira, começam nos anos 80, com a compra, por grandes empreiteiras, de áreas próximas às praias. Os pescadores perdem o seu espaço e vão se tornando mão de obra, na sua grande maioria, desqualificada, portanto barata.

O crescimento na rede hoteleira sem o devido tratamento dos seus detritos, a especulação e valorização dos imóveis, a ocupação desordenada e a falta de planejamento, com a conseqüente falta de infra estrutura e saneamento, provocam problemas ambientais, ou do “progresso”?, como os desmatamentos, aterros e esgotos<sup>23</sup>.

Apesar da invasão de Florianópolis por “alienígenas”, o difícil acesso à Costa da Lagoa a torna uma das últimas comunidades, quase tradicionais e que mantém algumas das tradições.<sup>24</sup> (DC-Verão, 06/01/96:5) Não é só a preservação ambiental que esta ameaçada,

<sup>22</sup> Cheguei a Florianópolis em 1980

<sup>23</sup> O prefeito Sérgio Grando tem dito, em repetidas entrevistas, que Florianópolis tem mesmo uma vocação natural para o turismo e acredita ser possível o desenvolvimento turístico sustentável

<sup>24</sup> A dez anos o contato com forasteiros era quase nulo, informa a moradora Marlene de Andrade. “Naquela época colocamos o primeiro bar e restaurante do lugar. Os turistas foram chegando e gostando. Muitos deles decidiram comprar algum terreninho barato por aqui”. As 1300 pessoas que vivem no local, ocupam as poucas moradias que dividem o espaço com bares e restaurante que trabalham principalmente com turistas. A preservação do local é prejudicada pelo lixo e esgoto que alguns restaurantes jogam diretamente na Lagoa. “Já chamamos a prefeitura e a vigilância sanitária, mas até hoje ninguém veio colocar um basta nesta situação vergonhosa”, diz uma moradora O trajeto de barca até o primeiro ponto da Costa leva em média 30 minutos e até o centro da comunidade uma hora, o que mantém baixa a ocupação por pessoas alheias ao lugar.

a cultural também está em vias de extinção, principalmente se depender do respaldo da prefeitura, dos órgãos histórico-culturais e até mesmo da comunidade local, como por exemplo o caso dos 20 associados da Associação Engenho (AE), têm conseguido poucos resultados com seu trabalho-luta, para preservar as raízes da Costa da Lagoa<sup>25</sup>. (Jornal da Lagoa, 11/95:8)

## 2.2. Ocupação e Efeitos no Meio-Ambiente

Entre os exemplos de ocupação e utilização inadequada dos espaços da Ilha de SC iniciamos com o que a fez conhecida mundialmente: a praia da Joaquina<sup>26</sup>. (DC-Geral, 14/08/95:27) O destino dos detritos produzidos pelos agrupamentos humanos é visível não só na “Joaquina”, mas também na vizinhança

É importante ter presente o patrocínio que grupo Portobello encaminhou para o projeto “Caça ao Lixo”.<sup>27</sup> (ZERO, 28/09/95). Outro exemplo disso é a “prioridade” dos investimentos de marketing e divulgação das empresas Portobello à educação ambiental e no patrimônio cultural da Ilha<sup>28</sup>. O principal foco de atuação do grupo Portobello é a Barra da Lagoa e o seu entorno, na Costa leste da Ilha, onde esta planejada a implantação do

<sup>25</sup> A AE já encaminhou ofícios e pedidos de providências ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), ao gabinete do Prefeito, à Polícia Florestal, ao IBAMA, à Procuradoria do Município e da República, ao Centro de Promotorias da Coletividade e até a Fundação Franklin Cascaes. “...mas a associação não recebeu sequer uma notícia, ou uma sugestão para o melhor encaminhamento das suas ansiedades.”

<sup>26</sup> Observamos que dezenas de surfistas recolheram lixo, durante a realização da quarta etapa do circuito catarinense de surfe amador, (12/08/95)<sup>26</sup>. Queriam a limpeza da praia, uma maior fiscalização da área e um projeto turístico. (DC-Geral, 14/08/95:27)

<sup>27</sup> com o apoio da Marinha e Polícia Ambiental não se resumiu a caça ao lixo. Foram apresentados shows musicais e peças infanto-juvenis de cunho ecológico-educativo com pessoas da comunidade. O resultado de uma das etapas do Projeto, que retirou quase 10 toneladas de detritos (sólidos) do canal da Barra e arredores.

<sup>28</sup> Gomes Neto informa que “Estamos investindo em projetos sérios, em parceria com a comunidade, poder público e entidades ambientalistas”. Na matéria com o título “Portobello investe em projetos ecológicos” descobrimos as intenções da Empresa e mais informações sobre o empreendimento pretendido. O grupo também integrou-se ao projeto Baleia Franca, da Coalizão Internacional para Vida Selvagem (IWC - *International Wildlife Coalition*) (DC- Economia, 07/01/96:16) A Portobello bancou a reforma e a ampliação do Centro de Educação ambiental do Parque do Ibama do Córrego Grande, em Florianópolis. “Entendemos que a educação é o investimento mais importante nas ações ambientais”, comentou Gomes Neto.

Porto da Barra, um empreendimento turístico habitacional de US\$ 50 milhões<sup>29</sup>. (DC-Economia, 07/01/96:16)

Observamos que as empresas Portobello e Pedrita, desenvolveram um projeto denominado Marina da Barra da Lagoa, calculado em US\$ 40 milhões. projetado para uma área de 130.000 m<sup>2</sup>, com 700 metros de frente para o canal, localizado em uma região de mangues e sítios arqueológicos, no meio da maior colônia de pesca artesanal nativa, dentre as existentes na Ilha de SC. O projeto<sup>30</sup> foi encaminhado à Câmara de Vereadores e recebeu o seguinte parecer: *“Ele está muito mau elaborado, pois quer nos fazer legislar sobre uma área amparada por leis federais”*, avaliou a vereadora Clair Castilhos (PMDB na época, PSDB-1995) (VEJA-SC, 13/11/91:7)

Valério Gomes Neto, diretor presidente da Portobello Construções e Incorporações, empresa do Grupo que nasceu em Florianópolis há 51 anos e expandiu-se em cidades próximas, Grupo que atua nos setores cerâmico, imobiliário, açucareiro, fruticultura e floricultura, (DC-Economia, 07/01/96:16), diz que atualmente a construtora pretende investir US\$ 50 milhões e transformar a área em um gigantesco complexo turístico-residencial náutico, com capacidade para mais de uma centena de barracos de médio porte<sup>31</sup>. *“Os ecologistas, biólogos e antropólogos, afirmam que o mega empreendimento, batizado de Porto da Barra, irá destruir o meio ambiente e a cultura de uma das regiões mais tradicionais da Florianópolis.”* (ZERO, 28/09/95). Apesar da opinião dos cientistas *“...O*

<sup>29</sup> *“Vamos valorizar os patrimônios natural e cultural da mais importante comunidade pesqueira de Florianópolis,”*

<sup>30</sup> O projeto previa as construções de uma enseada para atracar até sessenta embarcações de pequeno porte, um hotel três estrelas, um mini-shopping a céu aberto, um restaurante, oficinas, quadras de esportes e 250 unidades habitacionais.

<sup>31</sup> O projeto do Grupo que prevê a criação de sete ilhas, onde seria a marina, abrir canais artificiais e construir 110 casas de dois andares, cada uma com um atracadouro, um hotel quatro estrelas com 190 apartamentos, um shopping-center, uma marina para algumas dezenas de barcos e um estacionamento para 600 automóveis.

*prefeito Sérgio Grando ficou entusiasmado quando conheceu o projeto e chegou a colocar a SUSP e o IPUF à disposição do grupo. (ZERO, 28/09/95).*

FERREIRA (1992) dedica atenção à experiência de concepção e implementação do projeto Jurerê Internacional, avaliando a relação desse empreendimento com a dinâmica sócio econômica da região, captando conflitos envolvendo a atuação de diferentes atores sociais (empresários, planejadores, atores políticos, turistas e comunidade local). O autor diz que a não alteração deste padrão implicará na ampliação destes desequilíbrios, num horizonte de longo prazo. Porém o desenvolvimento turístico na Ilha não dá sinais de mudanças. Como exemplo salientamos o de maior destaque: o Complexo Turístico Costão do Santinho que lançou oficialmente (14/01/95) a construção do Hotel Internacional. O projeto do complexo inclui, além desse conjunto residencial e do Hotel Internacional, um centro comercial, um centro de convenções, um instituto para tratamento terapêutico baseado em hidroterapia e um complexo esportivo<sup>32</sup>. E isso não é bom? O argumento de que é possível um turismo sustentável, ecologicamente correto e humano em Florianópolis é completamente falso. Esta é a conclusão OURIQUES (1995). *“Primeiro que turismo não é indústria e dizer que fazer investimentos no turismo não gera poluição é uma afirmação muito discutível”*.

---

<sup>32</sup> O complexo destinado à prática de esportes já está com 50% de sua estrutura à disposição de quem veraneia no Costão do Santinho. Por enquanto funcionam quatro canchas de tênis e duas de *paddle*, um campo de futebol mirim e parte da hípica. O *resort* já oferece também cinco bares e restaurantes, quatro piscinas, salão de jogos, saunas seca e úmida, sala de convenções e um Fitness Center, para massagem e hidromassagem.

### **2.3. Planejamento Urbano**

Aliado aos problemas já expostos, a falta de infra-estrutura prejudica a qualidade de vida na Microrregião. Em Florianópolis, os maiores problemas estão no a) trânsito , b) favelização, c) destruição ambiental, d) falta de saneamento e f) transporte coletivo eficiente, entre outros. Problemas que se propagam para as cidades vizinhas: nas duas últimas décadas, São José cresceu, entre outros motivos, por se localizar às margens da BR-101 e ao lado da Capital. Sem planejamento se transformou de cidade dormitório no maior pólo econômico da região. (DC-Suplemento, 20/11/95:2)

### **2.4. Migração e Favelização**

Uma grande parte do déficit habitacional de Florianópolis é resultado da migração. O prefeito de Florianópolis, Sérgio Grando, diz que existe na Capital 47 núcleos carentes --casas precárias, falta de água, esgoto, energia elétrica e transporte. São 13 favelas, onde se encontram moradores provenientes da zona rural do Planalto e Oeste Catarinense, além de Estados vizinhos.<sup>33</sup> (DC, 17/03/96:37) A partir dos anos 70 o índice de pessoas provenientes de municípios de SC aumenta. O Instituto ou desativado, Centro de Proteção e Apoio ao Migrante (Caprom). realizou uma pesquisa, no final da década de 1980, apontando que chegavam diariamente à cidade entre 15 e 20 migrantes de baixa renda, originários das mais variadas cidades de SC.

---

<sup>33</sup> O Prefeito ressalta que em Florianópolis não é construído qualquer núcleo habitacional para baixa renda há 20 anos e afirma que projetos de moradias populares são realizados só no interior do Estado.

## 2.5. Trânsito

O crescimento das cidades, principalmente Florianópolis, nem sempre acompanhado de uma infra-estrutura viária, deixa um rastro de problemas e transtornos, não só na capital, mas também, nos municípios vizinhos. Na capital, as deficiências estão presentes, mas ficam ainda mais evidentes em situações como a temporada de verão e enxurradas. Alan Cannel, diretor da Transcraft, engenheiro de transportes, estuda a melhor forma de organizar o caótico e estrangulado tráfego de São José. Cannel, *"diz que São José enfrenta dificuldades pela sua própria localização geográfica. É atravessada pela perigosa BR-101 e pela Via Expressa, que não dispõe de um bom acesso ao município, além de dois corredores principais Norte e Sul, enfrentarem constantes congestionamentos."* (DC-Suplemento, 20/11/95:2)

## 2. 6. Saneamento

As últimas informações sobre a estação de tratamento de esgoto da Capital relatam que começará a funcionar depois da metade do segundo semestre de 1996. (DC, 17/03/96:38) Em São José o engenheiro sanitário, Alvarado Grover, alerta que a capacidade de saturação obrigará a prefeitura a redefinir os parâmetros de densidade habitacional. *"Ele explicou que o atual Plano Diretor prevê 500 mil habitantes nessas áreas. 'Não existe condições de comportar tanta gente. É impossível', avisa Grover"* (DC-Suplemento, 20/11/95:3)

## **2.7. Distribuição de Água**

O Sistema atual de distribuição de água da Grande Florianópolis consegue atender apenas a população fixa. A explicação para este problema é que a rede atual é a mesma instalada há quase duas décadas atrás e não cresceu tanto quanto o número de habitantes. Por isso cobre com deficiência, 90% dos domicílios da Capital e as cidades de Biguaçu, São José, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz. (DC, 15/01/96:21)

## **2.8. Desemprego e Marginalidade**

Nos meses de janeiro e fevereiro os postos de atendimento do Sistema Nacional de Empregos (Sine) atendem em média 250 pessoas por dia, segundo a coordenação. A explicação é que muitas pessoas de outros Estados e do interior procuram a capital catarinense para trabalhar na temporada e ficam por aqui. O Sine da Capital coloca cerca de 300 pessoas por mês no mercado de trabalho. Pode parecer muito, mas quando se calcula que quase seis mil pessoas procuram emprego a cada mês, o número é quase insignificante (0,5%). O perfil do empregador também está mudando. Hoje o dono de um escritório de contabilidade, por exemplo, não contrata mais uma secretária, uma telefonista e um recepcionista. ele quer uma pessoa que possa desempenhar as três funções e que receba um salário, as exigências são maiores. Falar um ou outro idioma e ter noções de computador é o mínimo que os empregadores estão exigindo.



## **2.9. Segurança Pública, Criminalidade**

No ano de 1995 foram registrados mais de 31 mil boletins de ocorrência nas 15 delegacias de polícia da grande Florianópolis. (DC, 10/12/95:62) A segurança pública na região, só não deixa mais a desejar porque a população local, apesar da descaracterização, ainda continua honesta e pacífica. Não temos o parecer de um especialista no assunto, mas é visível o estado de abandono deste serviço público.

Outro exemplo de descaso do serviço público é o sistema judiciário. O presídio de Florianópolis, construído na década de 70 para abrigar 92 detentos, possuía 235 reeducados em setembro de 1995. Destes 116 já estavam condenados pela justiça e ainda não haviam sido transferidos para a penitenciária estadual por falta de vagas.(ZERO, 28/09/95).

Enfatizamos que o universo social da microrregião de Florianópolis é um complexo que agrega empresários, empregados, funcionários dos mais variados escalões, autoridades civis, militares e religiosas, pescadores, ambulantes, profissionais liberais, estudantes, contraventores, prostitutas, marginais de todos os escalões, desempregados, abandonados e outros sujeitos. Ressaltamos a complexidade e a multiplicidade dos sujeitos sociais, antes de aprofundarmos o nosso enfoque que é a organização da classe empresarial localizada na Microrregião de Florianópolis e prosseguir a análise deste tema, sem perder de vista os vínculos sistêmicos da organicidade deste sujeito social coletivo.

### **CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL A PARTIR DA EVOLUÇÃO DA ACF<sup>1</sup>**

#### **1. Síntese das atividades da ACF na primeira metade do século XX**

Partimos da visualização de algumas partes do universo social da Microrregião de Florianópolis enfocando as conjunturas do surgimento das seis OEs , para neste Capítulo iniciarmos o encadeamento dos fatos observados na dinâmica da OE mais antiga do conjunto estudado. Este procedimento busca resgatar a história da ACF e o surgimento das outras OEs no período anterior (1915-1984) ao do enfoque proposto (1985-1995). Salientamos a sua ação e a influência nos centros de decisão e administração pública, resgatando a organização e o papel desempenhado pela OE na dinâmica histórica.

Utilizamos o conceito de organização empresarial dimensionado como sistema de atividades ou forças conscientemente organizadas<sup>2</sup>, de duas ou mais OEs, considerando inicialmente a participação ACF na sociedade. Salientamos os meios institucionais utilizados na representação dos interesses da classe, a partir de informações contidas em atas de reuniões<sup>3</sup>. Resgatamos as atividades no decorrer do tempo, demonstrando a efetiva organização empresarial na Microrregião.

Este apanhado de informações visa evidenciar o surgimento e o desenvolvimento da OE local, e as relações mais evidentes com o Estado e diversos setores da sociedade

---

<sup>1</sup> Da sua fundação até o ano de 1986, esta OE se chamou Associação Comercial de Florianópolis ACF, quando passou a agregar a sua denominação o industrial, ACIF.

<sup>2</sup> Definimos o conceito de *organização social* vinculado ao de *informações e comunicação*, entendendo que o sistema social é um conjunto de elementos ligados entre si, vendo a organização política-administrativa como um subsistema em relação ao sistema social geral, tendo a função de permitir a estabilidade e o desenvolvimento do subsistema econômico com o subsistema cultural.

<sup>3</sup> Parte destas informações(1915-1964) foram extraídas das atas e apresentadas em documento elaborado pelo ex-presidente da entidade (?) e o período seguinte (1965-1984) as informações foram coletadas da revista ACIF 80 anos, que utilizou a mesma fonte.

civil. Nosso objetivo é identificar a cooperação da liderança empresarial com outros grupos e verificar suas funções de agentes coletivos, especializados na ação política da classe empresarial, ou seja, constatar na ação da classe, ou parte dela, o seu poder. Ao constituir-se, a ACF passa a representar o papel de defensora dos interesses empresariais, liderando e viabilizando num nível especificamente político. No decorrer desta revisão histórica, comentaremos a respeito das atividades da ACF, enfatizando a formação das outras OEs em foco neste período, a fim de visualizar os vários momentos da consciência política coletiva da classe empresarial.

Consideramos que a OE local, inicia-se a partir da fundação da ACF em 13/05/1915. A primeira reunião da Diretoria provisória deu-se em 20 de maio de **1915**, no Clube Doze de Agosto<sup>4</sup>, e ficou resolvido que todas as quartas feiras haveria reunião naquele Clube, até que a Associação tivesse sua sede. Foram eleitos para organizar os estatutos sociais os empresários: Luiz Soncini, Oswaldo Haberbeck e Paschoal Simoni. Em 14/06 deste ano, a Assembléia Geral aprovou os Estatutos da Associação e no dia 20 deste mês foi empossada a Diretoria definitiva, constituída pelos membros da Diretoria provisória. Em abril de **1916** elegem nova Diretoria tendo como presidente o Coronel Emílio Blum. No ano seguinte elege-se Carlos Victor Wendhausen<sup>5</sup>, reeleito em 1918.<sup>6</sup>

Nomes notórios da política estadual e nacional, fazem parte da história da ACF, portanto da organização empresarial local, como o Senador Vidal Ramos da Silva e os

---

<sup>4</sup> Clube recreativo tradicional da burguesia local

<sup>5</sup> Ainda neste ano a OE passa a ser considerada de utilidade pública pelo Decreto Federal no. 8.866 de 1917

<sup>6</sup> Nestes anos (1915-1984) passaram pela presidência da ACF os seguintes empresários: Cel. Emílio Blum, Cel. André Wendhausen, Carlos Victor Wendhausen, José O'Donnell, João Pedro de Carvalho, Lauro Linhares, Heitor Blum, Florencio da Costa, José Filomeno, Charles Edgard Moritz, Dietrich Von Wangenheim, Ody Varela, Osvaldo Moritz, Lédio João Martins e Victor F. Moritz.

Deputados Abdome Baptista e Pereira Oliveira representantes da associação no Rio de Janeiro (escolhidos em 07/06/18). No final do ano de 1918 a ACF expediu uma nota para os órgãos de imprensa, registrando-se assim a efetiva manifestação pública da OE local.<sup>7</sup> Ao longo dos anos, verificamos a nítida relação da ACF com a vida política e seus agentes, como em 21 de julho e 14 de agosto de 1923, quando o Deputado Federal Dr. Adolfo Konder (Partido Republicano) intermediou junto ao Ministério da Fazenda interesses da Associação<sup>8</sup>. Este vínculo se fortalece em **1926, quando** a Diretoria da ACF confere o título de sócio honorário à Konder<sup>9</sup>. Ainda em outubro o Presidente da Associação, Coronel Heitor Blum, licenciou-se para assumir a Prefeitura de Florianópolis, mantendo-se no cargo até o final de dezembro, quando pediu exoneração para assumir a Secretário do Interior e da Justiça do Estado evidenciando a íntima relação da OE com organização política nacional.

É importante ter presente que já no ano de **1923** aconteciam relações com outras OEs, como foi o caso da solicitação feita em julho pela Associação Comercial de Lages, para a ACF, no sentido de interferir junto a direção do Banco do Brasil para ser instalada uma agência naquela cidade. Outro exemplo observado é a solicitação da Associação Comercial do Rio de Janeiro em novembro, para apoiar a campanha de extinção do imposto sobre os lucros comerciais.

---

<sup>7</sup> *"Fatores múltiplos, decorrentes das leis naturais da economia das nações, bem como outros criados pela anormalidade da situação que atravessa o mundo atualmente, são motivos determinantes da falta de estabilidade dos preços de todas as mercadorias".*

<sup>8</sup> O envio de um numerário para a Delegacia Fiscal de Florianópolis, para pagamento das cota comerciais em atraso

<sup>9</sup> Apoiou Júlio Prestes nas eleições de 1929

Entre os dados observados em 1927 destacamos a subvenção a três bolsas de estudo para alunos do Instituto Comercial de Florianópolis, como exemplo do incentivo a profissionalização. Observa-se também uma permanente participação de membros da mesma família nas Diretorias na ACF como no caso da Família Moritz: os empresários José e João Moritz, foram eleitos Membros Diretores da ACF em 12/05/28 e seus filhos Victor F. e Charles E. Moritz<sup>10</sup>, respectivamente, foram futuros, diretores e presidentes da ACF. (Charles Edgar foi primeiro (1948 a 1962) e o terceiro (1974 a 1988) presidente do FECOMÉRCIO).<sup>11</sup>.

Os registros informam que o Interventor Federal em SC, General Ptolomeu de Assis Brasil, convidou dois Diretores da ACF<sup>12</sup>, para participarem do Conselho Consultivo do Governo Provisório da Revolução de 1930, em 04/12/1931<sup>13</sup>. O documento apresentado pela ACF registra que os livros-atas (1932-1950) foram extraviados, impedindo assim a análise da revisão histórica deste período, a partir desta fonte. PIAZZA e HUBENER (1986) nos informam dos resultantes sociais da “revolução” de 30, salientamos destes, “a dificuldade de estruturação de elementos de apoio a Getúlio Vargas, em Santa Catarina e a oposição a revolução.” Uma das propostas da “Aliança Liberal” a extinção das oligarquias locais, não aconteceu em SC.<sup>14</sup>

<sup>10</sup> Todos especialistas na liderança da classe empresarial

<sup>11</sup> Neste contexto PIAZZA e HUBENER (1986:) informam que a emergência de novos políticos catarinenses, com ligações profundas com o coronelismo urbano fundamentado no comércio e na indústria. Vidal José de Oliveira Ramos, consultor da ACF, por interesses pessoais contrariados, levantou a bandeira da “Aliança Liberal” e aglutinou forças para a Revolução de 30. A “Aliança” defendia a candidatura de Getúlio Vargas, tendo a frente Nereu Ramos

<sup>12</sup> Indicados: Florencio Costa e Eduardo Horne

<sup>13</sup> O Estado apresentou um caso particular. Na chamada “República velha”, despontam figuras catarinenses no cenário nacional. Após 1930, em raríssimas vezes isso aconteceu.

<sup>14</sup> “pelo contrário, se acrescentou mais um rol nas oligarquias já existentes. Houve uma substituição do ‘coronel urbano comercial’ por uma elite ‘bacharelesca’ que, nos acertos políticos, procura observar os ‘coronéis’ com toda a sua gama de conhecimento eleitoral e ‘eleitoreiro’.” PIAZZA e HUBENER (1986)

## **2. As atividades da ACF de 1951-1984 e o surgimento de outras OEs em Florianópolis**

Em 14/07/1948 deu-se a fundação do SINDILOJAS e em 10/08 do mesmo ano (na sede da ACF) a fundação do FECOMÉRCIO. OEs fundadas e presididas por membros da ACF, tendo como primeiros presidentes Manuel Donato da Luz, (diretor da ACF) e Charles Edgar Moritz, (presidente da ACF), sendo que o primeiro ainda ocupava a vice-presidência do FECOMÉRCIO, na 1ª Diretoria da entidade. Dessa forma Integra-se ao conjunto do sistema, mais duas das entidades focalizadas.

O transporte está entre as principais demandas da ACF, como por exemplo (05/01/51) a limitação tecnológica do Porto de Florianópolis levou a OE a fazer uma solicitação ao ministério da Viação, para dragagem do Porto de Florianópolis.<sup>15</sup> A partir de 27/04 os navios do Loyd e da Costeira, em trânsito pelo litoral sul, começaram a fazer escalas em Florianópolis<sup>16</sup>. A OE, também propôs ao Ministro da Agricultura, que o Porto de São Francisco - SC, fosse o escoadouro do café produzido no Estado e do excesso do Porto de Paranaguá, em 08/06. É feita uma sugestão ao Ministro da Viação (12/10), com relação a interligação Florianópolis - Laguna por estrada de Ferro.

Constatamos alguns fatos políticos expressivos, em todos os níveis, como quando nas eleições: do primeiro tesoureiro da ACF, Édio Ortiga Fedrigo, para vereador de Florianópolis em 09 de fevereiro de 1951 e do ex-advogado da ACF, Dr. Nereu Ramos, para Presidente da Câmara Federal em março. O comunicado do deputado Jorge Lacerda, informando do seu interesse em participar da campanha promovida pela ACF, para a criação

<sup>15</sup> Solicitação prontamente atendida

<sup>16</sup> Segundo o registro em ata: "*graças ao trabalho desenvolvido por uma comissão de Marinha Mercante da ACF.*"

do TRT/SC em agosto. Além dos espaços estrategicamente ocupados verifica-se também o relacionamento com autoridades, como no almoço com o Governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez em **1952**, outro evento que demonstra a relação da ACF com autoridades políticas nacionais<sup>17</sup>.

Entre as demandas da ACF encontram-se as que abrangem outras regiões do Estado, como por exemplo a instalação da Bolsa Oficial de Valores de SC em janeiro de 1952 e o prosseguimento da campanha para a criação da Alfândega de Itajaí, em maio. Talvez por isso tenham promovido em Blumenau em julho a Iª Conferência das “*classes Produtoras*” Catarinenses, com a presença do Governador do Estado e autoridades federais e estaduais<sup>18</sup>.

Quanto a participação da ACF nos destinos da sociedade, citamos os cargos ocupados pelos diretores da OE em órgãos públicos, com a nomeação para compor o Conselho de Planejamento da Prefeitura de Florianópolis os Diretores Admar Gonzaga<sup>19</sup> e Severo Simões em julho e quando o diretor Manoel Donato da Luz e nomeado representante da classe na comissão de Política Agrária. Tanto o planejamento urbano como a política agrária, interessavam a OE, demonstrados nas atividades de agosoto de 1953), no sentido

---

<sup>17</sup> Ainda neste ano (18/04), acontece posse do diretor da ACF, Rosato Evangelista, no cargo de Vice-cônsul da Itália, para SC, demonstra a inserção dos membros da ACF, também, no setor diplomático, proposição esta reafirmada no quando o presidente da ACF, Dietrich Von Wangenheim, passa a ocupar o cargo de Cônsul da Republica Federal da Alemanha em Florianópolis.

<sup>18</sup> Não encontramos nenhum registro de atividade conjunta de OEs, mas no dia 27/08/54, é aprovado o projeto da alfândega de Itajaí.(seria interessante verificar a interrelação de OEs no Estado, na conjuntura)

<sup>19</sup> Pai do atual presidente da entidade (1995)

de melhorar o atendimento dado aos setores rurais do Estado<sup>20</sup> e, no mês seguinte, com relação ao planejamento urbano de Florianópolis<sup>21</sup>.

Constatamos a constante manifestação da ACF a respeito de vários assuntos, como o interesse na instalação de veículos de comunicação, exemplificado no ofício encaminhado a Rádio Internacional do Brasil, para fazer uma ligação entre Florianópolis e o Rio de Janeiro. A produção e a distribuição de energia elétrica, também consta do rol de demandas da OE. Em 04 de setembro de 1953 o Senador Ivo de Aquino comunicou a ACF a aprovação dos projetos das Usinas Termoelétricas e Siderúrgica da Bacia Carbonífera do Sul do Estado, antiga reivindicação da ACF. Constatamos porém, na tramitação dessa demanda, o envio de ofício ao Presidente da República, solicitando a criação da Siderúrgica do Sul do Estado em 25 de agosto de 1958.

Observamos nesta revisão histórica a intervenção da OE nos destinos do município, exemplificada na sugestão feita pelo diretor da entidade, Antônio Kowalski em 12/03/54, para a criação do Conselho Estadual de Contribuintes. Outras demonstrações deste tipo foram constatadas, como em 26 de março quando a ACF sugeriu ao Governo do Estado a contratação de empresas especializadas, para a pavimentação das estradas catarinenses e em 13 de agosto, quando o Diretor Erasmo Macedo comunicou a ACF que a instalação da agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais estava bem encaminhada<sup>22</sup>. Os registros informam que as ações organizativas, internas<sup>23</sup> e externas<sup>24</sup>,

---

<sup>20</sup> Em 14/08/53 foi atendida a reivindicação feita ao Chefe do Gabinete do Ministério da Agricultura, Dr. Antônio Carlos Konder Reis, referente ao aumento das cotas de tratores para a lavoura catarinense

<sup>21</sup> A ACF sugeriu e recomendou, através de ofício, a inclusão, no plano de urbanização da Prefeitura, de um traçado de estrada da Base Aérea (28/09/53).

<sup>22</sup> E que em breve seria inaugurada

<sup>23</sup> A ACF assinou contrato com a Cia. de Seguros Minas-Brasil, iniciando assim o seguro coletivo entre os associados (assinou por parte da Cia. o Cel. Lara Ribas) (18/06). em 26/11 foi proposto o nome de Oswaldo Haberbeck, como sócio-honorário



efetuavam-se normalmente: a Diretoria indicou os nomes dos Diretores: Charles E. Moritz, Ademar Gonzaga e Severo Simões, para representar a entidade junto a comissão do Plano de Obras e Equipamentos, criado pelo Governo do Estado (lei 645) em 30/12/55.

Entre as atividades políticas consta a solicitação feita ao comércio, em geral, para fecharem as portas no dia 27 de janeiro de **1956**, para os empresários prestigiarem a posse do Governador do Estado, Jorge Lacerda. Verificamos também relações internacionais, como a proposta feita a ACF, pela Câmara do Comércio Argentina, de ser sua correspondente em Buenos Aires em março.

Conflitos também aparecem em todos os níveis. No caso municipal por exemplo verificamos uma violenta polêmica com o prefeito Municipal, Osmar Cunha,<sup>25</sup> nos meses de fevereiro e março de 1956. Ainda com relação a conflitos, neste nível e no Estadual, observamos que em 1957 a ACF resolveu **não** comemorar o "Dia do Comerciante" em julho, como protesto pelos constantes aumentos de impostos municipal e estadual. A nível federal está registrado que o presidente Charles E. Moritz criticou a mudança da capital federal para Brasília. *"num momento de apreensiva crise econômica, o que não é aconselhável."* (13/09/57).

No ano de **1957** Assume a presidência da ACF o Dr. Nelson Amin, dando continuidade a representação dos interesses, junto a órgãos e autoridades. No que se refere as demandas encaminhadas verificamos a insistência, junto à 5ª. Região Militar e o

---

<sup>24</sup> No dia 03/09, a ACF pediu e o comércio fechou as portas, devido a morte do Presidente Getúlio Vargas. Em 14/12 o Governo do Estado convidou os Diretores da ACF para recepcionarem do novo Presidente da República, solicitando também, o fechamento do comércio e da indústria no dia da visita (17).. o Diretor Ademar Gonzaga sugeriu, e foi aprovado, que haveria reuniões da ACF pelo interior do Estado (26/11)

<sup>25</sup> -*"devido os desmandos do Poder Executivo Municipal, culminando com aumentos escorchantes de impostos"*.

Ministério da Justiça (05/07) para a criação do NPOR em Florianópolis<sup>26</sup>. Entre outros, o tema transporte continua na pauta de reivindicações da OE, em sua reunião semanal realizada em novembro, deliberou-se o empenho na construção do Porto de Florianópolis, solicitando posteriormente a libertação de crédito ao DNER para a estrada Lages - Florianópolis. Em ofício enviado ao General Ururahy Terra, em abril de 1958 solicitam estudo da construção da estrada Lages - Florianópolis, pelo Batalhão Ferroviário.

Constatamos nos registros, dos anos **1958-59**, a constante participação de membros da Diretoria da ACIF em diversos órgãos públicos e privados. Entre os exemplos salientamos a nomeação do diretor, José Augusto de Faria, para fiscal do Estado junto a Cia. Telefônica Catarinense (21/03); o Associado Esperidião Amim Helou (pai), como vereador, propôs uma campanha para que o cargo de vereador não fosse remunerado (08/08); a ACF reivindica junto ao Governador: a nomeação do diretor, José Augusto Faria, para presidente da JUCESC (13/03/59)<sup>27</sup>, e a passagem da presidência ao diretor Severo Simões (09/05/58), pelo presidente Charles E. Moritz, que assumiu a Presidência da CNC no Rio de Janeiro, e foi reeleito para mais um mandato, demonstrando o bom relacionamento com o universo empresarial do Brasil.

Entre outros eventos ligados as demandas e as relações com autoridades destacamos quando (29/05/58) a ACF pediu aos deputados federais por SC, verbas para a Estrada Lages - Florianópolis. Em 1959 é empossado no cargo de Presidente o Dr. Nelson

---

<sup>26</sup> Reivindicação atendida em 27/10/61

<sup>27</sup> Indicação aceita e diretor nomeado

Amin <sup>28</sup>, (22/05) que junto com os dirigentes do interior dão integral apoio ao projeto do deputado estadual, Orlando Bertoli, criando o Conselho Estadual de Contribuintes.

Com relação aos contatos políticos, observados nos anos **60**, salientamos o comunicado do Deputado Federal Aroldo Carvalho, no oitavo dia da década, informando aprovação do seu projeto, que incluía uma verba de 60 milhões para a BR-36, Lages Florianópolis<sup>29</sup>.

As atividades de 1960 finalizam no dia dois de dezembro, quando o diretor Admar Gonzaga informa a aprovação, pela Câmara de Vereadores, do projeto de lei do Prefeito, Osvaldo Machado, doando um terreno para a ACF, no loteamento do Largo 13 de maio, onde hoje, além das sedes dos três poderes estaduais (Palácio do Governo, Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça), estão estabelecidas as sedes do 16º Distrito do DNER, o Tribunal de Contas do Estado e as sedes do SESC e do SENAC, órgãos do FECOMÉRCIO, que agrega o SINDILOJAS.

Ainda em 1960, o empresário Moacir Pereira Oliveira, membro da ACF, passou a frequentar as reuniões do CDL do Rio de Janeiro, para conhecer de perto a experiência dos lojistas cariocas, já organizados, motivando-o a fundar o clube de Florianópolis em 1960. O sistema cooperativo de representação de interesses do empresariado na microrregião ganha mais uma OE, com a Fundação do CDL/FPOLIS (28/07/60) por Pereira Oliveira, com o objetivo de encaminhar demandas específicas do ramo do comércio varejista.

---

<sup>28</sup> E os demais Diretores

<sup>29</sup> Pedido feito em pela ACF em 29/05/58

Em maio de 1961 a ACF solicitou verba ao Departamento de Obras e Saneamento para a bacia do Rio Tavares, na Capital<sup>30</sup>; em outubro o Diretor Admar Gonzaga sugeriu o encaminhamento de ofício ao Banco do Estado de SP, solicitando a abertura de uma agência em Florianópolis<sup>31</sup>. Entre os resultados favoráveis comunicados a ACIF constam a mudança do horário de atendimento externo do Banco do Brasil (pedido feito através de telegrama ao Presidente Jânio Quadros em 22 de fevereiro<sup>32</sup>); a nomeação dos catarinenses para cargos federais no Estado<sup>33</sup> (07/04); em setembro o Deputado Federal, Osmar Cunha telegrafou a ACF comunicando que sua emenda ao orçamento de 1962 havia sido aprovada<sup>34</sup> (29/09).

Mas nem tudo é favorável aos interesses empresariais, como foi o caso do Projeto de Lei criando o Plano de Metas do Governo --PLAMEG-- enviado a Assembléia Legislativa estadual em agosto de 1961<sup>35</sup>. Este Plano levou a classe empresarial do Estado a se rebelar, entendendo ser ele: *oneroso e muito prejudicial à classe empresarial*<sup>36</sup>; dois meses depois a Associação enviou ofício ao Presidente da Assembléia, condenando o aumento de subsídios dos Deputados Estaduais<sup>37</sup>; em dezembro a ACF enviou telegrama ao 1º Ministro

<sup>30</sup> O curso normal vinha prejudicando o contato rodoviário entre a cidade e o aeroporto

<sup>31</sup> O ofício foi atendido e a agência aberta

<sup>32</sup> Imediatamente atendidos

<sup>33</sup> Augusto Wolf, Sub-chefe do Gabinete da Presidência Jânio Quadros; José Corrêa Hulse para presidente da Sotelca e Paulo Bornhausen para o instituto do Pinho

<sup>34</sup> Criando duas verbas, sendo uma para o Porto de Florianópolis no Valor de Cr\$ 40 milhões de cruzeiros e outra de Cr\$ 20.000.000,00 para a dragagem da Barra da Lagoa da Conceição

<sup>35</sup> Com a representação efetiva dos órgãos de representantes da economia catarinense e das lideranças políticas regionais. O Plano se dividia em três grandes blocos "O homem", "o meio" e "expansão econômica" (PIAZZA, HÜBBENER 1983:)

<sup>36</sup> Após longos debates, chegou-se a um denominador comum: o Governo cedeu parte e o empresariado aceitou parte do plano

<sup>37</sup> Num momento em que o País passava por grande crise interna

Tancredo Neves, pedindo a anulação do projeto de lei que disciplinava a remessa de lucros para o exterior, pois *"representa profundo golpe para a economia brasileira,"* diziam eles.

Apesar das divergência, com algumas autoridades políticas, as boas relações com outros políticos continuam, como no caso do vereador Esperidião Amin Helou (Pai), exemplifica pelo cumprimento da Diretoria da ACF em 1962<sup>38</sup>. Destacamos também a demonstração do bom relacionamento da ACF com o Governo do Estado, em agosto, solicitando a criação de Armazéns Gerais em Florianópolis<sup>39</sup>; o Senador Irineu Bornhausen telegrafou à ACF, sobre a liberação de verbas para a Sotelca e o Dr. Nelson Amin foi indicado para compor a comissão de erradicação do analfabetismo, a convite do Ministro da Educação (15/06).

Entre as demandas encaminhadas as autoridades políticas/financeiras temos, em agosto de 1962, o pedido feito pelo Diretor Luiz Batistotti que fosse ampliada a linha de crédito do Banco do Brasil. Esta ação desencadeou o processo de encaminhamento da demanda e a tramitação da mesma. Em setembro do ano seguinte, os diretores, Vítor F. Moritz e Osmar Nascimento, sugeriram a solicitação do aumento dos limites de aplicação para a agência local<sup>40</sup>, quando da nomeação do diretor da carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, o Dr. Paulo Bornhausen. Em outubro de 1964 Bornhausen telegrafou comunicando a autorização do aumento do limite operacional para a agência de

---

<sup>38</sup> "Por sua defesa intransigente na câmara municipal, pelos assuntos referentes aos interesses de nossa comunidade.";

<sup>39</sup> A resposta recebida foi que o assunto seria estudado

<sup>40</sup> No valor de Cr\$1.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros). A sugestão foi aprovada pela Diretoria

Florianópolis<sup>41</sup>, completando o processo de representação da OE com relação a essa demanda.

Com relação ao relacionamento entre ACF e órgãos de imprensa salientamos o que está materializado nos ofícios recebidos do jornal "A Gazeta" e da "Rádio SC", prontificando-se a colocarem gratuitamente assuntos da ACF em seus veículos (28/09/62). Outro exemplo foi o debate da Diretoria com a comissão fundadora da televisão na Capital, em agosto de 1963, para instalação de torres repetidoras que viriam a transmitir os programas.

No que se refere a organização interna, verificamos, pela primeira vez em 1963, a existência de uma disputa pela direção de fato da OE, por duas chapas<sup>42</sup>, porém o fato parece não ter afetado o seu desenvolvimento, como mostra o registro de 13/07/63, quando o Diretor Victor F. Moritz lançou campanha para aquisição de sede própria; neste mesmo mês (28) o associado Roberto Bessa toma posse, ocupando a terceira presidência da CDL/FPOLIS nos anos de 1963-1964; no mês seguinte (06/09) foram indicados para o Conselho da Escola Técnica Federal de SC os Diretores Victor Moritz, Arlindo Philippi e Dietrich Von Wangenheim; no dia 21 Moritz apresentou algumas sugestões sobre assuntos trabalhistas<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Conforme pedido em 25/09/63

<sup>42</sup> Uma encabeçada pelo empresário Arlindo Philippi, da situação e outra pelo Sr. Dietrich Von Wangenheim, pela oposição, vencendo esta última chapa, "*depois de uma renhida disputa*." Ainda neste ano (19/04), acontece a posse da nova Diretoria em 13/05, presidida por Wangheim.

<sup>43</sup> A serem encaminhados ao Ministério do Trabalho

Entre as informações disponíveis a respeito das atividades da OE no ano de 1964, aparece a aprovação do Estatuto da Associação, por ter sido reformado em outubro<sup>44</sup>. As demais informações dão conta da normalidade das relações com órgãos e autoridades em todos os níveis, no período do regime militar, como por exemplo em setembro, por sugestão do Presidente da ACF, Vítor F. Mortz, o Inspetor Fiscal do IR proferiu uma palestra; o prefeito, General Vieira da Rosa, visitou a associação em outubro e pronunciou uma palestra, solicitando a colaboração da entidade no governo municipal; em agosto de 1965 o diretor Nelson Amin foi nomeado delegado da SUNAB<sup>45</sup>.

No ano do cinquentenário da ACF (1965), o diretor Vítor F. Moritz apresentou uma proposta da UFSC no sentido de promover um ciclo de conferências, patrocinadas pela Reitoria como homenagem (07/04); a Faculdade de Economia da UFSC prestou homenagem a OE (05/05)<sup>46</sup>; nesta mesmo dia, o empresário Dietrich Von Wangenheim foi eleito presidente<sup>47</sup>. Em 1966<sup>48</sup>, são indicados para compor o Conselho Estadual de Desenvolvimento os diretores, José Elias e Arlindo Philippi. A Diretoria participa do jantar oferecido pelas classes patronais do Estado<sup>49</sup> ao General Costa e Silva em setembro<sup>50</sup>.

Enfatizamos a relação frequente com o executivo municipal, na representação de interesses da classe empresarial, como por exemplo a reunião de Diretoria realizada em

<sup>44</sup> Aprovado na íntegra e publicado no Diário Oficial do Estado, em 16/03/65 N° 7.773. Não analisamos as alterações deste documento, mas pretendemos fazê-la, quando o tempo permitir

<sup>45</sup> No dia 11/05/66 recebem convite da SUNAB para posse do seu novo delegado e o presidente comparece ao ato.

<sup>46</sup> Esta homenagem foi transmitida através de todas as estações de Rádio da Capital

<sup>47</sup> Na Assembleia geral ordinária de 13/05, foi reconduzido

<sup>48</sup> A principal fonte desta análise é a REVISTA ACIF, Ano 1 - Maio/95 "80 anos" Edição Especial.

<sup>49</sup> Entre elas a própria ACF

<sup>50</sup> Quando de sua visita à Florianópolis.

junho de 1965, para debater a situação dos comerciantes que tinham lojas no Mercado Municipal. A Prefeitura entendia que poderia colocar aquelas lojas em concorrências públicas e a Diretoria da ACF resolveu interferir em defesa dos comerciantes, colocando a Associação à disposição da classe. Ainda em **1966** a ACF encaminhou ofício ao Prefeito Municipal no sentido de reativar o Conselho Municipal de contribuintes (04/05).

Observamos algumas atividades conjuntas das OEs em foco, a partir de julho de 1965: jantar festivo alusivo ao "Dia do comerciante, patrocinado pela ACF, FECOMÉRCIO e CDL/FPOLIS. E em outras duas oportunidades: uma em junho de 1966), quando alguns diretores da ACF, a convite do FECOMÉRCIO, participaram da palestra com representantes do Ministério da Fazenda, sobre o Código tributário e outra quando da sugestão do conjunto, feita ao prefeito Municipal, no sentido da mudança do horário da coleta de lixo no centro comercial, para as primeiras horas do dia, antes da abertura do comércio. Sugestão atendida.

Os dados indicam o desempenho da liderança empresarial na estruturação física da OE, como por exemplo, quando a firma A. Gonzaga & Cia. Ltda. ofereceu a ACF, duas salas no condomínio Jorge Daux, para a instalação de sua sede própria (16/02/67). Estes indicadores confrontados com os apresentados a seguir, apontam para o prestígio da ACF. O presidente da ACF participa de um coquetel oferecido ao Ministro das Minas e Energia, Mauro Tibau, a convite do Governo do Estado (Ivo Silveira). Na mesma data, a Associação recebe um convite do Ministro Juarez Pavarro, para participar da inauguração do trecho da BR 101, ligando Joinville a Itajaí. Ainda no mês de março, a ACF telegrafa ao presidente do



Instituto Brasileiro do Café e ao Governador do Estado solicitando a manutenção da delegacia do IBC em Florianópolis.

O rodízio e a atuação das lideranças empresariais, no conjunto das OEs, são exemplificados com a reeleição do presidente da ACF, Dietrich Von Wangenheim, reeleito para o cargo com Roberto Bessa (ex-presidente da CDL/FPOLIS) para vice. Outro exemplo é a sugestão de Ody Varella, no mês de maio de 1968, de um projeto para a instalação da Federação das Associações Comerciais de Santa Catarina -- **FACISC**. Na tramitação deste processo, observamos o convite da Associação Comercial de São Paulo, e a participação do presidente da ACF, na reunião das ACs da Região Sul. Em 13 de maio de **1968**, o diretor Nelson Amin é indicado para representar a ACF, na reunião da CACB, segundo os registros, *"bastante proveitosa"*<sup>51</sup>. Apesar dos pequenos desacordos e indeferimentos de demandas, como quando a Diretoria da ACF se manifestou contrária ao horário de verão para a região Sul (17 /06/ 68)<sup>52</sup> e não é atendida, a OE mantém o desempenho satisfatório.

**Em 1971 a ACF** antecipa a eleição para 10/02, elegendo a chapa presidida por Ody Varella. O presidente, Dietrich Von Wangenheim, que permaneceu no cargo por sete anos, salientou como a principal conquista de sua gestão, a aquisição da sede própria. Paralelo as atividades internas realizam-se as atividades de contatos com órgão e autoridades, objetivando a organização do espaço urbano e a ligação com outros centros. No início da década de **70** a ACF recebe o Diretor de Obras da Prefeitura e associado da ACIF, Manuel Philippi, para discutir a falta de denominação de ruas e numeração de prédio

---

<sup>51</sup> As Associações participantes apresentaram importantes trabalhos desenvolvidos sobre assuntos tributários e fiscais

<sup>52</sup> Considerando-o inconveniente em função da posição geográfica do Estado

na capital. Com a inauguração da nova sede<sup>53</sup>, em maio de 1971, verificamos que a Associação incentivou a campanha dos 200 sócios, e atingiu a cota.

Neste contexto verifica-se a organização e o efetivo funcionamento da **FACISC**, com o evento realizado em julho de 1972, a aprovação dos Estatutos da Federação e a eleição da 1ª Diretoria. A partir desta época a ACF se fará presente nas reuniões desta Federação.

A idéia dos líderes da classe empresarial: agregar as ACIs em um órgão superior, a nível Estadual, é seguida pelas lideranças dos CDL's. Em setembro de 1973, foi fundada a **FCDL/SC**, atualmente Federação das Câmaras de Diretores Lojistas. Depois da fundação do CDL/FPOLIS, em 1960, a idéia de Pereira Oliveira se disseminou rapidamente por outras partes do Estado, onde se instalaram os clubes, hoje câmaras. O crescimento do número de entidades, levou a liderança do setor a projetar um órgão para representar os interesses das entidades nos Estados.

Com relação a estruturação da OE do setor comercial, a nível nacional, enfatizamos que inicialmente o Brasil foi dividido em Regiões. Santa Catarina passou a integrar a Região "G", subordinada ao Rio Grande do Sul em razão de possuir menor número de clubes instalados. Pouco tempo depois as lideranças catarinenses criaram a Região "H", presidida por Moacyr Pereira Oliveira. Com a transformação do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro em Confederação Nacional do Clube dos Diretores Lojistas (CNDL)(1972), as regiões se constituíram em Federações. (MOVIMENTO. 05/95)

---

<sup>53</sup> A inauguração aconteceu no dia 13 de maio, com a presença de autoridades federais, estaduais e municipais, que participam de um coquetel. A cobertura do evento foi feita pela TV Cultura e a Rádio Guarujá.

Consideramos que a formação das OEs, a nível estadual e federal proporcionaram, por um lado, maior representatividade perante aos órgãos e autoridades nestes níveis, por outro lado, a ACF e CDL/FPOLIS especializam-se em questões específicas --setoriais e regionais. Como exemplo do primeiro caso temos, a visita do Prefeito Municipal e seu secretariado a ACF, para encontrarem soluções para os problemas existentes em Florianópolis. No segundo caso, o atendimento da demanda iluminação de todos os trevos da BR-101, no Estado<sup>54</sup>, exemplifica o enunciado acima.

Nos registros dos anos 80 verificamos, em abril de 1981, a escolha de uma nova Diretoria para o biênio 1981-1983, presidida por Lédio João Martins<sup>55</sup>. Martins veio a falecer em um desastre aéreo, juntamente com o Secretário da Indústria e Comércio de SC, Dieter Schmidt em agosto do mesmo ano. Em substituição a Martins, assume o vice-presidente, Vítor F. Moritz, que toma posse definitiva da Diretoria em 1983<sup>56</sup>, (1983/1985).

Em Março de 1982 a Diretoria da ACF entra com um mandato de segurança contra a prefeitura de Florianópolis, alegando que a cobrança de Alvará de Licença de Funcionamento é ilegal<sup>57</sup>. Em julho de 1982, a Associação debate com o Diretor do DETRAN, Ten. Cel. Ronaldo Schmidt, os problemas existentes nas áreas de comércio e com o Diretor da Infraero, Cel. Altamiro P. dos Santos, tratam de questões de segurança de vôos, pousos e a internacionalização do Aeroporto. A unificação dos feriados na

---

<sup>54</sup> A proposta foi formulada pelo associado Victor Moritz e enviada a CELESC através de um ofício.

<sup>55</sup> Empossado em 13 de maio

<sup>56</sup> Moritz já vinha exercendo o mandato, desde a morte do ex-presidente

<sup>57</sup> Conforme parecer do Supremo Tribunal Federal

Microrregião de Florianópolis, foi tema de um encontro realizado pela ACF (27/03/84) com os prefeitos de São José, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis<sup>58</sup>.

Entre os contatos da ACF com OEs congêneres, ressaltamos a participação do presidente da ACF, Victor Moritz, nos jantares de posse dos presidentes das Associações Comerciais de Porto alegre e Curitiba, os empresários César Valente e Carlos Alberto Pereira Oliveira respectivamente, em 1982. Em 26 de Abril a Diretoria da Associação participa do coquetel oferecido pelo associado Jair Philippi, por ocasião da sua eleição para o Sindicato da Construção Civil, em Florianópolis.

Em 1984, ano que antecede o início do período central de nossa análise, constatamos um conjunto de atividades, com elevado volume e a variedade de demandas. Entre os contatos encontra-se o pedido do Prefeito, para indicarem nomes para membros do Conselho de Contribuintes. Ody Varella e Nery Schütz foram indicados. Na mesma data o diretor Emílio da Silva Jr. é indicado para representante junto a Faculdade de Educação. Em 26 de junho comparece a ACF, o Secretário da Fazenda Nelson Madalena, para debater assuntos ligados a área tributária e fiscal bem como a volta do PROCAPE, que se achava desativado. Nesta ocasião, é solicitado ao secretário que os projetos passem pela aprovação da Diretoria da ACF, antes da votação. Nesta mesma data a associação recebe convite do secretário de transportes, Marcos Rováris, para percorrerem os trechos das obras da BR-282. Com os advogados do Banco do Brasil, os dirigentes esclarecem as mudanças

---

<sup>58</sup> Em princípio todos concordaram, entretanto, os prefeitos dos municípios vizinhos teriam que consultar as Câmaras de Vereadores para a aprovação

praticadas no Código Civil Brasileiro. Com o prefeito, Cláudio Ávila da Silva, discutiram assuntos ligados à Florianópolis.

Antes de finalizar a revisão histórica da ACF informamos a fundação da AEDIS em junho de 1984<sup>59</sup> (PROCHNOV:1982), reproduzindo o artigo do atual presidente, do que é Hoje a AEMFLO, Tito Alfredo.

*“Nesta época tivemos enorme apoio da Fiesc”...“Como a nomenclatura deixa claro, havia uma delimitação de área geográfica, que caracterizava uma típica associação de bairro”...“era exatamente esse o caráter da entidade, que surgiu de uma necessidade da região, com sérios problemas na infra-estrutura e, principalmente, transportes”. A medida em que o trabalho junto à comunidade por melhorias foi ganhando força, crescia o espaço político da Aemflo, que hoje “desempenha um importante papel junto aos poderes Legislativo e Executivo, promovendo debates e ações políticas, sem entretanto ter vínculos partidários com qualquer sigla partidária”*

(D I&C 07/12/95:3 caderno especial)

Lembramos que o enfoque deste Capítulo buscou resgatar o histórico das atividades da ACF, por este conter elementos que demonstram a efetiva participação da OE na sociedade, no período anterior a 1985.

Pode-se afirmar que a ACF têm uma efetiva influência, em diversos setores da sociedade e bom relacionamento e trânsito junto aos meios de comunicação. Um exemplo disso são as reuniões semanais da Diretoria realizadas, respectivamente, no jornal “O Estado” e na “TV Barriga Verde”, ambas seguidas de coquetel oferecido pelas referidas empresas (02/10 e 27/11/84). Os dados indicam a influência da entidade, não só com órgãos

---

<sup>59</sup> Com cerca de quinze empresários e sem sede própria.

de comunicação de massa, mas em todos os níveis, como os vínculos com aparatos Estatais, sociais e com outras OEs.

Poderíamos analisar os dados e explorá-los detalhadamente, porém, isso nos desviaria do nosso objeto: substancialmente a estrutura e o funcionamento do sistema cooperativo do empresariado. Queremos enfatizar o conjunto de OEs, dando conta e apontando a relação das OEs com o Estado e outras entidades.

No desenvolvimento da ACF vimos a geração de quatro das seis OEs selecionadas, um processo que mostra a busca de novas formas de representação do empresariado local. A concentração na cidade de Florianópolis se expande entre os municípios vizinhos. No capítulo seguinte analisaremos a estruturação das OEs em foco, a partir dos recursos de poder, da situação legal e administrativa e da distribuição do conjunto das OEs nos municípios da Microrregião.

## ***CAPÍTULO IV - ESTRUTURA DAS OES: RECURSO E REGRAS***

Nos Capítulos precedentes, vimos o período anterior ao contexto do enfoque proposto: surgimento e desenvolvimento da ACF e a geração de quatro das seis OEs em foco. Para complementarmos a compreensão da estrutura do objeto pesquisado, visualizaremos a parte física e normativa da estrutura, das OEs e das Federações as quais estão associadas, dando conta da parte estrutural do sistema cooperativo. O conjunto, recursos de poder disponíveis e situação legal e administrativa caracterizam a OE enquanto um grupo de empresários, com requisitos para desempenharem as distintas formas de organização nos municípios da microregião de Florianópolis.

O conceito grupo enfatiza a ação de cooperação entre os empresários da mesma OE e entre as OEs do conjunto do sistema cooperativo de representação de interesses do empresariado na Microrregião, que por sua vez faz parte da base de um sistema maior. Entre as fontes de informações das OEs estão publicação em revistas e jornais, na grande maioria das vezes periódicos de circulação local e regional<sup>1</sup>. Estas publicações informam as constantes atividades das OEs, mostrando o seu efetivo funcionamento e fornecendo subsídios à análise do comportamento e do pensamento das lideranças no sistema cooperativo. Aspectos que analisaremos nos capítulos posteriores, nas ações, relações e comportamento das OEs.

---

<sup>1</sup> Não localizamos nenhuma a nível nacional, livro ou trabalho científico

## **1. Recursos de Poder disponíveis.**

Definimos recursos de poder o conjunto formado por a) *infra-estrutura* das OEs -- parte econômica da organização, b) *habilidade operativa* -- dos sujeitos para administrar o econômico, dentro de certas diretrizes jurídicas, c) *capacidade organizacional* -- associação institucionalizada entre meios e fim. Definimos OE, como um *grupo*<sup>2</sup> composto de empresários com objetivos comuns relacionados a seus interesses. Para organizarem suas atividades, as lideranças empresariais utilizam um ambiente físico, equipado com recursos materiais e humanos. Tudo isso, é lógico, precisa ser avaliado de maneira hábil, no sentido de otimizar os resultados pretendidos.

No primeiro item, mantemos a ordem cronológica da fundação das OEs na ordem da descrição dos recursos de poder disponíveis, no seguinte comentamos sobre a situação legal e administrativa, enfatizando a legislação para o conjunto das OEs brasileiras (constituição) e as normas internas das OEs (estatutos), por último a localização das OEs na Microrregião. Esta padronização das relações empresariais, finaliza a visualização da dimensão estrutural da organização empresarial ao longo do tempo e do espaço, para em seguida confirmarmos, nas prática reproduzidas, das ações e nas relações a dimensão comportamental.

---

<sup>2</sup> O conceito grupo é usado acompanhado de outros atributos, tanto o grupo como os sujeitos tem definição explícita. No caso de pessoas especialmente porque a extensão e caráter de sua participação nos grupos variam amplamente, mas principalmente pela sua situação de classe e na classe, ver na metodologia a definição do conceito de OE.



## 1.1. ACIF

Durante a análise do histórico da ACF, não observamos mudanças significativas na infra estrutura da OE. É em **1971** que verificamos uma mudança na estrutura da entidade, quando instalou sua sede própria, no condomínio Jorge Daux, em duas salas. Em 17/02/73 o presidente, Ody Varella, salientou a importância da aquisição de móveis para a nova sede.

Na Gestão de Fernando Demétri (91/95) a ACF agrega 605 empresas, com os serviços internos Informatizados, utilização de fax a disposição dos associados, o serviço de consultoria jurídica, fiscal e contábil; a biblioteca da OE contém livros técnicos e fiscais e coleção de Diários Oficiais do Estado, auditório, seguros coletivos de vida e acidentes pessoais, criou o Boletim informativo e firmou-se um convênio com a Unimed. A disposição dos sócios o S.O.S. Telecheque, faz pesquisa do cheque garante a devolução e o trabalho burocrático no caso de cheques roubados. Ainda, durante esta gestão, a ACF adquiriu o terreno e elaborou o projeto para a construção da nova sede. (ACIF, 01/02/03/95:3 e 05/95:28) A meta prioritária da administração, presidida por Armando Gonzaga (95/96) é a construção da nova sede, no terreno, localizado no centro da cidade, na rua, que por coincidência leva o nome do primeiro presidente da ACIF, Coronel Emílio Blum, têm 300 m2 e o projeto prevê uma construção de 700 m2. (ACIF, Maio/95:32)

## 1.2. SINDILOJAS

Dando continuidade a exposição, na ordem cronológica da fundação, temos o SINDILOJAS. Com base territorial na Microrregião e 6.000 filiados e 60 associados, a OE está instalado em sede própria (350 m<sup>2</sup>). Possui uma estrutura que contém: auditório, sala de reuniões, linhas telefônicas, fax, departamento de informática, material de expediente e um acervo que guarda toda a sua história em 48 anos de existência. O presidente, Hamilton Adriano (1989-1995), destaca que estes equipamentos visam uma adequação às necessidades atuais *“sempre com o intuito de oferecer mais e melhor ao associado”*, que tem acesso a toda a programação anual, mas a possibilidade de participação em seminários, convenções e cursos é restrita aos diretores. Adriano disse: *“O SINDILOJAS precisa ter um desempenho cada vez melhor para poder atender as exigências da modernidade e estar em condições de negociar com representantes da classe laboral, que são altamente instruídos”*.(SINDILOJAS, 11/91:05)

Como órgão sindical, esta OE é vinculada por preceito legal ao Ministério do trabalho, órgão que fiscaliza as atividades sindicais. Consequentemente, tais prerrogativas são deferidas à Delegacia Regional do Trabalho, com a qual o Sindicato mantém estreito relacionamento, no que se refere ao estabelecimento de dissídios coletivos e acordos com os sindicatos dos trabalhadores.

### 1.3. FECOMÉRCIO

A FECOMÉRCIO reúne 35 sindicatos, sua sede instalado num prédio de sete andares abriga os conselhos de representantes e fiscal, a Diretoria, a Presidência, a Assessoria e a Secretária executiva. A Divisão administrativa é composta pelas seções de Cadastro e Arrecadação, de Contabilidade, de Pessoal, Serviços Gerais e de Material e Patrimônio e a Divisão Jurídica e Econômica tem as seções de Estudos Econômicos, Seção Fiscal, Tributária e jurídico-social. O SESC --Serviço Social do Comércio e o SENAC -- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, fazem parte do Sistema FECOMÉRCIO. A OE organiza e administra<sup>3</sup> os serviços oferecidos através de centros e ginásios desportivos-culturais, como também restaurantes, serviços médicos, colônia de férias e de repouso. No caso do SENAC forma profissionais para o comércio em cursos especializados para diversas atividades.

A Federação participa do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, da Câmara do Comércio Internacional; remete permanentemente aos Sindicatos comunicados e instruções sobre legislação comercial, sindical e tributária; colabora com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras através da Confederação Nacional do Comércio (CNC), representa o comércio em órgãos oficiais, para-estatais e outras, de natureza deliberativa e/ou consultiva.

---

<sup>3</sup> Por delegação do Governo Federal,

## 1.4. CDL/FPOLIS

A estruturação da CDL/FPOLIS, com quase 800 associados, pode ser visualizada retrospectivamente nas gestões passadas. José Dias, presidentes da OE (1970-1973) e da FCDL-SC, assegurou a compra da primeira sede. Hamilton Adriano (1974 a 1976)<sup>4</sup> foi substituído por Antônio Koerich (1977-1978), que cumpriu seu objetivo de fazer a entidade funcionar como uma empresa<sup>5</sup>, através dos recursos do SPC<sup>6</sup>. Adroaldo Kassol (79-80) conseguiu uma nova sede. Seu sucessor, Paulino de Mello Wagner alega ter buscado integrar a CDL e o SPC à “comunidade”<sup>7</sup>. Paulo Toniolo (83-84)<sup>8</sup> comprou o terreno da atual sede. Altamiro Philippi (85/86) modernizou o SPC. Seu sucessor Koerich, desta vez Walter, deu início a construção da nova sede. Amauri da Silva (89/90) conclui o prédio. Koerich, agora Carlos Eugênio, comprou os computadores para o SPC e inaugurou o auditório. Artur Alex Müller (91-94)<sup>9</sup>, foi substituído por Francisco Xavier Lemos, também vice presidente da FCDL/SC (1995)<sup>10</sup>, que colocou em ação a CDL Seguros, firmou convênios com a Sul-América e a Unimed, com plano de saúde para os associados, funcionários e diretores. (DC 28/07/95:18)

<sup>4</sup> Presidente do SINDILOJAS (1989-1995), participou de todas as convenções nacionais na sua permanência de 1974 a 1976

<sup>5</sup> Este disse “Um clube que representa a elite do comércio não poderia ficar sem caixa”

<sup>6</sup> Koerich ajudou a viabilizar em parceria com o governo do Estado e a Prefeitura de Florianópolis o Calçadão da Felipe Schmitt, Deodoro e Trajano

<sup>7</sup> Realizou pela primeira vez uma convenção técnica a nível estadual, em Florianópolis

<sup>8</sup> Conseguiu suspender os títulos protestados dos comerciantes de Blumenau, quando da enchente, dando condições que os companheiros se recuperassem do sinistro, também

<sup>9</sup> Promovendo uma das maiores convenções estaduais do comércio, em maio de trazendo ao Estado palestrantes como Liliam Witte Fibe, entre outros

<sup>10</sup> Planejava aprimorar os serviços oferecidos as quase 800 empresas ligadas ao SPC (Serviço de Proteção ao crédito), com a ampliação do SPC cheque: no ar 24 horas

## **1.5. FACISC**

A Federação das Associações Comerciais e industriais de Santa Catarina -- FACISC, representa 110 ACI's e funciona como o órgão de atuação da ACI's a nível estadual e federal. Para tanto, além das reuniões plenárias, onde todos os filiados se reúnem para discutir os problemas político-econômicos do Estado e do País, trimestralmente são realizadas reuniões regionais através das coordenadorias da entidade. A sede da OE esta instalada em um escritório com os equipamentos necessários aos seus expedientes.

A FACISC conseguiu a alteração do projeto 191/95, que trata da inadimplência do ICMS, depois da pressão exercida sobre o governo Estadual e parlamentares. A FACISC e a Assembléia Legislativa promoveram o Fórum de Debates da Reforma tributária, no sentido de simplificar o sistema e reduzir os tributos. É importante sublinhar que a FACISC tem nove vice-presidências regionais: Grande Florianópolis, Norte, Sul, Planalto Serrano, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Alto Vale do Itajaí, Alto Vale do Rio do Peixe e Oeste. A OE têm vagas em diversos conselhos de empresas e instituições como a CELESC, SEBRAE, JUCESC, INSS, PRODEC e Conselho de Desenvolvimento Biotecnológico.

## 1.6. FCDL/SC

Com 117 Câmaras filiadas, a FCDL-SC é o órgão de atuação dos CDL's a nível estadual e federal, através da CNDL. O posicionamento e as demandas da entidade têm sido encaminhadas preferencialmente ao Poder Executivo estadual e à Assembléia Legislativa. Nos últimos cinco anos, as principais demandas encaminhadas e posicionamento da entidade com relação ao setor público governamental, foram segundo ordem de importância, Movimento Nacional para a Redução da Carga Tributária, Repúdio a aprovação do projeto lei 412/93 --antecipação de impostos e a pesquisa constituinte.<sup>11</sup>

Com a expansão do movimento lojista, a criação de entidades representativas se impôs, José Dias lembra *“A fundação das CDL's e da Federação foi acima de tudo uma necessidade, pois os lojistas precisavam de um espaço para se reunir, trocar idéias para aprimorar a atuação no varejo. O CDL representa, acima de tudo, um Fórum de Debates”*, (MOVIMENTO, maio/95) A sede OE esta instalada em um escritório com os equipamentos necessários a operação de atividades burocráticas ordinárias.

Além de integrar os lojistas, os clubes das câmaras (a partir da convenção Nacional de Goiânia, em 1994), a FCDL/SC garante a representatividade dos lojistas na luta pelos seus interesses.

---

<sup>11</sup> Questionário e resultado da pesquisa a disposição para consulta no Laboratório Empresariado Estado e Sociedade - UFSC.

## 1.7. AEMFLO

Das instalações localizadas em três salas do 2º andar do edifício Comercial Praiamar, a AEMFLO transferiu-se para o terceiro andar, ocupando todo o piso, uma loja no térreo e um salão de reuniões no quinto andar, uma área com 172 m<sup>2</sup>. Ente os 24 serviços oferecidos pela OE, para as aproximadamente 550 associadas, encontram-se o serviço de segurança ao Crédito e Informações --SCI<sup>12</sup>; a empresa Advance, efetua a cobrança direta ou judicial<sup>13</sup>; periodicamente são promovidos cursos à preços subsidiados, particulares e em parceria com o SEBRAE; a AEMFLO realiza palestras, debates versando sobre temas políticos e sócio-econômicos; na secretária da OE estão a disposição os números da publicação Informare Boletins Técnicos<sup>14</sup>; conta com legislação Informatizada<sup>15</sup>; realiza autenticações nos livros fiscais das empresas<sup>16</sup>; A AEMFLO Viagens, faz reserva e emissão de passagens; o serviço de recrutamento e seleção<sup>17</sup>, oferece testes psicológicos e entrevistas<sup>18</sup>; o atendimento médico e odontológico está a disposição das associadas, empregados e dependentes.<sup>19</sup>; o Balcão do SEBRAE funciona anexo a OE<sup>20</sup>; o Salão de

<sup>12</sup> Permite as empresas, mediante consulta, receberem relatório de informações contendo a data de fundação da empresa, negativas com seus valores acumulados, registro dos últimos casos de protestos, valor da maior e da média das faturas, número de solicitações do SCI, quantidade de cheques sem fundo e outros

<sup>13</sup> De cheques, notas promissórias e duplicatas.

<sup>14</sup> Composta de quatro informativos semanais contém: leis, decretos, convênios, circulares e instruções referentes ao ICMS (SC), IPI, Trabalho, Previdência, Imposto de Renda, Atualização Legislativa e Contabilidade.

<sup>15</sup> Um cadastro em banco de dados do computador, contém todas as leis do ICMS de Santa Catarina. Outro cadastro é o de autoridades, consta neste o Nome, endereço e telefone de autoridades federais, estaduais e municipais.

<sup>16</sup> O convênio com a JUCESC credencia a AEMFLO a realizar autenticações dos livros

<sup>17</sup> Proporciona as vantagens de redução de custos com anúncios

<sup>18</sup> É feita a seleção e a empresa recebe os laudos com as indicações. O serviço executa também, testes para a promoção interna de pessoal.

<sup>19</sup> Os exames pré-admicionais poderão ser feitos na empresa. A renovação do atestado de saúde pode ser feita no laboratório do SESI, que quando solicitado, irá fazer a coleta do material na própria empresa, com o custo de 50% da tabela da AMB.

Reuniões com churrasqueira e auditório fazem parte da estrutura da AEMFLO<sup>21</sup>.

Finalizamos esta relação com assessoria jurídica da OE<sup>22</sup>, Quadro 4.1.

Quadro 4.1: relação das principais Ações judiciais da AEMFLO e suas associadas

| IMPOSTO   | AÇÕES                         | EMPRESAS | CONTRA                  |
|---|-------------------------------|----------|-------------------------|
| FINSOLCIAL  | mandato de segurança          | 69       | União Federal           |
| EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO ENERGIA ELÉTRICA   | mandato de segurança          | todas    | CELESC                  |
| CONFINS - "NOVO FINSOLCIAL"   | mandato de segurança          | 23       | Receita federal         |
| 20 % SOBRE O PRÓ-LABORE   | mandato de segurança          | 23       | Região fiscal I do INSS |
| ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA   | mandato de segurança          | 05       | RECEITA FEDERAL         |
| CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO / IMPOSTO DE RENDA SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (ILL) E UFIR | mandato de segurança          | 3        | RECEITA FEDERAL         |
| EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS                              | ação de repetição de indébito | 5        | União Federal           |
| EXATIZAÇÃO DE PROTESTO  | medidas cautelares ordinárias | 4        | diversas                |
| IMPUGNAÇÃO DE NOTAS FISCAIS   | medidas administrativas       |          |                         |
| COBRANÇA EXTRAJUDICIAIS   | medidas administrativas       |          |                         |
| DEFESAS ADMINISTRATIVAS CONTRA AUTOS DE INFRAÇÃO  | defesa                        | 8        | principalment e SUNAB   |
| PEDIDOS DE FALÊNCIA   | pedido                        | 02       |                         |
| INDENIZAÇÃO EM ACIDENTE DE TRÂNSITO   | ação de indenização           | 01       |                         |
| TAXA DE LICENÇA (ALVARÁ) DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE SÃO JOSÉ                     | mandato de segurança          | todas    | Pref. São José          |
| TAXA TVPNU E DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS                               | mandato de segurança          | 55       | Pref. Fpolis            |

Fonte: Assessoria Jurídica da AEMFLO

<sup>20</sup> Um serviço gratuito que permite o acesso imediato a todo tipo de informação empresarial. Ele conta com equipes gerenciais, administrativas, financeiras, creditícias, fiscais, legais, mercadológicas e tecnológicas para facilitar a abertura e expansão de negócios.

<sup>21</sup> Com capacidade para 100 pessoas e ao lado uma infra-estrutura completa. Estes são apenas alguns dos 24 serviços a disposição dos Associados da AEMFLO.

<sup>22</sup> Tem uma equipe de três advogados à disposição, todos os dias, respondendo a consultas gratuitas sobre direito constitucional, tributário, societário, civil, trabalhista e outros temas.



## 1.8. ACIBIG

A ACIBIG conta com 98 associadas<sup>23</sup>. A estrutura da OE é modesta se comparada as já apresentadas, a capacidade organizacional desta OE, pode ser visualizada a partir das ações do presidente da OE, Anselmo João da Silva, que juntamente com sua Diretoria, estão modificando os procedimentos. Com a recente contratação de um secretário executivo, o radialista Jair Jorge Pinheiro. O projeto de agendamento das atividades dos diversos setores da ACIBIG, seria montado entre os segmentos sociais do município e da região. Pinheiro é responsável pelo funcionamento da estrutura interna. A escolha deste profissional, que está vinculado ao marketing e relações públicas é uma busca de maior trânsito em órgão de imprensa, principalmente o Jornal Folha Catarinense que garante “*seu apoio e parceria nas atividades da Acibig.*” (Folha Catarinense)

## 1.9. CDL/PALHOÇA

A CDL/PALHOÇA, têm como principais demandas a criação da secretária da indústria e do comércio no município; criar condições para que o município deixe de ser uma cidade dormitório, e uma melhor infra-estruturas para a cidade. A melhoria dos transporte dentro do município, por exemplo é do interesse dos aproximadamente sessenta comerciantes associados. As instalações físicas e equipamentos são modestos.

---

<sup>23</sup> Segundo levantamento de dados organizado pela equipe do Projeto Integrado, coordenada pelo Dr. Minella, entre as suas demandas, destacam como sendo as principais a a) duplicação da Br-101 b) atenção para pequenos e micro empresários, c) igualdade no impulso telefônico na Grande Florianópolis, c) campanha educativa e projeto Biguaflor, d) desassoreamento do Rio Biguaçu (cheias), e) campanha contra a fome do betinho

## **2. Situação legal e administrativa**

É importante ter presente os artigos constitucionais que ditam as normas para o conjunto das OEs brasileiras, e os estatutos internos das OEs em foco. Este reconhecimento permitirá identificarmos os meios legais utilizados na ação política das OEs: recursos estratégicos e táticas políticas nas relações de força e poder. Visto isto, podemos verificar o caráter premeditado e a intencionalidade planejada destes sujeitos coletivos, observando suas capacidades de visualizarem objetivos globais e de operacionalizarem a condução das ações. Para a interpretação das relações de força, se faz necessário resgatarmos a concepção de GRAMSCI (1988) e DREIFUSS (1986) e compararmos as normas para entendermos a racionalidade (lógica) da ação das lideranças empresariais.

Enfocamos por um lado, a situação legal com o objetivo de compreendermos as diretrizes constitucionais, para o conjunto das OEs nacionais, por outro a situação administrativa destas, para apreendermos as diretrizes estatutárias ou específicas destas. Conhecendo os recursos disponíveis e os meios legais e administrativos poderemos reconhecer a ação política das OEs e o que é realizado. O critério de avaliação do que foi realizado, e as estratégias e táticas políticas utilizadas, considera dois elementos inerentes à ação política: seu caráter premeditado e sua intencionalidade planejada. Neste sentido, apontamos para a capacidade das OEs de visualizarem objetivos globais e de operacionalizarem a condução das ações conjuntas. (DREIFUSS 1986)

De acordo com a legislação brasileira a organização sindical das atividades econômicas se estruturam em três planos: 1) o Sindicato, na base representa as empresas individuais e coletivas 2) a Federação, com jurisdição mais ampla, em âmbito estadual,

resulta do agrupamento dos Sindicatos e 3) a Confederação é formada da reunião das Federações. Dessa organização sindical, que detém a prerrogativa legal de representar um setor da atividade econômica, estudamos a participação dos comerciantes, especificamente os agregados ao SINDILOJAS que está filiado a entidade máxima de representação do empresariado do comércio catarinense, o FECOMERCIO, juntamente com outros 35 sindicatos,<sup>24</sup>

A lei que determina o funcionamento dos sindicatos mesmo com mais autonomia a partir da constituição de 1988, diz no artigo oitavo: é livre a associação profissional ou sindical, observando o seguinte:

*I - a lei não poderá exigir autorização para a fundação dos sindicatos, ressaltando o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;*

*II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representatividade de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior a área do município;...*

*...VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nos dissídios coletivos do trabalho;..."*

Feito o exame da constituição, um primeiro aspecto comprova a limitação dos sindicatos, é a restrição da sua ação em área não inferior a do municípios. A finalidade dos sindicatos, como determina a lei, é a defesa dos direitos individuais e coletivos das categorias (trabalhadores ou empregadores) nos dissídios e nos litígios trabalhistas. As associações, por suas vezes, estão classificadas como sociedades civis. As associações

---

<sup>24</sup> Eram 18 no início da déc. de 80.

empresariais são regulamentadas pelo artigo quinto da constituição, onde consta o seguinte nos seus parágrafos:

*XVI - é plena a liberdade de associação, para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;*

*XVII - a criação de associações e, na forma da lei de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.*

As associações se estruturam da mesma forma imposta pela legislação sindical: as associações, na base representam as empresas, as federações em âmbito estadual agrupam as Associações e as Confederações reúnem as Federações. Dessa organização estudamos a participação dos comerciantes agregados aos CDL/FPOLIS e CDL/PALHOÇA, filiadas ao FCDL-SC., por um lado, e a participação do empresariado de vários ramos da atividade econômica, agregados a ACIF, AEMFLO e ACIBIG, que fazem parte do grupo reunido na FACISC, por outro.

As OEs extra-corporativas tem como finalidades promover e colaborar com a livre iniciativa em estudos e projetos de viabilidade para a solução de programas econômicos, financeiros e comunitários. Para isso congregam e orientam a classe empresarial de um setor de atividade, no caso dos CDLs<sup>25</sup> e OEs corporativas. Das ACIs agregam diversos gêneros de atividade. Estas OEs representam e defendem seus associados sempre que ameaçados seus interesses coletivos, no caso das extra-corporativa, perante os poderes públicos ou onde for necessário.

<sup>25</sup> Fundado em 1960, o CDL-FPOLIS. tem por finalidade: a) *promover a aproximação dos dirigentes lojistas de modo a estimular, entre eles, o companheirismo e o espírito de mútua e constante colaboração;* b) *Criar clima propício a cooperação, à troca de experiências profissionais e as de idéias e à ação conjunta das lojas a varejo, no plano comum dos problemas que lhes são peculiares* (Art. 1º -Estatuto).

Os sindicatos atuam na área trabalhista, representam seus filiados e ou sócios perante as autoridades administrativas e judiciárias, em uma área geográfica delimitada, embora na prática os sindicatos extrapolam essas delimitação. As associações tem a prerrogativa de abrangência e atuação a seu critério: social, política, econômica beneficente, cultural, desportiva, etc. O formato da organização extra-corporativa de representação de interesses do empresariado --associação de classe-- permite uma atuação com maior autonomia, com relação a organização corporativa --sindicato-- em termos de sua eficácia como instrumento de pressão. Pode-se verificar esta afirmação, em parte, com a constatação das alterações efetuadas nos estatutos da ACF e da AEMFLO em diversos momentos da sua história. Com relação as alterações efetuadas nos estatutos, entendemos que objetivam dinamizar a operacionalidade das demandas específicas das frações da classe, que formam o conjunto orgânico da OE, que por sua vez, responde aos problemas sócio-político e econômicos da classe empresarial como um todo.

As OEs são os instrumentos da manutenção de uma estrutura maior que é a representação dos interesses políticos da classe empresarial. A ACIF, AEMFLO, ACIBIG e os CDL's FPOLIS e PALHOÇA são sociedades civis e o SINDILOJAS sindicato patronal, mas todas representam e defendem os interesses empresariais. As três primeiras representam os interesses dos setores comercial, industrial e de prestação de serviços, estão filiadas a FACISC. As três restantes representam somente os interesses do setor comercial, os CDL's compõem o FCDL-SC e representa os varejistas e o SINDILOJAS todos os níveis do comércio, este filiado ao FECOMÉRCIO. Todas estas entidades *sem fins lucrativos*.

As áreas de abrangência da representação destas OEs, é no caso da ACIF da AEMFLO e do SINDILOJAS regional (microregião de Florianópolis) da ACIBIG e dos CDL's municipal. Com relação as atividades das OEs destacamos, as reuniões de diretoria que acontecem semanalmente na ACIF, quinzenalmente na ACIBIG e no CDL-PALHOÇA, mensalmente no SINDILOJAS e na AEMFLO, que também realiza reuniões plenárias semanais. As assembléias gerais acontecem toda quinzena no CDL-FPOLIS, todos os meses no CDL-PALHOÇA e na ACIBIG, semestralmente no SINDILOJAS e anualmente na ACIF e na AEMFLO.

Com relação a realização de incentivos ou patrocínio constatamos as seguintes atividades: a ACIF participa do conselho da Associação Victor Meireles, de cunho cultural e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de caráter preservacionista, pressupõe-se; cursos dirigidos à atualização empresarial são oferecidos pela AEMFLO; a ACIBIG participou da campanha educativa "projeto Biguaflor" em prol do meio ambiente e da campanha contra a fome (do Betinho) e ainda, oferece vários cursos de aperfeiçoamento profissional; o mesmo acontece com os CDL's. Todos, inclusive o SINDILOJAS patrocinaram as decorações natalinas.

O ingresso de novos membros nas OEs podem ser realizados de forma espontânea inclusive no caso do SINDILOJAS (que além dos 6.000 filiados compulsórios possui 60 associados espontâneos (1% dos lojistas e 0,35% do comércio varejista). Os outros expediente utilizado são: o convite de um empresário associado ou através de corretores. A divulgação destas entidade se da das seguintes formas: através de relações públicas no caso da ACIBIG, da AEMFLO e do CDL-PALHOÇA; a divulgação feita por

correspondência é feita por todas, com exceção da última entidade citada; a publicidade é o tipo de expediente usado pela AEMFLO e CDL's em jornais locais, no caso da AEMFLO, inclusive em cadernos especiais; A ACIBIG indica como forma de divulgação o convite para reuniões e assembléias. As únicas entidades que tem publicação própria de tiragem periódica são a ACIF e a AEMFLO, somente a última publicou sem interrupção. Os títulos das publicações são: Informativo ACIF e Difusão, respectivamente.

As receitas das OEs procedem do pagamento de mensalidades, no caso das associações e sindicato, há contribuição sindical compulsória no caso do SINDILOJAS. Todas as OEs pesquisadas, dizem não proceder receita via doações, no entanto consideramos a existência de ações entre “amigos” associados para fechamento de contas, financiamento de campanhas e outras atividades. Com exceção da ACIBIG e SINDILOJAS, todas as OEs prestam serviços remunerados, que reverterem em receitas.

AEMFLO e SINDILOJAS utilizam como critérios definidores do valor das contribuições, o tamanho da empresa (mensurando pelo número de Trabalhadores). Nenhuma entidade considera o faturamento das empresas como critério definidor. Nos CDL's e na ACIBIG as contribuições são iguais para todos. Somente a ACIF se baseia no capital registrado na Junta Comercial do Estado de SC para definir o valor da mensalidade. Com relação a evolução do número de associados das OEs, verificamos as empresas associadas a AEMFLO.

Tabela 4. 1. Classificação dos estabelecimentos empresariais associados a AEMFLO por localização e gênero de atividade

| setor / | Ano / Munic | S.JOSÉ | FPOLIS. | PALHOÇA | BIGUAÇU | TOTAL |
|---------|-------------|--------|---------|---------|---------|-------|
| COM     | 1992        | 58     | 33      | 01      | 01      | 93    |
|         | 1994        | 106    | 85      | 03      | 02      | 196   |
| PSE     | 1992        | 20     | 22      | 02      | --      | 44    |
|         | 1994        | 42     | 38      | 02*     | 02      | 84    |
| IND     | 1992        | 29     | 12      | 01      | 03      | 45    |
|         | 1994        | 62     | 12      | 02      | 08      | 84    |
| TOTAL   | 1992        | 107    | 67      | 04      | 04      | 182   |
|         | 1994        | 211    | 140     | 07      | 12      | 370** |

fonte: cadastro da AEMFLO

(\*) uma empresa localiza-se em Criciúma

(\*\*) não considerados os sócios colaboradores

Segundo levantamento feito pela AEMFLO, as associadas reunidas geram 18 mil empregos diretos na Microregião. Revelam que das 550 empresas associadas 52% atuam no ramo comercial. A seguir, o setor industrial participa com 25%, e o de prestação de serviços com 23%. Só o setor comercial é responsável por cerca de 10 mil vagas, seguido pelo industrial, com aproximadamente 6 mil e pelo prestação de serviços, com 2 mil empregos.

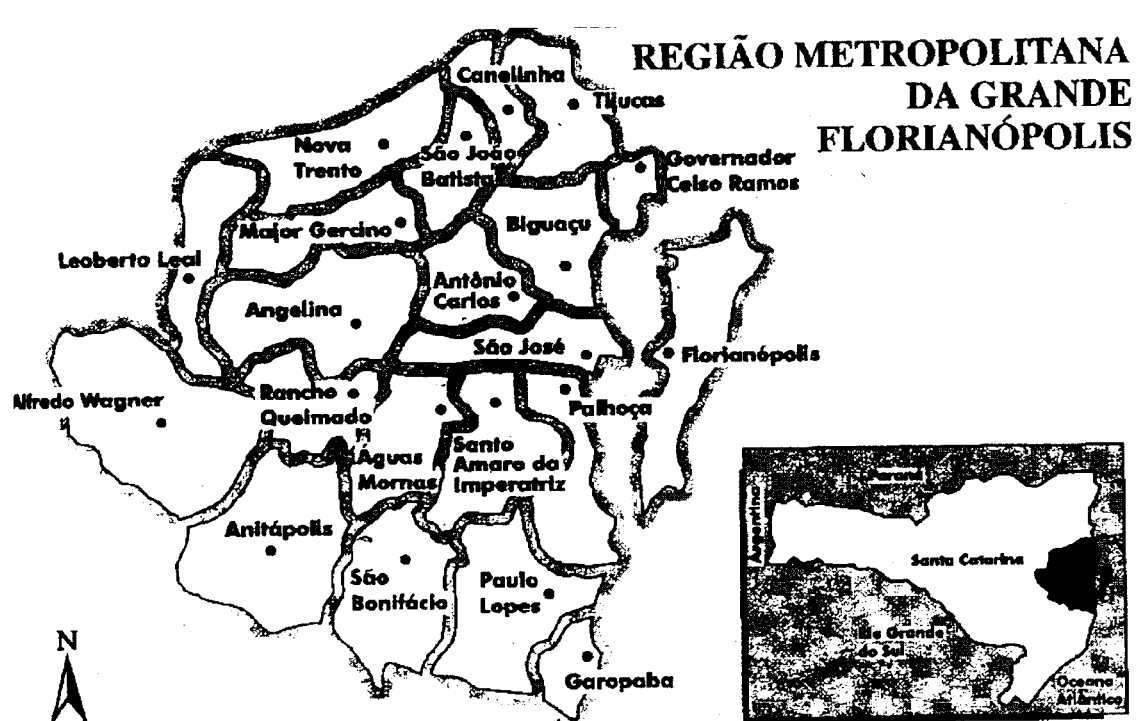
O quadro social dos sindicatos é formado por empresas, o das Associações é formado por pessoas jurídicas e físicas equiparadas ou ligadas à iniciativa privada. Ambos os quadros associativos compostos pelas categorias de sócio fundadores; sócios contribuintes; sócios beneméritos e sócios colaboradores.



### 3. Distribuição das OEs na microrregião de Florianópolis

Para complementar o entendimento do surgimento das OEs na Microrregião, é fundamental entendermos que o desenvolvimento do conjunto dos municípios, provocou o fenômeno da conurbação, ou seja, estes municípios se unem contiguamente. Este efeito causa a necessidade de um planejamento regional voltado para o desenvolvimento integrado entre os municípios, no que se refere aos aspectos ecológico, econômico e social, não só da Microrregião, mas também dos municípios vizinhos que somados a microrregião perfazem o total de 21 municípios que compõem o projeto da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.<sup>26</sup>

Figura 4.1.: Mapa da Região Metropolitana de Florianópolis



Fonte: DC, Supl. Esp, 28/06/96:01

<sup>26</sup> Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Sto Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, Tijucas.

A Tabela 4.2. fornece-nos subsídios para complementarmos a compreensão da posição dos municípios da microrregião de Florianópolis:

Tabela 4.2. Distribuição por município: área, população, nº eleitores, principal atividade econômica, arrecadação de ICMS e data de fundação.

|                               | BIGUAÇÚ             | FPOLIS              | PALHOÇA             | S. JOSÉ             | TOTAL                 |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| Área                          | 326 Km <sup>2</sup> | 451 Km <sup>2</sup> | 361 Km <sup>2</sup> | 274 Km <sup>2</sup> | 1.412 Km <sup>2</sup> |
| População                     | 34.028              | 254.944             | 68.292              | 139.205             | 496.469               |
| nº eleitores                  | 21.348              | 193.277             | 42.987              | 84.350              | 341.962               |
| principal atividade econômica | indústria           | turismo             | indústria           | indústria           |                       |
| Arrecadação de ICMS em US\$   | 3.030.612,95        | 262.347.749,80      | 2.525.135,72        | 63.387.962,02       | 331.291.460,49        |

Fonte: GUIA INDUSTRIAL 1995 Santa Catarina Grande Florianópolis - SEBRAE / FIESC

A predominância de Florianópolis e São José ocorre em todos os aspectos, exceto com relação a área geográfica, porque Biguaçu e Palhoça tem uma território maior que São José. São José, em situação de destaque, aparece na segunda colocação, seguido por Biguaçu e Palhoça. Estes dois últimos se distanciam consideravelmente de São José, se compararmos a Florianópolis a proporção é dobrada.

Com relação ao associativismo organizado (ONGs), constam várias entidades na Microrregião, entre elas as organizações exploradas nos estudos feitos pelo Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. (SHERER WARREN, 1996) O estudo enfoca aspectos da emergência, perfil e formas de articulação do associativismo no município de Florianópolis, sua distribuição espacial e um cadastro das ONGs, grupos de ajuda e entidades de bairro. Nosso estudo identifica, várias OEs, das quais selecionamos as mais significativas, para se ter uma idéia do conjunto e da distribuição na microrregião de Florianópolis.

Além do sindicato e das cinco associações que compõem o sistema cooperativo, ainda estão estabelecidas no município de Florianópolis as seguintes OEs: Associação Brasileira de Agências de Viagens - SC (Abav), Associação Catarinense Empreend. Mercado Imobiliário (Acemi), Associação Catarinense de Empresas de Obras e Saneamento

(Acesan), Associação dos Jornais do interior de SC (Adjori), Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil SC (Advb), Centro do Comércio Varejista do Est. de SC, Serv. de Apoio a Micro e Pequena empresa SC (SEBRAE) e a Fundação Pró Turismo de Florianópolis (Protur). Em São José encontram-se a Associação do Com. Varej. de Peças (Acopeça), Associação das Ind. Com. Panificação e Confeitaria da Grande Florianópolis, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação dos Lojistas do Shopping Center, Serviço de Apoio a Micro e Pequena empresa SC (SEBRAE). Em Palhoça encontra-se a Associação Comercial e Industrial.

Os Sindicatos patronais estão distribuídos da seguinte maneira: em Florianópolis estão sediados o Sindicato das Agências de Propaganda do Estado, Sindicato do Comércio Varejista de Pequenas e Micro Empresas de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, Sindicato das empresas de Transporte de passageiros de SC, Sindicato das empresas de Transportes Urbanos de passageiros da Grande. Florianópolis, Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e similares de Florianópolis, Sindicato da Indústria da construção Civil e Sindicato Nacional da Indústria de máquinas. Em São José estão localizados os Sindicato das Indústrias Gráficas e o Sindicato das Indústrias de Torrefação.

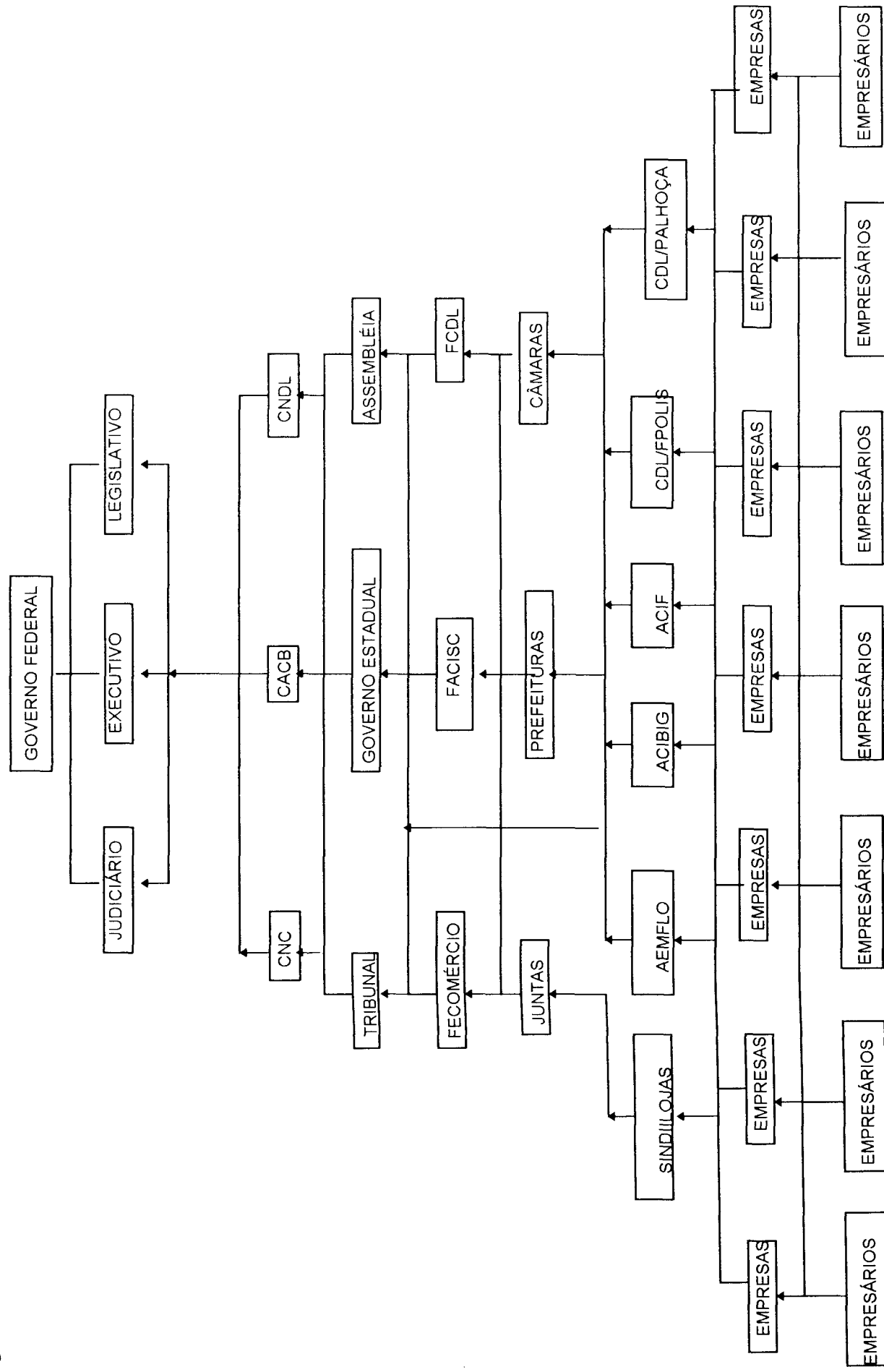
Estão sediados em Florianópolis Federações de Associações e Sindicatos da classe empresarial: **Federação das Câmaras de Diretores Lojistas de SC (FCDL-SC), do Comércio do Estado de SC (FECOMÉRCIO)**, dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de SC, das Indústrias de do Estado de SC (FIESC) e das **Associações Comerciais e Industriais do Estado de SC (FACISC)**.

quadro 4.2. - ano da fundação, sede, formato e abrangência das OEs enfocadas neste estudo:

| OE          | FUNDAÇÃO   | SEDE          | FORMATO     | ABRANGÊNCIA   |
|-------------|------------|---------------|-------------|---------------|
| ACIF        | 13/05/1915 | FLORIANÓPOLIS | EXTRA-CORP. | MICROREGIÃO   |
| SINDILOJAS  | 14/07/1948 | FLORIANÓPOLIS | CORPORATIVA | MICROREGIÃO   |
| CDL/FPOLIS  | 28/08/1960 | FLORIANÓPOLIS | EXTRA-CORP. | FLORIANÓPOLIS |
| AEMFLO      | 14/08/1986 | SÃO JOSÉ      | EXTRA-CORP. | MICROREGIÃO   |
| ACIBIG      | 01/03/1987 | BIGUAÇÚ       | EXTRA-CORP. | BIGUAÇÚ       |
| CDL/PALHOÇA | 23/03/1988 | PALHOCA       | EXTRA-CORP. | PALHOCA       |

Mesmo que estes dados não sejam exaustivos em relação ao desenvolvimento histórico do período e do conjunto de entidades empresariais, entendemos que sejam suficientes para aprofundarmos o entendimento de outros aspectos. Para finalizarmos este Capítulo e facilitar o entendimento dos próximos apresentamos a Figura 4.2., para prosseguirmos a análise das relações das OEs nos próximos, apoiados em uma estrutura física e jurídica.

Figura 4.1. Organograma do encaminhamento das demandas da organização empresarial



## ***CAPÍTULO V - AÇÕES E CONTATOS DAS OES***

Neste capítulo nossa atenção se volta para o reconhecimento das ações e contatos das OEs, em atividades coordenadas pelos grupos da elite empresarial e direcionada no sentido de representar a classe empresarial. O grupo como conceito social persiste, pois, as relações significativas entre os empresários que o compõem são encaradas como atos coordenados, que formam a base do conceito grupo. Os grupos de empresários reunidos nas Diretorias das OEs, mantém uma relação de cooperação, que denominamos de sistema cooperativo.

Com o objetivo de identificar as demandas, os meios e os recursos utilizados pelas OEs, buscamos identificar dados das suas atividades nos últimos dez anos (1985 a 1995), verificando que o início dos anos 90, é o período com maior número de dados sobre o conjunto das OEs. Identificamos e estratificamos as atividades em níveis de abrangência -- municipal, regional, estadual, federal-- e classificamos os órgãos e autoridades a partir dos poderes de atuação --executivo, legislativo, judiciário e outros sujeitos sociais.

Mantemos a ordem cronológica da fundação das OEs, expondo no primeiro Item, as atividades da primeira geração da OE, localizadas no município de Florianópolis a) ACIF, b) SINDILOJAS, c) CDL/PALHOÇA, denominando-as de Ilhoas. No segundo Item mantemos o mesmo procedimento do anterior, com a segunda geração, localizadas no continente: d) AEMFLO, e) ACIBIG, e) CDL/PALHOÇA, denominando-as de continentais.

## **1. Atividades das OEs Ilhoas**

### **1.1. ACIF<sup>1</sup>**

#### **a) Contatos Municipais**

Antes de iniciarmos a visualização das ações e contatos da ACIF em Florianópolis, chamamos a atenção para o fato de que no final dos anos 80, a Comissão de Turismo da ACIF constituía na iniciativa privada, da Microrregião, o único fórum de empresários para discutir e propor idéias e projetos, para as autoridades. Entre as demandas ali encaminhadas relembramos a conclusão da BR-282, ampliação do Aeroporto Hercílio Luz, agilização das obras das pontes que ligam a Ilha ao continente e a campanha de restauração das fortalezas da cidade.

Identificamos nos dados analisados, sobre o período proposto para a análise (1985 a 1995), a primeira informação sobre a atividade da ACIF, em março de 1985: participação de uma comissão formada com o CDL/FPOLIS, para debaterem com o Prefeito a situação dos camelôs. Ainda com relação a Florianópolis, localizamos o debate com os ex governador Colombo Machado Salles, o então Secretário da Indústria e Comércio, Etevaldo Silva e o Secretário de Turismo da Prefeitura Municipal, Rogério Queirós, sobre o Porto de Florianópolis, em abril. Neste mesmo ano, a Câmara dos Vereadores de Florianópolis promoveu um sessão solene em homenagem a ACF, pela passagem de seu 70º aniversário.

Observamos que a diretoria da ACIF convenceu a direção da Telesc a concordar com a instalação dos parques tecnológicos em terreno da empresa, de aproximadamente

---

<sup>1</sup> A fonte principal dos dados apresentados sobre as atividades da entidade foram extraídas da REVISTA ACIF, Ano 1 - Maio/95 "80 anos" Edição Especial

100 mil m<sup>2</sup>. Depois disso deram início ao trabalho junto à Câmara de Vereadores, para que os parques tecnológicos pudessem ser instalados dentro da legislação específica, demanda que foi aprovada, bem como outras diretrizes do plano diretor do IPUF de interesse empresarial. O prefeito, Bulcão Vianna, assinou a lei que definiu a implantação dos parques tecnológicos na Capital e edital para a construção do laboratório de pesquisas da Telesc, na sede da ACIF. (A Notícia, 01/10/91:10)

Neste mesmo ano (1991) a OE, deu prosseguimento a sua participação na campanha *Preservar sim, estagnar não*, uma campanha em oposição aqueles que se opunham aos projetos de obras turísticas de interesse dos empresários<sup>2</sup>. Esta campanha teve reportagem com destaque de capa da Revista Veja SC, 13/11/91, que apresenta um descrição da polêmica gerada pelo empreendimento publicitário, em prol dos referidos projetos turísticos, e os sujeitos envolvidos. Entre eles o presidente da ACIF e do Conselho de Entidades Empresárias da Grande Florianópolis Fernando Demetri. “...*Nós não somos antiecológicos, mas não queremos que a Ilha de Santa Catarina seja tomada por uma ameaça muito mais predatória que as **nossas** obras, que é a ameaça da miséria e da favelização....*” (SINDILOJAS, 11/91:05)

Verificamos conflitos com o poder executivo municipal, materializados em dois mandatos impetrados contra a prefeitura de Florianópolis (1992), junto a Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Capital. No entanto as relações conflituosas são esparsas, na maioria das vezes observamos relações cooperativas com autoridades e outros empresários. Em

---

<sup>2</sup> A Marina da Beira Mar, o Hotel da Ponta do Coral, o centro de convenções do Parque da Luz, a Tecnópolis no Horto Florestal do IBAMA, o centro desportivo do SESI no antigo aterro sanitário e a via expressa sul.



1994 o Cel. Walmor Backes, Diretor de Planejamento do IPUF, participou de uma reunião na ACIF sobre assuntos relativos ao trânsito de Florianópolis<sup>3</sup>. Ainda neste ano, Fernando Demétrio comunica que a OE estava lutando para a reabertura do Zoológico Capistrano<sup>4</sup>.

As relações se mantêm cooperativas em 1995: o Presidente do IPUF, José Lúcio Gomes e o Secretário Municipal do SUSP, Gelson Albuquerque participaram da reunião colocando a diretoria a par dos diversos projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo<sup>5</sup>. As três principais reivindicações da OE, segundo retrospectiva da gestão 91/95, são: a) horário livre para o comércio, b) internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz e c) revogação da legislação da TVPNU -Alvará de Licença. Importante observar que OE integrou o Fórum Permanente de Turismo, a Comissão de acompanhamento dos recursos do Esgoto Insular (Casam), os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente, de Contribuintes e da Previdência Social, o Conselho Curador da Udesc e o Conselho das Entidades Empresariais da Região Metropolitana de Florianópolis. (ACIF, Maio/95:29)

## **b) Contatos Estaduais**

Entre os contatos com autoridades estaduais, observamos o convite feito ao Secretário da Segurança Pública, Heitor Sché à discutir aspectos da segurança (1985). No mesmo ano, na comemoração dos 150 anos de fundação da Polícia Militar de SC, os representantes da ACF, Vítor Moritz e Ody Varela foram condecorados com o diploma e a medalha Anita Garibaldi.

---

<sup>3</sup> A questão dos estacionamentos nas ruas, a colocação de semáforos na Beira Mar Norte e outros

<sup>4</sup> A Associação participou das campanhas em prol da reabertura do Zoológico, fechado por determinação do IBAMA, que alegou falta de condições para o seu funcionamento, ou seja, uma sobrevivência digna para os animais. Nada ecológico, porém, mais uma opção para o turista que visita e consome no território da região.

<sup>5</sup> Entre outros o projeto do Aterro da Baía Sul, em direção ao Aeroporto

Ainda em 1985, o governador Esperidião Amim, fez um relato sobre a construção da segunda ponte ligando a Ilha ao Continente; e, falou das obras da BR-282, antigas demandas da ACIF. Outro exemplo de contato foi o jantar-palestra, promovido em novembro de 1995, no Castelmair Hotel, na ocasião o secretário dos Transportes e Obras, José Augusto Hülse, também vice-presidente da OE, abordou o tema: *“Obras do Estado de interesse da Região da Grande Florianópolis”*. (DC, 08/10/95)

### c) Contatos Nacionais

Identificamos dois contatos a nível nacional, sendo um com jornalistas e fotógrafos do jornal “O Estado de São Paulo”, para uma reportagem turística sobre a Ilha, e outro com a diretoria da VARIG, para tratar da internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz. Com relação a internacionalização do Aeroporto, a reivindicação mereceu um artigo do Presidente eleito da ACIF, Armando Gonzaga, esclarece o porque da demanda:

*...“Na década de 80 os argentinos descobriram a Ilha e sob condições favoráveis de câmbio iniciaram investimentos e forte demanda no litoral catarinense de mares com ‘águas tibias’. A ligação Buenos Aires-Florianópolis via Porto Alegre era penosa, sujeitas as más condições meteorológicas da boca do Guaíba e a demora da escala obrigatória para vistoria alfandegária, imigração, vigilância sanitária, etc. na capital gaúcha.[...] A comissão de Turismo da nossa ACIF, reunindo as principais entidades do ‘trade’ turístico iniciou campanha rigorosa pela internacionalização do Hercílio Luz. ...”*

Considerando os contatos nos diferentes níveis podemos constatar as principais demandas da ACIF. Vimos que a ACIF representa a classe empresarial, junto a órgãos e

autoridades públicos, que entre as demandas encaminhadas, destacamos as apresentadas no Quadro 5.1:

**Quadro 5.1.: Demandas da ACIF, data da indentificação, resultado e data**

| Demanda da ACIF                                    | DATA | RESULTADO             | DATA |
|--|------|-----------------------|------|
| 01) Internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz; | 1985 | atendida              | 1995 |
| 02) Conclusão da BR-282;                           | 1985 | parcialment atendida  | 1996 |
| 03) Segurança                                      | 1985 | em atendimento        | 1996 |
| 04) Transporte                                     | 1985 | em atendimento        | 1996 |
| 05) Turismo  | 1985 | em atendimento        | 1996 |
| 06) Implantação da Tecnopolis                      | 1991 | atendida              | 1996 |
| 07) Centro de Convenções                           | 1991 | não atendida          | 1996 |
| 08) Região Metropolitana de Florianópolis;         | 1991 | não atendida          | 1996 |
| 09) Construção da Av. Beira Mar Sul;               | 1991 | em atendimento        | 1996 |
| 10) Conclusão do esgoto insular;                   | 1991 | em atendimento        | 1996 |
| 11) Corpo de Bombeiros na Trindade;                | 1991 | não atendida          | 1996 |
| 12) Unificação dos feriados Grande Florianópolis   | 1991 | não atendida          | 1996 |
| 13) Rede elétrica subterrânea para Florianópolis   | 1991 | em atendimento        | 1996 |
| 14) Horário livre p/ o comércio                    | 1991 | parcialmente atendid  | 1996 |
| 15) Revogação da TVPNA                             | 1991 | não atendida/em judic | 1996 |
| 16) Duplicação da BR-101;                          | 1991 | em atendimento        | 1996 |

## 1.2. SINDILOJAS

Com relação a questão salarial do comércio varejista, a expectativa dos empresários é direcionada ao SINDILOJAS, que tem a prerrogativa de acordar com os trabalhadores, arbitrado pelo TRT. Constatamos, porém, eventos que extrapolam as relações de um órgão puramente trabalhistas da classe. Reunimos contatos ao longo do ano de 1991, e os expomos, para melhor visualizar as demandas, os recursos e as regras utilizados no encaminhamento e a abrangência das atividades realizadas pelo SINDILOJAS.

### a) Contatos Municipais

O encaminhamento da demanda *horário livre do comércio* contou com vários contatos municipais, a começar pela reunião com o prefeito, Bulcão Vianna em outubro de 1991). No mês seguinte, Hamilton Adriano fez pressões junta a Câmara dos Vereadores, para a aprovação do Projeto de Lei de origem do Executivo, que estabeleceria o horário<sup>6</sup>. (SINDILOJAS, 12/91). Ainda com relação ao horário de funcionamento das lojas, desta vez no Natal, aconteceu reunião com o sindicato dos empregados no comércio (25/11), tendo desfecho com acordo entre os presidentes, dos sindicatos dos trabalhadores e dos patrões (28/11). Atendendo solicitação do SINDILOJAS e as entidades ligadas ao comércio de Florianópolis, Bulcão Vianna assinou, no dia 2/12/91, Decreto permitindo o funcionamento do comércio até as 22 horas, diariamente até o final daquele ano. Vianna disse que a medida tinha por objetivo facilitar a vida dos consumidores nas compras para as festividades de Natal e Ano Novo. (SINDILOJAS, 12/91)

---

<sup>6</sup> O projeto nº 4.645/90 tramitava nas comissões e deveria ir a votação.

Em outra oportunidade, Vianna participou da abertura do VIII Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Comércio, atendendo convite formulado pessoalmente pelo presidente do SINDILOJAS, Hamilton Adriano. (SINDILOJAS, MAIO/92:8) Vianna participou da solenidade abrindo “*as portas da cidade para os encontristas*”, falou das peculiaridades de Florianópolis, de suas atrações turísticas e o espírito hospitaleiro de seus habitantes. ‘*Ao voltarem para suas cidades vocês poderão dizer que Florianópolis Vale a Pena*’. (SINDILOJAS, julho/92:5) Entre os contatos observados verificamos que em julho, o presidente Hamilton Adriano participou do Conselho de Entidades Empresariais da Grande Florianópolis.

## **b) Contatos nacionais**

Neste nível, identificamos a participação em audiência no Tribunal Superior do Trabalho --TST, em Brasília, em maio de 1991; e em dezembro com o presidente da Caixa Econômica Federal, na mesma cidade. Observamos alguns convites<sup>7</sup> e contatos mantidos durante o VIII Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Comércio<sup>8</sup>.

Relembramos que entre as Demandas do SINDILOJAS estão as que vão além das prerrogativas puramente sindicais<sup>9</sup>, como por exemplo sua participação no Conselho de

---

<sup>7</sup> Na época foram convidados o presidente Collor e o governador Vilson Kleinubing, no entanto, nenhum deles compareceu

<sup>8</sup> Comentaremos o Encontro no Capítulo VII. Do Encontro participaram: o ministro presidente do TST, Marcelo Pimentel, os ministros Aírton Minoggio do Nascimento, Guimarães Falcão, Marcelo Pimentel, Arnaldo Lopes Sussekind e o ex ministro Norberto Silveira,. (SINDILOJAS, 07/92:5). Charles Edgar Moritz, presidente do FECOMÉRCIO participou dos trabalhos em plenária. (Ibdem:8)

<sup>9</sup> Está entre as prerrogativas estatutárias do sindicato, interceder junto as autoridades, no sentido do rápido andamento e da solução de tudo que diga respeito aos interesses da classe

Entidades. O Informativo do SINDILOJAS informa que a gestão de Hamilton Adriano, centralizou sua administração na conquista das demandas expostas no Quadro 5.2. :

**Quadro 5.2.: Demandas do SINDILOJAS, data da indentificação, resultado e data**

| DEMANDAS DO SINDILOJAS                    | DATA | RESULTADO             | DATA |
|---|------|-----------------------|------|
| 03) Segurança                             | 1991 | em atendimento        | 1996 |
| 04) Sistema viário,                       | 1991 | em atendimento        | 1996 |
| 05) Incremento para o turismo             | 1991 | em atendimento        | 1996 |
| 08) Região metropolitana de Florianópolis | 1991 | não atendida          | 1996 |
| 12) Unificação dos feriados               | 1991 | não atendida          | 1996 |
| 14) Horário livre para o comércio         | 1991 | parcialmente atendida | 1996 |
| 17) Geração de mais empregos              | 1991 | não atendida          | 1996 |
| 18) Embelezamento da cidade               | 1991 | em atendimento        | 1996 |
| 19) Mais estacionamentos                  | 1991 | atendida              | 1996 |

Fonte: SINDILOJAS, JULHO/92:5

Além disso, observa-se um forte apelo à sindicalização dos empresários do setor:

*"O empresário não pode e não deve se isolar, prescindir da cobertura de seu órgão de classe, legítimo e único órgão representativo do empresariado do comércio. Ficar alheio as decisões das assembleias do sindicato patronal é não ver o momento atual que o país atravessa". (SINDILOJAS, JULHO/92:5)*

### 1.3. CDL/FPOLIS

#### a) Contatos Municipais

O CDL/FPOLIS promove a aproximação dos empresários lojistas, estimulando entre eles o espírito de cooperação, à troca de experiências profissionais e idéias à ação conjunta das lojas a varejo, com relação aos problemas que lhes são peculiares.

Entre os contatos da CDL/FPOLIS destacamos a criação de uma comissão de cinco membros vindos do próprio comércio e da prefeitura de Florianópolis para realizar os trabalhos do convênio firmado entre a Prefeitura e CDL/FPOLIS para a colocação de cinco milhões de lâmpadas, iluminando a beira Mar Norte, as árvores do centro e prédios históricos.<sup>10</sup> (DC, 04/12/95:3)

Localizamos uma flagrante contradição nas atividades da CDL/FPOLIS: por um lado organizam campanhas filantrópicas, como a “*campanha do agasalho*”, por outro lado reivindicaram e apoiaram aprovação do projeto de zona azul (estacionamento controlado por moças uniformizadas), pela Câmara dos vereadores da Capital, prejudicando os “flanélinhas” (guardadores de carros) que têm nesta atividade sua fonte de renda. Agasalham uns e desagasalham outros.

---

<sup>10</sup> Os trabalhos desta comissão, coordenada pelo presidente da OE, Francisco Lemos, decidiu pela compra de lâmpadas importadas através de uma **trading** aqui de Santa Catarina. Dos R\$500 mil investidos os empresários bancaram mais de R\$ 300 mil. (DC, 04/12/95:3)

## b) CONTATOS ESTADUAIS

O CDL/FPOLIS tem contatos com autoridades que exercem seus poderes fora da área municipal, como o que aconteceu com o secretário de finanças do Estado, Fernando Marcondes de Mattos (09/91). No encontro-jantar<sup>11</sup> os empresários se colocaram a disposição do Governo para encontrar soluções para os problemas na arrecadação de impostos e rejeitaram o aumento de alíquota do ICMS.

O presidente do CDL, Carlos Eugênio Koerich, apresentou ao Secretário a insatisfação do empresariado quanto à intenção do Governo em aumentar a alíquota do ICMS, de 17% para 18%, ou em outra hipótese, seria obtido através da eliminação de uma vantagem conquistada pelo setor na época do governo Amim: a não incidência da cobrança do ICMS sobre acréscimos decorrentes das vendas a prazo. Nesta ocasião Marcondes de Mattos assumiu o compromisso de reestudar as questões levantadas. (CDL, Setembro de 1991)

**Quadro 5.3.: Demandas do CDL/FPOLIS, data da identificação, resultado e data**

| DEMANDAS DA CDL/FPOLIS                | DATA | RESULTADO | DATA |
|---------------------------------------|------|-----------|------|
| 21) Convênio para decoração natalina  | 1991 | atendido  | 1995 |
| 22) Aprovação do projeto de zona azul | 1995 | atendido  | 1995 |
| 23) ICMS                              | 1995 | atendido  | 1995 |

<sup>11</sup> No restaurante Lindacap



## ***2. Atividades das OEs Continentais***

Constatamos que as atividades das OEs Ilhoas transcendem os serviços diretamente prestados aos seus associados. As OEs Continentais também podem ser enquadradas nesta proposição. Por isso, mantemos o conceito grupos de empresários dentro de um sistema cooperativo, que exerce influência no processo decisório político. Neste processo verificamos uma série de habilidades e atitudes políticas internas e perante a opinião pública.

Para resgatarmos os contatos das OEs localizadas no Continente, mantemos o mesmo procedimento utilizado no primeiro Item. Considerando os tramites, na sequência cronológica dos processos, apresentamos as formas de contatos, estratificando e classificando órgãos e autoridades e respectivos níveis de abrangência e atuação.

Os dados por nós analisados forneceram informações, que possibilitaram a classificação dos contatos da AEMFLO a partir de agosto de 1990. Esta OE foi fundada em 1986, mas com uma atuação mais efetiva a partir do início nos anos 90. Com relação a ACIBIG e o CDL/PALHOÇA, um breve comentário da conta das ações dessas OEs, devido a existência mais recente das mesmas.

## 2.1. AEMFLO

### a) Contatos Municipais

Iniciamos a reconstituição dos contatos da AEMFLO com a Reunião de Diretoria realizada na sede da empresa Cassol, em outubro de 1990, com o Prefeito de São José, Diocelles Vieira, acompanhado do tio Germano Vieira, na época deputado eleito e ex-prefeito<sup>12</sup>. (Difusão, 12/90) O Prefeito deixou claro seus propósitos, no discurso que proferiu para os empresários, na oportunidade: *“O prefeito reiterou que o crescimento econômico do município continuará sendo a prioridade de sua gestão, considerando que a única maneira de atender as reivindicações da população nas áreas de saúde, educação e saneamento é obtendo recursos resultantes da produção e geração de riquezas.”* (Difusão, 11/1990)

O prefeito Diocelles Vieira recebeu a visita da Diretoria da AEMFLO em mais duas oportunidades, para tratarem do terreno para a construção da sede própria da OE. (Difusão, 12/90) A Diretoria da AEMFLO teve uma audiência com o Vereador Loreni Andrade, sobre o Projeto de Lei do Executivo, de doação do terreno em regime de comodato. Momentos antes da votação do Projeto de Lei, a Diretoria esteve *“...expondo os motivos de interesse pelo destino de São José...”*, fazendo com que vários vereadores mudassem seus conceitos sobre o tema da votação. Estiveram presentes na Câmara Municipal de São José, *assistindo* a aprovação do Projeto por unanimidade. (Difusão, 04/91)

Em maio de 1991, o prefeito de São José, Diocelles Vieira, representado pelo secretário Municipal de Agricultura, vereador José Gervásio Silva, fez a entrega oficial dos

---

<sup>12</sup> “Em pauta diversos assuntos referentes ao crescimento de São José”.

documentos de doação, em regime de comodato por trinta anos. Em junho o prefeito assinou o documento de doação. (Difusão, 07/91)

Consideramos importante ressaltar alguns atos da AEMFLO com o poder judiciário, para visualizarmos alguns conflitos não resolvidos diretamente com os executivos municipais, tanto de Florianópolis como de São José. A assessoria jurídica da AEMFLO impetrou liminares contra as prefeituras em março e abril de 1992. Uma delas deu direito às empresas de consignar na justiça o valor do IPTU/92 de São José, acrescido de 498,74% referentes a inflação do ano de 1991, concedida pelo juiz da 1ª Vara Cível de São José<sup>13</sup>. A outra liminar, contra a prefeitura de Florianópolis, concedida pelo juiz da 1ª vara da fazenda, Volnei Ivo Carlin, suspendendo a exigibilidade do pagamento das taxas de localização e de verificação de cumprimento de postura e normas urbanísticas (TVPNU)<sup>14</sup>.

Com relação as eleições municipais de 3 de outubro de 92, a AEMFLO organizou uma agenda com os candidatos de todos os partidos da Microrregião de Florianópolis<sup>15</sup>, convocando todos os associados a participarem dos debates<sup>16</sup>. (Difusão, Abril/92) Entre os candidatos a prefeitura de São José, o candidato a postulante do PFL, Germano Vieira, foi o primeiro a se apresentar e defendeu, entre outras propostas, a duplicação da BR-101 no

---

<sup>13</sup> O mandato de segurança impetrado pelo advogado da entidade, Renato Hadlich, questionava a constitucionalidade do decreto 1.716/91, que alterou o valor mensal dos imóveis com até 3 mil por cento. A principal fundamentação utilizada na ação foi de que qualquer criação ou alteração em tributos só poderia ser realizada mediante lei complementar. O presidente da AEMFLO, Osmar Müller, disse que "essa liminar abre precedente, sendo que outras empresas ou pessoa física poderão entrar com ações para pleitear o mesmo direito."

<sup>14</sup> A ação questionava a constitucionalidade da lei 3.692/91, que instituiu como base de cálculo a multiplicação do valor da UFM, no mês de lançamento pelo índice correspondente a faixa por números de empregados.

<sup>15</sup> A Associação trouxe para dentro da entidade os diversos candidatos, segundo eles, independente de partidos, visando incentivar o debate/político e não o debate político partidário.

<sup>16</sup> Com isso, acreditavam estar contribuindo com a classe patronal que, munida de subsídios, deveria optar pelo melhor. Segundo a avaliação da entidade, os candidatos demonstraram vontade de contribuir para a realização do projeto empresarial, solicitando em contrapartida, a colaboração da iniciativa privada.

trecho entre Biguaçu e Palhoça. A idéia da duplicação da BR 101, uma reivindicação da AEMFLO, foi duramente combatida por Geci Thuieves, do PDT<sup>17</sup>. Já os componentes da chapa da Frente Progressista, Lauro Guesser (PMDB) e Pedro Gazaniga (PSDB), assumiram compromisso verbal de viabilizar a construção do centro de convenções e também de criar mais incentivos para atrair novas empresas, para a região do aglomerado urbano. A candidata Marli Marçal do PDS propôs um fórum de debates permanente para atender as causas municipais e a criação de um centro de convenções: *"Não mediremos esforços para viabilizar essa obra" "... Já o compromisso com a área empresarial passa pelo incentivo fiscal para a instalação de novas empresas na Região.* (JSC, 31/07/92:11)

O "último" debate foi com o representante do PT, Emilson Ribeiro, que deu exemplos da administração do partido em vários municípios brasileiros, afirmando a disposição de conversar abertamente com a classe empresarial<sup>18</sup>. (Difusão, Nº 11 00/92). Ribeiro enfatizou a proposta do partido para administrar São José: desenvolvimento do município, tendo como princípios básicos as ações sociais que visam a melhoria de vida da população. *"O candidato garantiu se eleito, sua gestão teria ampla participação dos setores organizados da sociedade civil."* (JSC, 21/08/92:03)

O debate promovido com os candidatos a prefeito de Florianópolis "desencantou" os diretores e membros da AEMFLO. O debate realizado foi um fracasso. Sérgio Grando, Pércles Prade e Francisco Grillo não compareceram. Francisco de Assis F<sup>o</sup> chegou tarde e

<sup>17</sup> Ele acreditava, que a melhor solução para o problema de escoamento do tráfego na região não era o desvio da estrada para fora do perímetro urbano. Na sua opinião, a atual rodovia deveria servir apenas para os municípios da Grande Florianópolis

<sup>18</sup> *"Apesar de ser um partido de classe, o PT não é sectário, fechado ou extremamente radical, como muitos ainda pensam."*

Edson Andrino saiu cedo. Este fato indica que a influência da AEMFLO é bem maior no seu município de origem e sede. (A NOTÍCIA, 20/09/92)

Em abril de 1994 foi discutido o Projeto de Lei e Indicação, referentes a construção de edifícios com garagens em sub-solo e iluminação da via pública que margeia a BR-101<sup>19</sup>. Projeto de autoria do vereador do município de São José, Ademar Koerch. Ormar Müller e associados apoiaram o Projeto de indicação, enviando ofício ao vereador para desejar voto de pleno êxito nos seus objetivos

No dia 09 de Junho de 1995, no Cambirela Hotel o prefeito de São José, Gervásio José da Silva, ressaltou a importância de se fazer parcerias e prestigiar as empresas da Grande Florianópolis que lutam para crescer. (Difusão, Junho/1995)

## **b) Contatos Estaduais**

Iniciamos a descrição dos contatos com o Governo Estadual, com a audiência concedida pelo Governador, Cassildo Maldaner (PMDB), em novembro de 1990. Maldaner recebeu, a então, nova diretoria da OE e anunciou que São José ocupava o quarto lugar em arrecadação de ICMS no Estado. *“Maldaner cumprimentou a nova Diretoria da AEMFLO e destacou a atuação da Associação em favor do desenvolvimento da Região Metropolitana ...”* (Difusão, 11/90)

Antes mesmo de ser empossado o Governador eleito, Vilson Kleinunbing (PFL), participou de duas reuniões com a Diretoria da entidade, na sede da empresa Repecom, e

---

<sup>19</sup> Partindo da rua Gerônimo Thives até a rua Leoberto Leal

falou sobre seus planos de Governo. O informativo “*Difusão*” contém uma nota esclarecedora sobre a opinião da OE com relação a composição do futuro governo. “*O novo Governador Vilson Kleinunbing, quebra o tradicional esquecimento a que os governadores anteriores têm relegado a região, nos prestigiando com a participação competente do nosso associado Fernando Marcondes de Mattos.*” (Difusão, 01/91)

Sobre o futuro Governo (PFL) observamos uma nítido apoio aos projetos. Em primeiro de março de 1991, a Diretoria da AEMFLO participou da posse do Governador Vilson Kleinunbing e secretariado. No mês seguinte realizou uma reunião com o governador, da qual desconhecemos o teor. Consideramos porém que a matéria “*Kleinunbing Ousadia Empresaria*”, fornece pistas para entendermos o episódio. “*Pela primeira vez, na história de Santa Catarina. Um governador apresenta-se com a ousadia de um verdadeiro administrador procurando gerir o Estado como quem gerência uma empresa. Com ousadia ... Basta resistência, mas com perseverança, acreditamos que Kleinunbing consiga elevar Santa Catarina ao nível de desenvolvimento que todos esperamos.*” (O Estado 26/04/91)

Entre os contatos da AEMFLO com o chefe do executivo Estadual, selecionamos a participação no almoço com o Governador na ADVB. O Governador Falou para cerca de 150 empresários que representava boa parte do PIB catarinense<sup>20</sup>. (O Estado 26/04/91). O Governador visitou a FEINCO (Feira da Indústria e Comércio da Grande Florianópolis), acompanhado do coordenador do evento, Sérgio Rocha, do Presidente da AEMFLO, Osmar

<sup>20</sup> “Na sua primeira reunião-almoço do ano a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina, recebeu um convidado especial: o Governador Vilson Kleinunbing. Em sua palestra o Governador fez veemente defesa da livre iniciativa e destacou pontos do seu programa.”

Müller, do Deputado Federal Cezar Souza, bem como dos prefeitos Diocesles Vieira, de São José, e Bulcão Viana, de Florianópolis (todos políticos do PFL).

A OE participou de um dos primeiros episódios concretos do projeto Polo Tecnológico da Grande Florianópolis (Tecnópolis) contou com a presença do Governador e mais 27 entidades. O evento desencadeou o processo formalizador da Tecnópolis (O Estado, 26/04/91) O encaminhamento do ofício protesto ao Governador, onde a AEMFLO pede o reestudo do fechamento da BR-101 para o tráfego de caminhões nos finais de semana é o primeiro desacordo, identificado. A OE visitou o Governador, que na oportunidade disse que o objetivo do fechamento era exatamente o de chamar a atenção para a situação da Estrada, que já não suportava mais o tráfego que estava, e está, sendo submetida. (Difusão, 08/91)

A legislação tributária foi um dos temas mais discutidos entre o Governo do Estado e a AEMFLO e um dos órgãos mais contatados foi a Secretaria do Planejamento Fazenda e Turismo. Osmar Müller e outros representantes empresariais, reuniram-se com o Secretário da fazenda e do Planejamento, Felix Theis (PMDB). O Secretário propunha a antecipação do recolhimento do ICMS. Esta proposta foi rejeitada pela liderança empresarial. (Difusão, 01/91) Com o futuro secretário de Estado da Fazenda e do Planejamento, Fernando Marcondes de Mattos, propõem o aumento da arrecadação do Estado através de orientação as empresas, e não pela agressividade das multas<sup>21</sup>. (Difusão, 01/91)

---

<sup>21</sup> Reforçando a sugestão do Deputado Estadual Gilmar Knaeser

A AEMFLO, posicionou-se contra o estudo do Governo de aumentar a alíquota do ICMS, de 17% para 18%. (JSC, 21/08/91) Foi enviada uma mensagem ao Governador e ao Secretário da Fazenda. (DC, 21/08/91<sup>22</sup>) A OE mobilizou-se e acompanhou, na Assembléia Legislativa, a tramitação do projeto de lei, de autoria do Governo do Estado, reduzindo de 17% para 12% a alíquota do ICMS, sobre produtos da cesta básica, mas em contrapartida, aumentou de 17% para 25% o imposto na prestação de serviços de telefonia e nos combustíveis<sup>23</sup>. Em reunião realizada no palácio Santa Catarina voltou a ser tratada a intenção do Governo em aumentar de 17% para 18% a alíquota do ICMS<sup>24</sup>.

A Secretaria da Segurança Pública foi um dos órgãos que contou com um número considerável de contatos, a começar com a reivindicação da implantação de unidades do corpo de bombeiros em São José, Biguaçu e Palhoça e intensificação do policiamento da microrregião. (Difusão, 07/91)

A respeito das relações jurídicas, nos mês de março de 1992, a assessoria jurídica da AEMFLO conseguiu uma liminar em favor das empresas filiadas, contra a CELESC. O mandato de segurança impetrado contra a CELESC resultou na liminar concedida pelo juiz federal em exercício da 4ª vara, Luiz Carlos de Castro Lugon, que autorizou o desdobramento das contas de energia elétrica, destacando o valor do empréstimo compulsório para ser consignado em poupança judicial, das empresas com

---

<sup>22</sup> O presidente da AEMFLO disse que o ICMS, dos quase 60 impostos, é o que mais pesa em toda a carga tributária. (DC, 21/08/91)

<sup>23</sup> A AEMFLO não foi contra a redução do ICMS sobre a cesta básica, mas também não deixou de lembrar ao Governo que essa é uma vantagem apenas temporária, enquanto que o aumento de impostos de 17% para 25% teriam caráter efetivo, tornando-se mais uma carga a onerar as empresas.

<sup>24</sup> Diante da argumentação do Governador, de que a intenção era direcionar esses recursos adicionais na construção de casas populares, os presidentes das entidades formularam sugestões para que a aplicação se fizesse sem interferência do Governo.



consumo acima de 2 mil KM/mês. O pedido de inconstitucionalidade foi baseado em várias disposições de Constituição Federal de 1988<sup>25</sup>.

Enfatizamos a diversidade de ações e contatos da AEMFLO a começar com o evento do dia 20 de março de 1994, quando o presidente da OE esteve na sala de Comissão e Justiça na Assembléia Legislativa a fim de pressionar os deputados a rejeitarem a MP no 057/94, que dispunha sobre o período de Apuração Decenal e Atualização do ICMS. (Difusão, MARÇO/ABRIL/1994:2) Observa-se ainda a participação em campanhas diversas como a campanha de arrecadação de 1% do Imposto de Renda devido das empresas para o Fundo da Infância e do Adolescente<sup>26</sup>. (Difusão, JULHO/AGOSTO/1994:2) As exposições nas palestra do "Ponto de Encontro"<sup>27</sup> (05/06/94) visualizam a atualidade dos temas<sup>28</sup>. No dia 31 de Agosto a OE participou da oficialização da "*Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de S.J. (AMNB)*"<sup>29</sup>. (Difusão, Julho/Agosto/1994:3)

### c) Contatos Nacionais

Os contatos nacionais se relacionam principalmente com a questão da BR-101 (Difusão, 04/91), mas observamos outras promoções que tratam de temas da conjuntura nacional como a palestra do jornalista e analista econômico Luiz Nassif, sobre os planos econômicos implantados e frustrados no Brasil. Nassif concluiu que as propostas do novo ministro Fernando Henrique Cardoso, mereciam um voto de confiança especialmente quanto

<sup>25</sup> Entre elas a de que a união só poderia instituir empréstimo compulsório através de lei complementar, além disso, neste caso o compulsório teria que ser caracterizado como urgência e relevância, o que não ocorreu, tendo em vista o tempo que perdura - 30 anos

<sup>26</sup> A AEMFLO participou da solenidade de entrega, representada pelo seu presidente, Ricardo Martins. O evento aconteceu no Palácio Santa Catarina, sede do Governo, em 30 de agosto, com a presença do Governador Konder Reis

<sup>27</sup> Aconteceram as quintas feiras, na sede da AEMFLO

<sup>28</sup> Sobre a "Gestão de Qualidade Total" (05/05) "Qualidade Gerencial" (12/05), "25 anos da TELESC" (26/05); (Difusão, MARÇO/ABRIL/1994:2)

<sup>29</sup> Além da presidente da entidade, Maria Baltazar, também membro da diretoria executiva da AEMFLO, estiveram presentes no Encontro da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, Ester Macedo, Maria Cecília de Leão Rosemann, Fernando Demétrio e Vinícius Lumertz, no Encontro

aos cortes no orçamento da União e, por consequência, no déficit público “*verdadeiro fator gerador de inflação*”. Na ocasião o jornalista reconheceu “*que há uma luz no fim do túnel, essa luz se chama Fernando Henrique Cardoso, que precisa apoio e vontade política de todos para arrumar o país*” (30/06/93). (Difusão, 04/91)

Em junho de 1993 o embaixador da Nigéria no Brasil, Jaiyeola Joseph Lewu, realizou uma série de visitas em Florianópolis e região, incluindo a sede da AEMFLO. A visita do embaixador limitou-se a troca de informações sobre possíveis negócios. (Difusão, Julho/Agosto/1994:1)

Concluimos que a construção de uma sede própria permitira a ampliação dos serviços prestados pela AEMFLO, aos cerca de 550 associados, e favorecera a agregação de mais associados. Com 12 anos de existência a OE vem concretizando seus objetivos na defesa dos interesses da classe empresarial, habilitando-se a formar uma base de legitimação às ações da liderança, que já desfruta de certo reconhecimento. Como exemplo lembramos da sua antiga demanda, a criação da Região Metropolitana de Florianópolis.

**Quadro 5.4.: Demandas da AEMFLO, data da indentificação, resultado e data**

| <b>DEMANDAS DA AEMFLO</b>                               | <b>DATA</b> | <b>RESULTADO</b> | <b>DATA</b> |
|---|-------------|------------------|-------------|
| 03) Segurança   | 1991        | em atendimento   | 1996        |
| 06) Projeto Polo Tecnológico (Tecnópolis)               | 1991        | atendida         | 1996        |
| 08) Criação da Região Metropolitana de Florianópolis    | 1991        | não atendida     | 1996        |
| 15) Suspensão da exigibilidade do pagamento das TVPNU   | 1992        | não atendida     | 1992        |
| 16) Duplicação da BR-101                                | 1991        | em atendim       | 1991        |
| 20) Terreno para construção da sede própria             | 1992        | atendida         | 1995        |
| 23) MP no 057/94 (Atualização do ICMS)                  | 1994        | atendida         | 1994        |
| 24) Consignar na Justiça o IPTU/92                      | 1992        | não atendida     | 1992        |
| 26) Iluminação da via pública que margeia a BR-101      | 1992        | atendida         | 1994        |
| 27) Desdobramento das contas de energia elétrica, CELES | 1992        | não atendida     | 1992        |

## 2.2. ACIBIG

Entre as principais demandas da ACIBIG está a duplicação da BR-101. Em torno desta demanda a OE tentou mobilizar associados, autoridades, lideranças políticas e comunitárias de Biguaçu e da Microrregião, buscando a solução dos problemas da BR-101, incluindo a duplicação e suas travessias: túneis, passagens superiores e inferiores, etc. (30/12/95). (Folha Catarinense, 12/95:6)

As atividades das ACIBIG demonstram que, dentro dos limites, os contatos individuais acontecem, numa fase de implementação de uma série de cursos com o apoio da Secretária da Família, Conselhos Comunitários e professores especializados do Campus da Univale (DC/CE, Região Metropolitana de Florianópolis, 28/06/96:11).

## 2.3. CDL/PALHOÇA

Entre as principais demandas da CDL-PALHOÇA esta a (25) criação da Secretária da Indústria e do Comércio no município e a melhoria dos transporte dentro do município. Quando colocou-se em questão a qualidade *dos serviços prestado pelas empresas concessionária e a interligação dos bairros*, o presidente do CDL-PALHOÇA, Raul Weiss, criticou o sistema de linha existente, pois incentivava o Palhocense a se dirigir a outras cidades para comprar: *“Precisamos de uma empresa que circule somente dentro do município”*.<sup>30</sup> (O PALHOCENSE 27/10 a 09/11/95:19)

<sup>30</sup> “Depois da Reunião o comentário entre alguns vereadores, membros do CDL e imprensa era o seguinte: ‘Mais uma vez a Jotur e a Paulotur conseguiram empurrar o problema com a barriga.’ (O PALHOCENSE 27/10 a 09/11/95:19)

Identificamos elementos que apontam para o alcance do poder das OEs considerando a atuação individual das OEs, suas funções, formas de contatos e os níveis de abrangência. Buscamos estratificar e classificar as demandas empresariais, os meios e os recursos utilizados no seu encaminhamento, a órgãos e autoridades em diversos setores. A partir da capacidade de articulação das lideranças, com a base no que fazem e na forma como o fazem, conhecemos parte das suas competências.

Essa sequência de contatos com diverso setores civis e políticos, tiveram como objetivo principal a representação dos interesses do empresariado da microrregião de Florianópolis, ou seja, além de permitir aos empresários acompanharem os planos de governo, permitem propostas e sugestões de projetos voltados para os municípios, para a Microrregião, para o Estado e o País. Nos exemplos citados verificamos a efetiva relação das OEs com os centros de administração e decisão pública e parte das suas demandas.

No Capítulo seguinte enfocaremos as OEs da Microrregião de Florianópolis, inserida no grupo de OEs congêneres de SC, através das atividades das Federações indicando também algumas relações e entidades extra-setoriais.

## ***CAPÍTULO VI - RELAÇÕES DAS OES DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS NAS FEDERAÇÕES, EM ATIVIDADES INTERSETORIAIS E REGIONAIS.***

Entre os dados das atividades das OEs em foco, identificamos os das relações nos níveis estadual e nacional, realizadas por seus membros que compõem as diretorias das Federações. Entre as informações coletadas sobre as atividades dos órgãos máximos de representação legal e setorial das OEs da microrregião de Florianópolis, selecionamos as atividades ligadas a administração da unidade política setorial: a) organização interna, b) atividades plenárias, c) órgãos e autoridades contatados, d) temas enfocados e/ou encaminhados e e) resultados obtidos.

Analisando as atividades das Federações identificamos a participações da OEs em foco, em ações conjuntas com as outras OEs do setor no Estado de SC, junto as autoridades públicas. No segundo Item analisamos eventos e mostramos os contatos e as relações inter-setoriais das OEs em foco com o conjunto da classe empresarial no Estado. Enfocando as ações e o pensamento da liderança empresarial, identificamos e confrontamos os interesses empresariais, aprofundando assim o enfoque específico desta pesquisa, que é a interrelação das OEs da Microrregião de Florianópolis com relação a alianças e ações de colaboração.

### **1. Atividades das Federações**

Procederemos a análise das atividades das Federações alterando a ordem cronológica da fundação, como vínhamos fazendo. Consideraremos o critério quantidade de dados disponíveis, adotando a seguinte ordem: FACISC (1972) para a visualizarmos a participação da ACIF (1915) com sede em Florianópolis, da AEMFLO (1986) com sede em

São José, da ACIBIG (1987) de Biguaçu. Em segundo aparece o FCDL/SC (1973) com a participação da CDL (1960) de Florianópolis e da CDL/PALHOÇA (1988). Finalmente analisamos o FECOMÉRCIO (1948), para visualizarmos a participação do SINDILOJAS (1948), única OE sindical, do conjunto estudado. O procedimento proposto permite a apreensão da participação das OEs em foco nas Federações a que estão filiadas, que por sua vez representam os interesses das OEs a nível estadual e nacional.

### **1.1. FACISC**

A Federação das Associações Comerciais e industriais de SC --FACISC, representa 110 Associações Comerciais e Industriais --ACI's. Tendo como atribuição ser a imagem das ACI's a nível estadual e federal. A partir de publicações internas e externas, selecionamos os dados sobre as atividades de representação dos interesses desta fração da classe empresarial catarinense.

Analisamos os dados sobre as atividades plenárias da FACISC a partir da 81ª Reunião Plenária, realizada em setembro de 1991. Esta organizada em conjunto com ACI/Chapecó. O evento reuniu aproximadamente 250 empresários de todo o Estado, --representantes de 80 ACIs na abertura. Além dos empresários ligados a FACISC, outras OEs (CNACI, FECOMÉRCIO, FIESC e FCDL/SC) observamos a participação de órgãos e autoridades estaduais (secretários e parlamentares federais e estaduais<sup>1</sup>). Os temas enfocados foram "*Mercosul*" e "*Perspectivas e Investimentos do Governo no Oeste*", esta

---

<sup>1</sup>Foram convidados para o evento os senadores Esperidião Amim, Dirceu Carneiro e Nelson Wedekin, os deputados federais Nelson Morro, Jarwis Gaidzinski, Dejanir Delpasqualle, Neuto de Conto e Décio Knop e os deputados estaduais Cairu Hack, Herneus de Nadal, Joaquim Lemos, Idelvino Furlanetto, Jair Silveira, José Pedroso, Luis Basso, Afonso Spaniol, Luiz Suzin Marine, Reno Caramori, Vilson Santim, Udo Wagner, Antônio Ceron e Wittich Freitag.

última palestra do Governador do Estado, Vilson Kleinubing e Diretores do BADESC.  
(Tribuna do Oeste, Palmitos 19/09/91:1)

Em abril de 1992 realizam a 83ª Reunião Plenária na cidade de São Miguel Oeste (04/92). Os resultados dos encaminhamentos contaram com 18 propostas, enviadas aos Governos Estadual e Federal e órgãos ligados à administração pública. Entre as propostas enfatizamos a redução da alíquota do ICMS de 25% para 18% sobre energia elétrica, telecomunicações e combustíveis, ou a compensação dos créditos do imposto e a diminuição da alíquota sobre bebidas de 25% para 17%. Nesta plenária a maior parte dos trabalhos dos empresários foi destinada a discutir e aprovar reivindicações da classe, como a alteração da lei que exige a certidão de regularidade do FGTS para alterações na junta comercial. A presença do autor da emenda do Imposto Único, sobre Transações (IUT), que tramitava no Congresso Nacional, deputado federal Flávio Rocha<sup>2</sup>, é um indicador dos interesses da classe empresarial na instituição do Imposto (Difusão, 04/92). No mesmo ano o presidente da FACISC, José Suppi, volta a defender a implantação IUT, no encerramento do VIII EEE --Encontro Estadual de Economistas. (14/10/92), (DC. 15/10/92:22)

Enfatizamos a efetiva participação da AEMFLO, quando contribuiu com cinco moções na 83ª Reunião Plenária da FACISC e três moções apresentadas e aprovadas por unanimidade, durante a 88ª Reunião, realizada em junho de 1993: a) solicitando apoio à aprovação do projeto de lei proposto pelo deputado Nilson Nandi, que criaria o PROIND -- Programa de Incentivo e Expansão Industrial; b) projeto do mesmo Deputado que visava o

---

<sup>2</sup> Segundo avaliação do Deputado, "a instituição do IUT, que prevê desconto de 1% do credor e 1% do devedor nas transações bancárias, beneficiaria toda a sociedade, trazendo a justiça fiscal e o fim da sonegação". (Difusão, Abril/92).

parcelamento dos débitos fiscais decorrentes de operações relacionadas com ICM e ICMS, em prazos que variavam de 66 a 96 meses; e c) empenho junto a TELESC para que os degraus das tarifas telefônicas comerciais fossem únicas nas regiões aglomeradas urbanas<sup>3</sup>. (Difusão, Junho/Julho/1993:1) Nesta Plenária foram eleitos para a Diretoria da FACISC Osmar Müller, diretor financeiro e Conrado Coelho Costa Filho, assessor de pesquisa e tecnologia, ambos ex-presidentes da AEMFLO (10/06/93). (Difusão, Junho/Julho/1993:3)

Ainda com relação aos indicadores da participação da AEMFLO nas atividades da FACISC, no dia 20 de março de 1994 o presidente da OE esteve na sala de Comissão e Justiça na Assembléia Legislativa a fim de pressionar os deputados a rejeitarem a MP no 057/94, que dispunha sobre o período de Apuração Decenal e Atualização do ICMS. (Difusão, MARÇO/ABRIL/1994:2) Nos dias 01 e 02 de Setembro de 1994 Osmar Müller e Ricardo Martins, ex-presidentes, participaram do VIII Congresso Nacional das Associações Comerciais, realizado em São Paulo. Neste evento os empresários tiveram a oportunidade de debater com os candidatos à Presidência da República sobre as suas propostas de governo para o País. (Difusão, Julho/Agosto/1994:2)

A partir das informações vinculadas na imprensa, observamos que a organização interna da FACISC conta com episódios que evidenciam a disputa pela direção, como por exemplo quando da mobilização de empresários da Região Norte do Estado, apoiando a candidatura de José Henrique Carneiro de Loyola<sup>4</sup>, para suceder José Suppi. Insatisfeitos

---

<sup>3</sup> Estas e outras moções aprovadas integraram um documento que a FACISC encaminhou para todos os seus associados, a todas as demais entidades de classe, deputados estaduais, governo estadual, Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento e Secretaria Estadual da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente, dentre outras instâncias

<sup>4</sup> Ex-Secretário de Estado, ex presidente ACI de Joinville na época.



com a decisão de Suppi de lançar a candidatura do empresário João Carlos Scopel<sup>5</sup>, queriam derrubar o nome de Scopel,<sup>6</sup> apoiado por lideranças do Oeste catarinense.<sup>7</sup> (DC, 26/06/93:17) A imprensa informava que três candidatos disputavam a preferência, José Henrique de Loyola, de Joinville, Roberto Amaral, de Lages e João Carlos Scopel, de Chapecó. (A Notícia, 13/07/93:7) O lançamento de duas chapas<sup>8</sup>, quebraria a tradição existente na Federação. No entanto a tradição foi mantida, com a eleição do empresário criciumense Jaime Zanatta para presidente e Fernando Rigon de Concórdia para vice, em chapa única. (Difusão, 06 e 07/93:3) A preocupação imediata de Zanatta era influir na revisão constitucional, especialmente quanto à questão tributária. Reconhecemos indicadores da preocupação com a mobilização e organização da classe: uma das prioridades de Zanatta era manter as reuniões trimestrais da Federação nas mais diferentes cidades.

Para salientar as prioridades da FACISC apontamos para as que prevalecem nas plenárias, como por exemplo na 91ª Reunião, realizada nos dias 18 e 19 de março de 1994, em Joinville, com a participação de órgãos e autoridades expressivos da vida estadual e

<sup>5</sup> Alegavam que as lideranças que representam 80% do PIB catarinense não foram consultadas sobre o encaminhamento do processo eleitoral da entidade.

<sup>6</sup> *"Nossa Preferência é por Loyola, mas se não Houver consenso, partiremos para uma nova chapa"*

<sup>7</sup> Entre os argumentos de empresários da Região Norte constava também a negociação que Suppi estaria fazendo com o Governador do Estado, Vilson Kleinubing, para aumentar a alíquota do ICMS de 17% para 18%. *"Ele não consultou ninguém e trabalha em causa própria, querendo favorecer a empresa Battistella, onde trabalhou muito tempo. O pior é que o mandato dele já expirou dia 10 de junho e mesmo assim ele continua insistindo em liderar o processo para se manter na vice-presidência. Até na questão do Porto de São Francisco, onde os empresários da região estão formando a Cia. Docas, ele está interferindo"*, acrescentou um empresário Joinvillense. (DC, 26/06/93:17)

<sup>8</sup> A chapa apoiada por Suppi era composta por lideranças do Oeste do Estado, tendo a frente João Carlos Scopel. A outra, com representantes do litoral, regiões Sul, Norte e Meio-Oeste, apoiam a candidatura do ex presidente ACI de Joinville, José Henrique de Carneiro Loyola.

nacional<sup>9</sup>. Destacamos o convênio de *cooperação* técnica com a Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera, tema da palestra dos empresários Jordi Castan Baneras e Luiz Martins Fidelis, da ACIJ<sup>10</sup>: como os micro, pequenos e médios empresários estavam se integrando nas ACIs<sup>11</sup>. Esse convênio formou e treinou novos empresários: para os desafios empresariais que iriam enfrentar no mercado de trabalho. Entre as moções de caráter econômico e político social do país prevaleceram como<sup>12</sup> prioritários a revisão constitucional, reforma política e tributária, simplificação na cobrança de impostos, obras públicas, saúde e educação. (A Notícia, 15/03/94:7)

No que se refere a organização interna, observamos a mobilização de 14 dirigentes das ACI's do Vale do Itajaí e do Norte do Estado, durante reunião em Massaranduba, em março de 1995. Aqueles tentavam articular com as demais lideranças, das outras regiões, o lançamento da candidatura do presidente da ACI de Joinville, Edgard Meister, à presidência da Federação. Durante reunião Meister disse que aceitava ser candidato, desde que fosse o nome de consenso. (DC, 11/03/95:3) Sabemos que não foi, porque Gelson Merisio, empresário do setor de construção em Xanxerê, foi eleito presidente da OE (22/06/95).

Antes de assumir a presidência, em agosto de 1995, Gelson Merisio propunha defender a união de empresários e políticos catarinenses para conseguir representatividade

<sup>9</sup> Contou com a presença dos seguintes palestrante: Luís Roberto Ponte, deputado Federal (PMDB) e empresário<sup>9</sup> e a ex-secretária Nacional de Economia, Dorothéia Werneck que abordaram a *"Reforma Tributária e a Revisão Constitucional"* e *"A atual Conjuntura Nacional."*, respectivamente.

<sup>10</sup> Diretor secretário e diretor executivo

<sup>11</sup> De Brusque, Blumenau, Joinville, Campo Alegre, Rio Negrinho, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul. Em três anos de projeto, Joinville conseguiu formar 21 núcleos setoriais, se tornando a matriz desse convênio de cooperação com a Alemanha, estava naquele momento espalhando serviços de treinamento e consultoria às demais entidades co-irmãs.

<sup>12</sup> *"instrumentos pelos quais as ACI's pretendiam se utilizar para modificar os segmentos de poder"*

e pressionar o Governo Federal em questões como a reforma tributária.<sup>13</sup> Merisio Afirmava que “*A tendência aponta recessão e o desemprego*”, apontando como solução, além da redução das taxas de juros o corte dos gastos públicos<sup>14</sup>. (DC/Economia, 06/08/95:3)

Merisio assumiu a presidência em setembro, com vice Alaor Tissot<sup>15</sup>, em Solenidade prestigiada pelo o governador do Estado, Paulo Afonso Vieira, o vice José Augusto Hülse, diversos secretários, o presidente da CNACI, Guilherme Afif Domingos e o presidente da ACI/SP, Elivio Aliprandi. Uma das prioridades da nova Diretoria era transformar a FACISC na mais atuante OE do Estado, posicionando-se de imediato frente às questões políticas e econômicas. Queriam ter voz ativa em frentes de *desenvolvimento* do Estado, como a duplicação da BR-101, a implantação da Ferrovia da Integração, a atração de novas indústrias, a implementação de parcerias entre universidades e iniciativa privada, investir nos pólos tecnológicos, na profissionalização do turismo e o estabelecimento de parcerias com instituições de fomento como o BRDE e BADESC.<sup>16</sup> (Difusão, 07/1995:6)

Observamos o estabelecimento de parceria com o BRDE, a partir das negociações com o presidente do Banco, Nelson Wedekin (PDT), ainda em setembro de 1995. Segundo Wedekin, o programa do Banco tinha por objetivo a interiorização dos seus serviços às empresas do interior através das ACI's de SC<sup>17</sup>: através dos postos, as

<sup>13</sup> “*Nós vamos buscar resgatar nossa representatividade: a FACISC tem 28 mil empresas associadas e 104 ACI's em todo o Estado e essas forças de representação têm uma posição respeitável para os governos estadual e Federal*”.

<sup>14</sup> “*O Governo precisa arrumar a sua casa*”... “*Empresários e trabalhadores foram os mais sacrificados até agora. O governo não fez nada para reduzir o número de funcionários*”.

<sup>15</sup> Ex-presidente da ACIF e fundador da AEMFLO e da PROTUR.

<sup>16</sup> O novo presidente pretendia aumentar ainda mais a representatividade da OE, fomentando a criação de novos ACI's e ampliando a expressão das OEs existentes

<sup>17</sup> Até então o banco só possuía agências nas capitais dos estados do sul. “*Com este novo serviço acreditamos que poderemos atender a um número bem maior de empresas interessadas em nossas linhas de financiamento*”.

empresas podem fazer consultas sobre linhas de financiamento<sup>18</sup>. Para o presidente da ACI de Xanxerê, Celso Mattiolo, com este programa o BRDE poderia ajudar a melhorar a situação do setor produtivo catarinense<sup>19</sup>. Segundo Mattiolo o novo presidente do BRDE foi procurado pela ACIX e FACISC antes de assumir o seu cargo, e demonstrou interesse em desenvolver um trabalho em parceria com as ACI's. (FACISC, 16/10/95:5)

É notória a importância dada a formalização do Mercosul<sup>20</sup>, Na avaliação dos dirigentes, da FACISC, o mercado vinha crescendo consideravelmente<sup>21</sup>. Segundo eles o fluxo comercial entre o Estado e o Mercosul estava bem abaixo do potencial esperado por eles. Para enfrentar esta realidade, a Diretoria elegeu um Conselheiro para Assuntos do Mercosul, Antônio Rebelatto<sup>22</sup>, para acompanhar as negociações envolvendo os Governos Estadual e Federal<sup>23</sup>. (FACISC, 16/10/95:4)

O Governador, Paulo Afonso Vieira, criou a Secretária Extraordinária para a Integração do Mercosul e SC<sup>24</sup>, escolhendo para assumir a pasta o empresário Henrique de Oliveira Weber<sup>25</sup>. O trabalho para a integração foi planejado em duas fases, a primeira foi a apresentação do Estado para os Governos dos três Países<sup>26</sup>. Na segunda fase, estaria a

<sup>18</sup> O encaminhamento dos pedidos para a obtenção de financiamento, podem ser feitos via representantes nas ACI's

<sup>19</sup> "O BRDE foi extremamente importante para o desenvolvimento da agroindústria no oeste de Santa Catarina. Mas o problema é que nos últimos anos o banco esteve muito afastado da nossa região". (FACISC, 16/10/95:5)

<sup>20</sup> Em primeiro de Janeiro de 1995 entrou em vigor o tratado que criou Mercosul.

<sup>21</sup> Em 1990 as exportações catarinenses para Argentina, Paraguai e Uruguai aproximaram-se dos US\$ 50 milhões, representando apenas 3,5% do total das vendas externas do Estado. Já no ano seguinte, o percentual pulou para 12 % gerando uma receita de US\$ 300 milhões.

<sup>22</sup> presidente da ACI de Chapecó

<sup>23</sup> "Nós temos que fiscalizar e obter as informação para definir as estratégias da entidade".

<sup>24</sup> Ao assumir o cargo, no início daquele ano,

<sup>25</sup> Ex-presidente do CDL-Joinville e da FCDL/SC. Para o secretário era uma nova e grande porta que estava apenas se abrindo, com enorme potencial para o incremento das relações econômicas entre os países que formam o Mercosul e em especial Santa Catarina

<sup>26</sup> Por isso, Paulo Afonso Vieira manteve contatos com os presidentes da Argentina, em julho, do Paraguai, em setembro. Esta fase terminou com a visita do governador ao Uruguai no início daquele mês

operacionalização de missões empresariais onde os produtos catarinenses seriam ofertados, neste ponto Weber esperava contar com a participação da FACISC e de outras entidades de classe<sup>27</sup>. (FACISC, 16/10/95:5)

Entre os resultados das demandas, observa-se que a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, depois de ouvir lideranças empresariais, entre as quais Merisio, alterou o projeto de lei 191/95 do governo estadual, enviado à AL/SC no final de agosto<sup>28</sup>. Segundo o artigo sétimo, retirado do projeto de lei na íntegra, as empresas com atraso no recolhimento do ICMS, ou do parcelamento de dívidas antigas, ficariam impedidas de emitir novos blocos de notas fiscais e de obter certidão negativa. (FACISC, 16/10/95:6)

O líder do Governo na Assembléia, deputado Herneus de Nadal, disse que o executivo concordou com a retirada do artigo depois de ouvir as lideranças empresariais<sup>29</sup>. A comissão de Justiça também aumentou os prazos para o parcelamento das dívidas antigas. O projeto original do Governo previa até 48 meses para a renegociação dos atrasados, e a emenda proposta pela comissão eleva para 60 meses o parcelamento<sup>30</sup>. Segundo o Secretário da Fazenda, Neuto de Conto, o governador autorizou todas as modificações que foram propostas pelos deputados<sup>31</sup>. (FACISC, 16/10/95:6) Uma das demandas manifestas da FACISC foi tema do Fórum de Debates promovido em conjunto

<sup>27</sup> *"Nós queremos ser parceiros da FACISC."... "Só dou um conselho aos empresários catarinenses: não tenham medo"*

<sup>28</sup> Este tratava da inadimplência no pagamento do ICMS.

<sup>29</sup> *"Além disso o prazo de validade da certidão negativa também foi alterado, passando de 90 para 180 dias".*

<sup>30</sup> *"O governo está sensível para o momento em que passa a economia. Acreditamos que com estas condições será possível que muitas empresas quitem os seus débitos e o estado aumente a arrecadação", afirmou Herneus de Nadal.*

<sup>31</sup> Afirmou ainda que o governo não pretendia complicar a vida das empresas catarinenses, e queria somente que fossem repassados os impostos cobrados dos consumidores. *"Estamos procurando o diálogo, queremos paz e a solução dos problemas, sem perder em vista o cumprimento da lei".*

com a Assembléia Legislativa de SC<sup>32</sup> “Reforma Tributária”. O evento foi comandado pelo presidente da AL/SC, deputado Pedro Bitencourt. (FACISC, 16/10/95:7)

Finalizamos o enfoque da FACISC com a visualização da 97ª Reunião Plenária realizada em Xanxerê, no dia 10 de novembro de 1995. Neste evento observamos a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Luis Eduardo Magalhães (PFL/BA), que assumiu o compromisso de empenhar-se na derrubada da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF). Garantindo ainda que enfrentaria o corporativismo para viabilizar a reforma administrativa, e os contra a entrada em votação da reforma previdenciária, na primeira quinzena de dezembro daquele ano. (FACISC, 20/11/95:1)

Constatamos que a FACISC mantém uma intensa atividade (de caráter econômico, político e social). Observamos que entre as demandas constam a revisão constitucional, a reforma política e tributária, a simplificação na cobrança de impostos, obras públicas, saúde e educação. Defendem as propostas de união de empresários e políticos catarinenses para conseguir representatividade e pressionar o Governo Federal em questões como a reforma tributária.

---

<sup>32</sup> O evento aconteceu no plenário do palácio Barriga Verde

## 1.2. FCDL/SC

Analizamos a FCDL-SC utilizando o mesmo procedimento anterior. Com 117 Câmaras filiadas, a Federação é o órgão de atuação dos CDL's a nível estadual e federal, através da CNDL. Enfocaremos as atividades do FCDL a partir da abertura do II Congresso Regional do Comércio Lojista, da 8ª Região realizado em Xanxerê, no mês de agosto de 1991. Naquele evento o presidente do CDL/FPOLIS, Ayrton Müller<sup>33</sup>, criticou a indefinição do Governo Collor: culpado pelo descompasso dos salários e pelo momento ruim que atravessava o comércio catarinense, por causa da política de arrocho<sup>34</sup>. Entre as autoridades presentes: o prefeito de Seara, Aurélio Nardi; Valdemar Salschuk, vice-presidente do BESC; Vinícius Lumerts da Silva, diretor do SEBRAE/SC, e ainda o comentarista econômico do SBT, Valdomiro Hildebrando. Os temas enfocados demonstram a diversidade do enfoque dos lojistas: *'Modernização Econômica de Santa Catarina'*, *'Pequenas e médias Empresas, Perspectivas para Superar a Crise'*, *'Economia nos Dias Atuais'*. Neste evento aconteceu a eleição do novo presidente, Henrique de oliveira Weber<sup>35</sup>. (O Jornal, Concórdia, 30/08/91:7)

Ao deixar a presidência da Federação Ayrton Müller presta contas de sua gestão<sup>36</sup>, lembra que participaram de duas Convenções Nacionais, pregou abertamente a

<sup>33</sup> Diretor do Grupo Müller, na época

<sup>34</sup> Na ocasião ponderou, que os ganhos dos trabalhadores não estavam obedecendo à Constituição, onde está, estabelecido que o salário mínimo deve oferecer ganhos para que sejam aplicados na sobrevivência. *"Isto, na realidade não acontece"*, acreditava.

<sup>35</sup> Weber foi eleito em chapa única, juntamente com outros dez vice-presidentes e 18 diretores distritais. Este criticou os monopólios, oligopólios e os grandes grupos que não participavam de uma concorrência leal no mercado. Com uma proposta de integração entre os lojistas catarinenses, Weber salientou a necessidade dos empresários ajudarem o País a instaurar realmente uma democracia.

<sup>36</sup> *"...Nosso primeiro objetivo foi a interiorização da Federação. Hoje ao término deste mandato, posso assegurar que atingimos plenamente este objetivo, pois que estive presente em todos os 106 CDL's e SPC's de*

conscientização política, mostrando a necessidade de se fazerem representar, principalmente na Assembléia Legislativa<sup>37</sup>. Comentou da sua felicidade de elegerem três deputados --Udo Wagner, Antônio Ceron, Witich Freitag, *“que têm um trabalho extraordinário em prol da classe Lojista.”* Falou da urgência da Reforma Tributária para que houvesse a implantação de uma *“arrecadação de impostos abrangendo todas as classes sociais e uma maneira mais justa e eficaz de fiscalização.”*<sup>38</sup> (Correio Lageano 16 e 17/10/91:10) Müller afirmou que a Federação não se descuidou de levar suas aspirações e colaborações ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda. (Correio Lageano 16 e 17/10/91:10) Frisou que gostaria de ver mais representantes dos lojistas na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional. (A Notícia, 29/10/91:11)

Identificamos freqüentes atividades plenárias da FCDL/SC, como por exemplo em março de 1992, quando cerca de 80 Lojistas entre diretores distritais e presidentes de CDL's reuniram-se em Lages para discutir detalhes da Convenção Estadual dos Diretores Lojistas (21 a 23/05). Neste encontro preparatório verifica-se a assessoria de especialistas<sup>39</sup> para avaliarem a carga tributária no Brasil, como por exemplo os 2% sobre o faturamento, pagos pelos empresários para a contribuição social (antigo FINSOCIAL) --item que recebeu duras críticas dos lojistas. (DC, 23/03/92:14)

---

*Santa Catarina, fazendo reuniões e palestras. Realizamos durante esses dois anos: 2 Convenções Estaduais, 15 Encontros Regionais, 4 Encontros de Monitores, 4 seminários Estaduais de SPC's, 41 Cursos de Vendas, Relações Humanas, Crediário, Gerenciamento, Foram fundados nove CDL's e SPC's, Edições de Jornal Lojista Catarinense forma editadas...*

<sup>37</sup> *“Nos dirigimos a todos os 106 CDL's, solicitando indicações de candidatos verdadeiramente lojistas, indistintamente de partidos políticos, para concorrerem a eleição de 1990.”*

<sup>38</sup> *“...É hora de despertarmos e agirmos. É hora de nos impor e exigir mais atenção e respeito. Não é hora de cruzarmos os braços e baixarmos as cabeças. Não podemos nos acomodar e muito menos nos acovardar....”*

<sup>39</sup> Participaram deste encontro representantes da empresa Pactum Planejamento Legal de Tributos Ltda., de Porto alegre (RS),



O ex presidente do CDL/Joinville, Henrique de Oliveira Weber assumiu o comando da FCDL-SC em outubro de 1991, juntamente com mais 9 nomes, entre eles Walter Osli Koerich<sup>40</sup> e Arthur Alex Müller<sup>41</sup>, (A Notícia, 29/10/91:11) ambos do CDL/FPOLIS<sup>42</sup> e SINDILOJAS. Observamos nesta Gestão uma maior agressividade, com relação ao Governo Estadual (Kleinubing-PFL), exemplificado quando Weber destaca que apesar da representatividade econômica em arrecadação de impostos, o Governo estadual praticamente não reconhecia a OE.<sup>43</sup> *“Nunca fomos lembrados com empréstimos do BADESC, ou atendidos em algum pedido”.* (DC, 20/09/92:22)

Um outro indicador das críticas da administração de Weber, agora com o Governo Federal, foram as manifestações com relação a revogação da Lei 8.200, que garantia a isenção de Imposto de Renda para grandes empresas por quatro anos<sup>44</sup>. Ele também é agressivo com a classe empresarial, pela demora na reação contra o IPMF, que classificou do *“inflacionário e recessivo”*. E ainda sugeriu a desobediência civil: *“Só uma revolta fiscal pode dar rumo a este país. Esta muito caro tentar reformar esta casa que se chama Governo brasileiro. É melhor pôr tudo no chão e tentar construir de novo,”* (DC, 16/02/93:25) Lembramos que Weber seria posteriormente Secretário Extraordinário para a integração do Mercosul, do Governo Estadual (Paulo Afonso Vieira PMDB) (FACISC, 16/10/95:5)

<sup>40</sup> Presidente do CDL/FPOLIS (1987 e 1988)

<sup>41</sup> vice-presidentes do CDL/FPOLIS na época e presidente da entidade de 1992 a 1994, Vice presidente do SINDILOJAS. Filho de Ayrton Müller e irmão de Osmar Müller.

<sup>42</sup> Ao assumir o cargo de por dois anos, destacando a importância da tecnologia como um novo elemento da atividade econômica. *“...A tecnologia tira da mesmice a discussão medíocre que se travava entre capital e trabalho e encaminha na direção do equilíbrio”, declarou....”*

<sup>43</sup> Segundo Weber a federação concentra 7 mil associados e representa 80 % do movimento financeiro do Comércio varejista

<sup>44</sup> Crente que o governo era infantil, Henrique Weber não via vitoriosos no final da luta entre empresários e Governo Federal *‘A não ser externamente. Sem dúvida os Tigres asiáticos e a Comunidade econômica Europeia, que reúnem países civilizados economicamente, vão tirar proveito disto.’*

Com relação a organização da OE salientamos que Weber aumentou de quatro para dez o número de vice-presidentes da FCDL, permitindo que mais regiões do Estado estivessem representadas. Colocou em prática a eleição direta da entidade em abril de 93, que elegeu o empresário Carlos José Stüpp, presidente do CDL de Tubarão, para presidir a Federação. (DC, 29/04/93:28) A direção assumiu uma postura crítica com relação ao Governo. Segundo a opinião de Stüpp, a adoção do plano econômico do Governo com a criação da URV --Unidade Real de Valor-- nada mais era, e foi, que a dolarização camuflada da economia<sup>45</sup>. (DC, 08/12/93:04) Para protestar contra a ameaça de adiamento da Revisão Constitucional para 1995, a FCDL/SC mobilizou o segmento lojista em março de 1994, em operação batizada de “carrapato”: em Blumenau, concentrou lojista na praça central, em Lages aconteceu uma passeata e em São Miguel d’Oeste fecharam o comércio. O objetivo desta era, principalmente, a solução da reforma fiscal, a privatização de estatais ineficientes, a reforma política com a adoção do voto distrital e a fidelidade partidária<sup>46</sup>. (A Notícia 30/03/94:6)

Observa-se a efetiva expressão da FCDL, nos veículos de comunicação, como por exemplo com relação a pretensão do Governo Federal de adotar medidas para conter o consumo, com a implementação do plano Real, Carlos Stüpp acreditava que *“inibir o consumo é no mínimo uma incoerência”*, considerando a possibilidade do Governo reduzir os prazos de financiamento para as vendas a prazo, disse *“esse não é o papel do Estado”*, acrescentando que o governo deveria deixar o mercado trabalhar de forma tranqüila, porque

<sup>45</sup> “Tem cara de gato, mia como gato, mas não tem nome de gato”, ironizou.

<sup>46</sup> “... Outro ponto central, argumenta Stüpp, é a reforma previdenciária. ‘todo mundo fala que o sistema está falido, então é hora de mudar’, conclui...”

*“os abusos que vierem a ocorrer serão expurgados pelo varejo e pela indústria”.* Quanto a possibilidade de ocorrência de juros de até 80% ao ano, para diminuir o consumo, Stüpp dizia que *“além de um afrontamento a constituição, que estabelece juros anuais de 12%, a medida vai provocar demissões em todos os setores da economia, incluindo o comércio.”* (O Estado, 05/05/94:6)

Às vésperas de realizar a 28ª Convenção do Comércio Varejista de SC, a FCDL/SC deflagrou, nos principais jornais catarinenses, a campanha Aviso Prévio -- Demissão por justa causa. A nota sugeria a dispensa dos políticos que nada fizeram pela revisão constitucional, considerada indispensável pela liderança lojista<sup>47</sup>. (O Estado, 19/05/94:6) Na 28ª Convenção foram discutidos temas relacionados às mudanças econômicas pelas quais o País estava passando, com por exemplo a palestra *“O Brasil: Presente e Futuro”*, *“O Lojista e o Sistema Tributário”*; *“O Brasil que esta dando certo”*, *“As novas tendências no varejo brasileiro”*. *“O comércio começa a se preocupar com qualidade”*. (DC, 20/05/94:20). Com relação ao primeiro mês da implantação do Real o presidente da FCDL, reclamou dos *“dias amargos”* que o comércio estava passando<sup>48</sup>. (DC, 24/07/94: Economia)

<sup>47</sup> As 9 horas no CIC --Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis“...Para o presidente da Federação, Carlos José Stüpp, a população precisa saber quem são os representantes que prometeram defender os interesses da nação e nada fizeram, impediram ou votaram contra a proposta da revisão constitucional. “Nem mesmo as questões com reforma tributária e previdenciária foram discutidas pelos congressista”, ressalta ele. Na 28ª a Convenção, o 2º Seminário de Dirigentes Lojistas de SC e o 31º Seminário Estadual dos SPC's (20/05/94) (O Estado, 19/05/94:6)

<sup>48</sup> Dizendo ele, *“nem os dias frios de inverno foram suficientes para aumentar o movimento” desde a URV que não conseguimos recuperar as vendas.” ... “Em outros tempos, isto resultaria numa procura acentuada pelas roupas de lã,”.... “Devemos aguardar pela queda real dos juros e a recuperação do poder aquisitivo da população.”....*

As realizações da FCDL/SC no ano de 95 contam com a organização de um novo Seminário de Líderes Lojistas, a aprovação de um novo estatuto e a entrega da lista contendo 8 mil assinaturas de apoio à campanha pela duplicação imediata da BR-101 à direção da RBS, em março de 1995. Dando continuidade ao encaminhamento de uma das principais demandas da FCDL/SC, o sucessor de Stüpp, Jorge Pohl e seu vice, Carlos Amorim, participaram da entrega do abaixo assinado pela duplicação da BR-101 ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília. Na cerimônia FHC reforçou seu compromisso de atender a antiga reivindicação dos empresários catarinenses, mais uma vez. (MOVIMENTO - JUNHO /95)

É importante observar a inserção das lideranças do FCDL/SC na política partidária, como por exemplo quando Pohl tornou-se adepto (declarado) do PSDB. Na oportunidade ele não descartava a possibilidade de uma candidatura, mas garantia que, naquele momento, seu *“principal partido é o movimento lojista catarinense”*. (DC, 13/08/95:3) Outro exemplo é a confirmação da intenção de Carlos José Stüpp, ex-presidente da FCDL, de disputar a prefeitura de Tubarão. Até a convenção do PSDB (06/95) ele esperava ser confirmado com candidato tucano a prefeitura do município. (DC, 04/01/96:3)

Paralelamente as atividades políticas, observamos ações de caráter filantrópico, como a deflagração da campanha para auxiliar na recuperação dos municípios atingidos pelas chuvas e ajudar as famílias flageladas, em todo o Estado. (DC, 30/12/95:3). Porém as atividades de caráter político-econômico prevalecem.

Uma das Mobilizações do CNDL o “Dia Nacional de Luto contra os juros altos, contra a recessão e o desemprego”, idealizada pelas lideranças do CNDL, fazia um alerta para a situação de 35% das empresas varejistas do país que estavam pré insolventes. Em SC a Campanha foi lançado durante o V Seminário de Líderes Lojistas em Florianópolis

(06/95), com manifesto<sup>49</sup> pedindo providências do Governo Federal para a crise que afetava o setor. O documento elaborado foi encaminhado à direção do Banco Central e ao ministro da fazenda Pedro Malan, pelo presidente da CNDL, Gerson Gabrielli. No manifesto os lojistas catarinenses pediam a abertura de linhas de crédito não só para os empresários, como também para os consumidores, possibilitando a volta as compras<sup>50</sup>. (MOVIMENTO - AGOSTO/95)

Entre os protesto de Pohl está o contra a seletividade dos critérios para conseguir recursos fora do país a baixo custo<sup>51</sup>, o empresário afirma que os médios e pequenos comerciantes não conseguem recursos financeiros com as mesmas facilidades que os grandes comerciantes. Pohl admitia que *“As grandes lojas estão se beneficiando das vendas a prazo, ainda mais quando captam dinheiro a baixo custo no Exterior”*. Para coibir estas ações, acreditava que o governo deveria colocar taxas de juros internas nos patamares internacionais. No entanto percebemos não haver concordância quanto ao exposto por Pohl, principalmente na opinião de Miguel José Ribeiro de Oliveira, vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), segundo ele as lojas que oferecem o preço a prazo igual ao preço à vista estão embutidos os juros<sup>52</sup>. (DC, Economia 28/01/96:3).

<sup>49</sup> *“...Em manifesto encaminhado, no início deste mês (08), ao Ministro da Fazenda, os lojistas pedem a abertura de linhas crédito que garantam a sobrevivência do setor nos próximos meses. ‘Somos a favor da política econômica do senhor Fernando Henrique, mas somos contrários ao abismo para onde as taxas de juros querem nos conduzir’, afirma o lojista. ‘Estamos de luto sim, mas com certeza não ficaremos inertes esperando a decretação da morte de mais e mais companheiros’.* (DC, 30/08/95, Economia)

<sup>50</sup> *“Estamos realmente preocupados com a alta das taxas de juros e as restrições de crédito”, observou Jorge Pohl.*

<sup>51</sup> Dizia, quem optasse por vender a prazo teria que buscar recursos nos bancos, nas empresas financeiras ou nas empresas de factoring a um custo mais elevado - taxas de 4 até 16% ao mês e repassá-las aos consumidores.

<sup>52</sup> Na mesma matéria, *“O pior é que os comerciantes omitem o fato”, lamenta Oliveira. “Estes comerciantes nunca ganharam tanto dinheiro como agora”, continua. Para Oliveira, o comerciante está alimentando a inadimplência quando pratica taxas de 380% ao ano contra uma projeção de inflação de 15% e reajustes salariais de no máximo 20% anuais.*

### 1.3. FECOMÉRCIO

A FECOMÉRCIO representa 35 sindicatos, tendo como as outras Federações a atribuição defender os interesses dos Sindicatos que representa a nível estadual e federal. A partir de informações extraídas de documento elaborado pela própria Federação, selecionamos os dados sobre seus relacionamentos. (FECOMÉRCIO, 1977)

Com relação a organização interna do FECOMÉRCIO, observamos que a OE diferencia-se das outras, pois apresenta uma baixa rotatividade no comando da OE. O fundador do FECOMÉRCIO, Charles Edgar Mortiz, primeiro presidente de 1948 até 1962 e também no período de 1974 a 1988<sup>53</sup>; Aroldo Soares Glavan ocupou a presidência entre 1962 e 1974; Eduardo Mathievicz entre 1988 a 1994 e Antônio Edmundo Pacheco de 1994 a 1996. Temos então quatro presidentes em 48 anos, 28 deles ocupados por Moritz; Glavan, o segundo presidente, ficou 12 anos no cargo, Mathievicz ficou 6 e Pacheco esta a 2 anos e seu mandato termina em 1997.

Selecionamos alguns contatos para se ter uma idéia das atividades da FECOMÉRCIO. Às Prefeituras encaminha reivindicações referentes a aplicação de normas de horário de funcionamento do comércio. À Câmara Municipal de Florianópolis, faz sugestões e postulações sobre normas aplicáveis no âmbito do relacionamento comercial, com o objetivo de traduzir em lei, as reivindicações da classe. (FECOMÉRCIO, 1977:IX).

---

<sup>53</sup> Também ocupou a presidência da CNC por dois mandatos

Com a Secretária da Fazenda as relações se referem a ordem tributária, relativas ao ICMS e participação como Representantes no Conselho Estadual de Contribuintes<sup>54</sup>. A FECOMÉRCIO participa do Conselho de Curadores e do Conselho Universitário da UFSC. (FECOMÉRCIO, 1977:IX)

Como órgão sindical superior do comércio no Estado, a Federação está vinculada ao Ministério do trabalho, conseqüentemente, no Estado tais prerrogativas são deferidas ao Tribunal Regional do Trabalho, com a qual mantém estreito relacionamento, seja quanto aos aspectos de execução administrativos como financeiros. Segundo as informação da FECOMÉRCIO os contatos com o Executivo Federal são feitos através de postulações de interesse da classe, referentes as áreas econômica e social, a Presidência da República: destacando-se a construção de rodovias, aparelhamento de portos, criação de órgãos estaduais. (FECOMÉRCIO, 1977:IX)

A Federação encontra-se filiada ao Conselho Internacional do Comércio e Produção, onde se estuda normas de relacionamento comercial a serem aplicados na comercialização de produtos nos países americanos e, participa de debates nos órgãos deste conselho, representando o mercado exportador catarinense. (FECOMÉRCIO, 1977:IX)

---

<sup>54</sup> Relativos a apreciação de recursos administrativos

## 2. Relações Inter-setoriais das OEs

Neste Item resgatamos as atividades do conjunto das OEs a nível estadual, mostrando os eventos na sequência cronológica dos processos, como por exemplo a reunião entre as OEs e o Secretário da fazenda e do Planejamento e Turismo, Felix Theis, que propôs a antecipação do recolhimento do ICMS (proposta rejeitada pela liderança empresarial)<sup>55</sup>. (Difusão, 01/91)<sup>56</sup>

Em outra oportunidade, representantes da ACIF, do CDL/FPOLIS, da AEMFLO, da FECOMÉRCIO, da ACIBIG, da CDL/PALHOÇA, do SINDILOJAS e da PROTUR tiveram audiência com o Governador Vilson Kleinubing<sup>57</sup> (09/92). Os empresários decidiram participar, através das entidades classistas, do processo de desenvolvimento do Estado<sup>58</sup>. No documento entregue ao governador consta reivindicações e posicionamento dos empresários sobre o que Florianópolis era e o que queriam para Florianópolis: 02) Rodovias BR-282, 03) Segurança pública, 04) Sistema Viário da Grande Florianópolis, 05) Polo Tecnológico, 06) Polo Turístico, 07) Centro de Convenções, 08) Região Metropolitana, 12) unificação dos feriados, 16) BR-101, 28) Distrito Industrial, 39) Permanência da Capital do Estado em Florianópolis, 42) saúde na capital. (CDL/FPOLIS, 09/91:)

<sup>55</sup> Em uma outra reunião voltou a ser tratada a intenção do Governo em aumentar de 17% para 18% a alíquota do ICMS.

<sup>56</sup> Outro evento observado foi um dos primeiros episódios concretos do projeto Tecnópolis, contou com a presença do Governador e mais 27 entidades. O evento desencadeou o processo formalizador da Tecnópolis. (O Estado, 26/04/91)

<sup>57</sup> No encontro, os líderes classistas externaram ao chefe do executivo que reconheciam as ações que estavam sendo empreendidas, no sentido de garantir a SC a posição de destaque que merece no cenário nacional e internacional.

<sup>58</sup> *"Nós, os empresários, não podemos ficar omissos, devemos ser parceiros do futuro, queremos ser parceiros de Santa Catarina", acrescentando que "a responsabilidade pelo desenvolvimento não é restrita apenas a ação do Estado, sendo tarefa de produzir e gerar riquezas, de prover o avanço econômico, responsabilidade da sociedade como um todo".*



Dirigentes de Federações e Associações patronais --FIESC, FAMPESC, FACISC, AEMFLO--, em audiência com o Governador Vilson Kleinübing, sugeriram uma campanha estadual contra a proposta do ajuste fiscal do presidente Itamar Franco<sup>59</sup>. Os 30 dirigentes empresariais que foram em comitiva ao Palácio do Governo (02/12/92) portavam faixas e chapéus com reivindicações e contestações, também pediram mudanças nas alíquotas do ICMS e protestaram contra a concessão de descontos de até 50% para as dívidas tributárias. Os dirigentes solicitaram o apoio do Governador, Vilson Kleinübing, no sentido de opor-se à reforma fiscal proposta e mudanças nas alíquotas de ICMS e protestaram contra a Medida Provisória 33, que dava descontos de até 50% a dívidas tributárias<sup>60</sup>. Uma espécie de pacto foi firmado entre empresários e Governo, que além de concordar com a contestação do ICMS sobre combustíveis, foi favorável a proposta de levar a discussão da reforma fiscal a partir de 1993. O Governador prometeu reduzir de 17% para 12%, o ICMS sobre o óleo diesel, se o Governador do Rio Grande do Sul não alterasse o tributo naquele Estado, ou seja, não elevasse o percentual do imposto que era de 12%. (DC, 03/12/92:22)

Observamos que a proposta de "*Reforma total em 93*" defendida por aquela comissão de empresários, incluía uma ampla reforma político-partidária, administrativa, tributária e social. Entre as sugestões do presidente da FACISC, que desencadeou o movimento dos empresários, a reforma administrativa e a limitação de gastos do Governo<sup>61</sup>. No âmbito da reforma social, incitava a criação do imposto único como solução para arrecadação e benefícios uniformizados para todas as categorias. Para Osmar Müller,

<sup>59</sup> O presidente da AEMFLO, Osmar Müller, dizia que o receio dos duzentos empresários associados a entidade era que o ajuste resultasse num aumento de impostos que decretasse falência em cascata

<sup>60</sup> Quanto a medida provisória 33, Kleinübing, foi restritivo "*O Governador tem que decidir nem que ele erre. Ele é pago para isso. Tenho certeza que acertei ao adotar a medida*". (DC, 03/12/92:22)

<sup>61</sup> "*Não adianta emendar a colcha de retalhos que ai está se não tiver mudanças políticas*",...

presidente da AEMFLO, o projeto de reforma fiscal do jeito que estava sinalizava apenas o interesse do Governo em “*fazer mais caixa*”. Müller criticou o imposto sobre ativos<sup>62</sup>. Walter Koerich, presidente do FCDL, avaliava que o projeto não era de reforma mas de criação de novos impostos. Para o presidente do FECOMÉRCIO, Eduardo Matiewicss, a reforma era “*injusta, inflacionaria e prejudicial ao tributar os ativos das empresas*”. considerava danoso também o imposto seletivo, pois segundo ele, influenciaria no custo do produto. (DC, 03/12/92:22)

Em outra oportunidade, os presidentes da FECOMÉRCIO, FCDL/SC, FACISC, FAMPESC, SINDILOJAS, AEMFLO, ACIF, e outras seis entidades se reunirão (22/12/93) para discutir as medidas tomadas pelo governo para antecipar a arrecadação de ICMS. A posição de algumas lideranças demonstra forte crítica: “*Foi uma medida na calada da noite e sem consultar as partes atingidas*”, reclamou o presidente do FAMPESC, Eldon Egon Jung. (O ESTADO 23/12/93: 6) A mobilização dos empresários se deu porque o prazo de recolhimento do ICMS foi reduzido em 20 dias. As lideranças empresariais afirmavam que podia haver um aumento de até 26% nos preços e as alterações burocráticas causadas pela redução do prazo de recolhimento, prejudicaria os pequenos e micro empresário<sup>63</sup>. Por isso elaboraram um manifesto e enviaram ao Governo Estadual. Nele os participantes da reunião chamavam de “*falsa premissa*” a desculpa dada para alterar os procedimentos tributários<sup>64</sup>.

<sup>62</sup> “A tendência é haver repasse dos impostos para os preços. Nesse aspecto, a reforma é mais danosa para a população que para o setor produtivo.”

<sup>63</sup> “Elas têm maior dificuldade em desenvolver novos recursos para antecipar o pagamento de tributos”, explica Jung.

<sup>64</sup> “O recolhimento do tributo feito no prazo de 40 dias, na realidade se restringe à média de 25 dias, hoje em perfeito funcionamento e atendimento aos interesses do estado”,

Na carta, os empresários também se colocavam à disposição do governo para discutir as medidas tomadas<sup>65</sup>. (O ESTADO 23/12/93: 6)

A reunião-almoço promovida pela FIESC, em conjunto com a RBS (27/06/94), contou com a Palestra do economista Luiz Paulo Rosenberg sobre “*Cenários do Brasil como Novo Presidente.*” Na mesa, o mediador foi o jornalista Cláudio Prisco Paraíso (RBS) e os debatedores os empresários Eduardo Matiewicz, presidente do FECOMÉRCIO; Jayme Zanatta, presidente da FACISC; José Zeferino Pedroso, presidente da FAESC; Carlos Stüpp, presidente FCDL/SC; Vinícius Lummertz da Silva, presidente do SEBRAE/SC; Osvaldo Douat, presidente da FIESC; e Rogério Caldana, diretor de marketing e comercialização do DC (RBS). (DC, 26/06/94:15)

Enfatizamos, entre os dados das atividades das OEs, os eventos com autoridades governamentais, onde procuram influenciar as políticas públicas. Outras atividades estão ligadas ao processo sucessório político, como em 1994 quando a direção da FACISC e outros empresários reunidos pela FIESC, participaram do debate com os candidatos ao Governo do Estado.<sup>66</sup> (DC, 09/07/94:07) Em outra promoção conjunta, realizada em agosto de 1994, pela AEMFLO, ACIF, PROTUR, CDL e SINDILOJAS, os empresários tiveram a oportunidade de questionar os mesmos candidatos sobre seus planos para a região (23/08/94).

---

<sup>65</sup> “Gostaríamos de conhecer toda a proposta do governo e talvez apresentar um contraproposta”, disse o presidente do FECOMÉRCIO, Eduardo Matiewicz. “Como estão agora, esses procedimentos só beneficiam o estado”, garante Matiewicz.

<sup>66</sup> Ângela Amim (PPR), Jorge Bornhausen (PFL), Nelson Wedekin (PDT) e Paulo Afonso (PMDB)

### 3. Considerações Finais

Após o reconhecimento e a classificação das demandas podemos compará-las com as demandas específicas das OEs em foco. Vimos que a FACISC defende as demandas apresentadas no Quadro 6.1.:

**Quadro 6.1.: Demandas da FACISC, data da identificação, resultado e data**

| Demanda da FACISC                                 | DATA | RESULTADO        | DATA |
|---|------|------------------|------|
| 04) Transporte                                    | 1991 | em atendimento   | 1996 |
| 05) Turismo/ profissionalização do turismo        | 1991 | em atendimento   | 1996 |
| 06) Implantação da Tecnopolis                     | 1991 | atendida         | 1996 |
| 16) Duplicação da BR-101,                         | 1991 | em atendimento   | 1996 |
| 23) Redução do ICMS                               | 1992 | parcialmente ate | 1996 |
| 28) Atração de novas indústrias                   | 1993 | em atendimento   | 1996 |
| 29) Implantação do Imposto Unico sobre Transações | 1993 | não atendido     | 1996 |
| 30) Implantação do Mercosul                       | 1993 | em atendimento   | 1996 |
| 31) PROIND  | 1993 | atendido         | 1996 |
| 32) Reforma Tributária                            | 1993 | parcialmente ate | 1996 |

Entre as demandas da FCDL/SC constam as apresentadas no Quadro 6.2.:

**Quadro 6.2.: Demandas da FCDL/SC, data da identificação, resultado e data**

| Demanda da FCDL/SC                       | DATA | RESULTADO      | DATA |
|--|------|----------------|------|
| 16) Duplicação imediata da BR-101        | 1994 | em atendimento | 1996 |
| 23) ICMS, contra antecipação             | 1992 | atendida       | 1996 |
| 32) Reforma Tributária                   | 1994 | em atendimento | 1996 |
| 33) Privatização de estatais             | 1994 | em atendimento | 1996 |
| 34) Revogação da Lei 8.200 contra o IPMF | 1994 | atendida       | 1996 |
| 35) Reforma política                     | 1994 | em atendimento | 1996 |
| 36) Redução da carga tributária          | 1994 | em atendimento | 1996 |
| 37) Reforma fiscal                       | 1994 | em atendimento | 1996 |
| 38) Revisão Constitucional               | 1994 | em atendimento | 1996 |

A FECOMÉRCIO reivindica as demandas apresentadas no Quadro 6.3.:

**Quadro 6.3.: Demandas do FECOMÉRCIO, data da identificação, resultado e data**

| Demanda da FECOMÉRCIO                              | DATA | RESULTADOS | DATA |
|--|------|------------|------|
| 12) diretrizes relacionamento comercial            | 1991 |            |      |
| 06) criação de órgãos estaduais                    | 1991 |            |      |
| 02) construção de rodovias                         | 1991 |            |      |
| 04) aparelhamento de portos                        | 1991 |            |      |
| 14) normas de horário de funcionamento do comércio | 1991 |            |      |
| 23) ordem tributária relativas ao ICMS             | 1991 |            |      |

As Atividades extra setoriais das OES mostram as demandas do Conjunto apresentadas no Quadro: 6.4.:

**Quadro 6.4.: Demandas do conjunto de OEs, data da indentificação, resultado e data**

| Demanda do Conjunto                                  | DATA | RESULTADO       | DATA |
|--|------|-----------------|------|
| 02) Conclusão da BR-282                              | 1991 | parcialmente/at | 1996 |
| 03) Segurança  | 1991 | em atendimento  | 1996 |
| 04) Transporte                                       | 1991 | em atendimento  | 1996 |
| 05) Turismo (Polo Turístico)                         | 1991 | em atendimento  | 1996 |
| 06) Implantação da Tecnopolis                        | 1991 | atendida        | 1996 |
| 07) Centro de Convenções                             | 1991 | não atendida    | 1996 |
| 08) Região Metropolitana de Florianópolis            | 1991 | não atendida    | 1996 |
| 12) Unificação dos feriados da Grande Florianópolis  | 1991 | não atendida    | 1996 |
| 15) Revogação da TVPNA                               | 1991 | não atendida    | 1996 |
| 16) Duplicação da BR-101                             | 1991 | em atendimento  | 1996 |
| 23) Favoráveis as mudanças nas alíquotas do ICMS.    | 1992 | parcialmente    | 1996 |
| 28) Distrito Industrial                              | 1991 | atendida        | 1996 |
| 39) Permanência da Capital em Florianópolis          | 1991 | atendida        | 1993 |
| 40) Contrários ao ajuste fiscal do presidente Itamar | 1993 | atendido        | 1993 |
| 42) Saúde na Capital                                 | 1991 | em atendimento  | 1996 |

As informações apresentadas e analisadas deixam dúvidas quanto ao encaminhamento e desdobramentos dos processos, porém caracterizam a participação das OEs em foco como agentes políticos nos níveis estadual e nacional, dando conta das demandas e indicando aspectos da operacionalização e alcance do seu poder político.

A partir daí, podemos aprofundar o enfoque específico desta pesquisa, que é a interrelação das OEs da Microrregião de Florianópolis, ou seja, a maneira como se comportam, durante a operacionalização das demandas, que foram aqui identificadas e selecionadas.

## **CAPÍTULO VII - COMPORTAMENTO**

### ***1. Intercâmbios: alianças e ações de colaboração entre as OEs***

A hipótese geral deste trabalho é que o conceito de sistema cooperativo incorporado a definição de organização empresarial (OE), como um sistema de atividades de duas ou mais OEs explica uniformidades observáveis na conduta, na formulação e desenvolvimento explícito de diferentes empreendimentos cooperativos. Para entendermos o comportamento das OEs é de fundamental importância identificarmos a estrutura e as ações --individuais e coletivas-- das OEs, verificando os cenários, os sujeitos das ações, para compreendermos os papéis desempenhados no sistema cooperativo.

Constatamos que a) as regras --os códigos e estatutos legais-- que regulamentam as atividades das OEs permitem a manutenção de privilégios dentro das hierarquias da sociedade, b) os recursos utilizados possibilitam o encaminhamento das suas demandas: as OEs se modernizaram no aspecto físico e na administração deste espaço, para formação técnica e política empresarial, divulgação de produtos, serviços e ideologias, c) existem peculiaridades observáveis nas relações de interesses do conjunto das OEs, referentes aos diversos níveis de abrangência e atuação: todas buscam maior representatividade junto ao universo empresarial da Microregião, melhorando ou implantando serviços, com o objetivo de manter seus atuais associados e agregar mais.

Observamos que as OEs agregam frações da classe empresarial e incentivam o intercâmbio de diferentes formas de organização. Em termos gerais, podemos dizer que comungam e pregam um modelo de desenvolvimento baseado na livre iniciativa, na lógica de mercado e no pensamento neoliberal. Para entendermos parte do sistema cooperativo veremos, neste Capítulo, o comportamento das OEs a partir dos intercâmbios, ou seja, as alianças e ações de cooperação entre as lideranças da classe empresarial dos diversos formatos. Verificaremos se as demandas de interesse do conjunto de OEs estudadas.

Para operacionalizarmos a análise utilizaremos exemplos de relações entre as OEs estudadas e entidades que representam ou reproduzem os interesses da classe empresarial, classificando-as como a) Doutrinárias: entidades cujo objetivo é divulgar conhecimento e pesquisas, de conteúdo político-ideológico, de interesse da classe empresarial, b) OEs corporativas: representam os interesses setoriais e regionais da classe empresarial, c) OEs extra-corporativas: denominadas sociedades civis, com maior autonomia de abrangência na representação dos interesses da classe empresarial e d) OEs cooperativas: reúnem e organizam o intercâmbio de OEs de distintas estruturas corporativas e abrangência.

### 1.1. - Doutrinárias

Entre as relações das OEs estudadas com entidades doutrinárias, identificamos as com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra --ADESG, entidade que conta o maior número de dados coletados sobre. Esta instituição nacional é devotada integralmente a reunir *empresários*, professores, políticos, cientistas e profissionais liberais, para discussão de temas conjunturais brasileiros e disseminar os conhecimentos da Escola.

Com a fundação da ADESG, abriram-se cursos para os segmentos civis da Nação. Considerada como “modelo”, segundo seu presidente, Gen. Div. Hermano Lomba Santoro, a Delegacia de SC (fundada em 1970) agrega quase três mil *adesguianos*<sup>1</sup>. “*Por fim, o relacionamento externo da ADESG/SC se ampliou através de atividades conjuntas, como por exemplo Fiesc, Universidades Públicas e Privadas e outras organizações*” (Folha Catarinense, 12/95:12), entre elas a AEMFLO e a ACIBIG. Entre os Ciclos de Estudos de Política e Estratégia da ADESG/SC, localizamos a participações da AEMFLO em junho de 1991, em fevereiro de 1992, com AEMFLO e ACIBIG e membros da ADESG, para tratarem da organização do XVII Ciclo de Palestras de Atualização Cultural, que aconteceu em Biguaçu, de primeiro de abril a sete de maio de 1992. (PROCHNOV, 1992:94)

---

<sup>1</sup> No campo econômico/financeiro, a ADESG/SC atingiu boa situação de liquidez apesar das difíceis condições econômicas de alguns setores.



O ciclo de palestras da ADESG, com apoio da Prefeitura, da Câmara de Vereadores de Biguaçu e do Rotary Clube, divulgou os ensinamentos sobre a doutrina e método preconizado pela ESG, discutindo assuntos sobre a vida brasileira, principalmente os temas: a) o sistema tributário nacional, b) a previdência social no Brasil, c) droga, d) violência e f) crime organizado, entre outros. (Difusão, Abril/92)

Observamos que entre os intercâmbios com entidades com objetivo de divulgar o ideário político-ideológico de interesse da classe empresarial, encontrasse o *Rotary Club* e a *Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas --ADCE*, com por exemplo, em janeiro de 1991, quando o presidente da AEMFLO, Osmar Müller (90/94), proferiu palestra na primeira entidade expondo seus objetivos frente a Associação, Marcondes de Mattos (licenciado do Conselho Deliberativo da AEMFLO para ocupar a Secretaria da Fazenda e do Planejamento) palestrou na segunda. (PROCHNOV 1992:72) Os dados disponíveis não apresentam maiores informação sobre a organização e os intercâmbios destas entidades, no entanto fornece pistas para uma posterior investigação dos seus objetivos e inserção social.

## **1.2. - Corporativas**

Os sindicatos estão classificados entre as OEs corporativas (DINIZ, Eli. e BOSCHI, Renato R, 1979:19) representam os interesses setoriais e regionais da classe empresarial: defendem seus associados sempre que ameaçados seus interesses coletivos. Os sindicatos atuam na área trabalhista, representam seus filiados e ou sócios perante as autoridades administrativas e judiciárias, em uma área geográfica delimitada. Sabemos que é vedada a criação de mais de uma OE corporativa<sup>2</sup> na mesma área do município. É obrigatória a participação dos sindicatos nos dissídios coletivos do trabalho. (Constituição Brasileira, 1988:#8<sup>a</sup>)

Um dos aspectos mais evidentes na análise dos dados por nós coletados é que além das prerrogativas puramente constitucionais, as OEs corporativas efetivam suas atribuições estatutárias atuando extra corporativamente. Neste espaço enfatizaremos as convenções e os contatos mantidos com sindicatos no Estado, no País e outras entidades não corporativas. Reunimos os intercâmbios cooperativos do SINDILOJAS, no ano de 1991(SINDILOJAS, MAIO/92), para melhor visualizar a dinâmica do funcionamento e a abrangência das atividades realizadas. Classificamos as relações com a) FECOMÉRCIO e sindicatos estaduais, b) sindicatos nacionais, c) convenções e d) outras instâncias contatadas.

---

<sup>2</sup> Em qualquer grau, representatividade de categoria profissional ou econômica na mesma base

#### **a) FECOMÉRCIO e sindicatos estaduais**

Durante o ano de 1991, observamos vários contatos do SINDILOJAS com o FECOMÉRCIO e sindicatos congêneres, no Estado e no País. Entre as reuniões com outros sindicatos identificamos as realizadas em Joaçaba no mês de junho, em Tubarão e Criciúma em agosto, no dia 07 de outubro uma nova reunião em Criciúma, no dia 29 em Blumenau e em 16 de novembro novamente em Criciúma.

#### **b) sindicatos nacionais**

A nível nacional identificamos: um seminário no SINDILOJAS de SP, sobre sindicalismo, em julho, uma reunião com o SINDILOJAS de Belo Horizonte, em outubro, a II Convenção do Sindicato de Porto Alegre, realizada nos dias 06 a 09 de novembro, reunião na CNC no Rio de Janeiro no dia 29, do mesmo mês e em São Paulo no dia seguinte.

#### **c) convenções**

Entre as participações do SINDILOJAS em convenções nacionais, identificamos a participação na VII Convenção Nacional de Lojistas em Salvador (05/91) e o VIII Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Comércio Varejista<sup>3</sup>. Uma das conclusões do VIII Encontro foi a necessidade de profissionalização dos sindicatos patronais do comércio lojista, serviu para unir idéias da classe nas relações de trabalho o Encontro contou com a participação do empresário Walter Koerich da FCDL/SC (SINDILOJAS, MAIO/92:8) e com o apoio do presidente do FECOMÉRCIO, Charles Edgar Moritz, que colocou a infra-estrutura da Federação a disposição<sup>4</sup>. (SINDILOJAS, 12/91)

---

<sup>3</sup> Esta Convenção contou com duas reuniões preparatória uma em 07/91 e outra de 06 a 09/11/91.

<sup>4</sup> A FECOMÉRCIO mantém frequentes relacionamentos com órgãos da iniciativa privada, no sentido de colaborar no encaminhamento dos problemas comuns do empresário do comércio do Estado.

**d) outras instâncias contatadas.**

A partir dos dados analisados, sobre as formas de cooperação, observamos um contato do SINDILOJAS com a FIESC<sup>5</sup>, em agosto de 1991 o Sindicato participou de um seminário na Federação das Indústrias. Entre os contatos mantidos entre FIESC e AEMFLO encontram-se o empréstimo da infra estrutura e convênios firmados<sup>6</sup>. Observamos as atividades informativas e formativas do empresariado, como por exemplo o a) Primeiro Fórum de Debates Econômicos (91/92), b) reunião sobre o intercâmbio comercial com o Canadá, no encerramento das comemorações da Semana da Indústria, c) no Seminário de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro, d) no encerramento do Programa Empretec, f) como jurado no concurso "Operário Brasil", promovido pelo Sesi e participação no "CONTEC".

No Fórum das Micro e Pequenas Empresas, realizado em março de 1993, na sede da FIESP, a AEMFLO participou e se fez representar através do empresário Munir Elias Ferreira. O evento de iniciativa do SEBRAE/SC reuniu 22 entidades, além das cinco federações --FIESC, Fecomércio, FCDL/SC, FACISC e Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas<sup>7</sup>. (Difusão, Abril/92)

<sup>5</sup> Para uma análise da Organização e atuação da FIESC ver BUZANELO 1996

<sup>6</sup> Entre os eventos realizados no auditório do Sesi Campinas, pela AEMFLO, esta uma reunião entre o coordenador estadual do PROCOM, Rogério Ferreira, e empresários do ramo lojista e materiais de construção. O encontro teve a finalidade de discutir e detalhar a aplicação da portaria da Sunab nº 53 --no sentido de evitar multas e graves consequências aos comerciantes que não se adaptaram as novas regras. O Código do consumidor, novo na época, esteve na pauta da reunião. (DC, 28/09/90:) *"Queremos agradecer publicamente ao coordenador do Sesi de Campinas (S.J.), pela gentileza com que tem colaborado com a AEMFLO, cedendo o auditório para eventos, a exemplo da palestra que tivemos com o comentarista econômico Luiz Nassif. Obrigado ao amigo Pacheco."* (Difusão, abril/1991)

<sup>7</sup> Estas entidades empresariais decidiram produzir uma agenda de informações para servir de base para o desenvolvimento de uma política permanente para as MPEs. Segundo dados do SEBRAE nacional, já existem 200 mil MPEs em Santa Catarina, 90% dedicadas ao comércio e serviços, e as outras 10% à indústria. Em todo o país este segmento representa 93,3% do total de empresas registradas, 20% do PIB (Produto Interno Bruto), 59% da mão-de-obra ocupada, com cerca de 42% da massa salarial.

A Preocupação com o incremento turístico da cidade levou a ACIF e o Sindicato de Proprietários de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis a se relacionarem. O interesse comum entre ACIF e o Sindicato pode ser constatado a partir dos comentários do presidente do Sindicato, Tarcísio Schmitt, a respeito da sua satisfação com a eleição da Nova Diretoria da ACIF: *“a certeza que o novo presidente da ACIF, armando Gonzaga, será mais um batalhador de peso na defesa dos projetos de turismo”*. Aliados na luta pela construção de Centro de Convenções na Capital do estado, pretendem amenizar os efeitos da sazonalidade no fluxo de visitantes fora da temporada de verão. Schmitt enfatiza: *“somos o epicentro das grandes cidades do Mercosul”*, destaca a importância do poder público no projeto para a construção do Centro de Convenções. *“Não compete a nós a construção, mas o gerenciamento e planejamento deste centro, os outros 50% são responsabilidade das administrações municipal e estadual, que devem se preocupar em buscar recursos para isto”*. De acordo com o presidente do Sindicato, o setor depende do poder público porque a cidade *“é administrativa, não conta com indústrias fortes dispostas a investir e a rede hoteleira é composta por hotéis pequenos e familiares, sem condições financeiras para construir um centro”*. Em vista disso, Schmitt afirma que a entidade que representa dará *“todo apoio à nova presidência da ACIF”*, ciente de que *“a Associação reconhece que Florianópolis tem como principal vocação o turismo”*. (I&C, 01/06/95, “ACIF Especial 80 anos” )

### **1.3. - Extra-Corporativa**

Como já foi mencionado as OEs extra-corporativas são associações que representam os interesses da classe empresarial, promovendo e colaborando com estudos e projetos de viabilidade econômicos, financeiros e comunitários do interesse da livre iniciativa. Estas representam e defendem seus associados perante os poderes públicos, e tem a prerrogativa de abrangência e atuação a seu critério. A ACIF, AEMFLO, ACIBIG e os CDL's FPOLIS e PALHOÇA formam o conjunto orgânico do formato extra-corporativa da OE, representando os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais da classe empresarial.

Iniciamos a análise dos contatos das OEs extra-corporativas a parti de março de 1985, quando foi formada comissão conjunta com o CDL/FPOLIS para debater com o prefeito a situação dos camelôs em Florianópolis. Relembramos que foi a parti da Comissão de Turismo da ACIF, que ainda funciona, que surgiu a idéia da criação da Fundação Pró-Turismo de Florianópolis --PROTUR, uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa com a finalidade específica de promover o desenvolvimento do turismo de forma empresarial. A partir dessa Comissão, um grupo de empresários criou, em julho de 1989, a PROTUR para profissionalizar o turismo. Segundo as informação coletadas, cerca de 100 empresas que compõem a PROTUR representam mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do Município. A OE têm por objetivo colaborar com a divulgação da cidade, realizando campanhas de conscientização, (SINDILOJAS, MAIO/92:8)

Observamos que os recursos estratégicos e as táticas políticas, são mais constates no formato extra-corporativo, demonstrando as capacidades de operarem as relações de força a partir de ações, como por exemplo em novembro de 1986, quando ocorreu a mudança do nome da ACF para ACIF --Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis, justamente no mesmo ano de fundação da AEMFLO.(ACIF, 1995)

Os dados por nós analisados informam que ACIF e AEMFLO se relacionam e procuram um intercâmbio. Depois da participação da Diretoria da AEMFLO no Jantar de posse do presidente eleito da ACIF, empresário Fernando Demetri, que substituiu Alaor Tissot (também associado da AEMFLO), verificamos que o presidente da ACIF fez uma visita de cortesia ao Presidente da AEMFLO<sup>8</sup>. Os presidentes concluíram que, uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social da Região poderia estar na união de forças entre as OEs.<sup>9</sup> (Difusão, Junho/91)

Destacamos também o 79º aniversário da ACIF, comemorado nos dias 14 e 15 de maio 1993, juntamente com o centenário da Junta Comercial de Santa Catarina e o nono ano da AEMFLO. As entidades festejaram juntas essas datas, com um jantar no Cambirela Hotel. Estiveram presentes o Governador do Estado e seus secretários, bem como autoridades civis, eclesiásticas e militares. (I & C, 01/06/95 - Caderno Especial ACIF 80 anos)

---

<sup>8</sup> *"Falou sobre seus planos frente a entidade, oportunidade em que ambos fizeram uma análise do econômico do País e do Estado, e discutiram as dificuldades enfrentadas pelos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis."* (Difusão, Junho/91)

<sup>9</sup> Concordaram quanto a importância das duas entidades se fortalecerem individualmente, pois só assim, na opinião de Osmar Müller, se faria o dito popular *"duas cabeças pensam melhor que uma"*. Duas associações, de peso, teriam mais representatividade, também opinião de Müller.

Constatamos constantes relação da AEMFLO com o CDL/FPOLIS como na reunião realizada com o objetivo de discutir o novo IPTU (Imposto Territorial Urbano) da Capital, a estabilidade no comércio varejista da Região e o plano de estabilidade do Governo Federal. Identificamos a participação da AEMFLO em outras duas oportunidades: dois jantares promovidos pelo CDL/FPOLIS, um deles sobre o Plebiscito que pretendia a mudança da capital, com a participação do então Deputado Sérgio Grando (PCB)<sup>10</sup> e o outro foi o Jantar de posse da “nova” Diretoria do CDL. (PROCHNOV, 1992)

A FACISC conta com a maior incidência de contatos e preparações porque congrega as ACI's no Estado, foi o caso da reunião preparatória em São José em 24 de setembro de 1990) com a presença da ACIF, AEMFLO e ACIBIG, que posteriormente participaram do Fórum de Debates realizado em Balneário Camburiú e São Francisco do Sul em janeiro de 1991. Uma outra reunião preparou à Plenária da FACISC que se realizou em Criciúma (22 e 23/03/91) com a participação das entidades já citadas. (Difusão, Janeiro/91)

A AEMFLO foi eleita coordenadora da oitava Reunião Regional da FACISC, que compreende a Região de Florianópolis. Osmar Müller participou do Congresso Nacional das ACI's, realizadas nos dias 3 a 15 de julho de 1991. (Difusão, 07/91) A AEMFLO esteve representada na Diretoria financeira da Federação pelo seu presidente, Osmar Müller, e na acessoria de pesquisa e tecnologia, pelo seu ex-presidente, Conrado Coelho Costa Filho. (Difusão, 06 e 07/93) Em 1995 o seu presidente, Ricardo H. Martins ocupava a vice-presidente da Federação.

---

<sup>10</sup> Prefeito de Florianópolis (1992-1996)



Com relação a ACIF, observamos que a iniciativa de se aproximar das empresárias do Pólo do vestuário da grande Florianópolis, teve uma boa repercussão na Assinveste --Associação das Indústrias do Vestuário do Aglomerado Urbano da Grande Florianópolis. Com 350 associados, 70% de micro-empresas, comandadas na grande maioria por mulheres, a associação fundada há nove anos, segundo a vice-presidente, Ursulina Angeli, *“pode contribuir muito com a ACIF”*, pois acreditava que *“o momento é de unir forças”*. O exemplo de intercâmbio que aconteceu entre ACIF e Associação das Indústrias do Vestuário da Grande Florianópolis (Assinvest), exemplificado com outra frase da vice-presidente, Ursulina Angeli: *“uma parceria de entidades como as nossas é sempre interessante para os dois lados, pois uma associação tem muito a ver com a outra”*. Neste aspecto ela destaca *“as promoções de eventos que faz com que nossas atividades reflitam em outros setores de economia”*.

Exemplo disso foi o lançamento do catálogo da Assinvest, que reuniu cerca de 500 convidados entre jornalistas e compradores de outros estados e países vizinhos, no Costão do Santinho em maio de 1995. Com o patrocínio do SEBRAE e apoio do BESC, no evento foram apresentados produtos de 42 empresas da Associação. Assim, a vice-presidente enfatiza que *“estamos trazendo muita gente de fora e isto implica em lucro para hotéis, restaurantes, além do próprio comércio e indústria”*. Com tantos interesses em comum, Ursulina acreditava que, naquele momento, *“a questão é sentar e conversar”*. Disposta a levar *“idéias novas”* para a ACIF, ela destaca que a entidade *“pode e deve contar com o apoio da Assinvest”*. (I & C, 01/06/95 e Caderno Especial ACIF 80 anos:5)

Como exemplo de entidade que procura aproximar as OEs citamos o SEBRAE/SC, que através do seu superintendente, Vinícios Lummertz da Silva, se propôs a

fazer a ponte entre microempresários e ACIF, considerando que *“saímos de uma era de democracia representativa e entramos em uma participativa”*. Por isso, o superintendente pretendia fazer com que o SEBRAE fosse a *“a ponte entre micro e pequenos empresários junto a ACIF”*. Apostando na iniciativa do novo presidente da ACIF, Armando Gonzaga, Lummertz<sup>11</sup> defendia a necessidade de uma sociedade civil bem organizada, elogiando a preocupação de Gonzaga *“na busca mas agressiva de novos associados entre os microempresários,”*. Lummertz esperava *“estar contribuindo para esta aproximação, para dar uma resposta mais veloz à sociedade no sentido de recuperar o tempo perdido, especialmente no que diz respeito ao turismo”*. De acordo com o Superintendente a atuação junto ao poder público só é viável a partir da organização e bom entrosamento da sociedade civil. Entre as *“batalhas comuns”* da ACIF e do SEBRAE, destaca a necessidade de *“uma campanha maciça de conscientização da importância do turismo”* para a cidade<sup>12</sup>. Com isto acreditava *“não estaremos mais esperando pelo poder público, mas seremos nós agentes de transformações”*. (I & C, 01/06/95 - Caderno Especial ACIF 80 anos)

Um dos resultados deste trabalho completou um ano, no dia 6 de outubro de 1996, a ACIF Seccional Lagoa: *“A ACIF promove cursos junto com os associados lojistas; com a AMOLA; fizemos pesquisas junto com o SEBRAE; geralmente em parceria. Estamos agora agendados com o Fórum da Barra para fazer uma discussão sobre a **Marina**”*. (Jornal da lagoa, 09/96:12)

<sup>11</sup> afirmava que *“a Associação é uma entidade conceituada e capacitada que deve ter uma importância cada vez maior para a sociedade florianopolitana.”*

<sup>12</sup> Só com isso, acredita o Superintendente *“será possível desenvolver competências para que a comunidade compre a idéia e saiba se beneficiar do processo de maneira lógica, funcional, ética e transparente”*.

## **1.4. - Cooperativa: Interrelações e Planos Estratégicos**

### **1.4.1 Conselho de Entidades Empresárias**

Na análise dos dados observamos a visita do Presidente da ACIF, Fernando Demetri, ao da AEMFLO, Osmar Müller, em junho de 1991 (Difusão, Junho/91). Os presidentes discutiram as dificuldades enfrentadas nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis e concluíram que uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social, estaria na união de forças entre as duas associações, pois teriam mais representatividade.

Depois deste encontro, passamos a observar relações inter-setoriais nas atividades destas OEs e outras, que formam o Conselho de Entidades Empresariais da Grande Florianópolis, por isso denominamos esta OE de cooperativa. A Associação Catarinense de Supermercados --ACAT's, integrou-se ao conselho num momento posterior ao período da análise feita. Além das OEs em foco observamos a participação do FECOMÉRCIO e da PROTUR, em atividades deste conjunto de forças políticas.

O Conselho de Entidades têm o objetivo de concentrar esforços, fortalecer o espírito associativo, tornando as entidades mais ágeis e combativas na "*defesa intransigente dos interesses*" dos empresários e, na lógica empresarial, da comunidade com um todo. Os representantes do Conselho, iniciam a deflagração de campanhas e novas formas de atuação junto à comunidade, como estratégia para defenderem o interesse da classe empresarial da Microrregião. Entre elas a de maior destaque e repercussão foi a campanha "Preservar sim, estagnar não".

Segundo as lideranças empresariais, a união das OEs tem a tarefa de dar condições, para que a grande Florianópolis se desenvolva de forma "*racional e humana*",

segundo sua lógica. Em torno desta convicção de *luta e trabalho*, é que se levantam as bandeiras que representam o compromisso deste Conselho e se formalizam através de um rol de objetivos. (SINDILOJAS, 11/91:05)

Sobre o que as lideranças pensam que Florianópolis é, e o que querem para a cidade, consideramos o Documento entregue ao Governador do Estado, Vilson Kleinubing em setembro de 1992, como referência das demandas coletivas do Conselho de Entidades. Constatamos neste: 02) conclusão da BR-282<sup>13</sup>, 03) Segurança pública, 04) a melhoria do Sistema Viário da Grande Florianópolis<sup>14</sup>, 05) a implantação do Pólo Tecnológico<sup>15</sup>, 06) Polo Turístico na Capital, 07) o Centro de Convenções de Florianópolis<sup>16</sup>, 08) a Formalização da Região Metropolitana da Grande Florianópolis<sup>17</sup>, 12) a Unificação dos feriados, 16) além da duplicação da BR-101, o Conselho reivindica a finalização das obras do trecho Palhoça-Biguaçu<sup>18</sup>, 28) Ativação dos Distrito Industrial<sup>19</sup>, 39) A permanência da Capital do Estado em Florianópolis<sup>20</sup> e finalmente 42) a saúde, na capital. (CDL/FPOLIS, 09/91:). É importante ter presente a principal demanda do Conselho de Entidades: criar condições econômicas favoráveis ao desenvolvimento empresarial, portanto, diretrizes fiscais e tributárias que permitam a exploração racional (lucrativa) dos fatores produtivos (capital, trabalho, meios).

<sup>13</sup> Em especial dos trechos Santo Amaro-BR-101, Lages-Rio Canoas e os trechos do Oeste, incluindo ainda a recuperação dos locais que estão abandonados e sem sinalização

<sup>14</sup> Forma de dar condições de um fluxo mais organizado no trânsito

<sup>15</sup> Contou com o incentivo, participação e empenho do Conselho

<sup>16</sup> Equipamento para atender o turismo em eventos nacionais e internacionais, incentivando o fluxo

<sup>17</sup> Colocaria a região da Grande Florianópolis no circuito das grandes capitais brasileiras, beneficiando-se das facilidades previstas em lei

<sup>18</sup> Com a conclusão dos viadutos, passarelas para pedestres, iluminação do trevo de Biguaçu, Roçado, vias laterais para o apoio do trânsito do local

<sup>19</sup> Foram feitas gestões junto ao Governo do Estado e dos municípios industriais de São José, Palhoça e Biguaçu

<sup>20</sup> Segundo avaliação do conselho evitou ônus

### **1.4.2. Fórum Internacional de Turismo de Florianópolis**

Trataremos neste sub Item da visualização de eventos, com a participação das OEs em foco e outros sujeitos sociais, caracterizando-os a partir dos meios pelos quais a classe empresarial local se torna sujeito social dominante.

Os dados por nós coletados informam, que o I Fórum Internacional de Planejamento Turístico da Grande Florianópolis foi realizado na sede da FIESC, em maio de 1994, promovido pela UFSC e patrocinado e apoiado pela PROTUR, entre outras entidades. O presidente do Fórum, empresário Fernando Marcondes de Mattos, informa que o objetivo do evento era criar um plano estratégico de turismo para a região a médio e longo prazo. *“Até o ano 2000, Florianópolis pode arrecadar um bilhão de dólares por ano com a atividade, de forma direta e indireta”*, apostava Marcondes de Mattos. Esse valor correspondia à metade do movimento econômico anual do município. *“Temos que resgatar o turismo baseado na cultura açoriana. É lamentável que Florianópolis não faça isso e ainda explore o turismo com visão imediatista.”* No final do encontro foi criado um Fórum permanente para encaminhar a elaboração do plano.

A segunda edição Fórum Internacional de Planejamento Turístico da Grande Florianópolis aconteceu, na sede da FIESC, de 23 a 25 agosto de 1995 com o tema *“turismo de qualidade - uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentado para o ano 2000”*.<sup>21</sup> Durante o evento, foi apresentado a versão preliminar do plano estratégico de Turismo Florianópolis ano 2000 (Planet 2000). (DC, 05/08/95:3)

---

<sup>21</sup> No café da manhã de lançamento, no Hotel Castelmair, o presidente do Fórum, empresário Fernando Marcondes de Mattos disse, *“Acreditamos que Florianópolis pode se transformar de um balneariozinho que é hoje em um grande centro turístico internacional”*.

O documento elaborado pelos participantes do Fórum, relacionou cem medidas a serem tomadas, para profissionalizar o turismo em Florianópolis. Estas medidas estão divididas em sete partes: recursos humanos; infra-estrutura; equipamentos urbanos e turísticos; meio ambiente; cultura; serviços; e organização institucional. Entre as prioridades de ação para desenvolver o turismo de qualidade na Capital, Marcondes de Mattos inclui obras de saneamento, 07) a construção de um centro de promoções e convenções, 04) a Via Expressa Sul; 04) a duplicação da Rodovia SC-401; 44) a formação de mão-de-obra qualificada para restaurantes, bares e hotéis, e a restauração do aterro da Baía Sul. As medidas (algumas das quais já em execução) precisam de abordagem multidisciplinar, pois abrangem tarefas bem distintas entre si, como por exemplo a profissionalização de meninos de rua, promoção de um calendário de eventos culturais e esportivos, recuperação do patrimônio histórico e mudanças administrativas para aumentar a arrecadação do município. (DC, 05/08/95:3)

O 3º Fórum aconteceu de 3 a 5 de Setembro de 1996, promovido pela UFSC, com o patrocínio do BID, BESC, BRDE, SNT/EMBRATUR, OEA, SEBRAE, BBTUR, PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Com o apoio da AGHAL -Associação de Gerentes de Hotéis da América Latina - Brasil, CDL/FPOLIS, ACIF, SINDUSCOM, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Santur, FIESC, RBS, PROPAGUE. Este último fórum contou com a presença de empresários do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, que discutiram o futuro do turismo em Florianópolis e nos países citados. Através dos debates, troca de idéias e novas possibilidades de negócios para os empresários da Microrregião “que rumam a uma profissionalização da indústria do turismo”. (folder do evento)

As manifestação, observadas, explicitam a manutenção dos privilégios da classe empresarial local, pois verifica-se a efetiva atuação do Conselho de Entidades a partir das atividades por exemplo como quando da reunião na sede da Empresa Portobello, sobre a campanha publicitária patrocinada pelos “*Amigos de Florianópolis*”, como se autodenominam as lideranças empresariais ligadas ao Conselho de Entidades Empresariais da Grande Florianópolis, contra os *ecochatos*<sup>22</sup>. Observamos registros de reuniões (07/91) sem a descrição do local de realização e dos temas tratados, em outros temos o local (CDL/FPOLIS 08/91) mais ainda sem referências aos temas, mas observamos que na reunião de novembro de 1991, foi debatido o problema da segurança pública.

Verificaremos a capacidade das OEs de encaminharem as demandas através de um órgão aglutinador da classe, apontando para a capacidade em participarem do processo de representação de interesses e a convergência de interesses entre classe empresarial (administradores privados) e com a burocracia do Estado, (administram do público). Este procedimento apontara os resultados da dinâmica empresarial e sua relação com a burocracia do Estado.

Constatamos que a Sociedade local é administrada por um Estado, que a classe empresarial é dividida em setores de atividades, que por suas vezes formam grupos que representam o empresariado do universo do setor e/ou geral, através das OEs. Podemos afirmar que o Conselho de Entidades encaminha demandas de interesses do conjunto das OEs, apresentadas no Quadro 7.1. Os contatos freqüentes apontam para, a possibilidade de avaliarmos o grau de atendimento e a eficiência das OEs nos centros de administração e

---

<sup>22</sup> Denominação ingênua, imputada aos ambientalistas, pelo colunista Cacau Meneses do grupo RBS, amigo dos amigos de Florianópolis.

decisão pública, aspecto que explica a influência no Sistema social a ser abordado com mais detalhes no Capítulo IX.

**Quadro 7.1.: Demandas do Conselho de entidades, data da indentificação, resultado e data**

| <i>Demanda do Conselho de entidades</i>             | <i>DATA</i> | <i>RESULTADO</i> | <i>DATA</i> |
|---|-------------|------------------|-------------|
| 02) Conclusão da BR-282                             | 1991        | parcialment/ ate | 1996        |
| 03) Segurança pública                               | 1991        | em atendimento   | 1996        |
| 04) melhoria do Sistema Viário                      | 1991        | em atendimento   | 1996        |
| 05) Polo Turístico na Capital                       | 1991        | em atendimento   | 1996        |
| 06) Pólo Tecnológico - Implantação da Tecnopolis    | 1991        | atendida         | 1996        |
| 07) o Centro de Convenções de Florianópolis         | 1991        | não atendida     | 1996        |
| 08) Região Metropolitana de Florianópolis           | 1991        | não atendida     | 1996        |
| 12) Unificação dos feriados da Grande Florianópolis | 1991        | não atendida     | 1996        |
| 16) Duplicação da BR-101                            | 1991        | em atendimento   | 1996        |
| 28) Distrito Industrial                             | 1991        | atendida         | 1996        |
| 39) Permanência da Capital em Florianópolis         | 1991        | atendida         | 1993        |
| 42) Saúde na Capital                                | 1991        | não atendida     | 1996        |

Considerando o exposto neste Capítulo e nos anteriores, processaremos no seguinte a apreensão da inserção social do Sistema Cooperativo observando: a) recursos de comunicação de Massa e divulgação Ideológica, b) feiras e concursos e c) conjunto de idéias do presidente executivo da AEMFLO, com o objetivo de visualizarmos estes aspectos da realidade.



## **CAPÍTULO VIII - VISIBILIDADE DO SISTEMA COOPERATIVO DA OE**

### ***1. - Inserção Social do Sistema Cooperativo***

As OEs selecionadas e as suas demandas comparadas mostram suas posições no sistema social, apontando para o alcance do seu poder político com relação aos seus pares e autoridades públicas. A divulgação das idéias da liderança empresarial aos demais segmentos sociais, resgata expedientes que enfatizam a inserção social, do sistema de representação de interesses empresariais. A partir das atividades da OE, constata-se a dimensão cooperativa da OE.

O objetivo deste capítulo é caracterizar fenômenos culturais, enquanto produtos de entidades individuais em relação ao mercado, A construção de tipos ideais vazios de sentido, porém, com um sentido de compreensão da realidade empírica. A análise dos compromissos entre as OEs e entre as camadas no interior de cada OE considera o conceito de classes em Weber, por ser útil para entender o empresariado, que tende a acentuar suas características de competitividade no mercado, em termos de compensações de interesses, empresas lucrativas e regras que permitam cálculos racionais.

Processa-se a análise enfocando: a) emprego de recursos de comunicação de massa, salientando os argumentos divulgados e sua orientação doutrinária e ideológica, b) participação em feiras e promoções de prêmios, salientando os momentos em que os empresários expressam uma consciência da solidariedade de interesses, c) discurso de uma representativa liderança, o presidente da AEMFLO em duas gestões, Osmar Müller.

### **1.1. Recursos de Comunicação de Massa e Divulgação Ideológica**

O turismo na Capital é uma das preocupações da ACIF. Entre as expedientes utilizados no encaminhamento desta demanda, está o convite<sup>1</sup> feito a uma equipe de jornalistas e fotógrafos do jornal “O Estado de São Paulo”. Esta equipe chega a Florianópolis em abril de 1985, para uma reportagem turística sobre a Ilha. A reportagem foi destaque no caderno de turismo do Jornal obtendo grande repercussão no país. Depois deste evento a preocupação com o turismo se manteve e agregou novos adeptos a causa turística, como observamos a partir a partir de novembro de 1991, com a campanha publicitária patrocinada pelos “*Amigos de Florianópolis*”, como se auto-denominam as lideranças empresariais ligadas ao Conselho de Entidades Empresariais da Grande Florianópolis (PROCHNOV 1992:69)

Resgatamos esta campanha para exemplificar como a OE local procura persuadir a população a acreditar, que os empreendimentos empresariais do setor turístico, beneficiam a cidade de Florianópolis e seus habitantes, tentando mostrar que estes tipos de empreendimentos não agridem a natureza, como diziam, e dizem, os “*militantes ecológicos*”. As entidades em foco participaram do investimento da campanha publicitária “*Preservar sim estagnar não*”, contra a “*Turma dos Contra*”, rótulo simplista com que a campanha qualificava os ecologistas que foram e são contra projetos que agridem o meio ambiente.

O artigo “*Hora de Pensar Grande*” (DC, 24/10/91:2) fornece informações para entendermos alguns aspectos da utilização da comunicação de massa, e o que pensa o

---

<sup>1</sup> Convite feito pelo Diretor Armando Gonzaga

cronista Paulo da Costas Ramos, que comunga com a liderança empresarial local<sup>2</sup>: *“É louvável sob todos os aspectos a campanha patrocinada pelo (Conselho), CDL, Protur, ACI e SINDILOJAS que tenta, após um período de passiva complacência, reverter um quadro de crescente hostilidade contra todos os projetos que aspiram adequar a cidade aos novos tempos. ....”*

Ainda segundo aquele artigo, a campanha publicitária visava pelo menos minimizar a influência de algumas daquelas ações, junto à população, que chegaram, em alguns casos, a impedir a implantação de projetos. O cronista cita os casos da Marina, da Beira Mar Sul, do Pólo Tecnológico, do Centro de Convenções e de hotéis de nível internacional (Ponta do Coral, Marina da Barra e Costão do Santinho). Esta Campanha de conteúdo ideológico foi explorada junto a mídia durante 30 dias, abordando o tema *“Fique a favor da cidade contra os que são contra”*, encomendada a agência Propague pelo Conselho de Entidades. Após a reunião realizada, na sede da empresa Portobello, deram continuidade ao projeto publicitário junto a direção da mídia local.

O presidente da RBS, Pedro Sirotsky, recebeu a visita dos empresários Fernando Demetri, presidente da ACIF e do Conselho de Entidades; Carlos Eugênio Koerich, presidente do CDL/FPOLIS; Osmar Müller, presidente da AEMFLO; Eduardo Gomes<sup>3</sup>, presidente da PROTUR; Roberto Costa, presidente da agência Propague e Walter Koerich, diretor presidente das Organizações Koerich. Este evento e seus personagens mostra a

<sup>2</sup> O escritor e cartunista Millôr Fernandes deu a aula inaugural da 1ª semana de Estudos do Centro de Comunicação e Expressão. *“Na sua fala ele destacou que a imprensa, apesar de ser um órgão responsável na elaboração de notícias, muitas vezes é tendenciosa e equivocada. Há um núcleo de profissionais arrogantes, que distorcem os fatos, causando grande dano à sociedade. Ele salienta que os meios de comunicação se dizem imparciais. No entanto quando existem informações que comprometam alguém das suas intimas relações, tentam esconder a realidade.”* (Universitário, 18/03/95:5)

<sup>3</sup> irmão de Valério Gomes

efetivação da campanha com o veículo de comunicação, que por sua vez, também faz parte da PROTUR, portanto a vinculação da referida campanha é do interesse da RBS. (PROCHNOV 1992:70)

Observamos que o enfrentamento com forças contrárias aos projetos empresariais desembocaram na imprensa, demonstrando a dimensão do embate: *“...Na última semana do mês passado, uma campanha publicitárias, que procura contrapor a ecologia ao progresso de Florianópolis, detonou o estopim de uma batalha verbal e escrita em que não faltaram cobras e lagartos atirados dos dois lados envolvidos na pendenga. “Cafajestes”, “urubus”, “energúmenos” e “cavalos” foram alguns dos mimos trocados entre empresários, ecologistas, jornalistas, publicitários e quem mais resolveu se alinhar numa das duas facções...”* (VEJA SC, 13/11/91:4) A Campanha publicitária vinculada nos jornais e Tvs era composta por cenas que comparava Florianópolis a Ibiza (Espanha), Miami (EUA) e Acapulco, (México). Paralelamente foram nomeados seis projetos turísticos e de serviços que teriam malogrado por culpa dos contras. teriam sido abortados os projetos da Marina da Beira Mar, o hotel da Ponta do Coral, o centro de convenções do parque da Luz, a Tecnópolis no Horto Florestal do Ibama, o centro desportivo do Sesi no antigo aterro sanitário e a Via Expressa Sul.

Alguns ambientalistas reagiram, como o biólogo-chefe do Horto do Ibama, Américo Tunes: *“Os ‘contras’ têm nome e assumem seus atos”* e o coordenador de articulação da Secretária Especial de Meio Ambiente (Sema), José Truda Palazzo Júnior: *“Os empresários estão desesperados porque estão perdendo seus privilégios no que se refere a aplicação da lei ambiental”*. Em contrapartida os empresários, através do assessor

da presidência das empresas Portobello, Edson Moritz, retrucava: *“Não sabíamos que os cavalos falam”*. O empresário Paulo Gil Alves, presidente da Companhia de Construção e Terraplanagem Pedrita: *“Estava mesmo na hora de nos batermos de frente”*. Paulo da Costa Ramos, em sua coluna diária no jornal O Estado, mostra seu apoio a campanha: *“Até que enfim os empresários assumem a ofensiva”* (VEJA SC, 13/11/91:4)

Segundo Fernando Demetri, o debate era sobre o futuro de Florianópolis, com a mobilização do poder público e todos os segmentos da sociedade: *“Nosso objetivo foi mexer com a comunidade, todos os empresários e o poder público,..., computamos um saldo positivo,..., polarizamos..., sobre o futuro que nós queremos para Florianópolis”*. Uma das preocupações de Demetri é o processo veloz de favelização de Florianópolis, com invasões, que considerava orquestradas, que se continuasse aquele ritmo, sem a necessária geração de empregos, previa que a cidade iria se aproximar das características da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. (SINDILOJAS, 11/91:05)

Segundo Demetri todos deviam participar daquele processo de “desenvolvimento” da cidade, preservando o meio ambiente mas sem prejuízo aos investimentos que eram e são necessários para a geração de renda: *“...Se for preciso mudar as leis, então que se mude”*. O empresário deixou claro que Florianópolis não pode mudar sua vocação principal, que é o turismo. Disse que, quem produz o desenvolvimento econômico é a comunidade, criticando os que são contra por oportunismo momentâneo e político: *“Precisamos aliar a economia com a ecologia. É degradante para o meio ambiente não o desenvolvimento econômico, mas a falta de tecnologia. E o maior foco de degradação hoje da cidade é a miséria”*. (VEJA SC, 13/11/91:4)

Os promotores da campanha publicitária avaliaram, que a mesma obteve resultado positivo, com o retorno da reação da *maioria silenciosa* que estava despertando. *"Não foi uma campanha predatória, mas sim com o objetivo de salvar a cidade, de estimular as indústrias não poluentes, como o turismo e a informática. Este é um desafio para nossas autoridades, gerar pelo menos três mil novos empregos por ano para atender à demanda".* A campanha, reforçou Roberto Costa, atingiu seus objetivos no momento em que conscientizou a população de que a cidade precisava ter os equipamentos necessários e isso, segundo Costa, pode ser feito sem prejuízo ao meio-ambiente: *"Serviu para a minoria radical repensar o processo e a população reagir contra isso. A população não resiste a esta migração selvagem que esta acontecendo"* (SINDILOJAS, 11/91:05)

A convite da PROTUR e Abrajat/SC, vieram para cobrir o I Fórum Internacional de Planejamento Turístico da Grande Florianópolis, os jornalistas Antônio Euryco, da revista "Brasilturis", de São Paulo; Ilson Almeida, editor do caderno de turismo do Jornal "O Estado do Paraná"; Roberto Gallichio, do "Correio do Povo", de Porto alegre. *"A PROTUR está desenvolvendo uma programação especial para os profissionais."* (DC, 31/07/94)

O emprego de recurso de comunicação de massa, para divulgação Ideológica e convencimento é um expediente das OEs em foco. No entanto, pudemos verificar que a ACIF e AEMFLO são as que maior espaço ocupam nos diversos veículos de abrangência estadual, sendo que o CDL/FPOLIS também ocupa um espaço considerável, com temas relativos e restritivos ao setor comercial.

O resultado da análise das fontes hemerográficas --órgãos internos de informação, publicações periódicas de circulação regional, estadual e nacional--, mostra que a AEMFLO aparece com uma frequência superior a das outras OEs estudadas e das outras do mesmo universo. A entidade é a única, entre as estudadas, que publica um informativo periódico com regularidade. Este por sua vez proporcionou uma análise mais apurada, do aspecto recurso de comunicação de massa.

Entre as vinculação nos meios de comunicação de massa salientamos as participações da AEMFLO na gestão "Novos Tempos Novos Rumos", resgatando as atividades desenvolvidas no período(1990-1994). Entre elas estão diversas participações em programas de Televisão: no programa da RBS com Cláudio Prisco Paraíso; na RCE com Moacir Pereira<sup>4</sup>, (Difusão, agosto/90); no "Bom dia Santa Catarina" (RBS), no "Jornal da Manhã" e "Jornal do Meio Dia" (RCE); na "Cadeira Alfred" (SSC), palestra sobre o "stress" empresarial e no programa entrevistas (TV O ESTADO) (Difusão, julho/91) e ainda diversas entrevistas à periódicos e rádios.

Observamos também, entrevistas realizadas por jornais: no Jornal a Notícia (Difusão, maio/91) e emissoras de rádios. Isto dá uma mostra da utilização dos veículos de comunicação, para transmitirem suas idéias para o público em geral. Exemplos não faltam para provar a frequência com que a entidade ocupa um espaço considerável na mídia, portanto, frequência com que divulgam suas idéias

---

<sup>4</sup> comentaristas políticos de renome no Estado.

A divulgação do nome da entidade e a criação de uma imagem digna de reverência, aparecem em diversos tipos de publicações --artigos, reportagens, entrevistas, notas, propaganda e avisos pagos. Na opinião de Osmar Müller, a OE precisa ser notória e respeitada, por isso o nome da OE é citado ou comentado, nos periódicos de circulação estadual de maior destaque<sup>5</sup>, além de outras publicações periódicas e não periódicas. (PROCHNOV: 1992)

Diante do número de publicações selecionamos algumas, para exemplificar o tipo de mensagem transmitida pela elite empresarial localizada na AEMFLO. A partir de agosto de 92 a AEMFLO passou a contribuir para o jornal *"Enquanto o Garçom não vem"* com uma coluna mensal, onde passou a expor suas opiniões, sobre temas das áreas social, econômica e política do País.

Sobre a crise política criada pelas acusações feitas ao presidente da República, Fernando Collor, salientamos que o presidente da AEMFLO, Osmar Müller, expõe suas idéias que *"como qualquer cidadão brasileiro queremos também resgatar a ética política exigindo uma urgente definição do processo de impeachment contra o presidente Collor."* Porém lembra que *"não podemos esquecer que o Brasil se propôs a seguir rumos visando o crescimento econômico baseado num plano de estabilização compatível com a nossa realidade."* (reformas neoliberais: globalização, privatização, produtividade e "modernidade"). Segundo a lógica de Müller (neoliberal), *"para evitar que se avolume os prejuízos já provocados devemos continuar trabalhando."* Os artigos chamam a atenção para o "sofrimento" dos empresários. *"A classe empresarial vem sofrendo muito a interferência do governo em seus negócios, manifestada seja pela elevada taxa de juros, que gira em*

<sup>5</sup> Jornais: Diário Catarinense, O Estado, Santa Catarina, A Notícia e Indústria & Comércio



*torno de 30% ou pela atual carga tributária. Reconhecemos o tom de denúncia quando da afirmação: “Grande parte dos empresários apostam no fracasso do controle do déficit público, além de não confiarem no êxito do programa de privatização.” e propõe a mobilização da classe: “os empresários devem exigir dos parlamentares a apreciação dos projetos de modernização. (PROCHNOV 1994-A)*

A assessoria de imprensa da AEMFLO envia informações e artigos contendo opiniões, para serem divulgados, conseguindo uma inserção considerável nos veículos de comunicação de massa. A matéria *“AEMFLO acha Reforma Fiscal Viável em 92”*, exemplifica o que é transmitido, dizia que com as informações divulgadas pela equipe econômica, do governo Itamar Franco, a classe empresarial acreditava que, ainda, era possível promover uma reforma fiscal de emergência naquele ano. Osmar Müller dizia, que era preciso reavaliar todos os projetos e cronogramas em andamento, que foram interrompidos com a crise política dos últimos meses: na sua opinião, a nova equipe econômica deveria acelerar, por exemplo, a aprovação dos projetos dos portos. Sobre a reforma tributária, o vice-presidente da AEMFLO e diretor administrativo da Macedo Koerich Agro-industrial, Topázio Silveira Neto, propunha a revisão de todos os tributos que estavam sendo discutidos na justiça, para tentar reduzir o número de encargos previstos na legislação tributária: *“É necessário aumentar a receita e diminuir as despesas, pois somente desta forma o governo poderá gerar recursos para novos investimentos. Segundo Silveira Neto somente com um esforço concentrado, da então equipe econômica iria viabilizar o crescimento econômico no país a partir de 1993. “Este ano será apenas para arrumar a casa” (O ESTADO, 08/10/92)*

Observamos que a AEMFLO também abre espaço para o público feminino, exemplo disso foi quando suas instalações foram palco, da gravação e transmissão ao vivo,

do programa “*Mulheres*”, apresentado por Luiza Gutierres em agosto de 1995, no qual oficializou-se a criação da “*Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de São José (AMNB)*”.<sup>6</sup> (Difusão, Julho/Agosto - 1994:3)

A Campanha “*Quem somos. O Quanto Faremos? São José. Eu me identifico*”, continha: Camisetas, cartazes, adesivos, folders que foram distribuídos e afixados nos principais pontos da cidade. O trabalho de divulgação reforçava que todos eram responsáveis pelo futuro. De conteúdo municipalista, a campanha compara os sentimento para com a cidade, com o time campeão, com o Hino Nacional antes do jogo decisivo, “*um orgulho que não dá para explicar*.” Informa também, dados estatísticos da cidade de São José e da a classificação do município a nível estadual.

Entre os dados que comprovam a importância e o reconhecimento no setor econômico estadual, como polo de produção e progresso, embutem a mensagem de convencimento sobre o orgulho e a emoção pela cidade, convocando os cidadãos para levá-las adiante, “*para os amigos, parentes, para todos*.” Finalmente aconselham “*aproveite também para pensar que isso só é possível graças a pessoas que fazem da responsabilidade de hoje um compromisso com o futuro com o amanhã*.” (DC-Suplemento, 20/11/95:)

Relembramos que FCDL/SC deflagrou, nos principais jornais catarinenses, a campanha *Aviso Prévio --Demissão por justa causa*. A nota sugeria a dispensa dos políticos que nada fizeram pela revisão constitucional, considerada indispensável pela liderança lojista.

---

<sup>6</sup> Além da presidente da entidade, Maria Elena Baltazar, também membro da Diretoria executiva da AEMFLO, estiveram presentes no Encontro da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, Ester Macedo, Maria Cecília de Leão Rosemann, Fernando Demétrio e Vinícius Lumertz.

*“...Para o presidente da Federação, Carlos José Stüpp, a população precisa saber quem são os representantes que prometeram defender os interesses da nação e nada fizeram, impediram ou votaram contra a proposta da revisão constitucional. “Nem mesmo as questões com reforma tributária e previdenciária foram discutidas pelos congressista”. (O Estado, 19/05/94:6)*

Observamos que além das atividades isoladas, entre OEs e veículos de comunicação, aparecem atividades conjuntas, como na reunião-almoço promovida pela FIESC em conjunto com a RBS (27/06/94), ocasião em que o economista Luiz Paulo Rosenberg falou sobre *“Cenários do Brasil como Novo Presidente.”*

A introdução de idéias que influenciam as pessoas a pensarem e agirem, a partir do cálculo econômico: uma racionalidade com relação a fins, com a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade, que obriga o setor burguês a fazer da iniciativa privada o seu bastião protetor. Nesse sentido o grosso da população é permanentemente excluído e a dominação interna se faz nos mesmos moldes egoístas do imperialismo externo. Primeiro sob a prática de estamentos em seguida como dominação de classes.

A publicidade da OE defende: a idéia de que seus argumentos são a única abordagem realista para o mercado. Como parte de sua estratégia propõe a privatização das empresas públicas e defendem os projetos locais privados. Este argumento possibilita aos empresários proporem o encaminhamento de recursos da área social para os investimentos privados, acarretando o visível crescimento da pobreza do povo. Os argumentos tentam desvincular os problemas sociais das suas verdadeiras causas, identificando essas com a falta de competência, ou ausência da acessoria de uma entidade empreendedora.

## 1.2 - Feiras e Concursos

A análise da participação em feiras e promoções de prêmios, salienta os momentos em que os empresários expressam uma consciência da solidariedade de interesses da classe proprietária lucrativa e social, determinada pela probabilidade de valorização de bens e serviços no mercado: a) no monopólio da direção da produção de bens, visando os fins lucrativos; b) na segurança de oportunidades lucrativas, influenciando na política econômica a partir das associações, tanto políticas como de outro tipo.

Constatamos que a Feira da Indústria e do Comércio da Região da Grande Florianópolis (FEINCO), surgiu da idéia de empresários ligados a AEMFLO, objetivando exposição de seus produtos e o intercâmbio comercial entre as várias indústrias da Região. *"Segundo Eliane de Souza Koerich, Coordenadora Geral da FEINCO 95,"...os empresários da Microrregião, "... sentindo as necessidade da criação de uma feira de exposição para o município, seus empresários reunidos com a Diretoria da AEMFLO, da época, ... partiram para a edição da I FEINCO (G. Municipalista 08/95:11) Como exemplo da expressiva participação da AEMFLO no evento, observamos na abertura III FEINCO (02/07/92) "O presidente da AEMFLO, Osmar Müller, ... destacou a importância do evento para a Região no sentido de oferecer oportunidade e mostrar o potencial empresarial, não só dos municípios da Grande Florianópolis, mas também de todo o Estado (JSC, 03/07/92:11)*

*“A Maior Feira da Indústria e do Comércio de Santa Catarina”* é o título da manchete da primeira página da Gazeta Municipalista, com cartaz promocional da FEINCO 95, ocupando 50% do espaço. A 6ª edição do evento aconteceu no Parque de exposições C.T.G. os Praianos, ocupando uma área de 110.000 m<sup>2</sup>: *“Segundo a Coordenadora evento, será uma vitrine para mais de 300.000 visitantes, além de estar associada a participação de empresários do MERCOSUL, proporcionando a abertura de novos mercados para o empresariado catarinense”*. (G. Municipalista, 08/95:2)

Desde o ano de 1992 a AEMFLO promove o Prêmio *“AEMFLO EMPRESA DO ANO”*, premiando empresas dos setores comércio, indústria e serviço. Qualquer empresa da Região Metropolitana de Florianópolis pode concorrer ao troféu, encaminhando as inscrições para a secretaria da AEMFLO. O evento *“Troféu Empresa do ano de 93”*, agraciou a *Cassol*, no ramo da indústria; *Costão do Santinho*, na área de prestação de serviços e *Beira Mar Shopping*, no setor comércio. Os premiados foram indicados pelos sócios da AEMFLO (JSC, 03/07/92:11)

Os vencedores do *Troféu Empresa do Ano - 1994*, *Intelbrás S/A. - Indústria de Telecomunicação Brasileira*, *Casas da Água* e *Cambirela Hotel*, (09/06/95) foram homenageados, quando comemorou-se, também os 11 anos de atividades da AEMFLO. Na ocasião o prefeito de São José, Gervásio José da Silva, ressaltou a importância de se fazer parcerias e prestigiar as empresas da grande Florianópolis, que lutam para crescer.

### **1.3 - Síntese do Conjunto de Idéias do Presidente Executivo da AEMFLO**

Salientamos aqui, uma síntese das idéias de lideranças da AEMFLO, referindo-se a certos momentos da conjuntura e da estrutura social, econômica e política do país e seus reflexos para o empresariado. Segue-se uma ordem cronológica, na análise dos dados, ressaltando o desenvolvimento das idéias --encadeamentos ou contradições-- e sua concordância com os fatos acontecidos, em desenvolvimento e previstos.

O editorial do "Difusão" de abril de 1992, sobre as novas normas para a declaração Imposto de Renda, apresenta nas entrelinhas considerações que fornecem elementos para a análise das idéias, do presidente da AEMFLO, Osmar Müller (90-94). Segundo Müller, a recessão, as altas taxas de juros e a pesada carga tributária atingia a classe empresarial e o governo vinha complicá-los ainda mais com a declaração do Imposto de Renda. Na sua opinião, o aumento de arrecadação deveria dar-se pelo aumento da produção, das vendas e dos serviços, que por sua vez estariam gerando mais empregos, mais renda, maior poupança e conseqüentemente, mais imposto arrecadados. A política econômica com uma inflação descendente, estaria provocando a recessão, altas taxas de juros e pesada carga tributária, impossibilitando as empresas suportarem aquela situação, materializada na quantidade de ações judiciais pedindo a inconstitucionalidade de uma série de taxas e tributos<sup>7</sup>. Acreditava que a saída era o investimentos na agricultura, nas micros, pequenas e médias empresas: *"O país cresceu a taxa de 14% do PIB, quando havia dinheiro*

---

<sup>7</sup> "Hoje são 62 tributos e taxas a nos incomodar diariamente. O empresário precisa de tempo para pensar no planejamento de sua empresa, a curto médio e longo prazos, e não ficar administrando o seu caixa..."

*barato e todos investiam na produção. .... A inflação era baixa, pois a inflação se combatia com produção e não pura e simplesmente com a abertura de mercado. (Difusão, 04/92)*

Sobre a situação da Microrregião, no contexto analisado, Müller pensa o seguinte:

*"Se hoje a FEINCO é um grande sucesso e um dos mais importantes eventos do Estado é porque aqui em São José existe um universo empresarial que representa o maior fator de riqueza desta terra, garantindo o desenvolvimento regional e grande número de empregos. ... É por esse motivo que nós, da AEMFLO oferecemos todo o apoio a este evento , cujos objetivos se encaixam perfeitamente em nosso lema --O crescimento com meta," (JSC, 03/07/92:11)* A implantação do Parque Industrial de Palhoça, segundo ele, foi muito oportuna naquele momento de recessão, pois iria gerar novos empregos e promover o crescimento da microrregião. *"um distrito industrial além de incentivar a instalação de novas empresas, qualifica o setor produtivo exigindo da classe empresarial novos investimentos. A consequência natural deste processo é a geração de mais riquezas, melhorar distribuição de renda e aumento do consumo."*, Para Müller o aumento da produção, fecha o ciclo produtivo: *"Não basta doar um terreno e esperar que indústrias se instalem no local, isto não resolve o problema, apenas ajuda" (JSC, 05/07/92:11)*

Para Müller o sucesso do Mercosul dependia antes de mais nada de uma reforma fiscal que diminuísse a carga tributária no país, possibilitando desta forma maior investimento por parte dos setores produtivos: *"Se o governo fizer a sua parte, os empresários poderão se preocupar mais com a competitividade, qualidade e produtividade"*, (Enquanto o Garçom não vem, 15/08/92 a 15/09/92).

Em outubro de 1992, a proposta feita ao setor público federal à solução dos problemas do País, foi sua reorganização, para a retomada e o aperfeiçoamento do programa de abertura da economia. A equipe econômica deveria acelerar, por exemplo, a aprovação dos projetos dos portos<sup>8</sup>. O presidente da AEMFLO defendia: *"O Estado necessita urgente diminuir o seu tamanho e passar para a iniciativa privada setores produtivos que hoje estão inoperantes impedindo o crescimento econômico"*, complementando *"que o Brasil precisa de uma reforma fiscal urgente ninguém tem dúvida."* A dúvida era se o governo iria promover realmente a redução da carga tributária, que considerava alta e com o maior número de tributos entre os países em desenvolvimento. *"A carga tributária continua sendo uma incógnita para os empresários"*. (O Estado, 08/10/92:13)

Fica evidente, no discurso de Müller, a presença do ideário neo-liberal --apoio ao livre mercado, menos interferência do Estado na economia, mais incentivos a atividade empresarial, mais autonomia para o empresário "poder trabalhar". Em contrapartida, pensa que a classe empresarial tem muito a oferecer: investir na produção para gerar empregos, aumentar a arrecadação de impostos. Em nenhum momento o Presidente da AEMFLO fala que os empresários estão preocupados com lucro e acumulação, mas enfatiza constantemente a preocupação com o desenvolvimento do país e distribuição de renda entre outros fatores.

Na comparação das ênfases dos discursos, observamos que mesmo com a mudança do presidente da AEMFLO, os discursos divulgados continuam na mesma linha: defesa dos interesses da classe. Ricardo Martins, nas comemorações de fim de ano da

---

<sup>8</sup> *"Até hoje nada foi definido neste sentido, porque alguns grupos interessados em manter a atual política promoveram uma grande articulação com os parlamentares no Congresso Nacional."*



entidade, entre associados e autoridades políticas, lembrou que os empresários poderiam se considerar “vitoriosos”, apesar de “*sufocados por um sistema tributário massacrante e ultrapassado, aliada a uma sufocante política abusiva de juros*”. Martins defendeu a reforma fiscal e enfatizou a importância do Estado reduzir o déficit público. (I & C, 7/12/95:7)

Verificamos a capacidade das OEs de vincularem seus discursos através dos órgãos de comunicação de massa, apontando para a capacidade em propagarem seus interesses. Observamos a convergência de interesses entre classe empresarial e a busca da legitimação social através da divulgação do discurso neo-liberal. Finalizamos este Capítulo enfatizando que este procedimento apontou para as demandas e a dinâmica dos encaminhamentos, visualizando os interesses do conjunto do sistema cooperativo formado pelo Conselho de Entidades.

No próximo Capítulo verificaremos a respeito das demandas apresentadas no Quadro 8.1, avaliando a capacidade de articulação e as afinidades de interesses com relação a burocracia do Estado, explorando os resultados dos processos de encaminhamento das demandas a partir do enfoque das ações conjuntas e de apoio com órgão públicos.

- 01) Internacionalização Aeroporto Hercílio Luz
- 02) Conclusão da BR-282
- 03) Segurança
- 04) Transporte
- 05) Turismo/ profissionalização do turismo
- 06) Pólo Tecnológico
- 07) Centro de Convenções
- 08) Região Metropolitana de Florianópolis
- 09) Construção da Av. Beira Mar Sul
- 10) Conclusão do esgoto insular
- 11) Corpo de Bombeiros na Trindade
- 12) Unificação feriados Grande Florianópolis
- 13) Rede elétrica subterrânea para Florianópolis

- 14) Horário livre p/ o comércio
- 15) Revogação da TVPNA
- 16) Duplicação da BR-101
- 17) Geração de mais empregos
- 18) Embelezamento da cidade
- 19) Mais estacionamentos no centro de Fpolis
- 20) Terreno doado sede da AEMFLO
- 21) Convênio para decoração natalina
- 22) Aprovação do projeto de zona azul
- 23) ICMS<sup>9</sup>
- 24) Consignar na Justiça o IPTU/92
- 25) Criação da Secretaria Ind. Com. Palhoça
- 26) Iluminação que margeia a BR-101
- 27) Desdobramento contas de energia (CELES)
- 28) Distrito Industrial
- 29) Implantação do IUT
- 30) Implantação do Mercosul
- 31) PROIND
- 32) Reforma Tributária
- 33) Privatização de estatais
- 34) Revogação da Lei 8.200 contra o IPMF
- 35) Reforma política
- 36) Redução da carga tributária
- 37) Reforma fiscal
- 38) Revisão Constitucional
- 39) Permanência da Capital em Florianópolis
- 40) Contrários ao ajuste fiscal do presidente Itamar
- 42) Saúde na Capital

---

<sup>9</sup> Apuração Decenal, Atualização e recolhimento ICMS, Rejeição ao aumento nas alíquotas do ICMS, contra a antecipação, MP no 057/94 (Atualização do ICMS) e ordem tributária relativas ao ICMS Redução do

### Quadro 8.1.: Demandas da OE

[illegible]

| Dema  | ACIF | SINDI | CDL/F | AEMFLO | ACIBIG | CDL/P | FACISC | FCDL | CONJ. | CONS. | RESULTADO      | Q |
|-------|------|-------|-------|--------|--------|-------|--------|------|-------|-------|----------------|---|
| 23    |      |       | 1991  | 1991   |        |       | 1992   | 1992 | 1991  |       | atendida       | 3 |
| 24    |      |       |       | 1991   |        |       |        |      |       |       | atendida       | 1 |
| 25    |      |       |       |        |        | 1995  |        |      |       |       | atendida       | 1 |
| 26    |      |       |       | 1992   |        |       |        |      |       |       | atendida       | 1 |
| 27    |      |       |       | 1992   |        |       |        |      |       |       | atendida       | 1 |
| 28    |      |       |       | 1992   | 1995   | 1995  | 1993   |      | 1991  | 1991  | em atendimento | 3 |
| 29    |      |       |       |        |        |       | 1993   |      |       |       | não atendida   | 1 |
| 30    |      |       |       |        |        |       | 1993   |      |       |       | em atendimento | 1 |
| 31    |      |       |       |        |        |       | 1993   |      |       |       | em atendimento | 1 |
| 32    |      |       |       |        |        |       | 1993   | 1994 |       |       | em atendimento | 1 |
| 33    |      |       |       |        |        |       |        | 1994 |       |       | em atendimento | 1 |
| 34    |      |       |       |        |        |       |        | 1994 |       |       | atendida       | 1 |
| 35    |      |       |       |        |        |       |        | 1994 |       |       | em atendimento | 1 |
| 36    |      |       |       |        |        |       |        | 1994 |       |       | em atendimento | 1 |
| 37    |      |       |       |        |        |       |        | 1994 |       |       | em atendimento | 1 |
| 38    |      |       |       |        |        |       |        | 1994 |       |       | em atendimento | 1 |
| 39    |      |       |       |        |        |       |        |      | 1991  | 1991  | atendida       | 1 |
| 40    |      |       |       |        |        |       |        |      | 1993  |       | atendida       | 1 |
| 42    |      |       |       |        |        |       |        |      | 1993  |       | não atendida   | 1 |
| total | 16   | 08    | 03    | 11     | 11     | 02    | 02     | 10   | 14    | 11    |                |   |

## ***CAPÍTULO - IX- AÇÕES CONJUNTAS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS***

É consenso entre os historiadores que o imigrante da Microrregião transplantou uma mentalidade capitalista, um projeto socio-econômico, que se constituiu num setor diferenciado. (BOSSLE 1988:35) Constatamos que um segmento dos imigrantes da Microrregião (Hoepcke, Wellman, Bade, Moelmann, Wendhausen, Vahl, Blum, O'Donnell, Moritz, Wangenheim, entre outros), constituíam-se num setor diferenciado e organizado, em função do capital comercial e industrial, que se expandiu através de estímulos internos e externos.

Entendemos que a ação da OE caracteriza-se como revolucionária na medida em que geram a expansão do mercado e do comércio, com a ampliação de serviços condicionados ao desenvolvimento urbano, por outro de caráter conservadora, quando organizam e administram seu poder de dominação, ocupando espaços nas decisões políticas como seguimento da elite, considerando seus interesses prioritários, em todos os níveis da ordem social --implicações sociais, econômicas e políticas.

Apesar da multiplicidade da ação das OEs, podemos observar que estão condicionada a valores de competição no mercado, subordinado ao sistema capitalista. No caso da Microrregião, os Governos possibilitaram a OE gerir seus interesses privados como se fossem públicos, legitimados por valores que perpassam as ações destes sujeitos, que se entendem como forjadores do novo, de uma sociedade com o espírito neo-liberal.

Definimos o conceito de organização empresarial dimensionado como sistema elaborador de informações e comunicações.(BUCKLEY 1971:.) Esta dimensão denominamos

de sistema cooperativo, considerando-o como parte de um complexo de elementos relacionados. Para entendermos a ação dos sujeitos, consideramos as OEs com sujeitos coletivos, que influenciam a vida da cidade e ocupam instâncias do Estado, se fazendo representar nele. As lideranças do empresariado local tendem a acentuar suas características de competitividade no mercado, em termos de compensações de interesses, ou seja, se organizam com o fim de defender os interesses da classe empresarial em um Conselho que materializa o sistema cooperativo.

Desde a sua formalização, a OE na Microrregião atua em associação com órgão públicos, implementando planos e projetos do seus interesses. Sabemos do interesse material e pecuniário que o empresariado tem com relação ao patrimônio natural, histórico e cultural da cidade, ou seja, suas peculiaridades sociais culturais, econômicas e ambientais: a exploração com fins econômicos, portando, na lógica capitalista, visando lucros. A causa da participação das OEs em discussões sobre assuntos públicos<sup>1</sup> é a intenção de, juntos com órgãos públicos, criarem uma base material, de caráter público, especifica para atrair e facilitar as atividades empresariais e a vinda do turista.

Estes Sujeitos coletivos, ocupam instâncias do Estado ou se fazem representar nele, empregando ações competitivas no mercado, procedendo de forma a compensar seus interesses de ganho, maximizando o lucro das suas empresas. Conhecemos as demandas reivindicadas pelo Conselho de Entidades Empresarias encontram-se: 02) Conclusão da BR-282<sup>2</sup>; 03) Segurança pública, 04) melhoria do Sistema Viário, 05) Polo Turístico na

---

<sup>1</sup> relativos ao trânsito, internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz, projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo, Aterro da Baía Sul

<sup>2</sup> A finalização das obras da BR-282, em especial dos trechos Santo Amaro-BR-101, Lages-Rio Canoas e os trechos do Oeste

Capital, 06) Pólo Tecnológico - Implantação da Tecnopolis, 07) o Centro de Convenções de Florianópolis, 08) Região Metropolitana de Florianópolis, 12) Unificação dos feriados da Grande Florianópolis, 16) Duplicação da BR-101<sup>3</sup>, 28) Ativação dos Distritos industriais de São José, Palhoça e Biguaçu, 39) Permanência da Capital em Florianópolis, 42) Saúde na Capital.

Um dos possíveis resultados da Campanha “*Preservar sim estagnar não*” pode ter sido a substituição do presidente do instituto de planejamento Urbano de Florianópolis -- IPUF (órgão responsável pela análise e deferimento de projetos de interesse do empresariado). O novo presidente na época<sup>4</sup>, Hermann Modl, dizia que “*Hoje em dia o Ipuf está dentro do círculo dos amigos de Florianópolis*”. Ele confirmou que alguns projetos haviam sido barrados por atividade do instituto: “*Mas as pessoas mais radicais não estão mais nesta casa, o Ipuf agora é outro.*”.... “*Estamos aprovando tudo e até destombando algumas coisas. Nós sabemos que, se tudo continuar emperrado como está, a cidade só vai perder*”. (VEJA SC, 13/11/91)

Com relação a recepção das demandas empresariais pelas autoridades públicas municipais observamos que além das reivindicações citadas existem outras de menor peso e que o tempo estabelecido para a pesquisa não permitiu avanços<sup>5</sup>, porém a partir da análise

<sup>3</sup> duplicação da BR-101, no trecho Palhoça-Biguaçu, com a conclusão dos viadutos, passarelas para pedestres, iluminação do trevo de Biguaçu, Roçado, vias laterais para o apoio do trânsito do local.

<sup>4</sup> *Modl assumiu o cargo em agosto de 1991 e, em seguida, proibiu seus técnicos de darem entrevistas.*

<sup>5</sup> O prefeito Sérgio Grando, de Florianópolis entregou (05/08/95) pessoalmente ao presidente da Câmara de Vereadores D. J. Machado, três projetos de urbanização para o município: o principal projeto previa a construção do “Parque da Luz”, mediante a concessão do uso e exploração comercial, por particular, de área pública na cabeceira da ponte Hercílio Luz; o segundo previa a concessão e exploração comercial, por particular, de área pública situada na Lagoa da Conceição e o terceiro permitia a construção de um posto de combustíveis no canteiro central da Avenida Hercílio Luz, o vencedor desta licitação teria que fechar o restante do canal da Avenida. “*Para discutir os projetos e agilizar a tramitação na Câmara, foi acertada um seminário com técnicos dos Ipuf, vereadores, empresários e todos os interessados.*” (DC, 05/08/95:21) Mas os maiores

dos dados podemos afirmar que o prefeito de Florianópolis, Sérgio Grando, acredita que existe uma sintonia entre a administração municipal e as preocupações da ACIF, com relação aos projetos para a cidade. Certo de *que “haverá diálogo permanente com a Associação”*, ele cita exemplos de ações conjuntas: com relação ao programa de meninos de rua, a internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz, o transporte marítimo e transformação da cidade em capital turística do Mercosul, como *“lutas comuns encaminhadas pela ACIF que a prefeitura vem tocando e cumprindo com todo o interesse”*. O prefeito destaca o projeto renovar, de incentivo cultural e recuperação de prédios históricos como uma resposta as aspirações da Associação. (I & C/CE, 01/06/95 e “ACIF Especial 80 anos” :6)

Outro projeto, em execução (1996), em conjunto com a CELESC, deve retirar postes e fios de luz que do centro, que serão substituídos por uma rede subterrânea. Segundo Grando *“estes e outros projetos que estamos tocando são cobranças da própria ACIF.”* Ainda como incentivo ao turismo na capital, Grando lembrava do Carnaval, na administração “popular”: buscou apoio na iniciativa privada, para organizar o evento e atrair visitantes. Na época, era na humanização da cidade que o prefeito acreditava estar trabalhando, pela valorização de Florianópolis como a capital turística do Mercosul. (I & C/CE, 01/06/95 e “ACIF Especial 80 anos” :6)

---

interessados não foram convidados. Os moradores da Lagoa da Conceição, ficaram revoltados com a prefeitura de Florianópolis pelo envio do Projeto de Lei 6702/95 à Câmara, que concederia à iniciativa privada o uso e exploração comercial de área pública situada às margens da Lagoa. Eles eram contrários a instalação de um restaurante no local alegando que não houve consulta sobre a utilização do terreno. No documento, o IPUF dava concessão através de licitação (com prazo máximo de 30 anos) para particulares explorarem comercialmente o local. Em contrapartida, o vencedor da licitação teria que fazer uma praça pública em torno do restaurante. *“Os moradores não querem a área comercial, mas sim de lazer, com quadra de esportes iluminada, lixeiras, rampas para lanchas e ancoradouros públicos”*, disse Dorcy da Rocha Linhares, que reside em frente ao terreno. (DC. 16/08/95:29)



Para o Prefeito a ACIF é sinônimo de participação. Esta parceria que se estabelece com a ACIF a torna uma forte aliada.<sup>6</sup> Nesta época, o prefeito considerava de fundamental importância incentivar a sociedade como um todo, em suas diversas formas de organização, para interferir positivamente nas políticas públicas, em conjunto com o governo municipal. *“É neste contexto que vislumbramos um papel de real importância para a ACIF, que sempre trilhou o caminho do desenvolvimento em consonância com o crescimento da cidade de Florianópolis,”* Grando afirmava: com a participação do empresariado, a Administração *“Popular”* consegue realizar obras que beneficiam a todos, funcionando ao mesmo tempo como mecanismo de “redistribuição de renda”. (REVISTA ACIF 80 ANOS: 34)

Os dados coletados apresentam informações sobre a opinião de autoridades religiosas<sup>7</sup>, porém nos atemos as autoridades públicas. No caso do Legislativo Municipal observamos que o presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, D. J. Machado, afirma<sup>8</sup> que a ACIF sempre teve um papel destacado, nas grandes transformações sociais, políticas

<sup>6</sup> “A ACIF, que agora completa 80 anos de profícua existência, participou sempre do desenvolvimento de nossa cidade, gerando empregos e oportunidades para a população, Instituição que inegável contribuição prestou, presta e nunca haverá de negar-se a prestar em benefício do engrandecimento de Florianópolis.”

<sup>7</sup> Para saudar os 80 anos da ACIF o Pe. José Artulino Besen, Reitor da Catedral Metropolitana de Florianópolis, do Instituto Histórico e Geográfico de SC e da Academia Catarinense de Letras, escreveu o *“Comércio e integração na cidade”*. Lembra ali alguns pontos importantes: a integração que os comerciantes de Florianópolis realizaram com os municípios vizinhos, a ponto de fazerem de diversas cidades e muitos lugares uma realidade só: a Grande Florianópolis. Em segundo lugar, o padre lembra que o comércio de Florianópolis deu contribuição importante para a integração dos povos: libaneses, gregos alemães, italianos, portugueses e açorianos. Por fim, lembra do final da Idade Média, *“quando a nobreza do sangue cedeu o lugar da influência social e política à burguesia comercial,* (não fala sobre o clero e sua instituição, nem da reforma religiosa) e faz uma analogia a Florianópolis. *“O comércio possibilitou a ascensão social de famílias do interior, desafiando as elites tradicionais de Florianópolis, mais acomodadas numa influência herdada nos tradicionais postos na política, no exército, na cultura e no sistema educacional.”*, e na religião, completamos. Segundo Besen, *“surgiu uma nova cultura, heterogênea, mas oxigenada por valores rurais que se urbanizaram tendo, em contrapartida, levado para o campo valores urbanos.”* As iniciativas de parcerias com o poder público municipal já são sinal positivo deste encaminhamento, afirma. Parabeniza a Associação por todo o trabalho em benefício da cidadania, pela preocupação com o bem-estar do cidadão, pelas causas que abraça no seu interesse e que beneficiam a cidade. (REVISTA ACIF 80 ANOS:36)

<sup>8</sup> em um é o artigo: *“Defesa do desenvolvimento de Florianópolis”*

e principalmente econômicas que ocorreram nesses 80 anos. Diz também que a ACIF vem buscando maior integração com todos os segmentos da sociedade florianopolitana: *“Aqui na Câmara de Florianópolis, tivemos a oportunidade de trabalhar em diversas ocasiões com a ACIF - como no 1º Seminário sobre humanização e segurança no trânsito de Florianópolis, no Seminário sobre o Plano Diretor do Distrito sede da Capital e na Campanha pela implantação da Região Metropolitana de Florianópolis, Blumenau e Joinville, e concluímos que valeu a pena.”* (REVISTA ACIF 80 ANOS:37)

Com relação a recepção do Legislativo Estadual observamos que o presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Pedro Bittencourt,, disse que é constante e permanente o incentivo e participação da ACIF em iniciativas que interessam à sociedade: em empreendimentos que beneficiem a região e o Estado. Lembra da constante e permanente preocupação com a oferta de mais e melhores produtos, serviços e das ações (mais e melhores) da entidade, mobilizam todos os deputados, sem distinção partidária. Cita a implantação da Rodovia BR-282, a internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz, a construção da Via Expressa Sul e a criação das Regiões Metropolitanas. (REVISTA ACIF 80 ANOS:33)

É importante observar como o Governador do Estado, Paulo Afonso Vieira comentou<sup>9</sup> os projetos naquele início de governo, que já eram realidade: a isenção do ICMS, às pequenas empresas e o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Entre os exemplos das muitas ações do seu governo, para incrementar a

---

<sup>9</sup> “ACIF, um exemplo para Santa Catarina” é o título do artigo do Governador do Estado, Paulo Afonso Vieira. Apresenta neste a seguinte avaliação: “A formação da ACIF, no início deste século, foi uma decisão corajosa e pioneira para a Grande Florianópolis. Essa iniciativa parte de um conjunto de ações essenciais que deram apoio ao desenvolvimento econômico do Estado. nas últimas décadas.

economia catarinense cita: a ampliação dos incentivos fiscais às indústrias. (REVISTA ACIF 80 ANOS:38)

Um bom exemplo dos bons resultados das parcerias em projetos desenvolvido pela UFSC<sup>10</sup> é o de recuperação das fortalezas históricas de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Ratones. O reitor da UFSC, Diomário Queirós (1995) esperava a contribuição da ACIF para a construção do Centro de Cultura e Extensão, para alterar o perfil da capital do estado, como pólo turístico e cultural, dando continuidade a restauração das fortalezas visitadas por turistas. Além disso, a Universidade já planejava a implantação de uma estação ecológica, um programa de educação ambiental e o Festival do Mar<sup>11</sup>. (I & C, 01/06/95, “ACIF Especial 80 anos”: 8)”

O Festival do Mar contou com o apoio da UFSC, CDL/FPOLIS, RBS, ACIF, PROTUR, PMF, SANTUR, GOVERNO DE AÇORES e da EMBAIXADA PORTUGUESA, patrocinada pela EMBRATUR e SEBRAE/SC e provido pela APAE/FLORIANÓPOLIS, realizado nos primeiro cinco dias de maio de 1996 em Florianópolis<sup>12</sup>. (Prospecto do Festival)

<sup>10</sup> “Sem a participação direta e o entusiasmo da ACIF no projeto de recuperação das fortalezas, este trabalho não teria sido possível”, afirma o reitor da UFSC, Diomário Queirós

<sup>11</sup> “Todos estes projetos são importantes para a cidade e necessitam de envolvimento direto da ACIF”, salienta o reitor. Só a estação ecológica do Desterro, vai preservar 11% da área dos morros entre Saco grande e Ratones, no interior da Ilha e, paralelo ao programa de educação ambiental, para preservação e manejo da mata nativa, ia colocar Florianópolis em sintonia com as novas políticas ecológicas. Com isso, e a criação do Centro Cultural, a universidade cria novos elos de ligação com a comunidade e com a própria ACIF. “tradicionalmente engajada em projetos de interesse da cidade e, agora em especial, preocupada em destacar Florianópolis como a capital turística do Mercosul. (I & C, 01/06/95, “ACIF Especial 80 anos”: 8)”

<sup>12</sup> O Projeto prevê, transformar a cidade no maior centro cultural, turístico e gastronômico do Sul do País. No Festival vai ser apresentado o melhor da cultura açoriana através de shows folclóricos, músicas, artesanato e a deliciosa culinária portuguesa. Além do Pavilhão de Promoções, (a ser instalado no Ilha Shopping, no trevo dos Ingleses) com 7.000m<sup>2</sup>, o Festival do Mar estará Espalhado por toda a cidade num grande número de exposições, amostras, congressos e eventos especiais programados para agradar a todos os visitantes. tudo isso somado as lindas praias e belezas naturais da Ilha.

Resgatamos aqui a intensa atividade política da ACIF e da AEMFLO, verificamos uma série eventos que mostram habilitações e atitudes para a manutenção dos seus privilégios. Uma das demandas da AEMFLO atendida pela Prefeitura de São José foi a “...a *iluminação pública dos viadutos de Barreiros, Roçado e Forquilha, que dão acesso à BR-101. O investimento da obra foi R\$ 100 mil, provenientes do município.*” (DC, 31/03/96:52)

Ainda com relação a ação conjunta da AEMFLO e órgãos públicos, constatamos que a VI Feira da Indústria e Comércio de Santa Catarina contou com o apoio da Administração Municipal de São José, Governo do Estado, AEMFLO, SEBRAE e outras entidades ligadas a área industrial, comercial e turística. (G. Municipalista, 08/95:11)

Com relação ao Legislativo Municipal, o presidente da Câmara de Vereadores de São José, Dário Elias Berger (PFL), acredita que o município é o lugar certo para a sede da AEMFLO e considera “*motivo de orgulho ter a AEMFLO como parceira para o desenvolvimento do município na área empresarial*”. Para o Vereador o desempenho do atual presidente da AEMFLO, Ricardo Martins, “*que conseguiu chamar a atenção e sensibilizar o Poder Público através dos serviços que vem prestando junto a comunidade.*” foi determinante para a cessão do terreno para a nova sede da entidade.<sup>13</sup> (I & C, 7/12/95:8)

A Prefeitura de São José em parceria com Associação de Bairros e Conselhos Comunitários, AEMFLO e Câmara Municipal de São José lançaram um amplo o projeto intitulado “*Quem somos? O Quanto Faremos?*”, que reúne obras em todas as áreas: sistema viário, transporte, saneamento, saúde e educação que pretende reorganizar a cidade. (DC/SE, 20/11/95:2)

<sup>13</sup> Declarou ainda que, por ser o quarto município em arrecadação do ICMS do Estado, São José, na época com 2.200 indústrias, 3.500 estabelecimentos comerciais e 1.800 empresas de prestação de serviços, “*é o local ideal para abrigar a sede da Aemflo.*”

Em Biguaçu as ações conjuntas e de apoio da ACIBIG, com órgãos públicos, pode ser observada na execução das tarefas realizadas pelo presidente da OE, com relação aos contatos políticos. Destes contatos, verificamos a implantação do Distrito Industrial Municipal. A prefeitura está incentivando a instalação das indústrias através da isenção total dos tributos municipais num prazo de cinco anos e se dispõe a executar os serviços de terraplanagem e infra-estrutura de terrenos, necessários à implantação das indústrias, como cabo telefônicos e instalações elétricas, de acordo com informações do secretário de Administração Marion Traebert.

Com relação as demandas do O CDL/PALHOÇA observamos que foi atendida a criação da Secretária da Indústria e do Comércio no município, através da qual o CDL e empresários em geral na sua função de recepcionar as demandas empresarias e com isso fortalecê-los. (O PALHOCENSE 27/10 a 09/11/95:19)

O Aeroporto Hercílio Luz esta internacionalizado, o transporte marítimo esta sendo implantado, ações estão sendo organizadas para transformar a cidade em capital turística do Mercosul como o projeto renovar, de incentivo cultural e recuperação de prédios históricos. O projeto da rede subterrânea, em conjunto com a CELESC esta sendo implantado. Houve a realização de seminários, como por exemplo, sobre o Plano Diretor do Distrito sede da Capital e da Campanha pela implantação da Região Metropolitana de Florianópolis, Blumenau e Joinville e a conclusão da Rodovia BR-282 esta parcialmente atendida.

A construção da Via Expressa Sul já foi iniciada. A isenção do ICMS às pequenas empresas e o PRODEC é uma realidade. O projeto de recuperação das fortalezas históricas foi desenvolvido, com a restauração das fortalezas de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Rationes. A construção do centro de convenções e a implantação de uma estação ecológica estão programadas. O Festival do Mar, também é uma promoção com o objetivo de transformar Florianópolis na capital turística do Mercosul.

A concessão do terreno à AEMFLO contribuiu para a realização do projeto empresarial em São José, permitindo, novos convênios com outras entidades afins, aglutinando os interesses da classe empresarial. Como exemplo citamos as ações que a AEMFLO vem desenvolvendo, como a iluminação de via pública que margeiam a BR-101, A Feira da Indústria e Comércio de Santa Catarina e, finalmente, um amplo projeto que pretende reorganizar a cidade: sistema viário, transporte, saneamento, saúde e educação.

A prefeitura de Biguaçu está incentivando à instalação de indústrias de pequeno, médio e grande porte, através da isenção total dos tributos municipais num prazo de cinco anos e se dispondo a executar os serviços de terraplanagem e infra-estrutura de terrenos do Distrito Industrial. A criação da Secretária da Indústria e do Comércio no município de Palhoça oferece condições para o fortalecimento dos pequenos e médios empresários um setor que dá sinais de crescimento com a implementação do seu distrito industrial.

Finalmente, existe um plano estratégico de turismo para a região a médio e longo prazo, que relaciona um conjunto de cem medidas, já mencionadas. Existe ainda um plano ideológico para criar uma consciência, não só no empresariado, como também nos poderes públicos e na comunidade, sobre o potencial que representa a indústria do Turismo para o desenvolvimento econômico.

Formalizadas através de um rol de objetivos, as demandas destacadas pelo Conselho de Entidades Empresariais da Grande Florianópolis, como sendo prioritárias, foram encaminhadas pelo conjunto das OEs estudadas. Focalizaremos as demandas atendidas para verificarmos a eficácia das suas ações.

O Centro de Convenções de Florianópolis, Denominado pela prefeitura como Centro de Promoções e Eventos, terá plenária com capacidade para 2 mil pessoas e 304 estandes para exposições, estará concluído até o final deste ano. (DC, 15/02/96:17)

Foi conseguido o zoneamento do Tecnópolis, apontado com uma das soluções para o desenvolvimento da cidade, porém o projeto não está concretizado. Com fim da política de proteção ao mercado o *“Projeto ainda é um sonho”*, informa o título da matéria do DC (DC, 31/03/96:3) A Secretária do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico do Governo do Estado de Santa Catarina estimulou a implantação de políticas de incentivo à criação e fortalecimento de empreendimentos de base tecnológicas, baseada na atuação interativa das instituições governamentais, acadêmicas e empresariais da região, porém os resultados não apontam a instalação de empresas. (DC, 20/08/95:18)

Sobre a mudança da Capital do Estado, para o Oeste catarinense, o projeto foi engavetado, conforme demandavam as OEs. Vimos que a duplicação da BR-101 é uma das demandas que contou com um monitoramento constante por parte das OEs. Como reivindicação não específica aponta-se a duplicação do trecho Palhoça-Biguaçu e a conclusão dos viadutos, passarelas para pedestres, iluminação do trevo de Biguaçu, Roçado, vias laterais.

Depois de um longo processo finalmente prevê-se o iniciar-se em junho de 1996 *“A obra de duplicação deverá estar totalmente concluída até 1999.”* (DC, 01/02/96) A duplicação da BR-101, no trecho Palhoça-Biguaçu é uma questão de tempo, viadutos,

passarelas para pedestres, que não foram concluídos estão em obras ou projetados, incluindo a iluminação do trevo de Biguaçu e as vias laterais para o apoio do trânsito do local.

A Campanha em prol da conclusão da BR-282, contou com diversas manifestações, o que possibilitaria um estudo particular<sup>14</sup>. Constatamos porém que apesar de antiga e contar com várias iniciativas esta demanda não foi totalmente atendida. A regulamentação da Região Metropolitana de Florianópolis, uma das principais demandas das OEs, encontra-se em via de aprovação.

Com relação ao Sistema Viário da Grande Florianópolis, para tornar a região metropolitana mais digna de se viver e morar, podemos afirmar que esta longe o dia que isso vai acontecer. Apesar das inúmeras obras realizadas<sup>15</sup> e do grande números de projetos, a solução dos problemas de tráfego de veículos pode ser conseguida em alguns pontos, em um período limitado. A Região tem excessos de veículos. *“De acordo com os técnicos do instituto de Planejamento Urbano, a cidade comporta 60 mil veículos mas convive com o dobro do número”*, e a tendência é aumentar, tanto em tempos normais como no verão, onde o número dobra. (DC, 10/12/95:53)

Os distritos industriais de São José, Palhoça e Biguaçu estão ativados e operando. Finalmente, a unificação dos feriados na Grande Florianópolis, não foi atendida e

<sup>14</sup> O presidente da Associação dos municípios da Região Serrana (Amures) e prefeito de São José do Serrito, José Maria Branco (PL), disse que *“pretende emitir um sinal claro as autoridades federais e estaduais de que a campanha pela 282 está mais intensa do que nunca”*. Disse ainda que *“Esta mobilização pleiteia a imediata transferência da execução da obra para o Estado”*. Na época, faltava acertos burocráticos entre o Estado e a União, para o 1º Batalhão Rodoviário de Lages pavimentar os 102 quilômetros da 282 entre Lages a Campos Novos, passando por São José do Cerrito e Vargem, serão necessários investimentos na ordem de R\$ 150 mil por quilômetro. Todos os prefeitos e presidentes das sete associações - Amures, Ammoc, Amauc, Amosc, Amai, Ameosc, Amarp assinaram o documento que foi encaminhado ao Ministro dos Transportes, Odacir Klein, e para o Diretor geral do DNER, Tarcísio Delgado, Em Brasília. (DC/SE BR-282, 12/08/95:12)

<sup>15</sup> A rótula em frente ao terminal Rita Maria e no trevo do CIC, melhoram o fluxo, diminuindo os engarrafamentos



os contratempos continuam ocorrendo na microrregião, comércio, indústria, sistema bancário e serviços funcionam e fecham conforme determina a legislação de cada município.

O atendimento das demandas, por parte das autoridades, no diversos setores e instâncias de poder da sociedade, demonstram a capacidade das OEs em participarem do processo de representação de interesses da classe empresarial. Podemos afirmar com certeza há um maior grau de atendimento das demandas encaminhadas coletivamente, porque há convergência de interesses dentro da classe empresarial da microrregião apesar do fenômeno ser complexo e mutável, verificamos que as divergências não implicam em conflitos substanciais ou que comprometam o funcionamento do sistema cooperativo, na sua relação com a burocracia estatal.

Do exposto: situação legal e administrativa, distribuição das OEs, o encaminhamento de demandas, a existência de peculiaridades entre estas e o intercâmbio feito, consideramos a hipótese geral deste trabalho parcialmente confirmada. Afirmávamos que o conjunto da OE encaminhava demandas de forma coletiva que tinham maior grau de atendimento. E ainda que, em sua maioria as demandas eram atendidas, demonstrando a capacidade das OEs em se articularem, quando da existência de afinidades de interesses. Verificamos que as OEs estudadas encaminham as demandas peculiares de forma coletiva e individuais e que muitas das demandas encaminhadas estão em processo de tramitação, existindo a propensão de serem atendidas, por serem de interesse do crescimento econômico, portanto, interesse das autoridades políticas como um todo.

## ***Empresariado, Representação Política e Poder***

Neste item refletimos sobre os elementos apresentados, a luz do referencial teórico proposto, analisando a OE local, como instrumento de poder determinante, para a manutenção da participação empresarial nos destinos da sociedade. O estudo da organização empresarial na Microrregião de Florianópolis mostrou a atuação do empresariado, constatando que as relações que sobrevem aos relacionamentos intersubjetivos podem ser exploradas a partir da OE. Localizado o sujeito, definida as suas ações, seus métodos e constatada sua influência nos centros de administração e decisão pública, podemos partir para o entendimento da função do sistema cooperativo das organizações de representação de interesses do empresariado no sistema social.

Expressamos a situação de classe como a oportunidade típica de um suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder: bens ou de habilidades em benefício de rendimentos, nesta ordem econômica. As ações e relações sociais no mercado de trabalho, no mercado de produtos e na empresa capitalista determinam a situação de classe do trabalhador e do empresário<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Weber distingue três ordens: a) **jurídica** influência diretamente a distribuição do poder (OE compreende a formação e a atividade de um sistema legal de organizações e grupos com finalidade interferir no processo político), condicionada em alto grau pela ordem b) **econômica**, que é antes um fator que pode garantir tanto o poder, como a existência da honra (a estrutura da OE compreende o fenômeno pelo qual uma pluralidade de empresários associam-se para alcançar um objetivo coletivo, fenômeno denominado de associativismo político). A ordem c) **social** e a honra tipificam esquematicamente os estamentos. (a OE compreende os fenômenos de "politização" de uma fração de homens relativamente próxima do poder constituído e cuja finalidade é a tomada do poder mediante a apropriação de algumas posições-chave na estrutura do poder político).

As OEs se colocam claramente numa relação significativa como organização política da sociedade civil. São estruturas que, por um lado, têm uma organização e atuação política relevante da sociedade civil. Por outro lado, integra-se a dinâmica institucional do Estado. A estrutura dos mecanismos de defesa dos interesses do empresariado é um dos aspectos da OE, que forma a infra-estrutura operativa das dinâmicas do sistema cooperativo. Os órgãos de representação e seus líderes mantêm contatos e relações extra-empresariais, de natureza política e cultural, modelados na direção econômica.

Neste quadro, temos presente que os órgãos corporativos, extra-corporativos e cooperativos do empresariado, no contexto das relações de classe apresentam uma realidade conjuntural, política e sócio-econômica, influenciam os interesses e a ação específica de classe empresarial. As OEs representam frações da classe empresarial, não são monolíticas, pois existem diferenças de ramos de atividades e regionais, na defesa dos interesses específicos, que se manifestam em concepções e táticas diferenciadas, quanto ao tempo e ao espaço. Vimos que a defesa dos interesses comuns do empresariado regional levou a formação de um órgão aglutinador, um mecanismo capaz de manter a representatividade e um consenso mínimo, acerca dos interesses classistas e a forma de assegurá-los. A classe se manifesta e se organiza de diversos e complicados meios, com significativa interferência, direta e indireta, nos centros de decisões e administração.

Constatamos que a posição e reprodução social não se limitam ao aspecto econômico, existe uma organização política, onde as relações com Estado é *um dos* aspecto das relações de forças que determinam a posição e função que os agentes do grupo de elite

empresarial ocupam na formação da consciência política e na organização da classe. Esta fração das forças políticas, busca obter a coesão e o consenso de forças opostas, operacionalizando um processo de unificação do pensamento e da ação de uma classe, na busca da coesão da sociedade e da manutenção da estrutura econômica e política-administrativa.

Segundo GRAMSCI (1988) a hegemonia da sociedade é formulada por intelectuais orgânicos a serviço das classes dominantes e o Estado. A proposição é válida para a realidade local, considerando que a elite da classe empresarial participa da organização da hegemônica da sociedade. Conforme a análise de LINDBLOM (1992) a liderança empresarial local tem uma posição privilegiada na decisão política porque são assessorados por profissionais e recurso financeiros. Entendemos que a posição social e estrutural, da liderança empresarial, a qualifica à função de elite da classe, portanto à ação política. Os dados por nós analisados indicam que o alcance das OEs se deve as condições de planejamento estratégico, que se manifestam na relação de representação de interesse e poder político.

A atuação e a ideologia das OEs, mostram a formulação e a implementação de políticas dos seus interesses. O poder da organização, as condições de planejamento e a relação com o Estado, mostram que os dois formatos distintos de organização: corporativas e extra-corporativas se complementam cooperativamente. A articulação entre os dois formatos busca uma representação autônoma, não só no caso dos segmentos líderes das fases do processo de industrialização, como mostra o maior grau de concentração regional e

a expansão das entidades representativas desta fração do empresariado brasileiro (DINIZ e BOSCHI 1979), mas também do comércio, no caso das entidades estudadas.

O papel histórico e a influência das OEs sobre as diretrizes políticas, mostram que as OEs estudadas compõem a estrutura do poder, no processo político da Microrregião, catarinense e brasileiro, portanto, parte fazem parte da organização política das classes dominantes (DREIFUSS:1981/89). As OEs, apresentam recursos e artimanhas na atuação político ideológica das classes dominantes, enquanto agentes políticos ideológicos, realizando ações políticas dos interesses dominantes. Utilizam suas competências e especializações no planejamento estratégico e na implementação da ação política da classe. (DREIFUSS:1989; 86). A reconstituição da articulação das OEs, nos processos políticos de articulação ou rearticulação de grupos, apontam para a situação dos empresários nas elites orgânicas, e estas, no conjunto do sistema capitalista. (MINELLA: 1989).

Analisando o processo de encaminhamento das demandas empresarias, comparamos os meios institucionais utilizados e as relação entre as entidades, caracterizando-as como integrantes de um sistema cooperativo de representação de interesses do empresariado. Os processos foram ordenadas no tempo e no espaço, verificando nas práticas dos dirigentes, que a dinâmica histórica nutre-se de conflitos, que nela se geram e se superam. Exemplificamos as OEs como centros de controles realimentativos da busca social de metas de um sistema cooperativo. A transição histórica vista como um processo de *inputs*, que lhes chegaram do ambiente externo e se transformam em *outputs*, avalia os processos a partir das decisões políticas em todos os níveis.

Confirmamos que o conceito sistema cooperativo é útil para a análise da organização empresarial, como um sistema de atividades ou forças de duas ou mais OEs. A suposição que o conceito está implícito no comportamento de líderes e administradores de OEs, realiza-se e explica as suas condutas em empreendimentos cooperativos diferentes, permitindo uma apreensão útil. Por isso, foi de fundamental importância explicarmos a função destes agentes coletivos e entender o funcionamento do sistema cooperativo.

Lembramos que entre os diversos setores de atuação e níveis de abrangência do sistema social, enfocamos a OE local, na sua interrelação com outras entidades, de nível superior e a reprodução no nível local, das relações constituídas no esquema produtivo capitalista generalizado. O sujeito objeto deste estudo e os órgãos superiores aos quais eles estão vinculados e sua ação com relação aos interesses locais estão simplificados na Figura 9.1. . O sistema cooperativo está exemplificado da seguinte forma:

II A partir da a) Caracterização da evolução histórico-econômica da Microrregião de Florianópolis, verificar o surgimento das OEs, contextualizando o surgimento destas e os b) efeitos da evolução urbana sobre o sistema social e o Meio-Ambiente enfatizando: 1. Descaracterização Cultural e Paisagística, 2. Ocupação e Efeitos no Meio-Ambiente, 3. Planejamento Urbano, 4. Migração e Favelização, 5. Trânsito, 6. Saneamento, 7. Distribuição de Água, 8. Desemprego e Marginalidade e 9. Segurança Pública, Criminalidade;

III - Verificamos o desenvolvimento da organização Empresarial a partir da Evolução da ACF;

IV - Conhecemos a estrutura do sistema cooperativo: recursos e regras a partir a) dos recursos de poder disponíveis, b) situação legal e administrativa e c) distribuição das OEs na Microrregião de Florianópolis;

V - As ações e os contatos das OEs foram observadas nas atividades das OEs Ilhoas e Continentais;

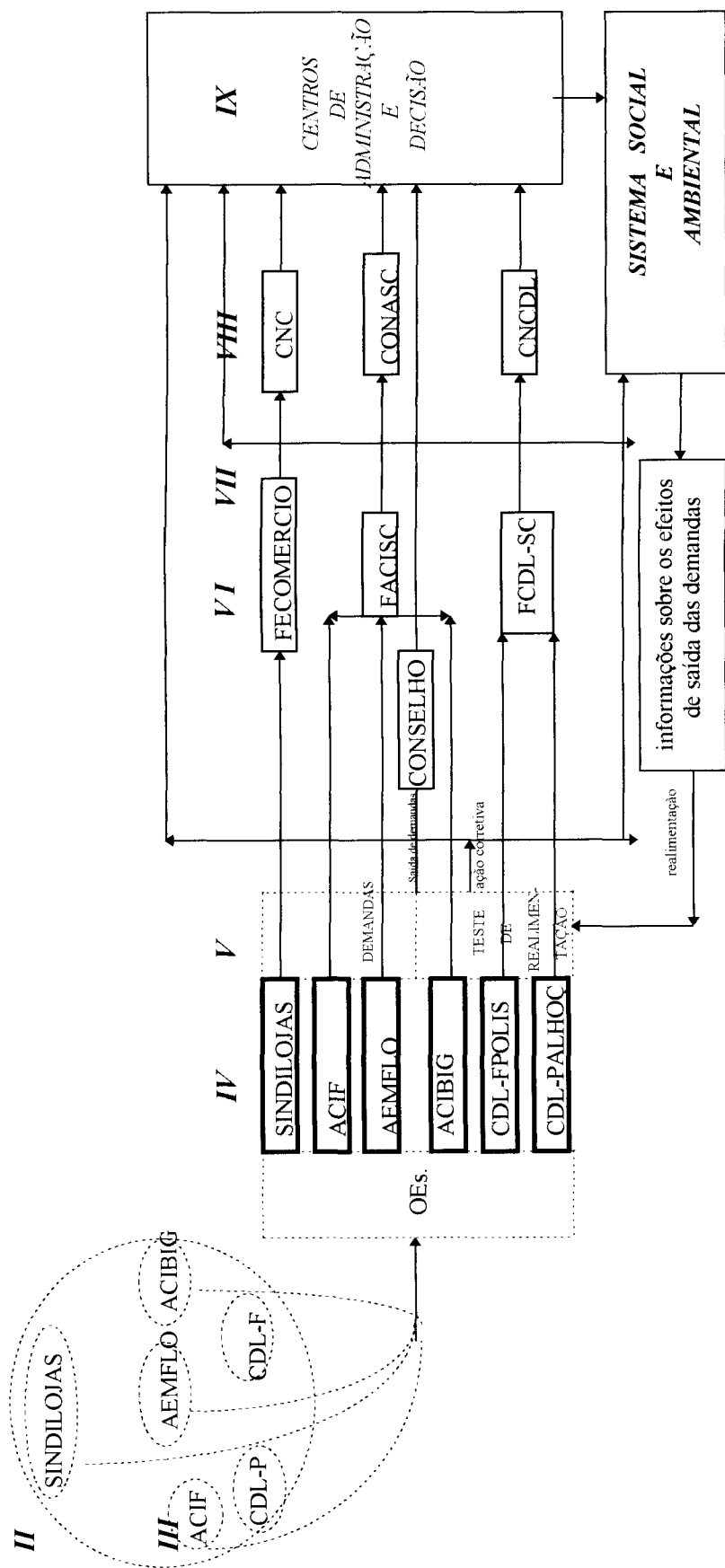
VI - As relações das OEs da Microrregião de Florianópolis a) nas Federações, b) em atividades extra setoriais e regionais, também foram reconhecidas;

VII - O comportamento das entidades foram apreendidos a partir do. intercâmbio: alianças e ações de colaboração entre as organizações da classe empresarial 1. - Doutrinárias, 2. - Corporativas, 3. - Extra-Corporativa e 4. - Cooperativa;

VIII - Visualizamos o sistema cooperativo analisando a inserção social do sistema cooperativo através da análise dos dados sobre: a) os recursos de comunicação de Massa e a divulgação ideológica, b) feiras e concursos, c) do conjunto de idéias do presidente executivo da AEMFLO.

IX - Finalmente observamos as ações conjuntas e de apoio com órgãos públicos, para verificar o resultado do encaminhamento de demandas e tecer considerações sobre o empresariado, representação Política e Poder.

Figura 9.1.: Sistema Cooperativo das Organizações Empresariais da Microrregião de Florianópolis





## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de pesquisa permitiu a ordenação e a execução de um balanço, aproximado, do poder político da OE na Microrregião de Florianópolis, a partir da sua organização e do exercício do poder de representar seus interesses. Os sujeitos estudados realizam sua capacidade de encaminhar demandas e influenciar decisões, elementos que permitem apontar às OEs enquanto possuidoras de recursos e poder, exemplificados pela efetiva unidade do sistema de representação de interesses do empresariado.

Reconstituída a formação econômica-social da Microrregião de Florianópolis e isolada a estrutura do sistema cooperativo das OEs, compreende-se e defini-se a estrutura do sistema para elevá-la concretamente e compreender parte da sociedade, em sua unitária organicidade. Não nos limitamos ao aspecto dos recursos e das regras, explicamos a estrutura e a evolução política de uma classe social, por meio das relações superestruturais correspondentes às relações de produção.

As demandas individuais das OEs, dirigidas ao poder executivo municipal, têm um bom grau de atendimento. Observamos que as demandas do Conselho de Entidades Empresariais da Grande Florianópolis, portanto do conjunto do empresariado, estão sendo atendidas, na sua grande maioria. Além das demandas citadas, localizamos uma diversidade de contatos com outros poderes e instâncias de abrangência, inclusive a nível nacional e internacional. O enfoque privilegiou os limites da proposta apresentada no Projeto, ou seja, enfoca o alcance das OEs da Microrregião de Florianópolis, deixando de esclarecer vários aspectos relacionados com as demandas dos níveis estadual e nacional, mas mostra perfeitamente as demandas comuns das entidades estudadas.

Verificamos nas relações da vida cotidiana das OEs a manifestação do antagonismo das classes, inerentes às relações de produção, demonstrando que a superestrutura política protege o domínio da classe dos capitalistas, com as idéias de liberdade e igualdade. A partir da estrutura do sistema cooperativo das OEs, compreendemos o organismo do sistema em seu conjunto, com a totalidade da formação econômico-social em sua globalidade. A estrutura do sistema cooperativo explica parte da formação econômico-social, mas não a absorve totalmente, considerando que esta formação é determinada pela realidade, plena de conteúdo: de relações de produção, de partidos e de homens individuais.

Identificamos setores e instâncias de poder da sociedade alcançados, exemplificando as relações e o papel da OE local, no sistema social. O enfoque das atividades das OEs permiti localizar os intercâmbios destas e outras entidades, demonstrando a complexidade do sistema, mas ao mesmo tempo possibilita a apreensão da organização política empresarial local, apontando para a influência das ações conjuntas, nos diversos níveis, a partir do apoio com órgãos e autoridades públicas.

Comparados os resultados pretendidos e obtidos pelo Conselho de Entidades, o saldo mostrou-se positivo, inclusive nas suas próprias avaliações. Suas demandas relacionadas e analisadas proporcionaram o entendimento de parte da dinâmica do sistema cooperativo, onde podemos verificar o discurso, sua divulgação e realização. O Intercâmbio das OEs, suas ações e relações, e a influência política, apresentam os setores e as instâncias de poder da sociedade alcançados pela ação das OEs e sua eficiência, enquanto agentes políticos.

Abordamos a classe empresarial local e a sociedade onde encontra-se inserida com o auxílio das idéias básicas de MARX e WEBER e elementos das perspectivas de GRAMSCI, POULANTZAS, LINDBLON e OFFE/WIESENTHAL. Concluimos que deste conjunto de idéias da luta entre as classes sociais e economicamente competitivas, um aspecto central da dinâmica do sistema social parte da premissa que os indivíduos ocupam posições e desempenham papéis. Apontamos dois fundamentos objetivos para definir a situação da classe empresarial, a situação comum com os meios de produção e sua potência relativamente uniforme diante do poder do Estado e as formas como influenciam a cultura, entre outros fatores do complexo das ideologias religiosas, filosóficas, jurídicas e políticas da sociedade.

Como MARX, WEBER reconhece a significação essencial das diferenças de propriedade para a formação de grupos de status e para as linhas de distinção e privilégio entre eles, se distingue de MARX, na importância que atribui aos grupos de status e partidos. Os sujeitos em foco, nesta pesquisa, ocupam posições e desempenham papéis na forma de produção, que no caso da região não se limita as relações de produção industrial -- entre proprietários capitalistas e operários, pois vimos que as indústrias da Região se instalaram recentemente, nos distritos industriais das cidades de São José, Palhoça e Biguaçu.

Este estudo captou a ação política das OEs, apresentando elementos do processo de unificação da ação da classe empresarial local, num projeto formado por uma fração da classe dominante, que se relaciona e exerce suas funções, não só nas instâncias econômicas e políticas, mas também nas esferas da cultura, evidenciada na utilização

elitista dos meios de comunicação de massa, que operaram sobre o modo de pensar das pessoas.

Apreendemos parte da realidade social, reconstituindo a articulação e a interferência das OEs nos processos políticos de planejamento e implementação de seus interesses. Captamos a articulação empresarial com o objetivo de identificar a influência desta no processo decisório do Estado, fortalecendo sua força econômica, política e cultural e contribuindo para a transformação da classe empresarial em classe social dominante, a partir do momento em que, juntamente com setores da classe média, intelectuais, autoridades civis, militares e religiosas, se fortalecem e fortalecem a aliança com o conjunto da OE estadual e nacional, em um projeto denominado neo-liberal.

A reconstituição e exposição dos fatos apontam para a posição, de destaque, destes sujeitos no bloco de poder, âmbito em que a liderança empresarial local é classe participante e, às vezes governante. As relações de poder entre os sujeitos citados são estabelecidas e estratificadas conforme o capital, seja ele econômico, cultural ou político, constituído historicamente através das ações, que por sua vez são estabelecidas pelos recursos e as regras disponíveis.

Utilizamos elementos do quadro explicativo de GRAMSCI (1988) para sistematizar o entendimento das articulações processadas no domínio político-jurídico e ideológico e seu nexos com a instância infra estrutural. Adotamos a noção de bloco histórico, analisando os vínculos orgânicos entre os recursos materiais e as regras (*estrutura*) e as ações, relações, comportamento, influência e dinâmica (*superestrutura*), apreendendo parte do complexo, conjunto das relações sociais.

As relações sociais entre as frações da classe empresarial se unem através de ligações orgânicas, garantidas por OEs postas a serviço da superestrutura, portanto, abrangem duas esferas: a *sociedade política* e a *sociedade civil*, que representam grandes instâncias reunificadas em um mesmo corpo o *Estado*. Podemos constatar que muitos dos empresários que lideram as organizações estudadas ocuparam ou ocupam funções que extrapolam as ligadas à produção *econômica*, evidenciando-se assim a relevância da posição intelectual no seio da cultura e na administração pública. As OEs formam, organicamente, uma estrutura intelectual que assegura homogeneidade e consciência de suas próprias funções, não somente no âmbito do econômico, mas também no social e político, empregando técnicos e especialistas de diversas áreas do conhecimento.

LINDBLOM contribui explicando a desigualdade política, considerando que os instrumentos que os empresários tem acesso são distribuídos de maneira desigual. Na realidade local as regras do jogo de poder, estabelecidas pelo sistema de mercado, também, apresentam taxas de mudanças e inovação, bem como graves e freqüentes prejuízos sociais e ambientais.

A perspectiva classista de OFFE contribui quando enfatiza a posição privilegiada da classe empresarial, como acontece no sistema cooperativo estudado, na sua relação com o sistema social, a partir da ação política. Percebemos como é a capacidade de agir e impor-se do empresário e o tratamento dispensado pelo Estado, ao grupo de capitalistas. Concluimos que o fundamento básico do liberalismo, ao contrário do que prega, não promoveu o bem comum através do livre jogo do mercado, a riqueza social não foi distribuída, nem de forma automática, nem mecânica. Este antagonismo situado no nível político, com interesses diversos e opostos definidos pelo processo produtivo capitalista,

estabelece um conflito no plano político, quando a oposição deixa de ser entre atores isolados, no plano da produção industrial, para se generalizar para o conjunto da sociedade civil e política.

As observações de outros autores, como DREIFUSS (1988), acerca do empresariado, também se verificam em relação ao empresariado local, enquanto um sujeito coletivo atuante, mobilizado à prática política, portanto compondo parte da organização política da elite para influenciar as diretrizes políticas na Microrregião, no Estado e no país. A partir desta proposição, enfatizamos elementos do papel político ideológico, mostrando na ação política da liderança empresarial local a coesão interna da classe.

Os procedimentos de investigação sobre a realidade das demandas empresariais e do sistema cooperativo, ilustram os problemas sociais, econômicos e políticos mais evidentes, apontando ao mesmo tempo para a realidade do povo: do pescador, do nativo, do migrante, do empregado, do funcionário, do desempregado, do estudante, dos militares, dos favelados, dos abandonados e as várias singularidades da sociedade civil.

O projeto de desenvolvimento empresarial, apesar de reivindicar obras de interesse social, privilegia as de seus interesses econômico e político, manifestando-se assim a indispensável discussão pública sobre a Microrregião e suas cidades. A classe dominante local, como a nacional, não assimila nem traduz os movimentos da sociedade, por isso não chega a tomar medidas significativas, quanto a certeza do desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do cidadão, visando sua melhor integração individual e social. Por isso concordamos com Otávio Ianni, quando fala que a burguesia latino americana *“Não compreende a sociedade civil a não ser como espaço do mercado”*. (IANNI,

1986:30) Conseqüência da distância entre as classes sociais e entre estas e o meio ambiente.

Uma perspectiva para a realização de mudanças sociais se dá a partir da instância superestrutural, por isso utilizamos o conceito de elite, para distinguir o grupo de elite dentro do sistema cooperativo da classe empresarial, para compreender os aspectos da homogeneidade, auto consciência e organização das OEs, enquanto forças políticas. Uma consciência concreta e imediata dos problemas específicos, vistos como materiais e cotidianos, fornece subsídios para produzirmos uma interrelação de conhecimentos. Por meio de uma discussão pública sobre as mudanças sociais, pode-se operacionalizar intercâmbios e articulações de informações para uma aproximação de um processo de politização global, evitando assim a crescente pauperização, violência e destruição ambiental na Microrregião de Florianópolis.

Para alcançarmos uma forma superior necessário se faz tomar como ponto de partida o “senso comum” e torná-lo ideologicamente mais homogêneo, elevando a gente simples a uma concepção superior da existência, que origine uma nova unidade orgânica entre intelectuais e trabalhadores. Uma idéia passa a ser um valor quando ela compromete a ação, por isso nos sentimos obrigados a considerar o problema da verdade nos fatos, não apenas no sentido de constar a verdade de fato, mas de encarar a verdade nos fatos, na ordem da realidade material, pela convicção de uma força que moverá as ações humanas não cegamente, mas comprometida com a realidade do conjunto dos sistemas, social e ambiental principalmente.

O conhecimento apresentado fornece elementos para compreendermos as OEs e suas imbricadas relações, com outros sujeitos sociais e o Estado. Os recursos utilizados pelas Organizações no encaminhamento das demandas e as respostas obtidas, apontam para a efetiva participação das OEs e a respectiva influência da elite empresarial nos destinos da sociedade local. A elite empresarial local compartilha com a elite empresarial estadual, nacional e internacional o ideário liberal-burguês, que agora se renova com as propostas neo-liberais para a reorganização do mercado.

Para os nossos empresários, a reboque do que vêm acontecendo no mundo, a Microrregião deve entrar no jogo do mercado, da produtividade, da concorrência internacional. Compartilham do interesse pela desestatização e um Estado mais preocupado com investimentos de infra-estrutura para o capital poder acumular-se, em detrimento aos investimentos “sociais”.

A liderança empresarial se utiliza da conciliação entre seus pares, conservando a maioria da população na periferia social, mantendo-a propositalmente dividida, apesar de bradarem por um engajamento do povo nos destinos das cidades que compõem a Microrregião. Seus ideais libertários avançam sem um projeto que estabeleça um padrão de vida proporcional aos recursos existentes e sua distribuição. Demonstram seu poder de pressão e comunicação através da mídia, defendendo seus interesses ou combatendo os que ficam contra as imposições do capital.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABBAGNANO, Nicola.** *Dicionários de Filosofia*, Trad. coordenada e revisada pôr Alfredo Gosi, Zex, São Paulo: Mestre Jovi, 1982.
- ABRAMO, L. Wendel.** "Empresários e trabalhadores: novas idéias e velhos fantasmas" in: **Coleção Cadernos do Cedec**, nº 7, 1985. 34 pp.
- BARNARD, Ch.** *As Funções do Executivo* in: Teoria e estrutura das organizações formais Petrópolis, Vozes, 1989. p. 85-136 -
- BOBBIO, N., MATTEICCI, N. e PASQUINO, BOBBIO, N. (ORG)** *Dicionário de Política*, G., Trad. de João Ferreira, Carmem E Varrial e outros, Brasília, Ed. UnB, 1986.
- BOSCHI, Renato R.** *Elites Industriais e Democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*, Rio de janeiro, Edições Graal, 1979.
- BOSSLE, Ondina Pereira.** *"História da industrialização Catarinense: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro"*. Ondina Pereira Bossle. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- BUCKLEY, W. F.** *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*; trad.: Otávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix ed. da USP, 1971.
- BUZANELLO, Edemar J.** *La burguesia agraria: organización de classe y representación de intereses en Brasil (1964-1988)*. México: UNAM. 1991. tese de Doutorado Ciencias Políticas u Sociales.
- \_\_\_\_\_. *Organização e ação política do empresariado industrial catarinense: a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) nos anos 80* : in **Projeto Integrado: Empresariado, Organização e Processo Sócio-Político I**.
- \_\_\_\_\_. *O empresariado industrial catarinense nos anos 90: estruturação, representação e posicionamento político*: in **Projeto Integrado: Empresariado, Organização e Processo Sócio-Político II**.

- CABRAL**, , Osvaldo R. "*Nossa Senhora do Desterro, casas-sobrados-chacaras.*" Separata da revista Douro-Litoral, II-III, 6º série. Porto, Liv. Simões Lopes, s.d. Cit. p. CARDOSO, F. H. e IANNI. O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo, Ed. Nacional, 1960. p.57
- CAILLAUX**, Ana Maria Lustosa; **PECHEMAN**, Sérgio. A Abinee e o Sindipeças: estudo de caso comparativo de duas modalidades de representação. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. **Agregação e representação de interesses do empresariado industrial: sindicatos e associações de classe**. Rio de Janeiro: IUPERJ, Relatório de Pesquisa, 1979. pp
- CAMPOS**, Edmundo, (org., introd. e trad.). **Sociologia da burocracia**, 4ª ed., Rio de Janeiro Zahar Editores, 1978. pp
- CARDOSO**, Fernando H. "*O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro*". In **Dados**, 26(1): pp. 9-27. 1983
- CARNOY**, Martin; **Estado e Teoria Política**; [tradução pela equipe de tradutores do instituto de letras da Puccamp]. - 3o. ed. - Campinas - SP : Papiros; 1990
- CARREIRÃO**, Yan Souza. **-Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 - 1979**. Florianópolis, UFSC 1988. \_\_\_ fls. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política.
- COELHO DOS SANTOS**, Silvio. **Nova História de Santa Catarina**, Edição do Autor, 1974
- COELHO**, Jaime C. **Bancos comerciais estaduais e organização de interesses: a Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE) um estudo de caso**, Florianópolis: UFSC 1993, Dissertação de mestrado: Sociologia Política.
- CORRÊA**, Carlos Humberto. **Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982: notas bibliográficas**. - Florianópolis Ed. da UFSC, 1983.

CROZIER, Michel, **O Fenômeno Burocrático**, Trad. Juan A. Gili Sobrinho. Ed. UnB, Brasília 1981.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e, **Empresários e o regime no Brasil: a campanha contra a estatização**, São Paulo: USP, 1984, Tese de doutorado.

DE MARCO, Benhur. - **O controle da mídia e a radiodifusão em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC 1991. dissertação de mestrado Sociologia Política.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**, R. Janeiro, Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **"1977/78 os empresários e a reemergência da questão social"**, AMPOCS, Grupo de Trabalho Elites Políticas, 1986.

\_\_\_\_\_. **"Empresários, sindicatos e conflito distributivo no Brasil da Nova República"**, IUPERJ, **Cadernos de conjuntura**, n. 15, Setembro de 1988.

\_\_\_\_\_. **"Brasil tempos modernos"**, 1977 (org. Celso Furtado).

\_\_\_\_\_. **"Empresariado e modernização econômica: Brasil nos anos 90/Eli Diniz organizadora**. -Florianópolis: Ed. da UFSC, IDACOM, 1993.

\_\_\_\_\_. e BOSCHI, Renato R. "Panorama da representação de interesses industriais no Brasil" in Eli DINIZ, Eli e Renato BOSCHI, Renato R **Agregação e Representação de Interesses do Empresariado industrial: sindicatos e associações de classes**, IUPERJ, RELATÓRIO DE PESQUISA, 1979.

DREIFUSS, René, A. **1964; A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**, 3a. ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. A. **A Internacional Capitalista**, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986, cap. I, "Brevíssimas anotações conceituais sobre elites orgânicas".

\_\_\_\_\_. A. **O jogo da direita**, Petrópolis, Vozes, 1989.

ETIZIONI, *As Organizações Complexas*, 6ª ed., São Paulo, Civilização Brasileira, 1988.

FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil*, 2ª ed., R. Janeiro, Zahar, 1976.

FERREIRA, Francisco A. Carneiro. *Turismo e desenvolvimento urbano: Avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina. Estudo de caso do projeto Jurerê Internacional*. Florianópolis UFSC. 1992. dissertação de mestrado Sociologia Política.

GIESE, Barbara. *A atuação política do empresariado catarinense dos Ramos Têxtil e agro-industrial: demandas e canais de influencia (1970-1985)*. Florianópolis UFSC 1992. Dissertação de mestrado Sociologia Política.

GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*, 6ª ed., Civilização Brasileira, 1988.

GROS, Denise B. *"Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional 1964-1978*. Porto Alegre, FEE, 1987.

\_\_\_\_\_. *"Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República"*. In: Eli DINIZ (Org.), *Empresários e modernização econômica: no Brasil anos 90*, Fpolis., Editora UFSC, 1993.

GRUPPI, Luciano, 1980; *Tudo começou com MAQUIAVEL*; 10o. ed. Poa., PM Editores, 1986.

GUIDDENS, A., *Elementos da teoria da estruturação*. In: A Constituição da Sociedade - S. Paulo. Martins Fontes, 1989. pg. 01-31 (Coleção ensino superior)

IANNI, Octavio, *Classe e nação*. Petropolis, RJ. Vozes, 1986 p 139

LAKATOS, Eva Maria e MARINA de Andrade Marconi. *Metodologia Científica*. 2a. ed., São Paulo, Atlas, 1991.

LARANGEIRA, Sônia, *Classes e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo. 1990, HUCITEC.

LENZI, Carlos A., **"Partidos e políticos de Santa Catarina**, Fpolis: Ed. da UFSC, 1983.

LEOPOLDI, Ma. Antonieta L., *Burocracia, Empresário e arenas decisórias: estratégias: estratégias do neo-corporativismo no Brasil (1939 a 1955), in: Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, Fundo editor e ANPOCS, PF 74-101. 1992

LINDBLOM, E. Charles, **O processo de Decisão Política**, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

LUNA, M. e TIRADO, R. **El Consejo Cordinador Empresarial. Una Radiografia**, México, UNAM/IIS, 1992. pp 15-29 ("perspectiva teórico metodológica" ).

MARX, Karl, **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, Org.: Otávio Ianni, Coord.: Florestam Fernandes, São Paulo, Ática, 1987, pp. 01-211

\_\_\_\_\_. **Coleção Grande Cientistas Sociais**; Org.: Paulo Silveira, Coord: Florestan Fernandes. S.P. : Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. Ed. Moraes, São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. **O Capital "Crítica da Economia Política."** Ed. Beltrama, Brasil Difel 1987.

MEIRINHO. Jali, **Datas históricas de Santa Catarina: 1500-1985 - Florianópolis**: Ed. da UFSC e Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1985.

\_\_\_\_\_. **A República em Santa Catarina de 1889 a 1900/**. -- Florianópolis: Editora Lunardelli, 1982 127 pgs.

\_\_\_\_\_. **Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina**. VOL. I - edeme ,1972

MELO, Osvaldo Ferreira de (coord). **História sócio-cultural de Florianópolis** Florianópolis: Clube Doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991.

MEURER, Eriberto José. **Os empresários e os partidos políticos: as eleições de 1986 em Santa Catarina**. Florianópolis. UFSC. 1994. Dissertação de mestrado em Sociologia política, 21/12/94.

MILLS, C. Wright. ***A Elite do Poder***, trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

MINELLA, Ary C.. ***Banqueiros: organização e poder político no Brasil***, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

\_\_\_\_\_. ***"Organização Corporativa e Extra Corporativa do Empresariado: Uma reflexão teórico-Metodológica"***, Florianópolis UFSC. Dep. Ciências Sociais, 1988, Mimiogr., 24 p.

\_\_\_\_\_. ***Subsídios Para a Análise do Empresariado***, Florianópolis, UFSC, 1989, Mimiogr.,

MOSCA, C. ***Historia das doutrinas políticas, desde a antigüidade***, 3<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro, Zahar editores.

OFFE Claus e WIESENTHAL Helmut, ***"Duas Lógicas da Ação Coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização"*** in: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**, Rio, Tempo Brasileiro, 1984, pp. 56-118.

OURIQUES, Helton Ricardo: ***Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna*** - Florianópolis UFSC 1996 dissertação de mestrado em Geografia.

PALMA DE HARO, Martin A (Org.). ***Ilha de Santa Catarina: relato dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX***; Florianópolis, Ed. UFSC/Ed. Lunardele, 1990

PARSONS, Talcott. ***A Estrutura da ação social***, Rio, Edições Graal, 1977.

PIAZZA, Walter Fernando A "Modernização" e As Elites Emergentes: A Contribuição Alemã; Trabalho apresentado por Walter F. Piazza, 1974.

\_\_\_\_\_. org. **Dicionário político Catarinense** - Florianópolis: Edições da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina/ 1985 636p.

POULANTZAS, Nico, Org., ***O Estado em crise***, Rio, Edições Graal, 1977.

PROCHNOV, Norberto de J., ***Agregação e Representação de Interesses do Empresariado: Estudo de caso enfocando a Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis***", Florianópolis UFSC 1992, TCC Ciências Sociais.

\_\_\_\_\_. ***Emergência de novas entidades de representação em Santa Catarina: AEMFLO nos anos 90*** Relatório de Pesquisa enviado ao CNPq em 1994-A;

\_\_\_\_\_. ***Organização e representação de interesses empresariais na Grande Florianópolis: 1915 - 1965***, Monografia de conclusão da cadeira de sociologia das Organizações -1994-B;

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan, ***Manual de investigação em Ciências sociais***, Trad. João Marques e Maria A. Mendes, Lisboa, Gradiva Publicações, 1992.

Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina - CEAG/SC. ***Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais*** (Sec. XVII - 1960). Florianópolis, CEAG/SC, 1980.

SILVA, Benedito (coord. geral) ***Dicionário de Ciências Sociais***, R. Janeiro, Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1986.

SMITH, Adam ***A Riqueza das nações: Investigações sobre a sua natureza e suas causas***. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VALE PEREIRA, Nereu e outros. ***Ensaio sobre a sociologia e o desenvolvimento em Santa Catarina***. edeme, 1971.

WEBER, Max, ***Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva***; trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. - Brasília, DF: Ed. UnB. 1991.

***Revistas, Jornais, informativos e periódicos utilizados.***

- Diário Catarinense
- Enquanto o Garçom não Vem
- Folha Catarinense
- Gazeta Municipalista
- Guia Industrial 1995 - Santa Catarina - Grande Florianópolis - Sebrae / FIESC
- Informativo CDL
- Informativo Difusão (AEMFLO)
- Informativo MOVIMENTO (FCDL)
- Informativo SINDILOJAS
- Jornal Indústria & Comércio
- Jornal a NOTÍCIA
- Jornal da Lagoa
- Jornal de Santa Catarina
- Jornal O Estado
- Jornal O PALHOCENSE
- Jornal ZERO
- Revista ACIF 80 anos
- Revista Expressão
- Revista VEJA-SC.